

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
NÍVEL DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**

ALINE NUNES DA CUNHA DE MEDEIROS

**POLÍTICAS EDUCACIONAIS E O COMBATE À POBREZA: Uma Análise
Sobre O Programa Mulheres Mil**

**SÃO LEOPOLDO
2019**

ALINE NUNES DA CUNHA DE MEDEIROS

**POLÍTICAS EDUCACIONAIS E O COMBATE À POBREZA: Uma Análise
Sobre O Programa Mulheres Mil**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Berenice Corsetti

SÃO LEOPOLDO

2019

M488p Medeiros, Aline Nunes da Cunha de.
Políticas educacionais e o combate à pobreza : uma
análise sobre o Programa Mulheres Mil / por Aline Nunes
da Cunha de Medeiros. – 2019.

236 f. : il. ; 30 cm.

Tese (doutorado) — Universidade do Vale do Rio
dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em
Educação, São Leopoldo, RS, 2019.

“Orientadora: Dr.^a Berenice Corsetti”.

1. Políticas educacionais. 2. Programa
Mulheres Mil. 3. Pobreza. 4. Autonomia.
5. Empoderamento. 6. Cidadania. I. Título.

CDU: 37.014.5

DEDICATÓRIA

Dedico aos meus pais, à minha irmã e ao meu esposo, Vagner Nubias de Medeiros, e a nossos filhos, Felipe Medeiros e Eduardo Medeiros, razões da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Sou profundamente grata às pessoas que, de alguma forma, auxiliaram-me nesse processo. De forma especial, agradeço às mulheres que participaram do curso de Cartonageiro à Mão e Agente de Resíduos Sólidos de Piratini, que concederam tempo ao meu trabalho e compartilharam de momentos significativos de narrativas de vida, sem vocês esta pesquisa não existiria.

Obrigada, Vagner, por ter sido um marido e pai exemplar, além de amigo, companheiro, porto seguro e leitor crítico das minhas escritas. Compartilho contigo a conquista da finalização desta etapa.

Agradeço aos gestores do IFSul e IFAL pela forma acolhedora em que se dispuseram a participar e por disseminar valores tão importantes na educação em seus trabalhos diários.

Agradeço a minha orientadora, Profa. Dra. Berenice Corsetti, por compartilhar ensinamentos, pela paciência, pela sabedoria em conduzir a orientação e por mostrar que a academia pode ser um espaço humano e solidário.

Agradeço ao Prof. Dr. Elomar Tambara pela leitura atenta deste trabalho e pelas observações precisas, sou grata pelas sugestões, pela simplicidade e pelo acolhimento, compartilhando materiais extremamente valiosos para meu trabalho.

Agradeço à professora Eliane Pardo e ao professor Luiz Carlos Rigo por terem despertando em mim o interesse pela pesquisa e os ensinamentos.

Agradeço aos professores que aceitaram fazer parte desta banca, Danilo, Elomar, Rosângela e Valdelaine e pelas contribuições na escrita.

Agradeço ao colega, Prof. Dr. Evandro Fernandes, pela paciência em ouvir tantas vezes o tema desta pesquisa, também pelas sugestões e palavras amigas.

Agradeço ao colega e amigo de doutorado, Júlio Madeira, pela companhia nas viagens Pelotas - São Leopoldo e por seu bom-humor, fazendo o tempo passar mais rápido entre as cidades.

Agradeço à professora Roberta Malaguez pelo cuidado e profissionalismo com a minha saúde física e psicológica.

Agradeço ao Instituto Federal Sul-rio-grandense pela política de incentivo à capacitação aos técnicos, o que me permitiu durante um ano e meio cursar o doutorado sem custo algum. À Universidade Federal de Pelotas sou grata pela liberação de seis meses para dedicar-me integralmente à escrita final da pesquisa.

Agradeço aos colegas da linha de pesquisa pela partilha de saberes e pelos momentos descontraídos de nossos encontros.

Agradeço à minha turma do doutorado pelos momentos de aprendizado.

Agradeço aos colegas e amigos da Pró-reitoria de Ensino da UFPel, Carla Tavares, Cristhian Mackedanz, Cristiane Hoffmann, Eliane Sabatini, Fernando Camargo, Isac Vergara, Licon Barroco e Mírian Bohrer e do *Campus* Jaguarão, Daiane, Fabiane, Jortan e Rafael pelas palavras de estímulo. Obrigada à família de Radi Abu Saleh pela afetuosa acolhida em Jaguarão.

Agradeço às secretárias do Programa de Pós-graduação em Educação que sempre foram solícitas e auxiliaram no atendimento de dúvidas e questões específicas.

Agradeço à minha família que me ensinou o valor do conhecimento.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar uma política pública no campo da educação profissional e tecnológica. Esta tese se propõe a analisar o Programa Mulheres Mil (PMM), que em 2014 foi incorporado ao PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego). Esse Programa foi criado pelo Governo Federal em 2011, com o fim de ampliar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira. O PMM apresenta proposta de cunho inclusivo, de gênero, voltada à elevação de escolaridade e à inserção no mercado de trabalho. Inicialmente foi desenvolvido como projeto piloto (2005-2010) e, a partir de 2011, transformado em um programa de abrangência nacional. Tal programa foi uma resposta do Brasil advinda da influência internacional no plano do combate à pobreza. O programa teve por meta fornecer formação profissional para mulheres a partir dos 16 anos, em situação de vulnerabilidade social, com a intenção de inseri-las no mundo do trabalho. A base teórica do estudo sustenta-se na concepção histórico-dialética. Na metodologia foi utilizado o estudo de caso de dois cursos do Programa Mulheres Mil do Instituto Federal-Sul-rio-grandense, no *Campus* Pelotas, Cartonageira à Mão e Recicladora de Resíduos Sólidos que se aliam aos princípios da economia solidária. Foram entrevistadas nove alunas e cinco gestores que participaram do programa. Esta escrita incluiu o contexto de formulação dos documentos a partir das recomendações dos organismos internacionais em torno do papel da mulher no combate à pobreza, do consenso político manifestado através das convenções e tratados em que o Brasil foi signatário, passando da leitura dos textos que produzem a política (Guia Metodológico do Programa Mulheres Mil, cartilha, resoluções, portarias, reportagens que vinculam discursos políticos, planos de governo, entre outros) à implementação da política e a sua ressignificação pelos institutos. As participantes dos dois cursos, colaboradoras neste estudo, conseguiram inserção no mundo do trabalho, todavia, a experiência em outros cursos e institutos mostram resultados diferentes. Os depoimentos das egressas sobre a participação nos cursos revelaram efeitos positivos de maior autonomia das mulheres em situações de vida, tanto no aspecto econômico como no

emocional, além disso, redescobriram direitos e vivenciaram uma educação humana e cidadã. A experiência formativa despertou um movimento embrionário de concepção crítica, o qual pode levar à passagem do lumpemproletariado ao proletariado, constituindo uma consciência de classe, contribuindo para a transformação social.

Palavras-chave: políticas educacionais, Programa Mulheres Mil, pobreza, autonomia, empoderamento, cidadania.

ABSTRACT

The present work aims to analyze a public policy in the field of professional and technological education. The purpose of this thesis is to analyze the PMM (Thousand Women Program), which was incorporated into PRONATEC (National Program for Access to Technical Education and Employment) in 2014. This Program was created by the Federal Government in 2011, in order to expand the offer of Professional and Technological Education courses, through programs, projects, and technical and financial assistance actions. The PMM presents a proposal of a gender-oriented inclusive nature, aimed at the increase of schooling and integration in the labor market. Initially, it was developed as a pilot project (2005-2010), and, as of 2011, transformed into a nationwide program. This program was a Brazil's response resulting from the international influence in the poverty reduction plan. The objective of the program was to provide vocational training for women aged 16 and over in situations of social vulnerability, with the intention of integrating them into the world of work. The theoretical basis of the study is based on the historical-dialectical conception. In the methodology, two case studies of courses of the Federal-Sul-rio-grandense Institute Thousand Women Program, Pelotas Campus – Cardboard Handmade Manufacturer and Recycling of Solid Waste –, were used, aligned with the principles of solidarity economy. Nine students and five managers who participated in the program were interviewed. This text includes the context of formulation of documents based on the recommendations of international organizations regarding the role of women in the fight against poverty, and the political agreement expressed through the conventions and treaties to which Brazil was a signatory, going from the reading of the texts that produce the policy (Methodological Guide of the Thousand Women Program, primer, resolutions, decrees, articles that bring political discourses, government plans, among others), to the implementation of the policy and its resignification by the institutes. The participants of the two courses, collaborators in this study, were able to integrate the world of work. However, experiences in other courses and institutes show different results. The testimonies of the alumnae on the participation in the courses revealed positive effects concerning greater

autonomy of women in life situations, both in economic and emotional aspects. In addition, these women rediscovered rights and experienced a human and citizen education. The training experience has aroused an embryonic movement of critical conception which can lead to the transition from lumpenproletariat to proletariat, constituting a class consciousness and contributing to social transformation.

Keywords: educational policies, Thousand Women Program, poverty, autonomy, empowerment, citizenship.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - NÚMERO DE MATRÍCULAS NO IFSUL: ENSINO TÉCNICO (PRESENCIAL E A DISTÂNCIA), GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO.....	51
TABELA 2 - SUJEITOS ENTREVISTADOS.....	55
TABELA 3 - AÇÕES REFERENTES À LINHA 1.2 DO CAPÍTULO 1- IGUALDADE NO MUNDO DO TRABALHO E AUTONOMIA ECONÔMICA.....	86
TABELA 4 - HISTÓRICO DO PROGRAMA: PROJETO PILOTO DE 2007-2010.....	107
TABELA 5 - NÚMERO DE PROJETOS APROVADOS EM RELAÇÃO AO QUANTITATIVO DE UNIDADES EXISTENTES EM CADA INSTITUTO FEDERAL.....	127
TABELA 6 - MATRIZ PARCIAL DO CURSO DE AGENTES DE RESÍDUOS SÓLIDOS, CAMPUS PELOTAS.....	144
TABELA 7- FORMAÇÕES NO MUNICÍPIO DE PIRATINI.....	144
TABELA 8 - VALOR APLICADO AO SISTEMA S (PERÍODO DE REFERÊNCIA 2013).....	159
TABELA 9 - SÍNTESE HISTÓRICA DA INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO.....	185
TABELA 10 - DADOS DA POBREZA NO MUNICÍPIO DE PIRATINI ELABORADO PELO OBSERVATÓRIO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	188
TABELA 11 - EDITAL 04/2014 (SELEÇÃO INTERNA PARA PROFESSOR) PRONATEC/PMM, IFSUL/CAMPUS PELOTAS.....	193
TABELA 12 - EDITAL 06/2014 (SELEÇÃO PROFESSOR TEMPORÁRIO) PARA O CURSO CARTONAGEIRO À MÃO E CUIDADOR DE IDOSOS.....	194
TABELA 13 - COMITÊ GESTOR PMM.....	206
TABELA 14 - DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS DO CURSO DE EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE NEGÓCIOS.....	207
TABELA 15 - DISCIPLINA PLANO DE NEGÓCIO DO PPC EM	208

EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE NEGÓCIOS.....

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - ORGANOGRAMA DA POLÍTICA PÚBLICA PARA MULHERES.....	84
FIGURA 2 – NESIC.....	142
FIGURA 3 – NESOL.....	150
FIGURA 4 - AGULHEIROS COM MATERIAL RECICLADO- OFICINA PARA A ASSOCIAÇÃO ENTRELAÇADAS.....	155
FIGURA 5 - SURGIMENTO DA COOPIRATINI NA VISÃO DAS COOPERATIVADAS.....	162
FIGURA 6 - POSTAGENS EDUCATIVAS DAS COOPERATIVADAS SOBRE A RECICLAGEM E A CONSCIENTIZAÇÃO DA POPULAÇÃO.....	165
FIGURA 7 - IRMÃ AMADA E O ENGAJAMENTO POLÍTICO FRENTE À COOPIRATINI.....	166
FIGURA 8 - ESTRAGOS NA COOPIRATINI.....	167
FIGURA 9 - SEDE DA COOPIRATINI.....	170
FIGURA 10 - GALPÃO DE RECICLAGEM DA COOPIRATINI.....	171
FIGURA 11 - QUADRO DE <i>FEEDBACK</i> DAS COOPERATIVADAS.....	174
FIGURA 12 - DIMENSÃO RENDA E TRABALHO NO MUNICÍPIO DE PIRATINI.....	189
FIGURA 13 - IBGE – ÁREAS DE FORMAÇÃO E RENDIMENTOS FEMININOS NO BRASIL.....	190
FIGURA 14 - PRODUTOS CONFECCIONADOS PELA ASSOCIAÇÃO ENTRELAÇADAS DO PROGRAMA MULHERES MIL.....	196
FIGURA 15 - CAIXAS, BLOCOS E O CARRO-CHEFE: AS AGENDAS.....	196
FIGURA 16 - IDENTIDADE DO PROGRAMA MULHERES MIL.....	199
FIGURA 17 - MARCA DA REDE BRASIL MULHER.....	211
FIGURA 18 - MARCA VISUAL DO PROGRAMA ANA TERRA.....	213
FIGURA 19 - OFICINA DE PULSEIRAS DE MACRAMÊ-PROJETO GAROTAS MIL.....	216
FIGURA 20 - OFICINA DE PRODUÇÃO DE PULSEIRAS.....	216

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - REFERENCIAL TEÓRICO: PESQUISAS SOBRE O PROGRAMA MULHERES MIL.....	59
QUADRO 2 - REFERENCIAL TEÓRICO: PESQUISAS SOBRE O PRONATEC.....	67
QUADRO 3 - MODELO DE MATRIZ CURRICULAR DO NÚCLEO COMUM, <i>CAMPUS</i> BAGÉ.....	156
QUADRO 4 - COOPERATIVADAS DA COOPIRATINI.....	169

LISTA DE SIGLAS

ACCC	Associação dos Colleges Comunitários do Canadá
ARAP	Avaliação e Reconhecimento de Aprendizagem Prévia
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BSM	Brasil sem Miséria
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CIDA	Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional
CONIF	Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado da Assistência Social
EpT	Educação para Todos
ETFPEL	Escola Técnica Federal de Pelotas
FENADOCE	Feira Nacional do Doce
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIC	Formação Inicial e Continuada
FURG	Fundação Universidade do Rio Grande
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFRS	Instituto Federal do Rio Grande do Sul
IFSUL	Instituto Federal Sul-rio-grandense
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MIDES	Ministério de Desenvolvimento Social do Uruguai
MEC	Ministério da Educação
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
NUDESE	Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico
ODM	Objetivos do Desenvolvimento do Milênio
OEI	Organização dos Estados Ibero - Americanos
ONU	Organizações das Nações Unidas

PA	Planejamento Anual
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PIPE	Programa de Intercâmbio de Conhecimentos para a Promoção de Equidade
PPI	Projeto Pedagógico Institucional
PIPMO	Programa Intensivo de Formação de Mão de obra
PLANFOR	Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador
PMM	Programa Mulheres Mil
PNPM	Plano Nacional de Políticas para Mulheres
PNQ	Programa Nacional de Qualificação Profissional
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Plano Pluri Anual
PROEP	Programa de Expansão da Educação Profissional
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PT	Partido dos Trabalhadores
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
REDENET	Rede Norte e Nordeste
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAT	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SPM	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
SESI	Serviço Social da Indústria
SISTEC	Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional
TECSOL	Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Extensão em Tecnologias Sociais e Economia Solidária
UCPEL	Universidade Católica de Pelotas
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1: APROXIMAÇÃO COM O TEMA :TRILHANDO OS CAMINHOS DA INVESTIGAÇÃO	19
1.1 PROBLEMA.....	31
1.2 OBETIVOS.....	31
1.2.1 Objetivo Geral.....	31
1.2.2 Objetivo Específico.....	32
1.2.3 Justificativa.....	32
1.3 PRESSUPOSTOS EPISTEMOLÓGICOS.....	37
1.4 METODOLOGIA E CAMPO EMPÍRICO.....	50
1.5 OS PROCEDIMENTOS ÉTICOS.....	58
CAPÍTULO 2: ESTADO DO CONHECIMENTO	59
CAPÍTULO 3: CENÁRIO INTERNACIONAL E NACIONAL DAS POLÍTICAS DE COMBATE À MISÉRIA E EMANCIPAÇÃO DA MULHER:UM OLHAR SOBRE A POLÍTICA NACIONAL PARA AS MULHERES E AS POLÍTICAS SOCIAIS NO GOVERNO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES	76
3.1 RECONFIGURAÇÃO DO ESTADO E A LINHA DE FRONTEIRA ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO: UMA ANÁLISE DO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO.....	90
CAPÍTULO 4: A FORMULAÇÃO DO PROGRAMA MULHERES MIL E SUA INSERÇÃO NOS INSTITUTOS FEDERAIS	101
4.1 A PARCERIA BRASIL-CANADÁ.....	106
4.2 O PROGRAMA MULHERES MIL NO INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE.....	125
4.2.1 A Incorporação do Programa Mulheres Mil Pelo Pronatec.....	129
CAPÍTULO 5: EXPERIÊNCIAS DE DOIS CASOS VINCULADOS A ECONOMIA SOLIDÁRIA DO PROGRAMA MULHERES MIL: COOPERATIVA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE PIRATINI E A ASSOCIAÇÃO ENTRELAÇADAS	141

5.1 NESIC - NÚCLEO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E INCUBAÇÃO DE COOPERATIVAS DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS E NESOL-NÚCLEO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO IFSUL.....	142
5.2 NÚCLEO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO IFSUL.....	150
5.3 COOPERATIVA DE RECICLAGEM SOLIDÁRIA PIRATINI.....	160
5.3.1 As Sete Mulheres da Cooperativa de Reciclagem de Piratini.....	167
5.3.2 Associação Entrelaçadas - Curso Cartonageiro à Mão.....	192
CAPÍTULO 6: SITUAÇÃO DO PMM NOS DIAS ATUAIS E AS RESISTÊNCIAS EMPREENDIDAS CONTRA O FIM DO PROGRAMA.....	202
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	219
REFERÊNCIAS.....	223
APÊNDICE A – Roteiro: Coordenador Geral do Pronatec no IFSul.....	231
APÊNDICE B – Roteiro: Entrevista com a gestora do Programa Mulheres Mil.....	232
APÊNDICE C – Roteiro: Coordenador Geral do Pronatec no IFSul.....	233
APÊNDICE D – Roteiro: Coordenador Geral do Pronatec no IFSul.....	235

INTRODUÇÃO

As políticas educacionais têm destaque no século XXI pela potência que possuem em guiar o rumo de desenvolvimento de uma nação e pelas transformações que podem vir a provocar. As políticas educacionais não são neutras, revelam interesses e fazem parte de disputas por diferentes grupos, elas também não estão descoladas de seu tempo. O momento histórico atual concentra uma pressão das potências econômicas desenvolvidas aos países em desenvolvimento para contribuírem por meio de ações com a erradicação da pobreza e com a eliminação dos fatores que venham resultar em algo contrário à economia. Por meio dos organismos internacionais e das conferências organizadas pelas entidades voltadas à proteção dos direitos humanos e sociais, a educação vem ocupando posição central nos documentos elaborados por essas instituições e as atenções incluem orientação sobre os ordenamentos jurídico-legal dos países na periferia da economia. Os países desenvolvidos carregam uma ideologia vinculada ao Capital, de expansão de mercados e tudo aquilo que for de encontro aos interesses hegemônicos apregoados por eles devem ser combatidos, tais como o enfrentamento à pobreza, a redução à proteção social e as relações que envolvem o mundo do trabalho.

A educação no Brasil foi durante muito tempo excludente, destinada a uma pequena parcela da população que ocupava o topo da pirâmide. A elite, inclusive, podia estender a aprendizagem realizando estudos na Europa. Ressalta-se que a influência europeia e estadunidense foi e continua sendo o marco referencial no campo da educação brasileira, em contrapartida, menor influência se deu às experiências educacionais latino-americanas. O Estado não mantinha instituições de ensino para a população e, quando veio a

fornecer educação gratuita, se reservou ao mínimo necessário. Até as décadas de 60 e 70 no Brasil, o número de analfabetos era bastante elevado. As mulheres, fazendo parte das classes populares, além de não terem acesso à educação, também conviviam com a desigualdade, fruto de uma sociedade machista que reservou papéis superiores aos homens e inferiores às mulheres.

Este trabalho tem interesse em investigar o período atual da história das políticas educacionais no Brasil, com recorte em um programa destinado às mulheres pobres, reconhecendo os interesses que pairam em grupos que exercem influência na agenda educacional e, conforme Liane Vizzotto (2017), trazem o protagonismo de sujeitos empresariais demarcando uma redefinição do estado em relação ao seu papel na construção de políticas educacionais, balizando posições de um grupo a uma educação rasa, pragmática e utilitária.

A injeção de recursos públicos (bilhões) à iniciativa privada, através das parcerias público-privadas com as organizações sem fins lucrativos e contratos com empresas privadas na gestão da educação, bem como o financiamento do Estado às instituições do Sistema S e às universidades privadas na oferta de vagas para cursos técnicos e cursos de formação inicial e continuada, de curta duração, para profissionalizar jovens, mulheres e homens ao mundo do trabalho, instigam a pensar nas razões que levam o Estado a abdicar de suas funções e renegá-las a terceiros, bancando financeiramente essas propostas.

Nesta pesquisa, buscou-se entender como se deu a implementação de uma política que tem como eixo o combate à pobreza, a questão de gênero e a formação humana. O Programa Mulheres Mil foi pensado para minimizar os efeitos da pobreza, priorizar a realidade local, estimular a participação ativa da mulher em sua comunidade e gerar alternativas para renda e autonomia econômica. Através das entrevistas, percebeu-se que o programa foi fundamental para despertar o empoderamento feminino, auxiliando também no processo de redescoberta das mulheres em relação a si próprias, seja através da possibilidade de retornar aos estudos (após décadas de afastamento), da coragem de dar o primeiro passo em direção a novos desafios (sair do espaço privado, de confinamento, ao qual estavam renegadas e adentrar no espaço público, de maior liberdade), da elevação da autoestima, da construção de redes de solidariedade com o compartilhamento de histórias que são comuns a mulheres pobres que enfrentaram inúmeros tipos de abuso (psicológico-físico-

social). Compreende-se, portanto, que o programa se inseriu em um projeto de governo que teve seus limites, principalmente em relação à elevação de escolaridade e à inserção no mundo do trabalho, mas trouxe avanços.

A política educacional de cunho profissional voltada às mulheres, materializada no Programa Mulheres Mil, foi pensada junto ao conjunto de políticas orientadas internacionalmente que se coadunam com os documentos que apontam para a necessidade de atenção à desigualdade acometida às mulheres e às crianças (são as maiores vítimas do analfabetismo, da exploração sexual, de condições precárias de trabalho, dos menores salários e de mortes em decorrência de gravidez precoce e indesejada). Todavia, é reconhecido o caráter ambíguo no qual se constitui a proposta, que em seu bojo traz elementos que vão ao encontro do capital quando vincula a preparação das mulheres para o mundo do trabalho com o fim de responder aos interesses econômicos, engrossando a reserva de mão de obra. Do mesmo modo, traz elementos que buscam conscientizar as mulheres de seus direitos, contribuindo para transformações internas; de outra forma, do ponto de vista da formação técnica, oferta formações com viés para a sustentabilidade, associativismo, cooperativismo e, paralelamente, o empreendedorismo, concepções com ideologias opostas sobre o trabalho e a organização social.

CAPÍTULO 1: APROXIMAÇÃO COM O TEMA – TRILHANDO OS CAMINHOS DA INVESTIGAÇÃO

Este capítulo mostra como se deu a aproximação com o tema, trazendo a experiência de outros *campi* do Instituto Federal Sul-rio-grandense (Jaguarão e Santana do Livramento) com a oferta de cursos pelo Programa Mulheres Mil. As questões de fundo articulam a consolidação e a concepção de educação presentes em uma política educacional voltada para as mulheres aos interesses dos organismos internacionais, buscando responder se estamos diante de um programa emergencial de caráter assistencialista ou de um projeto que contribui para a emancipação das mulheres e colabora para uma cidadania mais ativa. Para pensar a construção da política, optamos pela concepção Histórico-Dialética por acreditarmos que ela responde melhor à compreensão do objeto. O campo empírico apresenta os sujeitos da pesquisa e de que forma estão vinculados ao Programa Mulheres Mil. O percurso metodológico incluiu a análise de documentos e a realização de entrevista semiestruturada. Nesta seção, também procuramos estabelecer uma síntese sobre o conceito de política pública, tendo em vista o contexto de globalização e o projeto neoliberal.

O interesse em pesquisar o Programa Mulheres Mil se deu em 2014, quando assumi a Coordenação do Programa Nacional de Ensino Técnico (Pronatec), no *Campus* Avançado Jaguarão¹, pertencente ao Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul/RS). Naquele ano, oferecemos dois cursos de curta duração: Ajudante de Obras e Pintor de Obras, cursos que tinham afinidade com o curso Técnico de Edificações (carro chefe do *Campus*).

Nesse período, envolvi-me em todas as fases do programa, iniciando pela construção do projeto político pedagógico do curso, a elaboração de

¹ O *Campus* Avançado Jaguarão iniciou suas atividades no primeiro semestre de 2014, mas o processo de formulação se deu em 2011, com audiências públicas promovidas pela prefeitura municipal de Jaguarão. As audiências estenderam-se até 2013, quando foi lançado o I Fórum de Educação Técnica na Fronteira, articulado com a Secretaria de Educação do Município. A cidade conta com 27.931 habitantes, segundo os dados do Censo do IBGE de 2010 e faz fronteira com Rio Branco (Uruguai). A economia da cidade se sustenta na agropecuária e na produção agrícola (arroz, milho e trigo). Atualmente, o *campus* atende a uma demanda uruguaia, além de contar com alunos da cidade vizinha de Arroio Grande e Herval.

editais para a seleção de docentes externos, internos e pessoal de apoio, a busca de parcerias para a realização dos cursos, na divulgação e na aproximação com as comunidades carentes, na realização de entrevistas com alunos/as que almejavam capacitar-se pelo Pronatec, inscrição no sistema, controle de pagamentos e elaboração de planilhas aos docentes, apoio a aluno/as, cronogramas das aulas, compra de materiais, reuniões com a Coordenação Geral do Pronatec, avaliação dos cursos com os sujeitos envolvidos e planejamento das formaturas.

O Programa Mulheres Mil despertou-me mais interesse por ser destinado especificamente ao gênero feminino e por compreender que as cidades menores tendem a ser mais limitadas quanto às possibilidades de crescimento profissional no mercado de trabalho para as mulheres. A cidade de Jaguarão tem, aproximadamente, 28 mil habitantes e está localizada no sul do Brasil, fazendo fronteira com o Uruguai. A economia da cidade advém da agropecuária, do comércio (principalmente do fluxo diário nos *free-shops*) e da produção de grãos². Foi nesse contexto, aproveitando um período de efervescência imobiliária, que se chegou à escolha da oferta de cursos direcionados à construção civil.

O primeiro curso, Ajudante de Obras, contou com 25 alunos, estudantes que, na maioria, possuíam experiência na área. Esse curso teve duração de 160 horas, com aulas diariamente à noite, iniciando em setembro de 2014 e finalizando em novembro desse mesmo ano. O segundo curso, Pintor de Obras, tinha como público as mulheres. Contudo, havia a exigência de que fossem atendidas aquelas que estivessem em situação de vulnerabilidade. O número de ingresso no curso do Programa Mulheres Mil foi de 30 alunas, sendo 21 brasileiras e 9 uruguaias. Devido à boa divulgação da formação, mais de 200 mulheres inscreveram-se. O curso de Pintor de Obras

² A cidade de Jaguarão dispõe de consideráveis redes hoteleiras e pousadas. Encontra-se preparada para receber visitantes de passagem no município para compras no lado uruguaio. A circulação de ônibus dos municípios vizinhos é frequente, principalmente excursões com saída de Pelotas. Os comerciantes e os turistas vêm a Jaguarão devido ao fácil acesso aos *free-shops*, pela possibilidade de adquirir produtos com menor preço e revendê-los. Os *free-shops* dinamizam a economia dos dois municípios (Rio Branco e Jaguarão); ao passo que brasileiros gastam no comércio do Uruguai, também usufruem de serviços do lado nacional (restaurante e hotel) e, pela facilidade de deslocamento de um país ao outro, no caso, transpor a ponte, é natural encontrar uruguaios também no comércio e em restaurantes brasileiros.

contabilizou 200 horas de formação, com aulas diárias, no período da tarde, que ocorreram de outubro a dezembro. O número de concluintes no Programa Mulheres Mil foi de 70%.

Devido ao atraso no repasse de verbas, o curso do Programa Mulheres Mil ocorreu posteriormente ao planejado, gerando prejuízo, principalmente, por colidir com o término do ano letivo. Alguns casos de evasão do curso justificam-se pelo fato das mulheres não terem com quem deixar os filhos, que estavam de férias na escola e, por não dispormos de pessoal suficiente para o atendimento as crianças, tornava-se inviável que os filhos as acompanhassem nas aulas práticas. O impedimento das crianças às aulas se dava por motivo de segurança, na medida em que havia manuseio com tintas e material de construção. As aulas práticas foram realizadas em locais cedidos pela prefeitura, entre elas uma escola do município. Com o auxílio de alunos e alunas foram desenvolvidas melhorias em um dos colégios da rede estadual da cidade, tais como a pintura de salas e reparos.

O curso Pintor de Obras contou com a participação de 9 mulheres encaminhadas pelo Ministério de Desenvolvimento Social do Uruguai (MIDES), e 21 brasileiras. Após um ano de finalização do curso, fiz contato telefônico com os números que constavam em nosso cadastro para saber sobre o impacto da formação nas vidas das alunas. A intenção era descobrir se estavam ou não inseridas no mercado de trabalho. Nessa ação, obtive o retorno de nove estudantes. Todas disseram que os conteúdos aprendidos foram aplicados no seu dia a dia; também tivemos a informação de que o convívio no curso provocou o estímulo de retorno ao ensino básico, com a matrícula de uma estudante na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Outros resultados incluem o ingresso de uma estudante no quadro do curso subsequente em Edificações, do *Campus Avançado Jaguarão*. Houve relatos de ingresso em universidade pública e privada e de alunas que estavam trabalhando na área da construção civil. No entanto, a participação no mercado de trabalho ficou restrita a poucas mulheres. As ex-alunas uruguaias criaram um grupo no *Facebook* para divulgar os seus trabalhos, denominado *Pintoras Bi Nacionales*.

O trabalho de Alcione Maschio (2014) contribuiu para apresentar a experiência pioneira do Programa Mulheres Mil envolvendo dois países

(Riveira/Uruguai e Santana do Livramento/Brasil); a iniciativa recebeu a alcunha de Mulheres Mil Binacional. O *Campus* Santana do Livramento iniciou suas atividades em 2010 e, em 2012, já ofertava o Programa Mulheres Mil. No ano de 2012, ocorreu a oferta do curso de Padaria e Confeitaria, com início em outubro de 2012 e término em julho de 2013. No segundo semestre de 2013, foi ofertado o curso de Informática Básica. Em ambos os cursos foram disponibilizadas 40 vagas, sendo que a metade era destinada às uruguaias. O resultado foi de 100% de mulheres concluintes.

Maschio (2014) relata que os encontros ocorreram no período vespertino, somando 200 horas, contando com o pagamento de bolsa de R\$ 100,00 reais nos meses de aula. No artigo, é apresentada a dinâmica que envolveu os vários parceiros que possibilitaram a oferta do programa Mulheres Mil, bem como a equipe de profissionais do *campus* que participaram do projeto (1 administrador, 3 docentes, supervisão pedagógica e assistente social) e os externos, que incluíram palestrantes de todas as áreas do núcleo comum de todas as instituições parceiras³.

Parceiros como o SEBRAE e o MIDES ministraram aulas de empreendedorismo; professores da UNIPAMPA, aulas de economia solidária; agentes da secretaria municipal de Livramento palestraram sobre a saúde da mulher; Diretoras do Instituto da Mulher no Uruguai e Centro de Referência da Mulher de Livramento falaram sobre políticas públicas e direitos das mulheres. Muitos outros temas foram abordados pelos parceiros binacionais de forma transversal, entre os componentes curriculares da área técnica (MASCHIO, 2014, p. 82).

Observa-se que a experiência do Programa Mulheres Mil no *campus* Santana do Livramento mobilizou muitos agentes, inclusive palestrantes do Uruguai. Tal consideração sobre a participação dos profissionais da nação vizinha ao Brasil no IF de Santana do Livramento é importante e merece destaque. Presuma-se que tenha havido bastante engajamento dos gestores

³ O projeto contou com os seguintes parceiros: Prefeitura Municipal de Sant'Ana do Livramento; Secretaria Municipal de Assistência e Inclusão Social; Centro de Referência da Assistência Social (CRAS); Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS); Secretaria Municipal da Saúde; Secretaria Municipal da Educação; Coordenadoria da Mulher do Município; Secretaria de Desenvolvimento Social; Intendência Departamental de Rivera (segundo nível de Governo); Oficina de Relacionamento con la Comunidad; Ministerio de Desarrollo Social del Uruguay (primeiro nível de governo); Oficina Binacional de Atención Ciudadana en la Frontera; Instituto Nacional de las Mujeres; Infamilia/SOCATs (Servicio de orientación y consulta territorial; Programa de Economía Social; Comisión Binacional de Asuntos Sociales; Consejo de Educación Técnico Profesional - Universidad del Trabajo del Uruguay (CETP-UTU); SESI e SEBRAE.

do Programa Mulheres Mil para conseguir a atuação dos uruguaios junto ao programa.

Pela experiência na relação UTU-Jaguarão, sabe-se que havia certos entraves subliminares no acordo educacional entre os países. Apesar da vantagem da dupla certificação acordada entre Brasil-Uruguai, que possibilitava atuar no mercado de trabalho nos dois lados, existia a preocupação, no lado uruguaio, da redução de estudantes em seus educandários e da diminuição de recursos, decorrentes da perda de alunos, pela fácil mobilidade com o lado brasileiro. Vale lembrar que o instituto federal é renomado pela qualidade no ensino e dispõe de vários benefícios na área da assistência estudantil, além do mais, pela condição de ser um *campus* novo, dispunha de mais recursos para sua operacionalização, tornando-se muito atrativo. Não menos importante, o fato de fortalecer a imagem e o poder do Brasil, inclusive no Mercado Comum do Sul (Mercosul).

Maschio (2014) também registrou as disciplinas que compuseram o currículo, salientando que essa construção teve a participação das alunas. A pesquisadora deu destaque à gama de atividades extra classe (Caminhada Binacional, I Encontro Mulheres Mil no IFSul, Feira do livro na cidade e diversos passeios culturais) que muito contribuiu para a aprendizagem. Outro dado importante se dá em relação ao registro das atividades propiciadas pelo Programa Mulheres Mil nesse *campus*, que incluiu a elaboração de um *Blog* e de uma página no *Facebook*, constantemente alimentados por uma bolsista.

O engajamento com o Pronatec ocorreu por acreditar-se que uma qualificação propiciada no IF pudesse gerar oportunidades de emprego a pessoas que estavam enfrentando situações adversas, como o desemprego e a falta de perspectiva. Contudo, muitas questões pululavam: cursos de curta duração poderiam modificar a situação das pessoas envolvidas? Efetivamente, empregos formais, com garantia de direitos, seriam possíveis através do Programa Mulheres Mil ou seria um programa de cunho somente assistencial? Que impacto o Programa Mulheres Mil trouxe ao Instituto Federal? Que relações a política educacional do Programa Mulheres Mil mantinha com as intenções dos organismos internacionais? Que efeitos causou, nas mulheres, o fato de terem participado da formação do Programa Mulheres Mil? Ao investigar o Programa Mulheres Mil, nos deparamos com um programa

emergencial de caráter assistencialista, com abrangência limitada (não contribuindo para a emancipação das mulheres, mantendo a situação de dependência) ou estamos diante de um projeto que contempla ações universais e que colabora para uma cidadania ativa?

O projeto de tese teve início com essas indagações, convergindo com a definição de Minayo (2004, p. 18) de que “toda investigação se inicia por um problema com uma questão, com uma dúvida ou com uma pergunta, articuladas a conhecimentos anteriores, mas que também podem demandar a criação de novos referenciais”.

Optamos por não realizar o estudo no *campus* avançado Jaguarão devido à proximidade com os sujeitos e pela participação ativa na qual estive envolvida, sentindo a necessidade de investigar cursos de outro *campus*, com realidades diferentes. Em busca do recorte de pesquisa sobre o Programa Mulheres Mil, tendo em vista a experiência dos outros 13 *campus*⁴ que também ofertaram o programa no IFSul, deparei-me com duas turmas do *Campus* Pelotas: Cartonageiro à Mão (2014) e Reciclador de Resíduos Sólidos (2013). Essas formações possibilitaram às alunas envolvidas a construção de Associação e Cooperativa, respectivamente, indo ao encontro daquilo que preconizava o programa, o empreendedorismo. A temporalidade de análise desta pesquisa se dá no período de formulação e implementação do programa, que vai de 2005 até 2017⁵.

O material que compõe o Programa Mulheres Mil inclui: guia metodológico, manual do programa, livros e legislações e, em comum, os documentos apresentam o caráter inovador da política, que é o de resgatar e criar oportunidades a mulheres que advém de territórios marcados pela

⁴ O Instituto Federal Sul-rio-grandense é composto por catorze *campi*. Destes, apenas dois foram desenvolvidos em regiões de fronteira: o *Campus* Santana do Livramento e o *Campus* Avançado Jaguarão. Os alunos que concluem os estudos nestas instituições recebem, ao final, uma certificação válida para ambos os países (Brasil e Uruguai). Cabe ressaltar que 50% das vagas da modalidade subsequente são destinadas aos estudantes uruguaios. O *campus* Santana do Livramento foi o primeiro *campus* binacional do IFSul, iniciando suas atividades em 2010. A cidade de Santana do Livramento faz divisa com Riveira-Uruguai e o limite que separa uma nação da outra se restringe a uma rua; por sua vez, a separação de Jaguarão-Rio Branco é uma ponte.

⁵ A delimitação do recorte temporal é importante em um estudo científico para não deixar o objeto tão amplo que torne impossível estudá-lo, no entanto, não deve representar um engessamento. Nesta pesquisa, retornamos ao ano de 2003 para apresentar os projetos pilotos do Programa Mulheres Mil e avançamos ao ano de 2018 para refletir sobre a situação atual do programa no cenário brasileiro.

pobreza, violência e vulnerabilidade⁶. Os documentos, em vários trechos, investem à mulher a via de modificar a realidade de sua família e de sua comunidade. Para um sentido salvacionista nas fontes investigadas.

Um termo bem recorrente nas leituras que acompanham a base teórica do programa recai sobre o empoderamento⁷. O termo aparece atrelado à emancipação econômica, autonomia e cidadania. O impacto da atuação das mulheres na economia e no combate à pobreza tem recebido atenção das principais entidades internacionais nas últimas décadas, fazendo parte da agenda desses organismos.

A ONU Mulheres, juntamente com o Escritório do Pacto Global das Nações Unidas, entidade das Nações Unidas para a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres, elaborou um documento de abrangência mundial que instituiu sete princípios⁸ para o empoderamento das mulheres – Igualdade Significa Negócios. O pacto foi lançado em 2010, envolvendo setor empresarial, sociedade civil, organismos internacionais e governos. Tal iniciativa teve como objetivo apresentar os princípios e os sete passos a serem adotados pelas empresas para a promoção do empoderamento. Ao final do documento, está fixada uma relação de empresas signatárias dos princípios. De acordo com o documento, investir nas mulheres pode trazer grande retorno às nações e, como forma de sustentar essa posição, as organizações utilizam de fatos e números que dizem sobre a situação atual das mulheres.

⁶ Compreendemos vulnerabilidade como a condição que envolve o indivíduo ou grupo que estão mais suscetíveis a riscos. Para tanto, nos filiamos à noção de Castel (1998) que entende à vulnerabilidade social como produto da precária inserção dos indivíduos na sociedade salarial, a qual engendra riscos sociais específicos.

⁷ Para saber mais sobre o conceito de empoderamento, consultar o artigo de Mageste, Oliveira e Ckagnazaroff. *In*: **Empoderamento de Mulheres**: uma proposta de análise para as organizações. Esse trabalho faz uma análise entre o empoderamento e as situações de dominação e afirma que uma das implicações do empoderamento feminino é o enfraquecimento do patriarcalismo. Propõe-se a pensar o empoderamento em três níveis: o individual, o relacional e o contextual.

⁸ Os sete princípios do empoderamento incluem: Estabelecer liderança corporativa de alto nível para a igualdade de gênero. Tratar mulheres e homens de forma justa no trabalho – respeitar e apoiar os direitos humanos e a não discriminação. Garantir saúde, segurança e bem-estar das trabalhadoras e trabalhadores. Promover a educação, a capacitação e o desenvolvimento profissional das mulheres. Apoiar o empreendedorismo de mulheres e promover políticas de empoderamento das mulheres através das cadeias de fornecedores e de comunicação e *marketing*. Promover a igualdade por meio de iniciativas voltadas às comunidades e do engajamento social. Medir, documentar e publicar os progressos da empresa na promoção da igualdade de gênero.

Em 2007, o banco Goldman Sachs indicou que diferentes países e regiões do mundo poderiam aumentar seu PIB de modo significativo ao simplesmente reduzir a discrepância nas taxas de emprego entre homens e mulheres: a zona do Euro poderia aumentar o PIB em 13%; o Japão, em 16%; os Estados Unidos, em 9%. (ONU Mulheres, 2010, p. 12).

A ONU Brasil e a Rede Brasileira do Pacto Global, baseada na cartilha oficial global dos princípios de empoderamento, também disponibilizou uma publicação com exemplos adequados ao contexto brasileiro e trouxe a seguinte definição sobre o conceito:

EMPODERAMENTO: dar ou adquirir poder ou mais poder. O empoderamento significa uma ampliação da liberdade de escolher e agir, ou seja, o aumento da autoridade e do poder dos indivíduos sobre os recursos e decisões que afetam suas próprias vidas. A pessoa empoderada pode definir os seus objetivos, adquirir competências (ou ter as suas próprias competências e conhecimentos reconhecidos), resolver problemas e desenvolver seu próprio sustento. É, simultaneamente, um processo e um resultado. Fala-se, então, do empoderamento das pessoas em situação de pobreza, das mulheres, dos negros, dos indígenas e de todos aqueles que vivem em relações de subordinação ou são desprivilegiados socialmente. (ONU Mulheres, 2010, p. 21).

Implícita ao termo está a noção de pessoas obtendo poder sobre suas próprias vidas e definindo seu planejamento. Ao comparar o documento que diz sobre os princípios do empoderamento para as mulheres, o Plano Brasil Sem Miséria e o Programa Mulheres Mil, que estão atrelados à Meta 3 dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, percebe-se o quão importante é o papel que a mulher exerce na sociedade e, conseqüentemente, na economia.

Parte-se da ideia de que é possível resgatar mulheres de um meio hostil (violento, pobre e inábil) e criar condições para transformá-las em cidadãs críticas, conscientes e atuantes. De acordo com Mantovani (2015), os documentos que regem o PMM apresentam um aspecto ideológico, ao exibir a qualificação como redentora. Nessa ótica, as pretensões ganham um ar “romantizado”: o programa surge como tábua de salvação, o que, na prática, pode não responder às expectativas, trazendo pouco ou nenhum impacto no ingresso das mulheres ao mercado de trabalho.

Em outra perspectiva, contudo, dados os escassos recursos que mulheres pobres dispõem e a possibilidade do fortalecimento de redes de proteção constituídas no convívio da formação entre as alunas, essa

experiência com o programa pode constituir-se como uma estratégia de enfrentamento da insegurança social à qual são acometidas.

Analisar uma política está longe de ser uma tarefa fácil, pois inclui compreender o que está explícito, mas, principalmente, o implícito. Implica em percorrer os caminhos que influenciaram e incorporaram o problema à agenda política do governo; traz os limites e a dificuldade entre o que foi pensado, o negociado e o resultante, bem como o problema de medir a eficácia e o impacto de uma política pública. Há de se considerar, também, o processo de construção do sentido, na prática, ao longo da fase de desenvolvimento da ação pública. Além disso, e tão importante quanto, está o conjunto de indivíduos que será afetado pelo Estado, o público da política.

Ao pensar sobre como o Programa Mulheres Mil foi desenvolvido nos dois campi Binacionais do Instituto Federal Sul-rio-grandense – Santana do Livramento e Jaguarão – percebe-se que a dinâmica na formação e o número de concluintes divergiram. Enquanto na primeira experiência o índice de conclusão foi de 100%, no segundo, o número foi de 70%. Isso pode revelar algumas fragilidades na maneira como foi desenvolvido o programa no *campus* Jaguarão. Entre as possibilidades, está a oferta de aulas diárias, com quatro horas-aula, o que pode ter sido exaustivo para mulheres afastadas da educação formal. Outro fator que poderia ter sido mais bem trabalhado recai sobre as parcerias com outras instituições, dado o bom resultado do *campus* de Santana do Livramento sobre o índice de conclusão. Se essa diferença ocorreu nessa microanálise, ficamos imaginando quais os resultados poderiam ser encontrados caso a avaliação fosse estendida a todos os locais que ofertaram o programa.

Segundo Muller e Surel (2010), a primeira dificuldade ao analisar políticas públicas está no caráter polissêmico do termo “política”, pois esse termo cobre, ao mesmo tempo, a esfera da política (*polity*), a atividade política (*politics*) e a ação pública (*policies*).

A primeira faz a distinção entre o mundo da política e a sociedade civil, podendo a fronteira entre os dois, sempre fluida, variar segundo os lugares e as épocas; a segunda designa a atividade política em geral (a competição pela obtenção dos cargos políticos, o debate partidário, as formas de mobilização...); a terceira acepção, enfim, designa o processo pelo qual são elaborados e implementados programas de ação pública, isto é, dispositivos político-

administrativos coordenados em princípio em torno de objetivos explícitos (MULLER e SUREL, 2010, p. 13).

Afinal, para não restar dúvida sobre o que é uma política pública, uma vez que existem inúmeras definições para deliberar o termo, desde qualificações mais simplistas, que correspondem às decisões do governo em fazer ou não algo, até as mais completas, que se apresentam como um programa de ação governamental num setor da sociedade optamos em trazer os três elementos que, conforme Muller e Surel (2010, p. 16), elucidam a noção de política pública: uma política pública constitui um quadro normativo de ação; combina elementos de força pública e elementos de competência e constitui uma ordem local. O caráter normativo define-se como um conjunto de fins a se atingir.

De acordo com os autores já mencionados (*op. cit.*), uma política pública é a expressão do poder público e compreende elementos de decisão ou de alocação de recursos de natureza mais ou menos autoritária ou coercitiva. Mesmo no caso de políticas redistributivas em que o poder de coerção se faz mais sutil, a ação governamental tende a constituir detentores de direito ao definir condicionalidades para a obtenção da ajuda social.

Os autores (*op. cit.*) ainda estabelecem uma crítica em relação à abordagem sequencial, alegando que essa visão faz uma representação simplificada do real e linear da ação pública. Contudo, veem trunfos e vantagens sobre o quadro propiciado pela abordagem sequencial, na medida em que introduz uma ordem na complexidade de ações e decisões que constituem uma política pública. Sendo assim, as etapas permitiriam acompanhar o desenvolvimento de uma política e a sequência teria uma ordem: 1- A colocação na agenda (construir o problema a tratar); 2- A produção das soluções que compreendem os objetivos adaptados ao problema; 3- A decisão; 4- A implementação (execução, na prática, das decisões elaboradas nas etapas anteriores); 5- A avaliação (fase em que se indaga sobre os efeitos da política e se correspondem ao esperado) e a 6 - A conclusão do programa.

Uma incursão no terreno da produção de conhecimentos sobre políticas pode elucidar as múltiplas abordagens⁹ que tal campo carrega. Os

⁹ Para compreender outras perspectivas que tratam das políticas educacionais, sugere-se a leitura: Mainardes, J.; Ferreira, M. S.; Tello, C. Análise de políticas: fundamentos e principais

primeiros modelos, surgidos no debate internacional, datam das décadas de 70 e 80, reservando, nesse período, um viés positivista de compreensão da análise de políticas, com forte tendência técnica de análise. As fases seguiam uma linha linear de desenvolvimento da política, e o ponto forte concentrava-se na avaliação. Essa, por sua vez, objetivava calcular a eficácia dos programas e a avaliação da relação custo-benefício. Esse modelo recebeu críticas e, a partir dos anos 1980, outras abordagens foram emergindo.

As novas abordagens conferem relevância ao contexto no qual as políticas são formuladas e implementadas. Segundo Mainardes (2011) - que se sustenta em Taylor e Osza - nos anos 1990, no contexto internacional, fortalecia-se a ideia de que as políticas deveriam ser entendidas como processo e produto, transpondo o âmbito do Estado, envolvendo valores, ideologias, poder e contestação. No Brasil, segundo Azevedo (2004), os estudos sobre políticas públicas passaram a ganhar centralidade nos anos 1980, principalmente no âmbito dos Programas de Pós-Graduação. Esse dado mostra como o campo das políticas educacionais é novo e carece de estudos mais consolidados. Para evitar que a área de políticas públicas educacionais não fique restrita a caráter normativo ou descritivo, é preciso mais referenciais analíticos consistentes e isso só se concretizará com o desenvolvimento de pesquisas na área.

Antonio Oliveira (2013), no esforço de tornar claro o que vem a ser uma política pública e uma política educacional, faz um apanhado sobre as principais concepções em torno desses conceitos. Em sua sistematização, a política pública é definida como uma ação do governo que produz efeitos na sociedade. Essa ação é carregada de influências que incluem a incorporação de uma demanda na agenda, passando pelo processo de formulação, implementação e avaliação da política. Ainda sobre as políticas públicas, elas refletem as concepções e ações do governo que conduzem o Estado em determinado momento histórico.

As políticas educacionais, segundo o autor (*op. cit.*) [*apud* Cóssio, 2010, p. 1], inserem-se nas políticas públicas e refletem planos, programas e

projetos que visam a ações pontuais na área da Educação. As políticas educacionais representam as estratégias elaboradas e aplicadas pelo governo, orientadas para resolver problemas, contemplar interesses e dirimir embates entre grupos da população que buscam determinados fins. O pesquisador ressalta que a globalização interfere e provoca alterações nas políticas públicas, pois os modelos de políticas advindos de outros países, principalmente aqueles que tenham atingido resultados positivos no campo financeiro, servem como parâmetro para a elaboração e a implementação de políticas públicas nacionais.

Este trabalho compartilha da categoria apontada por Tello (2009) “posicionamento epistemológico”, no sentido de que todo trabalho de pesquisa repousa sobre certa visão de mundo e vincula-se a determinadas concepções epistemológicas; portanto, a perspectiva aqui empreendida se vale da matriz marxista (no que tange à dialética) e faz diálogo com a perspectiva crítica. Sustenta o estudo com o enfoque histórico-crítico e transita nos estudos de gênero para compreender a inserção da mulher no mercado de trabalho.

Cabe salientar que uma política pública se caracteriza também pela contradição; as ações e as decisões estudadas jamais formam um todo coerente. Isso nos faz pensar, por exemplo, na incongruência que há no propósito do Programa Mulheres Mil, que incentiva o empoderamento das mulheres, mas propicia capacitação em domínios tradicionalmente femininos que marcaram o papel de submissão da mulher na sociedade (cozinhando, costurando, cuidando e arrumando), sem romper com a esfera dos papéis destinados ao feminino.

Entre os anos de 2012 e 2015¹⁰, muitos cursos foram promovidos pelo Programa Mulheres Mil, no âmbito do IFSul, entre os quais: Almoxarife, Assistente de Crédito e Cobrança, Assistente Financeiro, Auxiliar Administrativo, Aplicadora de Revestimento Cerâmico, Artesão de Pintura e Tecidos, Cartonageiro à Mão, Contador de Histórias, Costureiro, Costureiro Industrial do Vestuário, Cuidador de Idosos, Cuidador Infantil, Empregada Doméstica, Gestão de Resíduos Sólidos, Manicure e Pedicure, Pedreiro de Alvenaria, Pintor de Obras, Produtor Agropecuário, Recepcionista e Vendedor,

¹⁰ Consultar: <http://www.ifsul.edu.br/pronatec/cursos>. Acesso em 05/03/2016.

etc. Entre os cursos disponibilizados, o de Cuidador de Idosos, Cuidador Infantil e Recepcionista foram os mais ofertados nos *campi*.

A incidência desses três cursos como os mais ofertados no IFSul nos faz refletir sobre algumas hipóteses para tal configuração. São cursos de menor investimento, pois não necessitam de materiais caros para o seu desenvolvimento e representam cursos próximos à relação da mulher com a esfera doméstica, na medida em que cabe a ela o cuidado com a educação dos filhos e a assistência aos enfermos e idosos. O fato de as mulheres frequentarem cursos que não rompam com funções historicamente atribuídas a elas não necessariamente freia o processo de independência, uma vez que optar por um curso próximo a sua realidade pode ser um primeiro passo para encarar novos desafios. Parte-se de um terreno familiar, que encoraja, para futuramente adentrar em novos territórios.

1.1 PROBLEMA

O que significou o Programa Mulheres Mil, através da formação que foi oportunizada às mulheres participantes dos cursos, em termos de experiências de vida, que levassem à autonomia, ao empoderamento e à inserção no mercado de trabalho?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar o Programa Mulheres Mil, procurando verificar a sua contribuição no sentido da produção de um empoderamento feminino e de condições de autonomia e inserção no mercado de trabalho.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Analisar o que preconizam os organismos internacionais em relação ao Programa Mulheres Mil;
- b) Identificar a concepção de educação presente no Programa Mulheres Mil;
- c) Compreender a constituição dos itinerários de proteção social produzidos na vivência dos cursos de Cartonageiro à mão e Reciclador de Resíduos Sólidos do Programa Mulheres Mil;
- d) Investigar se a proposta desta política de educação tecnológica consolida-se como uma alternativa para a emancipação e a cidadania ou trata-se de uma política focalizada no alívio à pobreza, reduzindo-se a uma dimensão compensatória.

1.2.3 Justificativa

Através do presente estudo, espera-se contribuir para aperfeiçoar políticas educacionais já existentes e, de fato, promover a justiça social. Há ainda o desejo de que este trabalho venha a somar-se com outros que discutam políticas sobre a educação profissional com conexão nos estudos de gênero.

A atenção à pobreza e a formação de quadros para a reserva de trabalho, juntamente com a preocupação quanto à sustentabilidade e agressões ao meio ambiente, têm mobilizado a comunidade internacional, especialmente os organismos internacionais que influenciam e orientam as políticas dos países em desenvolvimento. Encontros para definir metas da educação têm reunindo agentes políticos em torno desses temas e dentre os objetivos estão: reduzir o analfabetismo, possibilitar a aprendizagem ao longo da vida, combater a pobreza, além do combate às diferenças de gênero e étnico-raciais. Para garantir a conquista dos objetivos, os países em

desenvolvimento estabelecem parcerias e acordos onde se comprometem a traçar estratégias educacionais e cumprir metas, porque, para fazer uso dos financiamentos, é exigido que as políticas estejam alinhadas com as intenções das agências multilaterais.

Para pensar a categoria “pobreza”, nos valemos de um artigo de Vivian Ugá (2004), no qual a autora se propôs a contextualizar a incorporação dessa categoria nos documentos formulados pelo Banco Mundial e nas recomendações compulsórias aos países em desenvolvimento. Ugá (2004), partindo da análise dos relatórios do Banco Mundial de 1990 e de 2000-2001, observou que, ao invés das recomendações tratarem das consequências negativas decorrentes da política de ajuste, uma vez que a regulação da economia provocada pelo mercado implicou em profundas mudanças sociais, acarretando em um elevado número de trabalhos informais e desemprego, as soluções visaram à estratégia de “combater a pobreza”.

No receituário do Banco Mundial, para atender à mazela comum aos países em desenvolvimento, as políticas precisariam incluir a criação de novas oportunidades econômicas para obtenção de rendimento e, com isso, haveria a necessidade de o governo prestar serviços sociais (educação e saúde) aos pobres. No relatório de 1990 do Banco Mundial, o pobre configurava-se como aquele desprovido de capital humano, portanto, incapaz de atuar no mercado, por não apresentar condições de competir com os outros. A pobreza atrelava-se unicamente à variável renda. Passado dez anos, o relatório de 2000 do Banco Mundial amplia o olhar sobre a pobreza e ela passa a ser encarada como algo multidimensional e definida como “privação de capacidades”, fazendo que o potencial do indivíduo de auferir renda seja diminuído. Nesse sentido, o Estado deve cuidar dos incapazes para que se insiram no mercado, promovendo o aumento da capacidade humana, legitimando um Estado-Mínimo no campo social. A autora aponta para o perigo do esvaziamento e enfraquecimento do conceito de cidadania social em que a garantia dos direitos sucumbi à elaboração e à manutenção de programas compensatórios vinculados ao combate à pobreza.

O neoliberalismo aparece como uma tecnologia de governo que traz em seu bojo três princípios norteadores: qualidade, performatividade e competitividade. Faz-se necessário um esclarecimento sobre o que vem a ser o

neoliberalismo e o que ele representa. Para tanto, toma-se emprestada a definição de Ball (2002) sobre Neoliberalismo, que o compreende como um projeto intelectual fundamental para a construção discursiva de uma crise política e econômica em torno do Estado de Bem-Estar Keynesiano e que se consolida como uma alternativa.

De acordo com Teodoro (2011), a década de 1990 representa um momento ímpar em relação às políticas de educação que passam a ocupar um lugar central na agenda da globalização neoliberal. As duas últimas décadas do século XX revelam-se como um período de articulação de agências multilaterais que visam à qualidade da educação, buscando atender, principalmente, a países emergentes que convivem com sérios problemas de desenvolvimento e que representam um entrave para as atividades comerciais dos países desenvolvidos.

Entre as pautas das políticas educativas neoliberais, circulam os seguintes interesses: qualidade da educação, a difusão do protagonismo do setor privado, a disseminação de conceitos, tais como o de competência e eficiência, além da ênfase na avaliação e na prestação de contas, entre outras. No entanto, as orientações advindas dos organismos e agências multilaterais não são neutras e desprovidas de intenções.

Os encontros internacionais promovidos pelas nações são espaços de compartilhamento de valores que visam a estabelecer alianças em torno da educação, tendo por objetivo reduzir a extrema pobreza e garantir um mínimo de conhecimento para os sujeitos que farão parte do mercado de trabalho, portanto, indispensável para a engrenagem da economia. Segundo Libâneo (2012), os relatórios indicam que o financiamento dos bancos deve centrar em programas de alívio à pobreza e à redução da exclusão, como condição para o aumento da produtividade em função da ótica do liberalismo econômico.

Ao analisarmos as políticas educacionais emergentes no Brasil, percebe-se que as determinações das agências internacionais foram decisivas para a consolidação das principais regulamentações que regem a educação no país, tais como: Plano Nacional de Educação, Lei de Diretrizes e Bases Nacionais, Decreto nº 6094/07, que institui o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, além de programas como o PRONATEC, incluindo o Programa Mulheres Mil.

Segundo Dulce Maria Voss (2012), a Política Compromisso Todos pela Educação resulta da aliança do governo federal com o setor empresarial nacional, no intuito de inserir as políticas educacionais brasileiras nos movimentos mundiais das reformas. A educação é vista como um caminho que promove o desenvolvimento social e econômico e é capaz de qualificar nosso país para o jogo de disputas e concorrência do mercado global.

Ao fazermos um paralelo entre os objetivos do Programa Mulheres Mil e as metas 7 e 8 do projeto Metas Educativas 2021 – a educação que queremos para a geração do bicentenário – promovido pela Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) e aprovado pelos Chefes de Estados e Governos dos países membros, em dezembro de 2010, entendemos que esse programa nacional está vinculado aos objetivos das respectivas metas, uma vez que também pleiteia favorecer a conexão entre a educação e o emprego, através da educação técnico profissional e oferecer a todas as pessoas a oportunidade de educação ao longo da vida.

O Projeto Metas Educativas 2021 definiu 11 metas gerais a serem atingidas até o bicentenário da independência dos países latino-americanos. Além da meta geral, o projeto apresenta metas específicas que esmiúçam os objetivos. Por exemplo, a meta nº 8, que visa a oferecer a todas as pessoas a oportunidade de educação ao longo da vida, traz como metas específicas: garantir o acesso à educação para jovens e adultos que vivem em condições menos favorecidas e com maiores necessidades e aumentar a participação de jovens e adultos em programas de formação continuada, presenciais e a distância. Outro destaque em relação ao projeto se dá na previsão de um Fundo Internacional Solidário para a Coesão Educativa, no qual países com mais recursos apoiariam aqueles que têm mais dificuldade para alcançar os resultados pretendidos e estipulados no prazo.

Outro acordo que também vai ao encontro das intenções do Programa Mulheres Mil trata-se dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio. A Organização das Nações Unidas promoveu, em setembro de 2000, uma Assembleia do Milênio. Esse debate resultou na aprovação da Declaração do Milênio. Tal documento consolidou várias metas estabelecidas nas conferências mundiais ocorridas ao longo dos anos 90 e estabeleceu um conjunto de objetivos para o desenvolvimento e a erradicação da pobreza no

mundo - os chamados Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM).

Os ODM contemplam temas como erradicação da pobreza, fome e analfabetismo, igualdade de gênero e sustentabilidade ambiental. Esses temas estão relacionados ao Desenvolvimento Humano Sustentável e, ao combatê-los, poderá surtir uma melhoria na condição de vida de todos os seres humanos.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que contou com a participação de 191 países, compôs um documento que incluiu 8 objetivos gerais, 18 metas e 48 indicadores. A formulação desse documento veio selar um compromisso das nações para o combate à extrema pobreza. O ano de 2015 foi definido como o ano base para atingir os resultados. Entre os valores e os princípios da declaração, consta o objetivo terceiro, que promove a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres, vindo ao encontro dos objetivos do Programa Mulheres Mil. Portanto, ao pensar na elaboração do Programa Mulheres Mil, compreendemos que esse projeto está diretamente relacionado com as metas definidas em âmbito internacional.

A política de qualificação profissional e da inclusão de gênero ganha espaço na agenda neoliberal, que passa a ditar recomendações, principalmente aos países da América Latina. O acesso e a permanência de grupos vulneráveis na escola servem à lógica econômica que institui a formação em menor tempo, para trabalhos simples, com pouco investimento, voltados ao mercado de trabalho, além de combater a pobreza, compreendida como grande mazela social, que retarda o progresso e ocasiona a instabilidade política. Atender a uma parcela de excluídas poderá surtir efeitos positivos, promovendo o controle de comportamentos perigosos à sociedade¹¹.

De acordo com Lockmann (2013), por meio de programas de transferência de renda, é possível criar condicionalidades nos sujeitos envolvidos.

¹¹ No Núcleo básico do Programa Mulheres Mil um dos componentes curriculares é noções de saúde da mulher, em que se discutem métodos contraceptivos de estímulo à contenção demográfica. Sobre o controle da natalidade, acrescenta-se que une dois propósitos, um que se adéqua ao modelo econômico da sociedade, em que o aumento da população geraria mais gastos. Portanto, se faz preciso um controle e, ao reduzir o número da prole, a mulher tem mais autonomia e consegue gerir sua responsabilidade maternal com a profissional, o que, com um número elevado de filhos, poderia ser um impeditivo. Dessa forma, o controle da natalidade não é visto como estratégia governamental perversa.

É possível serem visualizadas as intervenções produzidas sobre o social, mediante o repasse de bolsas (um valor em dinheiro repassado diretamente para o beneficiário) e das condicionalidades que impõem aos sujeitos determinadas formas de conduzir suas condutas na sociedade, a fim de que possam continuar recebendo o benefício. (LOCKMANN, 2013, p. 287).

Ainda sobre o controle do Estado sobre as beneficiárias do Programa Mulheres Mil, Trindade (2017) afirma que, em contrapartida ao repasse das bolsas, as mulheres ficam condicionadas a frequentarem os cursos de capacitação, modificando suas condutas e aperfeiçoando seu capital humano, para que ele seja sua força de trabalho e sua renda.

1.3 PRESSUPOSTOS EPISTEMOLÓGICOS

O referencial teórico adotado sustenta-se na concepção do materialismo histórico-dialético, utilizando Karl Marx¹², Gramsci, Mészáros e autores como Saviani e Freire, que, partindo dos clássicos, contribuíram para a consolidação da Pedagogia Histórico-Crítica ou Pedagogia Dialética¹³ no Brasil. Na presente pesquisa, três categorias marxistas são fundamentais para compreender o fenômeno investigado: a dialética, a contradição e o trabalho. A expressão Pedagogia histórico-crítica é traduzida por Saviani.

Essa formulação envolve a necessidade de se compreender a educação no seu desenvolvimento histórico-objetivo e, por consequência, a possibilidade de se articular uma proposta pedagógica cujo ponto de referência, cujo compromisso, seja a transformação da sociedade e não sua manutenção, a sua perpetuação. (SAVIANI, 2013, p.80).

¹² A educação não é o centro das obras de Marx, ela é reconhecida em sua relação histórica com o sistema dialético, explicativo e analítico da sociedade burguesa. Marx defende a articulação da educação com o campo produtivo como condição de emancipação humana. Para Marx e Engels a educação pública e gratuita deve se destinar a todas as crianças e a educação escolar deve atender às necessidades das massas trabalhadoras.

¹³ Saviani optou, a partir de 1984, pelo termo Pedagogia Histórico-Crítica para evitar termo genérico e passível de diferentes interpretações, com conotações diversas. A dialética é empregada por Saviani como teoria que busca captar o movimento objetivo do processo histórico. De acordo com Saviani (2013, p. 76) a Pedagogia Histórico-Crítica firmou-se a partir de 1979 no Brasil. Essa corrente compreende a história a partir do desenvolvimento material, da determinação das condições materiais da existência humana. Saviani contrapõe a expressão histórico-crítica à crítico-reprodutivista, afirmando que diferentemente dessa última, não é reprodutivista, mas enraizada na história. Ambas as teorias apresentam em comum uma contumaz crítica.

Os pressupostos dessa corrente pedagógica são os da concepção dialética da história, compreendendo o presente como resultado de um longo processo de transformação histórica. E esse resultado se dá por meio do trabalho, que é um processo que medeia à relação do homem com a natureza. Diferentemente do animal, que se adapta à natureza e extrai dela o que necessita, o homem intervém, modificando-a e, para isso, conjuga forças corporais e espirituais. O trabalho é uma atividade vital no pensamento marxista, pois apresenta uma característica intencional voltada a uma finalidade. Essa atividade diferencia-se da atividade animal, porque o homem projeta em sua mente e tem consciência de que o faz.

Para Saviani (2013), desenvolvimento histórico é o processo pelo qual o homem produz a sua existência no tempo e ao agir sobre a natureza, trabalhando, o homem constrói o mundo histórico, construindo também o mundo da cultura e o mundo humano. De acordo com Saviani, a educação tem suas origens nesse processo. A realidade humana é, portanto, construída pelo homem através do trabalho, na produção das condições materiais ao longo do tempo.

Compartindo da concepção marxista de que o proletariado é potencialmente revolucionário, e que sua constituição como classe é fundamental para a revolução social, entendemos que as mulheres do programa deste estudo, tomando como parâmetro categorias marxistas, poderiam deixar o estado de lumpemproletariado ao estado de classe do proletariado. Nesse sentido, as formações conduzidas através dos cursos do Programa Mulheres Mil serviram como meios para a formação de uma consciência embrionária, com o fim de atingir a consciência de classe. Contudo, não se ignora o fato de que formar o proletariado como classe é imergir em um processo complexo e árduo. Partimos também da premissa de que a Economia Solidária se apresenta como uma alternativa de combate à alienação do trabalho, pois proporciona aos produtores o controle da produção (o que produzir, como produzir e para quem produzir), além de trabalhar no viés do coletivo, da satisfação das necessidades do grupo e não individualmente.

Chauí (2004), partindo do referencial marxista, define alienação como a incapacidade dos trabalhadores de reconhecerem-se como autores ou

produtores das mercadorias. Ainda mais grave é o fato de que os trabalhadores acreditam que elas valem o preço que custam e que não podem tê-las porque valem mais do que eles. Os operários não se reconhecem mais como produtores das riquezas e das coisas.

Gramsci designa como classes subalternas às classes sociais que são objeto de dominação econômica, política e ideológica, composta pelo proletariado, trabalhadores rurais e o campesinato pobre. Historicamente as classes subalternas foram dominadas pelo Estado (principal agente de dominação político-ideológico) responsável pela produção do consenso social, com base em uma concepção de mundo oriunda da classe dominante. O consenso se dá pela aceitação e internalização de valores contraditórios à classe em que pertence, isso é reforçado devido “a ausência de uma visão de mundo coerente e homogênea por parte das classes subalternas que lhes permita a autonomia” Mochcovitch (1990, p. 13).

Os modelos de produção (Taylorismo, Fordismo e Toyotismo) promoveram grande desenvolvimento industrial, mas também contribuíram para separar o produtor do produto. Anterior ao Taylorismo, a base de produção estava concentrada no trabalho do artesão, nessa etapa conhecia-se todo o processo da mercadoria; com a transformação nas relações de produção, o objetivo passou a ser produzir mais em menor tempo. O trabalho fragmentou-se. Cada trabalhador tornou-se responsável por uma parte do trabalho, desconhecendo o todo. Os modelos de produção garantiram mais agilidade na produção, aumento do número de mercadorias e revolução nas técnicas empregadas no trabalho (uma máquina faz o trabalho de centenas de homens em minutos), no entanto, ocasionou redução de vagas de trabalho e distanciamento na relação produção-produto.

Em Marx, nas obras *A Ideologia Alemã* e *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*¹⁴, encontramos as referências para entendermos o conceito de Lumpemproletariado. Essa categoria é tratada por Marx como uma massa

¹⁴ A obra traz uma análise de Marx sobre o golpe de Estado que Luís Bonaparte desferiu na França em 2 de dezembro de 1851. O estudo mostra o papel da luta de classes como força motriz da história e o caráter limitado e democrático da democracia burguesa. Essa obra aprofunda a teoria do Estado, mostrando a mobilização de Bonaparte com as massas, bem como sua traição a elas. Mediante golpe de estado contrarrevolucionário, Luís Bonaparte prolongou seu mandato, permanecendo no poder por mais de dez anos, com ampliação de poderes. No dia 2 de dezembro de 1852, proclamou-se imperador do segundo Império Francês.

informe, refugio de todas as classes, difusa, errante e acéfala, que concentra a parte pobre dos trabalhadores, usada para influenciar os companheiros de classe. Representa a população situada abaixo do proletariado, desprovida de recursos econômicos, de consciência política e de classe, além de uma porção da população dedicada a atividades marginais. No livro *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*, o lumpemproletariado está descrito.

Roués [rufiões] decadentes com meios de subsistência duvidosos e de origem duvidosa, rebentos arruinados e aventurecos da burguesia eram ladeados por vagabundos, soldados exonerado, ex-presidiários, escravos fugidos das galeras, gatunos, trapaceiros, Lazzaroni [lazarones], batedores de carteira, prestidigitadores, jogadores, maquereaux [cafetões], donos de bordel, carregadores, literatos, tocadores de realejo, trapeiros, amoladores de tesouras, funileiros, mendigos, em suma, toda essa massa indefinida, desestruturada e jogada de um lado para o outro, que os franceses denominam la bohème [a boemia]...(MARX, 2011, p. 91).

Recuperando algumas concepções importantes dos documentos de base do programa em estudo, ao analisar a cartilha do Mulheres Mil, vimos que a mulher é constantemente associada como um elo de influência na família, na comunidade e no bairro. Depreende-se do texto da política do programa que as experiências formativas gestadas nos cursos provocaram efeitos positivos para além do crescimento pessoal/individual de cada aluna, estendendo-se às pessoas do convívio dessas mulheres. As aprendizagens, inicialmente, resultaram em benefícios para a relação doméstica (no auxílio com as tarefas escolares dos filhos e aplicando os conhecimentos desenvolvidos no lar), além de levarem a outras finalidades, servindo como inspiração aos filhos e a outras mulheres que se espelham nesses modelos para a volta aos estudos.

A aproximação que fazemos das mulheres mil com o lumpemproletariado vem no sentido de que pessoas sem perspectiva de vida, com marcas psicológicas (reprimidas), excluídas da educação formal e à margem do mercado, ao retornarem sua trajetória de estudo, através dos cursos ofertados pelos institutos federais, podem desenvolver uma perspectiva de mudança. O processo inclui compreender o seu papel na sociedade e o potencial que carregam como sujeitos que aprendem e ensinam, redescobrimo-se como agente para a transformação social. A primeira etapa do processo pressupõe sair do estado amorfo (lumpemproletariado) para, progressivamente, atingir um estado de consciência crítica (proletariado).

Identificamos através dos escritos de Gramsci a educação como dimensão estratégica de luta pela transformação na sociedade. Esse autor apresenta um pensamento que reúne em uma proposta educacional uma formação geral, humanista e formativa, que agrupa conhecimento intelectual com o desenvolvimento de capacidades do trabalho. No centro da análise Gramsciana, a escola tem o poder de transformar, pois pode proporcionar às classes subalternas os meios para conscientizar, organizar, lutar e tornar-se capaz de governar. A cidadania na concepção Gramsciana é um objetivo da escola que conduz à elevação cultural das massas em oposição à interiorização acrítica da ideologia da classe dominante. Através da consciência política, as massas afastam-se do senso comum em direção ao bom senso.

É, pois, sobre esse bom senso- núcleo sadio do senso comum- que se deve trabalhar, procurando desenvolvê-lo e transformá-lo em consciência de classe, ou seja, concepção de mundo coerente e homogênea. E trabalhá-lo contra o senso comum no qual está entranhado e do qual deve ser recuperado como núcleo de uma consciência que ultrapasse o senso comum. (MOCHCOVITCH, 1990, p.16).

Na perspectiva de transformar a sociedade, Gramsci vê na consciência política da classe operária a direção para enfrentar e mudar a hegemonia burguesa, transformando a classe subalterna em classe dirigente e dominante.

A consciência política da mais jovem entrevistada neste estudo, trabalhadora da Cooperativa de Reciclagem de Resíduos Sólidos em Piratini, chamou-nos atenção, pois materializou a figura do intelectual orgânico desenvolvido por Gramsci. Em várias passagens, a entrevistada, demonstrou esclarecimento em relação a posições políticas e ressaltou a importância de desenvolver essas noções entre as colegas de trabalho e a comunidade. O autor define esse intelectual como aquele que difunde a concepção de mundo revolucionário entre as classes subalternas. Criado através da massa, eles organizam-se como líderes de partido político da classe operária, permanecendo em contato com a massa e tornando-se seu porta-voz.

Freire¹⁵ contribui para esta análise com o conceito sobre conscientização,

¹⁵ Na obra *Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos*, Freire trata do caráter político da educação e a impossibilidade da neutralidade. Mostra as implicações pedagógicas nas escolhas, por exemplo, do método, quando ao analisar cartilhas, percebe-as como instrumentos domesticadores que não partem do contexto dos sujeitos, mas reduz ao contexto

identificando-o como a própria ação cultural para a libertação. Em suas obras, esse conceito aparece repetidas vezes, e o autor afirma tratar-se de um processo humano que se dá com o desvelamento da realidade e a prática da transformação da realidade em sua dialeticidade, salientando que a conscientização não ocorre fora das práxis, mas na reflexão-ação. Assevera também que a consciência é condicionada pela realidade. Conscientização para Freire (2015, p. 139) “é um esforço através do qual, ao analisar a prática que realizamos, percebemos em termos críticos o próprio condicionamento a que estamos submetidos”.

Na obra *A educação para além do Capital*, de autoria de Mészáros¹⁶, reencontramos a esperança de que por meio de uma mudança na essência seja possível alcançar outra ordem social que não a desumanizadora¹⁷, fruto da sociedade do capital. O autor salienta que a escola formal não é o único lugar de aprendizado, há outros espaços, e que a aprendizagem não se limita a um tempo específico, pois aprendemos a todo momento e ao longo da vida, sendo tarefa da educação uma transformação social, ampla e emancipadora.

Mészáros (2008) traz importantes reflexões quando questiona a que serviço está à educação, isto é, se o que aprendemos serve para nosso crescimento intelectual ou serve para perpetuar a ordem social alienante. O autor levanta outras questões que recaem sobre o papel da educação na construção de um novo mundo possível e como se constitui uma educação que realize as transformações políticas, econômicas, culturais e sociais necessárias.

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu- no seu todo- ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma “internalizada” (isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma

linguístico, sendo tratado de forma mecânica, memorizado e repetido, esvaziado de conteúdo. Nesse livro, o autor aborda temas como alfabetização e a reforma agrária.

¹⁶ O autor alerta para as propostas reformistas no sistema educacional formal, pois representam estratégias do próprio capital para a manutenção do *status* conservador da sua ordem. O capital usa a educação como instrumento para internalizar valores, perspectivas e a moral de forma a legitimar-se na sociedade, usando-a a serviço da perpetuação da ordem social alienante do capital.

¹⁷ A lógica desumanizadora do capital tem no individualismo, no lucro e na competição seus fundamentos. Consultar: MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

subordinação hierárquica e implacavelmente impostas. (Mészáros, 2008, p. 35).

Ele anuncia que não é possível mudar a escola mantendo intacta a estrutura de preservação do sistema do capital e que seria ingênuo pensar que as soluções da educação podem estar dentro das bases do sistema capitalista, alegando que somente com uma mudança radical, com a transformação do sistema político e econômico vigente, poderá se almejar outra ordem.

As categorias de investigação abordadas neste estudo partem das ideias de contradição, dialética e trabalho, tendo no método de abordagem crítico-dialético o auxílio na compreensão e na constituição do fenômeno social tratado nesta tese.

O método crítico dialético é trabalhado nesta pesquisa como uma forma de compromisso do estudo em denunciar ideologias ocultas manifestadas em discursos oficiais, programas de governo, conflitos e interesses antagônicos. De outra forma, também manifesta as ressignificações pelas quais as propostas do campo educacional são submetidas tanto pelos agentes da política que as implementam e as reconfiguram, como pelos sujeitos das políticas, neste caso, as mulheres, que por meio da formação transformam o seu ser social, ampliando a noção de cidadania e emancipação.

A abordagem da teoria materialista histórico-dialética é válida para pensar o Programa Mulheres Mil, pois auxilia na compreensão do contexto histórico no qual a política foi implementada. O programa emerge no início da primeira década do século XXI, momento no qual o modelo capitalista demonstrava sinais de colapso, haja vista a imersão na crise estrutural na economia que se alastrou pelos países desenvolvidos e em desenvolvimento.

O artigo de Conceição Paludo e Fernando Bilhalva Vitória (2014) fornece contribuições para pensar o materialismo histórico-dialético à luz da política pública social na atualidade. Os autores¹⁸ apontam que o modo de produção capitalista enfrenta uma fase de transição e crise profunda, especialmente após 2008, capilarizado pelo campo da política, da cultura, econômico e enquanto esvaziamento de conteúdos e valores. O Estado é

¹⁸ Para saber mais, consultar: CUNHA, Célio; SOUSA, José; SILVA, Maria Abádia. O método dialético na pesquisa em educação. In: **Contribuições do materialismo histórico-dialético para o entendimento da política pública social na atualidade**. Campinas, SP: Autores Associados, 2014.

convocado para o enfrentamento da crise e das contradições internas que emergem em diversos países, tendo em vista as desigualdades sociais crescentes e as convulsões sociais.

Essa configuração de esgotamento do ideário neoliberal não tem mostrado sinais de retomada de direitos sociais. A opção parece ser a de uma relação intermediária, também denominada de terceira via ou terceiro setor, além de um retorno do populismo, como é o caso brasileiro, das políticas distributivas de cunho compensatório, que vêm garantindo não só votos como também governabilidade na continuidade do modo de produção capitalista com apoio popular- o que também não seria possível sem os meios de convencimento do aparato da mídia global. (PALUDO; VITÓRIA, 2014, p.125).

No Brasil, o caminho trilhado para enfrentar a crise envolveu a consolidação de parcerias público-privadas e a atuação da organização da sociedade civil sem fins lucrativos na tentativa de responder a determinados chamados não atendidos pelo poder estatal. Dessa forma, o Estado diminuiu seu papel enquanto executor de políticas públicas, tornando-se financiador e avaliador de políticas. A classe empresarial, vendo um filão de mercado na educação, passou a disputar e atuar no campo de diversas formas: oferecendo materiais pedagógicos padronizados aos estados e municípios, infiltrando-se nas gestões escolares, conduzindo as formações continuadas docentes, ofertando ensino privado ou efetuando parcerias nas quais o Estado financia ao privado um serviço que deveria ser fornecido pelo público.

Destarte a educação tornou-se central no campo de batalha, devido a sua representação como um território de múltiplas possibilidades. Pode desempenhar uma concepção de crítica e transformação da sociedade, mas também reforçar as ideias e pensamentos liberais através da reprodução no ambiente escolar da hegemonia da concepção da classe dominante com a sujeição dos trabalhadores. A prescrição dos currículos escolares pode obstaculizar o desenvolvimento humano, levando a minimização do currículo, a supressão de áreas de conhecimentos importantes, o enfoque em conteúdos mínimos de aprendizagem e a ênfase na formação para o trabalho para atender apenas às demandas do mercado. Certamente, o poder político que acompanha a educação é a causa do desejo por parte do setor empresarial, dos organismos internacionais, dos políticos e dos intelectuais.

A Hegemonia para Gramsci significou o predomínio ideológico das

classes dominantes sobre a classe subalterna na sociedade civil. A força da classe dominante está na aceitação por parte dos dominados de uma concepção de mundo que pertence aos seus dominadores. A filosofia da classe dominante atravessa todo um tecido de vulgarizações complexas para aparecer como senso comum, ou seja, a filosofia das massas, que aceitam a moral, os costumes e o comportamento institucionalizado da sociedade em que vivem. A escola, na perspectiva transformadora, constitui-se como meio de contra-hegemonia, dotada da função de formar os intelectuais que organizarão uma nova cultura, agindo na consciência. É imprescindível que as consciências sejam libertadas da hegemonia burguesa, criando uma nova cultura e valores e, conseqüentemente, constituindo uma nova ordem social.

Damos destaque ao trabalho de Leonardo Gonçalves (2017), resultado de seu doutoramento em educação, que desenvolveu uma análise da implantação do Ensino Médio Politécnico¹⁹ no Rio Grande do Sul, em 2012, na perspectiva histórico-dialética, com recorte no município de Rio Grande. Segundo o autor, a proposta adotada não se constituiu como proposição revolucionária que visa a desestruturar os fundamentos da educação capitalista, pois coadunou a força de trabalho às necessidades do Capital, descaracterizando o sentido marxiano e histórico-prático da Politecnia.

Gonçalves (2017), no anseio de compreender a questão educacional para o Partido dos Trabalhadores, valeu-se da leitura de Machado²⁰ (2006), que analisou a gestão e qualidade nas administrações populares dos governos do PT na cidade de Porto Alegre/RS. Machado (2006) assevera que os primeiros anos em que o PT assumiu a administração municipal os

¹⁹ Constitui uma proposição revolucionária que visa a desestruturar os fundamentos da educação capitalista, principalmente através da articulação do conhecimento (históricos e científicos) com o trabalho produtivo, atividades físicas e educação intelectual. Entre seus princípios, encontramos a unificação do trabalho manual e o trabalho intelectual no processo educativo da classe trabalhadora, a formação omnilateral e as relações sociais anticapitalistas, baseada no coletivo e na auto-organização. Não confundi-la com Polivalência, uma formação que visa ao adestramento funcional para a readequação da força de trabalho no campo produtivo. A sociedade russa e a cubana são exemplos de nações que implantaram a Politecnia, respeitadas as particularidades de cada uma. A base teórica sustenta-se em pedagogos russos como Anton Makarenko e Moisey Pistrak. Para saber mais, consultar a tese de Leonardo Dorneles Gonçalves nas referências deste estudo.

²⁰ Alguns aspectos em torno da luta educacional do PT não foram abandonados, entre eles: o desejo por construir uma educação libertadora, envolvimento e participação da comunidade na construção dos objetivos da escola, a participação e o reconhecimento da importância dos estudantes no processo educativo, a função da escola na formação de cidadãos responsáveis e éticos e a valorização do magistério.

posicionamentos foram mais firmes e radicais, alinhados com o projeto de sociedade defendido pelo partido. A defesa incluía as ideias de ensino público para as classes populares como cultura de resistência e o controle das escolas pelos membros e organizações sociais. Primava-se pela democratização da educação como direito fundamental. Contudo, houve alteração na postura quando passou da posição de pensar a política para executar a política, ressignificando ideais e, conforme o partido foi crescendo eleitoralmente, a plataforma eleitoral e as orientações para políticas foram sendo “abrandadas”, a fim de obter maior aceitação e garantir vitória nas eleições.

Sobre as mudanças ocorridas nos últimos anos, com a gestão petista à frente do poder executivo, no que concerne ao campo educacional, Gonçalves (2017), assinala que o PT assumiu para si posturas relativas à educação que lhe permitiram permanecer no poder. Destarte “A política de alianças, o projeto de conciliação e o pacto pela governabilidade que presenciamos nos últimos anos atestam este argumento, bem como as proposições aqui já analisadas na forma de orientações, políticas e diretrizes” (p.152).

De outra forma, Dias (2016), compreende a atuação do PT diferentemente da lógica que o destina exclusivamente à via da concessão ao capital para governar. O autor vê o PROUNI e o PRONATEC como programas de Educação para Todos que se enquadram na lógica da contradição, uma vez que favorecem e fragilizam a lógica do capital. Comenta sobre a necessidade de extrapolar as nomenclaturas, aprofundando a essência e as contradições presentes nas ações/programas/projetos e objetivos.

Favorecem na medida em que financiam instituições privadas de ensino com o dinheiro do poder público, muitas vezes em detrimento do investimento na educação pública. Ajudam quando viabilizam os processos de formação como treinamento ou adestramento de indivíduos para serem inseridos como força de trabalho, especializada, farta, barata e serva do produtivismo do mundo capitalista. Por outro lado, o Prouni e o Pronatec possibilitaram o acesso de milhares de pessoas à formação para a cidadania crítica e ativa, bem como para o trabalho livre- este entendido como fonte de humanização. Neste sentido, o Prouni e o Pronatec proporcionaram potencialidades emancipatórias. (DIAS, 2016, p. 79 e 80).

O discurso e a linguagem que dominam o ideário neoliberal preconizam que o indivíduo é o único responsável pelo seu sucesso, dessa forma, acompanhado por tal premissa, é disseminada no campo educacional a

naturalização de temas como competência, busca por resultados, alcance de metas e ênfase no empreendedorismo, assuntos presentes nos documentos base do PMM. Há uma aproximação e internalização dos valores econômicos à educação.

O trabalho de Santos (2017) sobre as parcerias público-privadas na educação discute como se insere na educação conteúdos do campo econômico, como a inclusão das competências socioemocionais e a lógica gerencial. O autor analisa a parceria entre uma organização não governamental, o Instituto Empreender Endeavor²¹, e a sua intervenção no campo público com o Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), através do programa *Bota para Fazer: crie seu negócio de alto impacto*. O estudo teve como foco o conteúdo da proposta de educação que fundamenta os cursos de empreendedorismo do instituto estadunidense, promovido em parceria com instituições públicas na educação brasileira. Sua contribuição nesta pesquisa recai na atenção à lógica de que os grupos empresariais querem definir o que deve ser ofertado no campo da educação. De acordo com Santos (2017), “a lógica mercantil deve ocupar e controlar todos os espaços da sociedade, inclusive a subjetividade dos indivíduos”.

Atualmente, no Brasil, um termo em voga é o “empreendedorismo social²²”. A mídia propaga visões de que qualquer indivíduo pode vir a ser um empresário bem sucedido. A televisão aberta²³ é um expoente de influência para disseminar esse ideal.

A influência dos valores empresariais aparece com força nos conteúdos curriculares brasileiros através da importação de métodos de ensino

²¹ É uma organização não governamental fundada em 1997, em Miami, nos Estados Unidos, por Linda Rottenberg e Peter Kellner. Atualmente está em mais de 30 países e tem como missão criar soluções para a superação das problemáticas sociais através de Empreendedorismo Social. Consultar: <https://endeavor.org.br/quem-somos/> Acesso em 25/01/2019.

²² De acordo com Santos (2017), o empreendedorismo social derivou do empreendedorismo empresarial. Apresenta-se como fórmula que incorpora os elementos do mundo do negócio para resolver com eficácia a situação das populações vulneráveis.

²³ A Rede Globo, nos quadros da sua programação, oferta todos os sábados o programa *Caldeirão do Huck*, com o comunicador Luciano Huck. O artista apresenta o quadro *Mandando Bem*, que tem por objetivo auxiliar indivíduos com talento para se tornarem empreendedores. Nesse quadro, uma banca de profissionais do ramo oferece conselhos para transformar o empreendimento em sucesso. Ressalta-se que a audiência atinge milhões de expectadores. Outro exemplo de programa com grande visibilidade e com lógica semelhante, ou seja, disseminar a noção de empreendedor foi *O Aprendiz*. Esse programa foi apresentado por emissoras concorrentes à Globo.

desenvolvidos nos Estados Unidos. O método Líder em Mim²⁴, por exemplo, tem por base desenvolver habilidades em crianças do 1º ao 9º ano, naturalizando conceitos, tais como: a criatividade, a colaboração, a responsabilidade, a liderança, a pró-atividade, a capacidade de traçar objetivos e o planejamento.

No período de execução do Programa Mulheres Mil, por parte do governo, houve um estímulo e facilitação ao microcrédito e à inscrição como empreendedores individuais. Todavia, tornar-se um empresário bem sucedido envolve um conjunto de características, como a criatividade individual, o conhecimento do produto para o mercado e as necessidades do mercado. Milhares de indivíduos ludibriados pela imagem do sucesso em empreender tiveram aumentadas as dívidas em busca desse sonho, pois em meio às promessas do lucro, em oposição, havia os riscos e as oscilações do mercado²⁵. Segundo Santos (2017), o Estado acusado de ser causador da crise do capital afastou-se da execução das políticas sociais e os sujeitos foram incentivados a buscar individualmente soluções para a melhoria de suas vidas. O empreendedorismo mostrou-se como receita para superar a crise do desemprego, contudo, jogou para o indivíduo o ônus e a responsabilidade pelo sucesso/insucesso.

A educação, entremeada aos interesses do capital, acaba por se tornar vítima em seus princípios básicos, isto é, está em jogo a deteriorização da educação democrática para uma adaptação dos sujeitos às demandas do mercado. Partimos da análise da totalidade (o contexto no qual os sujeitos estão envolvidos) com os interesses que rodeiam a educação para captar o objeto de pesquisa, o PMM, e seus determinantes. A escolha por investigar essa política pública educacional, voltada à formação técnica, de caráter afirmativo, apresenta tensões e contradições, deixadas em evidência ao longo

²⁴ Esse método nasceu em 1999, escrito por Stephen Covey, baseado no livro: *Os sete hábitos das pessoas altamente eficazes*. Trata-se de etapas, correspondendo a sete passos básicos para constituir líderes.

²⁵ Segundo pesquisas do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), a taxa de mortalidade de pequenas empresas no ano de 2012 atingiu o índice de 22% a 25% (de acordo com a região). Esse índice refere-se às empresas de até dois anos. Os fatores associados ao fechamento são: experiência no ramo, motivação para abrir o negócio, planejamento, gestão e capacitação dos donos em gestão empresarial. Para saber mais: <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/sobrevivencia-das-empresas-no-brasil-102016.pdf>. Acesso em 25/01/2019.

dos capítulos. Chama a atenção, nas últimas décadas, a centralidade por parte dos organismos internacionais quanto ao foco nas mulheres como agentes de atuação e instrumento de combate à miséria pelo ideário neoliberal, além da sintonia entre os discursos da esquerda brasileira com as ideias neoliberais, materializadas nos programas e ações políticas de continuidade no governo Lula e Dilma. Contudo, o contato com as mulheres participantes do curso de Cartonageiro à mão e Agentes de Resíduos Sólidos trouxe uma perspectiva de mudança e transformação do ser social a partir da formação nos cursos investigados neste estudo.

A educação mostra-se um terreno fecundo para difundir a lógica do capital como princípio ordenador da vida dos homens em sociedade e, cientes dessa potência, as agências e organismos internacionais (UNESCO, BM, UNICEF, PNUD, FMI...) lançam propostas no campo educacional. A Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada pela UNESCO, em 1990, representa um exemplo desses esforços.

A Tese de Antonio Francisco Lopes Dias (2016) discute a proposta de Educação para Todos do Estado Brasileiro e as implicações da efetividade do objetivo de formar o cidadão usando como referencial a perspectiva Material-Dialética de Marx. De acordo com o autor, conforme demonstrado em seu trabalho, é possível engendrar perspectivas emancipatórias que favorecem as lutas sociopolíticas pela superação da lógica do capital. Ele parte da hipótese de que formar o cidadão produz condições potencialmente capazes de fragilizar a existência vigorosa do capital. Todavia, Dias (2016) não nega que o Estado pode colaborar ao dispor de seus poderes e aparelhos em prol dos interesses capitalistas.

Quando, por exemplo, formula políticas e projetos que visam educar a todos os indivíduos, determinando que a Educação seja disponibilizada como instrumento de difusão da ideia de que a lógica do Capital aglutina os fins, meios e conteúdos constituintes da vida social sadia. (DIAS, 2016, p. 112).

Dias (2016) parte da análise dos desenvolvimentos históricos que culminaram em 1990 com a proposta de Educação para Todos, da Unesco e seus parceiros, e o acolhimento da proposta pelo Brasil a partir de 1994,

provocando interferências no rumo da política educacional brasileira²⁶. Dias (2016) destacou a participação do Banco Mundial no gerenciamento para a realização do evento, bem como na escrita que serviu como texto base para os debates da conferência, reforçando o ativismo desse organismo no movimento de converter a educação como suporte e expansão da lógica do capital. Na proposta de Educação para Todos, dois pontos são destacados por Dias: um favorece a lógica do capital, na perspectiva de formar pessoas para o mundo do trabalho sob o jugo do poder do capital, enquanto o segundo ponto vai à contramão do capital, quando trata da formação dos educandos como cidadãos. A percepção dessas contradições requer um olhar atento, conforme assinala Dias.

Vista da ótica marxiana, o real é produto da determinação Material-dialética. Sendo assim, a lógica e o poder do Capital, o projeto geral e os objetivos da EpT, a instituição que os propõe (o Estado brasileiro, por exemplo), a concepção de Educação adotada nas propostas, o trabalho educativo de educadores/educandos, tudo isso e mais são partes do real e, portanto, dialéticos, mutáveis, contraditórios.(DIAS, 2016, p. 17).

Cabe ressaltar que, de acordo com as leituras depreendidas em Marx, numa visão dialética, vê-se que o real é multideterminado e que há sempre contradições. O real não pode ser visto como algo imutável, porque é movimento, está sempre aberto às mudanças.

1.4 A METODOLOGIA E O CAMPO EMPÍRICO

Esta pesquisa foi realizada no Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia Sul-rio-grandense, no *Campus* Pelotas. O instituto é composto por 14 *campi*, contando com 1895 servidores e oferta cursos técnicos presenciais (Integrado, Concomitante e subsequente), ensino técnico a distância (Subsequente), ensino de graduação presencial (Tecnologia, Bacharelado e

²⁶ Os compromissos assumidos na Conferência de Educação para Todos no qual o Brasil foi signatário teve influência na nova versão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96; nos Parâmetros Curriculares Nacionais, no Plano Nacional de Educação/2001 e, atualmente, os ideais neoliberais estão enraizados nas mudanças da Base Nacional Comum Curricular.

Licenciatura), ensino de pós-graduação presencial (Especialização e Mestrado), ensino de pós-graduação a distância e cursos destinados à qualificação de servidores estaduais e municipais (Pró-Funcionário). O *Campus Pelotas* concentra o maior número de alunos no ensino técnico presencial e é um dos três *campi* que disponibiliza vagas para o Mestrado.

Tabela 1- Número de matrículas no IFSul: ensino técnico (presencial e a distância), Graduação e Pós-graduação

Modalidades de Ensino:	<i>Campus Pelotas</i> :	Total no IFSul:
Ensino Técnico Presencial:	3276	9.221
Ensino Técnico a distância	10	3805
Ensino de Graduação Presencial	1201	3.180
Ensino de Pós-graduação (Especialização e Mestrado)	269	479

Fonte: Adaptado pela autora a partir do Sistema Q-acadêmico, maio de 2017.

Ao comparar o número de matrículas do *campus Pelotas* com o quantitativo total de matrículas do instituto, percebe-se a representatividade deste *campus* no atendimento aos estudantes. Ressalta-se que, de todos os *campi*, Pelotas é o mais antigo e, devido a sua história, goza de grande prestígio no estado gaúcho, recebendo alunos de vários municípios.

Neste estudo, optou-se pela abordagem metodológica qualitativa, através de estudo de texto, análise documental e entrevistas com 5 gestores e 9 egressas de dois cursos do Programa Mulheres Mil desenvolvidos no *campus Pelotas*. A escolha pelo *campus Pelotas* deve-se pela facilidade de acesso, uma vez que resido na mesma cidade e pela característica dos cursos (Cartonageiro e Agente de Resíduos Sólidos) que deram origem a organizações de empreendimentos da perspectiva da economia solidária. Mesmo com vários percalços, a Associação Entrelaçadas e a Coopiratini reúnem egressas dos dois cursos mencionados, que extraem rendas através das atividades desenvolvidas nesses espaços.

O contato com os sujeitos que participaram da formulação e

implementação da política foram fundamentais para compreender os antagonismos entre a proposta idealizada e a real. Os documentos que deram base ao Programa Mulheres Mil carregavam algumas promessas que, na prática, não foram atingidas (elevação de escolaridade e inserção no mundo do trabalho). Contudo, o diálogo com as ex-alunas e com os gestores nos permitiu acompanhar ações produzidas no processo da formação que não estavam previstas nos documentos e foram atingidas. O crescimento emocional e a consciência crítica foram elementos apontados pelas mulheres e, certamente, foram marcas tão importantes quanto à autonomia econômica.

Cabe uma pequena explicação acerca da opção por entrevistas com gestores e alunas do PMM. Os gestores foram escolhidos pelo poder que exercem na orientação da política dentro do instituto. Eles fazem a conexão entre aqueles que pensam a política e aqueles que vivem a política. No IFSul, ocorreu um forte vínculo dos gestores do PMM, no *campus* Pelotas, com o Núcleo de Economia Solidária, o que resultou em um processo particular, provavelmente diferente de outros *campi* que não estabeleceram essas relações. O contato com as alunas permitiu acompanhar como repercutiu a proposta. As entrevistas não tinham a intenção de confirmar a eficácia do programa por meio da inserção ou não no mundo do trabalho e se a renda havia sido elevada após as formações - não que esse tipo de pesquisa seja desprezado -, a intenção estava em compreender a formação em um sentido mais amplo.

Nos depoimentos das ex-alunas buscou-se revelar as dificuldades enfrentadas para superar os entraves a uma nova forma de organização econômica que se coloca como alternativa ao modelo capitalista, além de apontar as exigências implicadas a quem busca introduzir-se na perspectiva da Economia Solidária.

A coleta de dados envolveu a realização de entrevista semi-estruturada com dois grupos de alunas, respectivamente, Reciclador de Resíduos Sólidos, envolvendo sete mulheres que realizaram a formação e atuam na cooperativa de resíduos sólidos de Piratini, e duas mulheres do curso de Cartonageiro à Mão. Ainda, foram realizadas entrevistas com cinco gestores, todos com vínculo com o Instituto Federal e que participaram do Programa Mulheres Mil em sua fase de elaboração. Desses, quatro atuaram como docentes das

formações promovidas pelo programa. As entrevistas com as ex-alunas do PMM ocorreram nos meses de junho e julho de 2018, primeiramente em Pelotas e depois em Piratini, no local de trabalho das cooperadas e, em Pelotas, no Instituto Federal Sul-rio-grandense, no *campus* Pelotas, na sala do Núcleo de Economia Solidária. A técnica empregada incluiu roteiro pré-definido de perguntas. As entrevistas com os gestores ocorreram nos anos de 2015, 2017 e 2018.

A pesquisa qualitativa, que é a base deste trabalho, é um método de investigação científica que possibilita compreender as características do fenômeno estudado. Cabe lembrar que a pesquisa qualitativa por muito tempo sofreu críticas, e esteve associada a um conhecimento especulativo e pouco rigoroso. Com os inúmeros trabalhos desenvolvidos por antropólogos e sociólogos ela foi, paulatinamente, consolidando-se como campo de conhecimento e mostrando sua validade no que tange a compreender a realidade e transformá-la.

Segundo Triviños (p. 131, 2013), a pesquisa qualitativa segue a mesma rota da investigação, “[...] existe uma escolha de um assunto ou problema, uma coleta e análise das informações”. Contudo, no processo que acompanha a pesquisa, as informações que se recolhem são interpretadas, podendo originar a busca por novos dados. Com isso, a pesquisa qualitativa não segue uma sequência rígida de etapas da qual a pesquisa quantitativa é acometida. Outra vantagem de se trabalhar com a abordagem qualitativa recai na liberdade quanto à seleção dos temas de preferência e da incursão aprofundada sobre o tema escolhido. A possibilidade da variação metodológica, com o uso de múltiplas fontes, permite enriquecer o trabalho, tornando-o mais completo. Neste trabalho foram utilizadas diferentes fontes, tais como: documentos, fotografias e entrevistas numa perspectiva de complementaridade, auxiliando na compreensão do objeto investigado.

De acordo com Yin (2016), um estudo de abordagem qualitativa, para adquirir credibilidade, deve atender a três objetivos, em primeiro, a transparência, permitindo que os interessados possam acessar os dados da pesquisa, o que transfere ao pesquisador a obrigação quanto à rigorosidade na descrição e a documentação dos registros. Outro objetivo tange ao caráter metódico, que inclui percorrer um conjunto ordenado de procedimentos da

pesquisa, evitando um trabalho descuidado e, por último, a fidelidade às evidências.

Para o presente estudo, optou-se por uma modalidade de pesquisa, o Estudo de Caso, para abordar com intensidade o objeto de interesse. Dois cursos do Programa Mulheres Mil, desenvolvidos no *campus* Pelotas, representam o campo empírico da pesquisa. Inicialmente, duas entrevistas piloto foram realizadas com ex-alunas do curso de Cartonageiro, que, após o encerramento do curso, reuniram-se para constituir a Associação Entrelaçadas. As técnicas da Cartonagem permitiram a confecção de trabalhos, a venda de produtos e a obtenção de rendimentos; a outra organização analisada foi a Cooperativa de Reciclagem de Resíduos Sólidos, em Piratini. A pretensão em investigar esses dois casos de sucesso, envolvendo o Programa Mulheres Mil, serve para um entendimento maior que esses casos sugerem a respeito do todo. Para Gil (p.55, 2002), o estudo de caso tem como finalidade proporcionar uma visão global do problema ou de identificar possíveis fatores que o influenciam ou são por ele influenciados.

De acordo com Magda Ventura (2007), ao escolher o estudo de caso como instrumento de investigação, é preciso estar atento aos perigos desse tipo de pesquisa, tais como a facilidade de realizar a pesquisa, a dificuldade de levar a generalização, como também a possibilidade de o pesquisador ser levado por falsas evidências ou deixar de ver a fidedignidade dos dados. O rigor científico deve manter-se em todas as fases do estudo, que envolve planejamento, análise e interpretação.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa que se vale das técnicas de entrevista e da análise documental para a sua realização, visando ao esclarecimento do estudo de caso proposto. Nesta pesquisa, optamos por realizar estudo de caso de dois cursos ofertados pelo Programa Mulheres Mil, o curso de Cartonageiro à Mão e o Curso de Reciclador de Resíduos Sólidos, desenvolvidos no *Campus* Pelotas, que guardavam, no projeto pedagógico do curso, uma das premissas do programa, qual seja a vertente do empreendedorismo. Algumas das características de empreender estão associadas à autogestão, a autoadministrar e à noção de ser empresário de si mesmo.

Veremos, ao longo do trabalho, que a fórmula do empreendedorismo,

tão difundida no cenário atual, apresenta percalços, dificuldades apontadas pelas próprias alunas do Cartonageiro à Mão, quando manifestam os problemas na organização e das idas e vindas de vários integrantes da Associação. Contudo, o empreendedorismo também se mostra como uma porta para a independência financeira. Esses dois casos foram escolhidos porque sustentam a ideia de buscar uma solução para as intempéries do desemprego no coletivo, na associação e no cooperativismo, além do que, na perspectiva aqui adotada, representam casos de sucesso.

A análise de documentos, revista, relatórios e legislações dialogam com os relatos das depoentes, ex-alunas de dois cursos promovidos pelo *Campus Pelotas* (IFSul), bem como dos cinco gestores envolvidos na consolidação do Programa Mulheres Mil.

Para preservar a identidade dos sujeitos, adotamos a nomenclatura “Gestor 1”, “Gestora 2”, “Gestora 3”, “Gestor 4” e “Gestora 5”, Associação Entrelaçadas, “Sujeito A”, “Sujeito B e cooperativadas da COOPIRATINI, “Sujeito 1”, “Sujeito 2”, “Sujeito 3”, “Sujeito 4”, “Sujeito 5”, “Sujeito 6” e “Sujeito 7” (Tabela 1). A entrevista com a gestora 2 ocorreu nas dependências do Instituto Federal Sul-rio-grandense, no *campus Pelotas*, em dia e horário agendado, bem como a entrevista com o gestor 1, que foi realizada em outro prédio da instituição. As entrevistas com os sujeitos A e B foram inesperadas, sem prévia marcação. Houve tratamento em relação à adequação da fala aos padrões da linguagem coloquial, bem como a eliminação de ruídos. As entrevistas desenvolvidas com os gestores 3 e 4 foram agendadas com antecipação e ocorreram no IFSul/campus Pelotas. A entrevista com a gestora 5, após uma desmarcação, foi realizada na biblioteca da Universidade Federal de Pelotas. As entrevistas desenvolvidas com as cooperativadas da COOPIRATINI ocorreram no próprio local de trabalho, em Piratini.

Tabela 2 - Sujeitos entrevistados

Identificação:	Idade:	Tempo de entrevista:
Gestor 1 ²⁷	-	27 minutos e 64 segundos

²⁷ O servidor é docente do Instituto Federal Sul-rio-grandense, está à frente da Coordenação Geral do Pronatec desde sua implantação. Trabalha no instituto há 22 anos. A entrevista foi agendada e realizada em um dos prédios alugados para o IFSul onde concentrava a Pró-

Gestora 2 ²⁸	47	51 minutos
Sujeito A ²⁹	50	42 minutos
Sujeito B ³⁰	68	42 minutos
Gestora 3 ³¹	-	45min15seg
Gestor 4 ³²	57	2h30min38seg
Gestora 5 ³³	39	1h29min32seg
Sujeito 1 ³⁴	39	21min14seg
Sujeito 2 ³⁵	-	11 minutos
Sujeito 3 ³⁶	-	8min15seg
Sujeito 4 ³⁷	29	12min20seg
Sujeito 5 ³⁸	52	9min07seg
Sujeito 6 ³⁹	27	7min51seg
Sujeito 7 ⁴⁰	19	16min44seg

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

reitoria de Extensão e Cultura e a Assistência Estudantil, atualmente, o instituto possui um prédio próprio onde concentra a Reitoria.

²⁸ Gestora 2 - Trabalha no Serviço Federal há sete anos. Atuou como professora na disciplina Saúde da Mulher e há quatro anos é gestora no Programa Mulheres Mil.

²⁹ Sujeito A - A depoente tem 50 anos. Fez o curso de Empregada Doméstica (2013) e Cartonageiro (2014). Em 2015, foi convidada a realizar um curso de extensão ofertado pelo curso de Design. Atua como empregada doméstica e produz trabalhos manuais, fruto das aprendizagens no curso de Cartonageiro. Os cursos do Programa Mulheres Mil ocorreram das 18h às 21h e 40min, três vezes na semana, com duração de 6 a 7 meses.

³⁰ Sujeito B - A depoente tem 68 anos. Aposentada, começou a trabalhar aos nove anos de idade. Realizou o curso de Cuidador de Idosos (2013) e Cartonageiro (2014). Em 2015, foi convidada a realizar um curso de extensão ofertado pelo curso de Design. Atualmente, produz trabalhos manuais, fruto das aprendizagens no curso de Cartonageiro.

³¹ Servidora pública há 42 anos, ocupa o cargo de Assistente Administrativa. A gestora tem uma importante atuação no Programa Mulheres Mil em nível nacional e no IFSul atua como coordenadora geral do programa. A entrevista foi agendada e realizou-se no *campus* Pelotas.

³² Servidor público, trabalha há 23 anos no IFSul, ocupa o cargo de Técnico em Assuntos Educacionais e é coordenador do Núcleo de Economia Solidária. A entrevista foi agendada e ocorreu no *campus* Pelotas.

³³ Bolsista do CNPq no projeto do Núcleo de Economia Solidária Incubação de Cooperativas (NESIC), formou-se em Tecnólogo em Gestão Pública, realizando uma especialização em educação profissional no IFSul.

³⁴ É presidente da Coopiratini e integrante desde sua fundação.

³⁵ Membro da Coopiratini.

³⁶ Membro da Coopiratini.

³⁷ Membro da Coopiratini.

³⁸ Membro da Coopiratini.

³⁹ Membro da Coopiratini.

⁴⁰ Membro da Coopiratini.

Uma das entrevistas ocorreu em 08/06/2017⁴¹, no período da tarde, dentro das dependências do Instituto, dia em que estava ocorrendo uma feira, com a exposição para venda de produtos alimentícios, orgânicos, artesanato e plantas ornamentais. Nessa ocasião, avistei as duas mulheres que vestiam um moletom do Programa Mulheres Mil em um estande, com vários materiais à venda (agendas, cadernos, blocos de papel, entre outros). Parei em frente à banca e iniciei uma conversa sobre os produtos expostos e, posteriormente, apresentei minha intenção em realizar uma entrevista com as ex-alunas do Programa Mulheres Mil. As senhoras demonstraram interesse e sugeriram que fôssemos a uma sala reservada. Encaminhamo-nos para um espaço pertencente ao Núcleo de Economia Solidária da Instituição, do qual portavam a chave; permanecemos lá por 42 minutos.

A entrevista com os sujeitos A e B foi coletiva/compartilhada, gerando um grau de dificuldade ao transcrever as falas, pois a dinâmica foi peculiar, os lapsos de memória ou pausas para reflexões, comuns nas entrevistas, tomaram outra proporção, na medida em que uma depoente apoiava-se na outra e, ao não lembrar, prontamente era auxiliada pela rememoração da colega. As duas senhoras realizaram o curso de Cartonageiro à Mão, oferecido em 2014, pelo *campus* Pelotas. Por não dispor de conhecimento sobre o campo da cartonagem, perguntei às alunas o que haviam aprendido no curso e do que se tratava. A depoente “Sujeito B” disse que os ensinamentos lhe proporcionaram conhecimento de como montar um caderno, um livro e que as aulas práticas na gráfica mostraram como trabalhar na máquina e cortar. [...] *A gente faz agendas daquelas igual a que tem nas livrarias [...]*.

1.5 OS PROCEDIMENTOS ÉTICOS

O desenvolvimento da pesquisa levou em consideração os requisitos

⁴¹ Houve facilidade no encontro com as alunas, uma vez que já tinha conhecimento sobre elas. Eu já havia sido avisada, por outra depoente, sobre a importância de comunicar-me com as duas participantes do Programa Mulheres Mil. Nesse período, exerci a função de professora substituta de Sociologia, no *Campus* Pelotas, e, nesse dia, devido ao intervalo de aula, desci ao saguão para adquirir os produtos da Feira e deparei-me com as alunas.

éticos que norteiam, em nosso país, a pesquisa com seres humanos. O projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Unisinos.

Por se tratar de uma pesquisa com seres humanos, foi elaborado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, contendo informações sobre o trabalho (objetivos, metodologia e trato com o material empírico). O documento foi assinado pelas participantes, firmando-se o compromisso de que o anonimato seria preservado. Além disso, afirmou-se que as informações seriam utilizadas apenas para fins desta pesquisa e que cada indivíduo pode se reservar o direito de participar ou não do estudo, ou afastar-se dele se assim o desejar, conforme prevê a Resolução 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde.

Neste capítulo, a intenção foi apresentar de que forma o objeto de estudo foi sendo estruturado, além de trazer as razões que levaram a esta pesquisa, como se deu a aproximação com o tema e a justificativa da importância de estudos como este sobre as políticas educacionais de combate à pobreza. No segundo capítulo, será mostrado o levantamento feito a partir de pesquisas sobre o Programa Mulheres Mil e como as leituras estabelecidas permitiram cercar o objeto.

CAPÍTULO 2: ESTADO DO CONHECIMENTO

Neste capítulo, partimos da análise de pesquisas que dialogam sobre a educação profissional e tecnológica e o Programa Mulheres Mil. A pretensão desta seção é trazer o conteúdo existente sobre o tema e avançar nas lacunas sobre o que ainda precisa ser feito para produzir políticas de gênero de combate à pobreza, reduzindo a desigualdade e garantindo proteção social a uma parcela da população bastante vulnerável, no caso, as mulheres.

Buscou-se mapear, através do banco de teses e dissertações da

Capes, pesquisas sobre o Programa Mulheres Mil, utilizando-se esse descritor. Da consulta empreendida foram localizados 41 trabalhos, sendo três Teses e 38 Dissertações (Quadro 1). Outro descritor consultado foi o PRONATEC, obtendo-se mais de 150 resultados; contudo, desses, apenas cinco trabalhos foram analisados (Quadro 2), três dissertações sobre o PRONATEC em Pelotas, uma dissertação que estabelece reflexões acerca da qualificação de mulheres de baixa renda a uma política feminista, e uma Tese de Doutorado, que analisa o combate à pobreza e à fome no Brasil a partir do histórico das políticas federais. Consultas a artigos científicos, no *Scielo*, jornais, revista e relatórios de Gestão do Instituto Federal Sul-rio-grandense também foram usadas como fonte para a pesquisa. Para tornar a análise mais didática, optou-se pela elaboração de um quadro de acompanhamento dos estudos produzidos acerca do Programa Mulheres Mil e do PRONATEC.

Quadro 1 – Referencial Teórico: Pesquisas sobre o Programa Mulheres Mil

Tipo	Ano	Título	Autor
Dissertação	2014	Mulheres, conquistando espaços dentro do instituto federal de educação ciência e tecnologia do ceará (ifce) – <i>Campus Iguatu</i>	Silvelena Alves de Araujo Oliveira
Dissertação	2015	As trilhas do empoderamento feminino no IF Baiano - <i>Campus Uruçuca</i>	Jordana Medeiros Coutinho

Dissertação	2016	Capital social e o programa mulheres mil no âmbito do Instituto Federal De Educação, Ciência e Tecnologia Do Maranhão/ <i>Campus Imperatriz</i>	Wdiglan Barbosa de Sousa Nunes
Dissertação	2015	Programa Mulheres Mil: um olhar sobre a inserção das egressas no mundo do trabalho	Fabiane Brito Mendes Teles
Dissertação	2016	Identidade de gênero feminino no programa mulheres mil: verdades, poder e subjetivação	Kelly Cristine Ferreira
Dissertação	2016	Avaliação da implementação do programa nacional de acesso ao ensino técnico e emprego Pronatec Mulheres Mil: um estudo de caso.	Ari de Araujo Vilar de Melo Filho
Dissertação	2013	Programa Mulheres Mil no Instituto Federal de Sergipe: interfaces com a educação e o trabalho	Maria Auxiliadora Silva Moreira Oliveira

Dissertação	2016	Cidadania e formação profissional de mulheres: uma análise do programa Mulheres Mil No Município de Guarabira/PB	Simone Fernandes da Silva
Dissertação	2015	Programa Mulheres Mil: uma análise no campo das políticas de inclusão do IFSC	Juliana de Souza Augustin Pereira
Dissertação	2015	“Quando eu saí de casa” – inventário das políticas públicas e práticas educativas emancipatórias do Programa Mulheres Mil	Hanen Sarkis Kanaan
Dissertação	2015	Programa mulheres mil: subjetividade, inclusão e governabilidade	Carla Renata Capile Silva
Dissertação	2016	Mulheres Mil como política pública de inclusão social: uma análise do empoderamento feminino	Silverli Marcia Ferreira
Dissertação	2016	Curso de letramento laboral para cuidadores de idosos: uma proposta de intervenção.	Marta Helena Feitosa Silva

Dissertação	2015	Políticas públicas para mulheres de baixa renda no Brasil: estudo de caso sobre o Programa Mulheres Mil no Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – <i>Campus Pirapora</i> .	Erica Souza Tupina
Dissertação	2014	A construção identitária de mulheres: análise das narrativas do livro Mulheres Mil/do sonho à realidade	Silvana Sonia Oliveira da Silva
Dissertação	2015	Programa Mulheres Mil: uma oportunidade de reinserção social cidadã às reeducandas da penitenciária feminina do Distrito Federal	Crisoneia Nonata de Brito Gomes
Dissertação	2016	Reconhecimento de saberes no programa mulheres mil: entre a colonialidade do poder e de gênero	Stela Marcia Moreira Rosa
Dissertação	2011	Projeto Mulheres Mil e gênero: comercialização das pequenas produções das mulheres no setor Santa Bárbara em Palmas	Ana Carolina Falcão Braga

Tese	2017	As significações do III plano nacional de políticas para as mulheres e do Programa Mulheres Mil: educação profissional para mulheres pobres	Fernanda de Magalhães Trindade
Dissertação	2013	A qualificação profissional e cidadã: um estudo do programa mulheres mil, a partir da experiência do Instituto Federal De Goiás, <i>Campus</i> de Luziânia	Leticia Erica Gonçalves Ribeiro
Dissertação	2016	Relevância do programa mulheres mil para o capital social das participantes	Suzana Curi Guerra
Dissertação	2014	O programa Mulheres Mil no Instituto Federal do Amapá – IFAP, <i>Campus</i> Macapá: um estudo sobre os impactos do curso de assentamento de cerâmica e porcelanato na vida das egressas.	Arlene Da Silva Gomes
Dissertação	2015	Programa Mulheres Mil e o desenvolvimento comunitário: um estudo sob a ótica da tecnologia social	Maura Aparecida de Paula Santos

Dissertação	2014	Palmas para Mulheres Mil em comunidades quilombolas: a participação do IFPR - <i>Campus</i> Palmas no programa nacional de inclusão social	Marcia Beraldo Lagos
Dissertação	2015	Geração de renda para as mulheres: uma avaliação de impactos do programa Mulheres Mil na ótica das egressas em São Luís/MA	Sara Diniz Nascimento
Dissertação	2016	Inovação social: estudo do programa Mulheres Mil	Rachel Comachio Zago
Dissertação	2015	Programa Mulheres Mil no <i>Campus</i> Aparecida de Goiânia do Instituto Federal De Goiás: uma possibilidade de inclusão social e acesso à educação	Claudia Beatriz Carrião Alves
Dissertação	2015	A escola e sua vertente social: uma análise do programa Mulheres Mil enquanto política de inclusão nos institutos federais de educação	Andrea Simoni Manarin Tunin

Dissertação	2015	Mulheres em situação de fragilidade social e o programa Mulheres Mil: o papel das políticas na perspectiva de emancipação para o trabalho	Suede Mayne Pereira Araujo
Dissertação	2016	A violência obstétrica na perspectiva das egressas do programa Mulheres Mil, mulheres do vale em Minas Gerais	Uendel Gonçalves de Almeida
Doutorado	2014	Letramento multissemiótico por meio do infográfico: um estudo de caso com alunas do programa Mulheres Mil	Valeria Machado da Costa
Dissertação	2016	Programa Mulheres Mil: interfaces de gênero na capacitação de mulheres para o mercado de trabalho em Palmas	Evelin Lorena Paixão de Gois
Dissertação	2015	A contribuição do Programa Mulheres Mil Para a formação de capital social	Sullien Miranda Ribeiro Bravin
Dissertação	2015	Formação de trabalhadoras: o programa mulheres mil sob o olhar de suas educadoras	Cleonice Maria da Silva

Dissertação	2013	Proposta de portfólio como instrumento de reconhecimento e avaliação de aprendizagens no programa de qualificação profissional mulheres mil	Adriana Aparecida Hansel Michelotti
Dissertação	2015	A política de formação profissional no programa mulheres mil: uma análise da experiência desenvolvida no instituto federal do paraná	Talita Rafele D. Agostini Mantovani
Dissertação	2015	Programa mulheres mil no Instituto Federal de Goiás (2011-2013): a inser�o das mulheres no mundo do trabalho sob o olhar de gestoras(es) e professoras(es)	Marcia Cecilia Ramos Lopes
Disserta�o	2015	Mulher e o mundo do trabalho: histórias de vida de estudantes no programa nacional mulheres mil – Instituto Federal de Educa�o, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTo	Janaina Miranda Muradas Amorim

Dissertação	2015	Políticas públicas de apoio à inclusão socioeconômica de mulheres em situação de vulnerabilidade: a visão dos gestores sobre o programa nacional mulheres mil no Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia Da Bahia (IFBa)	Geocivany Lima Cardoso
Tese	2017	O Estado e a Cidadania Feminina: vozes das mulheres mil	André Pizetta Altoé

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Quadro 2 - Referencial teórico: Pesquisas sobre o Pronatec

Tipo	Ano	Título	Autor
Dissertação	2013	Análise sobre o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego: PRONATEC, Senai Pelotas.	Luise Anita Wulff Al Alam
Dissertação	2013	Políticas públicas para a educação profissional: um estudo do curso técnico em Administração da Rede e-Tec Brasil no CAVG	Antonio Cardoso Oliveira

Dissertação	2014	PRONATEC/BSM: Um estudo a partir da Secretaria Municipal de Justiça Social e Segurança em Pelotas.	Marcio Machado Rocha
Dissertação	2014	Qualificação de mulheres de baixa renda: uma política feminista? Reflexões a partir do Pronatec Brasil Sem Miséria.	Helena Rombach
Dissertação	2017	O Pronatec como política pública de inclusão produtiva: Uma análise a partir dos cursos ofertados pelo Instituto Federal Sul-Rio- Grandense.	Daniel Vieira Essinger
Tese	2014	Os Programas Sociais de Combate à Pobreza na Argentina e no Brasil: uma abordagem da Filosofia da Libertação.	Guilherme Camara Dornelas

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Os diferentes trabalhos apresentados no quadro-síntese revelam abordagens que analisam o tema por perspectivas diversas. Algumas pesquisas direcionaram-se à visão das alunas sobre a representação do programa, outros estudos traçaram o olhar dos gestores (as intenções e a materialização da política dentro dos institutos federais) sobre o programa. Também houve pesquisas sobre os limites e as condicionalidades da política pública de educação tecnológica para o ingresso no mercado de trabalho, assim como dissertações com foco na metodologia do programa, incluindo a organização curricular, as disciplinas ofertadas, com destaque para a dinâmica de alguns componentes curriculares, Portfólio e Mapa da Vida e, ainda,

estudos que percorreram o impacto do programa na fala das/dos egressas/os com a inclusão ou não de mulheres e homens no mercado de trabalho.

O viés no qual esta pesquisa se insere vai ao encontro de investigar o que dizem os documentos sobre a educação dispensada pelo Programa Mulheres Mil ao combate à pobreza e o que se evidenciou, na prática, em dois cursos que trilharam o caminho do empreendedorismo.

Este estudo carrega uma preocupação quanto à eficácia de ações pontuais. Ações voltadas a uma pequena parcela de mulheres que estão contidas num conjunto maior de excluídas, que, por sua vez, continuam à margem das políticas. Mesmo que o Programa Mulheres Mil traga benefícios às favorecidas, permanece a dúvida quanto ao alcance de seus efeitos na estrutura social ou nas causas que reproduzem a pobreza.

A crise no mercado de trabalho extrapola o âmbito local e nacional, atingindo-o mundialmente; trata-se, portanto, de um desemprego estrutural. Em que pese, não só a formação/qualificação é definidora para a obtenção de postos de trabalho, mas outros determinantes se somam às variáveis: flexibilização do trabalho, diminuição dos direitos trabalhistas, enfraquecimento dos sindicatos, precarização do trabalho por meio da concorrência de grandes corporações que buscam, nos países de periferia, auferir mais lucros, entre outros.

O trabalho de Grabowski e Ribeiro⁴² (2010) alerta para as mudanças no mundo do trabalho associadas ao advento da 3ª Revolução Industrial, através da introdução de novas tecnologias da informação (tecnologias da automação, informática, telemática, robotização) e a destruição de postos de trabalho diante da reestruturação projetada pelo conhecimento científico e tecnológico. Neste cenário de instabilidade no mundo do trabalho, nos indagamos sobre a atuação e os efeitos de um programa, de duração e carga horária curtas, para um público que carrega, historicamente, uma trajetória de exclusão, a sua pretensa proposta de provocar mudanças significativas na vida das mulheres e inseri-las no mercado.

O trabalho de Cleonice Maria da Silva (2015) teve por finalidade

⁴² Para saber mais, consultar: MOLL, Jaqueline. Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades. In: **Reforma, legislação e financiamento da educação profissional no Brasil**. POA, Artmed, 2010. p. 271-284.

discutir o desenvolvimento do programa pelo prisma de quatro educadoras que atuaram no Mulheres Mil, nos anos de 2012/2013, no *Campus Inconfidentes*, em Minas Gerais, pertencente ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais. Dentre os objetivos, estava o de identificar as concepções educativas do Programa Mulheres Mil e compreender, com base em documentos e relatos com as educadoras, como foi desenvolvida a proposta do PMM. Outro ponto muito relevante abordado pela pesquisadora dá-se em relação às problematizações que a mobilizaram para o estudo, tais como: o que justifica a oferta de políticas públicas específicas para mulheres? por que elaborar um programa de educação profissional com foco nas mulheres?; a forma com que é problematizada a questão de gênero no PMM e a maneira como foi estruturado o currículo para as mulheres.

A tese de Guilherme Dornelas (2014) faz uma análise e descrição de programas desenvolvidos pelo Brasil e pela Argentina para o combate à pobreza, em que articulam programas de transferência de renda e a qualificação para o trabalho. De acordo com autor, os planos desenvolvidos por esses países operam como mecanismo complementar à super exploração do trabalho e se inserem, portanto, no processo de reprodução ampliada da dependência nesses países. O desdobramento dos programas facilita a ampliação dos postos de trabalho precários, caracterizados pelo subemprego e contribui para a manutenção de um exército de reserva de trabalhadores.

A dissertação de Daniel Eissinger⁴³ (2017) fornece uma valiosa contribuição para este estudo, pois seu campo de investigação foi o Instituto Federal Sul-rio-grandense e teve como objetivo entender como o Pronatec contribuiu para a inclusão produtiva dos trabalhadores que se capacitaram por meio desse programa. De acordo com o autor (*op. cit.*), enquanto política pública, o programa reforça a dualidade estrutural da educação, pois ao instituir-se em paralelo ao ensino regular, desvincula-se da formação geral, conferindo-lhe uma formação precarizada. A formação oferecida pelo Pronatec recruta a fração mais pobre da população para incluí-la de maneira subalterna

⁴³ Eissinger (2017) optou por realizar um estudo de caso, selecionando os cursos do Pronatec ofertados pelo *Campus Pelotas*, no ano de 2014. Para o autor, o programa compensaria os sujeitos pela formação que lhes foi negada; contudo, a “inclusão” se faz em uma escola bastante diferente daquela que atende alunos que não sofreram o processo de exclusão escolar. Conforme Eissinger (2017), há, dentro de uma mesma instituição, dois caminhos formativos e dois percursos escolares para distintos públicos.

e precária como força de trabalho. O autor conclui, com base nas entrevistas que desenvolveu com os ex-alunos, que a formação aligeirada e instrumental não trouxe aos sujeitos participantes a convicção de que teriam uma nova profissão.

O trabalho de Luise Alam (2013) apresenta uma análise sobre o resultado do Pronatec em uma instituição pertencente ao Sistema S, nesse caso, o SENAI/Pelotas. A pesquisadora fez um levantamento dos cursos oferecidos no ano de 2012 (janeiro a dezembro) e, através de entrevistas semiestruturadas, contactou 61 ex-alunos da instituição, bem como dez instrutores, a fim de averiguar o impacto da formação na vida dos sujeitos e a inserção no mercado de trabalho. Nesse ano em Pelotas, o SENAI ofertou 554 vagas em 15 cursos distribuídos em três grandes áreas: Construção Civil, Indústria Naval e Comércio. O uso de quadros, pela pesquisadora, evidencia vários dados sobre o Programa: curso, período de realização/duração, turno, carga horária, total de vagas, alunos, concluintes e evadidos.

O estudo de Antonio Oliveira (2013) analisou a oferta do curso técnico em Administração no *campus* Visconde da Graça (IFSul), e buscou identificar as possibilidades e os desafios de tal modalidade na formação profissional. Destaco, no referido trabalho, principalmente o capítulo I, que trata das políticas públicas para a educação, tecendo uma análise sobre o atual contexto de políticas públicas educacionais no Brasil. O pesquisador aborda, de forma bastante didática, os conceitos de políticas educacionais em uso, confere destaque às reformulações do papel do Estado com a ascensão das concepções capitalistas neoliberais e do projeto capitalista da Terceira Via, em vigência, e evidencia os principais impactos do cenário político, econômico e social na configuração das atuais políticas educacionais brasileiras.

A dissertação de Márcio Rocha (2014) desenvolveu um estudo a partir das estratégias de implementação do Pronatec pela Secretaria Municipal de Justiça Social e Segurança, em Pelotas, e da participação do IFSul e do Sistema S na execução do programa. Esse trabalho faz um resgate acerca das políticas educacionais após 1990 e as tendências das reformas da educação profissional ocorridas no período, com ênfase na relação e nos limites entre o público e o privado em educação, de modo que se possa perceber quais são os interesses envolvidos e as influências das diretrizes dos organismos

internacionais para as políticas educacionais aqui no Brasil. Uma das questões que nortearam a pesquisa de Márcio Rocha (2014) e que se aproxima dos interesses desta tese está em investigar quais as relações entre as políticas educacionais após 1990 e as reformas na educação profissional e o atual programa de qualificação profissional.

Destaco o trabalho de Fernanda Trindade (2017), no qual a autora faz uma análise do capítulo I do III Plano Nacional de Políticas para as mulheres (2013-2015) - Igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica - e o Programa Mulheres Mil, compreendendo que tais políticas são fruto do contexto neoliberal, que projetam, na mulher, uma porta de saída para o desenvolvimento econômico do país. A pesquisadora assinala que se trata de uma educação pobre, que capacita mulheres pobres para as atividades operacionais, que não requer desenvolvimento intelectual, desvalorizadas socialmente e com baixa remuneração. Nesse caso, a inclusão no mundo do trabalho não provoca modificações nas condições de vida em longo prazo, tampouco contribui para a formação de cidadãos conscientes.

Faço referência ao trabalho de Talita Mantovani (2015) que identificou os condicionantes aderidos à implantação da política de formação profissional do Programa Mulheres Mil, no Instituto Federal do Paraná, definindo-os como: condicionantes estruturais - aqueles que perpassam o Programa Mulheres Mil e independem do local de execução -, uma vez que são contradições que acompanham o cerne do programa; e os condicionantes específicos, que se modelam de acordo com a região de aplicação do programa e que vêm interferir no seu desenvolvimento. Essa dissertação também buscou compreender a inserção das alunas no mercado de trabalho.

De acordo com Mantovani (2015), cinco contradições são evidentes no Programa Mulheres Mil:

- 1) não efetivação da elevação da escolaridade que é objetivo do PMM;
- 2) abordagem sobre o empreendedorismo nos documentos indica concepção produtivista e mercantilista;
- 3) característica de política focalizada com o objetivo de alívio da pobreza, assumindo, assim, dimensão compensatória;
- 4) inserção de temas como desenvolvimento sustentável, cooperativismo e empreendedorismo na formação básica das mulheres com o intuito de corresponsabilizá-las na resolução destes problemas;
- 5) não efetivação da inserção social objetivada pelo programa, em especial, no que se refere ao trabalho formal.

Outro trabalho relevante foi o artigo de Castilho e Basso (2014) sobre a focalização nas Políticas Públicas para as mulheres, em que abordam as principais políticas públicas voltadas às mulheres nos últimos 10 anos no Governo Lula (2003 a 2010) e Dilma (2011 a 2013). Os autores concluem que as políticas governamentais são resultado das orientações estruturantes de programas sociais recomendados aos países da América Latina por meio das agências multilaterais, com maior ênfase no Banco Mundial. Os autores destacam que, em 2003, no governo Lula, foi criada a Secretaria de Políticas para as Mulheres, através da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, iniciando, em 2004, a elaboração do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, que veio a fazer parte do Plano Brasil Sem Miséria, programa guarda-chuva do governo federal que concentrava outras ações, tal como o Programa Mulheres Mil.

Para Castilho e Basso (2014), o Programa Mulheres Mil tem um caráter progressista, ao resgatar a dignidade das populações excluídas, e também um caráter neoliberal, atendendo às diretrizes impostas pelos mecanismos internacionais multilaterais.

O Estado, ao atrelar-se ao capital financeiro internacional, acaba respondendo às exigências do ideário neoliberal, que se confirmam nas orientações que definem as diretrizes das reformas sociais. A descentralização, a focalização e a privatização⁴⁴ compõem as diretrizes presentes nas políticas públicas, acarretando num enfraquecimento do Estado, modificando suas funções, que passam de executor para financiador de políticas.

A tese de André Altoé (2017) foi o último trabalho localizado no banco de teses da Capes e o que mais se aproxima deste estudo. O autor discute a cidadania feminina tomando por referência o Programa Mulheres Mil, a partir da experiência no Instituto Federal Fluminense (IFF), *campus* Campos-Guarus, no estado do Rio de Janeiro. Altoé partiu de entrevistas individuais para verificar se as formações profissionais decorrentes dos cursos promovidos no respectivo *campus* promoveram mudanças nos tradicionais padrões de gênero,

⁴⁴ Os termos usados, tais como Focalização, Descentralização e privatização merecem esclarecimento. Focalização é compreendida no sentido de direcionar os gastos sociais a determinados grupos, respondendo às urgências, emergências e assistência. Descentralização - alternativas de serviços e parcerias como possibilidade de eficácia nos gastos. Privatização - Racionalização de recursos, deslocando produção de bens e serviços para o setor privado.

nas relações familiares ou domésticas das mulheres egressas do programa. O autor aponta que as responsabilidades delegadas às mulheres, no âmbito da reprodução (atribuições domésticas) representam um fator decisivo para obstar a conquista das mulheres à cidadania. Ele sinaliza que para avançar na direção da cidadania feminina os programas governamentais devem promover medidas direcionadas ao questionamento da divisão sexual do trabalho e demais relações de poder entre homens e mulheres dentro do lar.

Sobre o conceito de cidadania, Pinsky (2008) assinala que o cidadão pleno seria aquele que pudesse desfrutar dos três direitos (civil, político e social).

Ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: é, em resumo, ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação ao salário justo, a uma velhice tranquila. Exercer cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais. (PINSKY, 2008, p. 09).

Segundo Altoé⁴⁵ (2017), a cidadania plena só será alcançada quando não somente na esfera legal, mas também na prática, existir uma igualdade de gênero, ou seja, quando homens e mulheres forem equivalentes na esfera pública e privada.

A experiência com as mulheres do curso de Cartonageiro à Mão e Agente de Resíduos Sólidos, para além de uma formação profissional voltada ao mundo do trabalho, significou um divisor de águas no comportamento feminino. A procura pelos cursos restabeleceu o interesse pessoal por algo (no campo profissional, educacional, social, econômico...) e, de certa forma, simbolizou a quebra das correntes do controle. Lembramos que várias dessas mulheres enfrentam uma condição de submissão, sujeitadas ao domínio masculino, com prejuízo na própria identidade.

Este trabalho vai ao encontro das considerações de Altoé (2017) quando afirma que a cidadania plena envolve uma mudança na própria estrutura social e nas relações sociais. A cidadania plena, infelizmente, não foi conquistada, pois ainda hoje direitos comuns aos homens não são comuns às

⁴⁵ De acordo com Altoé (p. 127, 2017) "A cidadania foi construída no ocidente de modo sexuado ao tratar mulheres e homens com base em uma perspectiva biologizante e essencialista". Para saber mais, consultar a referência na bibliografia ao final da tese.

mulheres (por exemplo, os direitos políticos). O avanço caminhou para uma cidadania relativa que pretende se tornar plena.

Espera-se, com este estudo, contribuir para aperfeiçoar políticas educacionais já existentes e, de fato, promover a justiça social. Também deseja-se que este trabalho venha a somar-se com outros que discutam políticas sobre a educação profissional com conexão nos estudos de gênero.

Neste tópico foi elaborada uma revisão de literatura e, no próximo capítulo, trataremos das políticas de combate à miséria voltadas à proteção social das mulheres implementadas no Brasil no governo do Partido dos Trabalhadores.

CAPÍTULO 3: O CENÁRIO INTERNACIONAL E NACIONAL DAS POLÍTICAS DE COMBATE À MISÉRIA E EMANCIPAÇÃO DA MULHER: UM OLHAR SOBRE A POLÍTICA NACIONAL PARA AS MULHERES E AS POLÍTICAS SOCIAIS NO GOVERNO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Abordaremos neste capítulo as diferentes políticas implementadas a partir de 2003 até 2014, articuladas, portanto, no governo Lula e Dilma, que assumiram compromissos na perspectiva de ações de combate à miséria, à fome, à desigualdade, ao racismo, incentivo à autonomia feminina e à educação. Nesta seção também apontamos ligações na influência dos organismos internacionais com a consolidação das políticas públicas de educação profissional e tecnológica no Brasil. O papel do Estado e as novas relações com o mercado no âmbito da educação evidenciam uma redução do estado enquanto executor de políticas e as intenções mercadológicas dos setores empresariais na ingerência das políticas públicas em educação.

O intuito de trazer documentos referentes ao Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, o documento da IV Conferência Mundial da Mulher e os Objetivos do Milênio mostram um nexos entre o objetivo maior de combater a pobreza e reduzir as desigualdades com foco na mulher e como essa pretensão envolveu o trabalho interministerial, a articulação com as políticas desenvolvidas nos municípios e a forma transversal na execução.

Percebe-se também que a perspectiva de gênero foi incorporada às políticas públicas muito influenciada pelo feminismo internacional e pelos inúmeros eventos realizados no século XX.

O trabalho de João Marcio Mendes Pereira (2016) discorre sobre os motivos do Banco Mundial vincular o debate e as práticas de desenvolvimento econômico à ideia de pobreza. Para tanto, o autor analisou a história do banco e sua interface com o pensamento econômico. De acordo com o autor, o BM assume vários papéis.

O banco é abordado como um ator político, intelectual e financeiro, ancorado na condição singular de prestador, articulador de políticas e indutor de ideias e prescrições em matéria de desenvolvimento capitalista em clave anglo-saxônica. (PEREIRA, 2016, p. 237).

O autor também destaca a centralidade do Banco na neoliberalização das políticas sociais.

Argumenta-se que o Banco Mundial assumiu uma posição de liderança política e intelectual não apenas do ajuste macroeconômico, mas também da neoliberalização das políticas sociais, prescrevendo aos Estados clientes programas de alívio focalizado da pobreza como instrumentos preferenciais de política pública. (PEREIRA, 2016, p. 237).

O combate à pobreza não trata somente de uma ação humanitária, mas se torna um imperativo. O Banco Mundial utiliza o termo “pobretologia”, isto é, cientificação da pobreza para dar evidência a um problema que na medida em que aumenta, eleva o risco político no mundo. Nesse sentido, houve um esforço do Banco em produzir, analisar e disseminar indicadores econômicos em torno do fenômeno da pobreza na tentativa de quantificá-la e tratá-la de forma isolada.

Contudo, essa mazela social era entendida como produto da exclusão do desenvolvimento econômico e não como sendo seu resultado. Na década de 60, a pobreza ainda aparecia timidamente na declaração do BM, associada a algo pejorativo e relacionada à beneficência e ao assistencialismo. No final da década de 70, o termo passou a ser incorporado pelo banco no debate sobre “necessidade básica” e, uma década depois, estava introjetada nas coordenadas da política social a formação do capital humano.

Para compreender as políticas de gênero destinadas às mulheres pobres que chefiam famílias, buscamos no trabalho de Novellino (2004) o auxílio para entender a noção de feminização da pobreza. Em artigo publicado em 2004, a autora levanta os pressupostos, os conceitos, as hipóteses e as intenções dos estudos sobre feminização da pobreza com a intenção de verificar se as políticas públicas defendidas são políticas de gênero ou se são políticas que têm como público-alvo mulheres pobres, sem se qualificar como política de gênero. De acordo com a autora, o termo “feminização da pobreza” foi introduzido na década de 1970 pela estadunidense Diane Pearce. Novellino (2004) conclui no artigo que as políticas apresentadas se voltam à sobrevivência de mulheres pobres e seus filhos, não conduzindo ao empoderamento. Defende ainda que os programas devem investir na

independência da mulher e não na assistência ou dependência do estado (transferência de renda).

O trabalho de João Marcio Mendes Pereira (2016) traça um histórico do Banco Mundial, retornando à década de 40, período de constituição do BIRD, para pensar como se deu a institucionalização desse banco na arena internacional e na forma de pensar e fazer política social⁴⁶. O autor aponta que, anterior ao BIRD, o governo americano, à época comandado por Roosevelt, patrocinou em 1944 a Conferência de Bretton Woods, com a pretensão de materializar a hegemonia americana na reorganização do capitalismo internacional pós-1945. De 1947 a 1962, o BIRD voltou-se a financiar projetos ligados à construção de barragens e usinas termoelétricas, vias de transporte, telecomunicação e, em menor grau, a aquisição de máquinas agrícolas. Nesse período não foi autorizado nenhum empréstimo à área social (incluindo a educação). A teoria adotada nesse momento era a de que o desenvolvimento estava associado com crescimento do produto interno bruto, por essa razão o investimento em infraestrutura.

Em meio então à necessidade de atender ao aumento de Estados clientes da África e da Ásia puxados pela AID, ampliar sua gravitação financeira em países de renda média, enfrentar a concorrência de outras instituições bilaterais e multilaterais de crédito e promover a assistência ao desenvolvimento em clave anglo-saxônica, o banco, durante a gestão Woods (1963-68), abrandou seus critérios de solvência e iniciou mudanças na alocação setorial dos empréstimos. (PEREIRA, 2016, p. 245).

Outra fase do Banco Mundial (1968-1981) foi marcada pela presidência de McNamara na instituição, período de um novo “*modus operandi*” do banco, com ênfase na agropecuária, setor de maior expansão. Houve também crescimento de financiamento para projetos com fins sociais, incluindo a educação e outras áreas, estendendo o auxílio técnico e financeiro da Ásia para a África e a América Latina. O biênio 1973-1974 foi decisivo da orientação quanto à pobreza, pois o banco passou a intervir em projetos que gravitavam em torno da pobreza rural absoluta. A pobreza começou a preocupar o modelo capitalista e o alívio à pobreza passou a tema central de medidas. Segundo Pereira (2016, p. 247), “Evocando a conexão entre segurança e

⁴⁶ Faz parte das orientações do BM aos países insolventes: amortecer conflitos sociais, rebaixar direitos sociais e abrir a política social (saúde e educação) ao capital privado.

desenvolvimento, McNamara afirmou que o atraso econômico e as contradições da modernização capitalista abriam as portas para ideologias radicais e extremismo político”.

Conforme Pereira (2016), ao final da gestão de McNamara, em 1979, no discurso público o assalto à pobreza deixou de ser central e, portanto, o financiamento do banco a “projetos sociais”. Em consonância com o discurso neoliberal dirigido pelos governos Thatcher e Reagan, a bandeira de redução à pobreza foi sendo abandonada e o foco redirecionando para os defeitos do Estado e a eficiência do mercado. De acordo com Pereira (2016, p. 255), “O centro doutrinário e operacional passou a ser a liberalização econômica radical, ao estilo “terapia de choque”.

A terceira etapa do BIRD foi de ajuste macroeconômico e neoliberalização das políticas sociais (1980-2001).

Em 1980, o banco pôs em prática um novo instrumento, o empréstimo de ajuste estrutural. Orientado para políticas, e não para projetos, continha uma série de condicionalidades aos Estados clientes cujo cumprimento visava adequar a economia doméstica ao novo ambiente internacional e manter o pagamento do serviço da dívida externa. Além disso, no âmbito da administração pública e das políticas sociais, as condicionalidades priorizavam a redução do déficit fiscal (mediante corte de gastos com pessoal e custeio), de subsídios ao consumo e do custo *per capita* dos programas, além da reorientação da política social para saúde e educação primárias, por meio da focalização na extrema pobreza. (PEREIRA, 2016, p. 254).

A Guerra Fria entre os Estados Unidos e a União Soviética, com a queda do Muro de Berlim, em 1989, em uma disputa que coroou o triunfo do capitalismo sobre o socialismo, provocou novas mudanças no cenário da economia, reafirmando a dominância e a hegemonia da economia americana como grande potência mundial. O capitalismo viu-se sem barreiras para sua expansão.

Na década de 80, a bandeira da redução da pobreza foi abandonada pelo Banco Mundial, mas devido a pressões políticas⁴⁷, a partir de 1987, o

⁴⁷ De acordo com Pereira (2016, p. 256), entidades filantrópicas e ONGS americanas enviaram uma carta ao Bird assinada por 153 congressistas dos EUA pedindo mais atenção para a pobreza.

banco volta a adotar programas de compensação social para aliviar a pobreza através dos fundos sociais de emergência⁴⁸.

Segundo Pereira (2016), outro episódio marcante para o retorno da questão da pobreza na agenda do Banco Mundial foram os ataques ao governo americano no dia 11 de setembro de 2001. Desde então, o banco patrocinou ações que vão ao encontro da liberalização econômica, do combate à pobreza e a guerra contra o terrorismo. Devido à força que dispõe como mediador e catalisador de doadores bilaterais e multilaterais, o BM atua na reconstrução de Estados “falidos”.

O PMM nasce como resposta para atender aos acordos firmados entre os países signatários de várias convenções⁴⁹ ocorridas a partir da década de 70⁵⁰, do século XX, com o propósito de erradicar a pobreza, combater as injustiças envolvendo a relação de gênero, a violência contra a mulher e a busca pela igualdade de oportunidades entre homens e mulheres. As conferências internacionais têm por objetivo estabelecer consenso internacional sobre as matérias discutidas, assim, cada país deve implementar os princípios adotados no evento, integrando os lemas em suas políticas públicas, firmando o compromisso de natureza política.

A IV Conferência Mundial sobre a Mulher ocorreu em Pequim, em 1995, com o tema: *Ação para a igualdade, o desenvolvimento e a paz* e contou com a participação de mais de 184 países. Dentre as nações signatárias que assinaram e aprovaram os compromissos assumidos no evento, fez parte o Brasil. Esses movimentos são de suma importância, pois através dos acordos estabelecidos geram impacto na constituição de legislações e nas políticas públicas.

⁴⁸ Trata-se de empréstimos e assistência técnica, ou seja, instrumentos de ação transitória e de curto prazo com um modelo de política social voltado a demandas.

⁴⁹ Cronologicamente as conferências mundiais sobre a mulher ocorreram em: Cidade do México, 1975; Copenhague, 1980; Nairóbi, 1985 e Beijim, 1995. Os temas da I Conferência trouxeram como prioritário: A igualdade plena de gênero e a eliminação da discriminação por motivos de gênero; A plena participação das mulheres no desenvolvimento e a contribuição das mulheres à paz mundial. As esferas principais da II conferência envolveram os objetivos quanto à igualdade no acesso à educação; igualdade de oportunidades no trabalho e a atenção à saúde das mulheres e as três medidas da III conferência versaram sobre as medidas de caráter jurídico, as medidas para alcançar a igualdade na participação social e as medidas para alcançar a igualdade na participação política e nos lugares de tomada de decisões.

⁵⁰ O primeiro tratado internacional que aborda os direitos da mulher na perspectiva da busca da igualdade de gênero e repressão a qualquer discriminação contra a mulher foi a convenção sobre a “Eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher”, também conhecida como Convenção da Mulher, em 1979.

A IV Conferência Mundial sobre a Mulher partiu de uma avaliação das conferências anteriores que confluíram para a intervenção em 12 áreas prioritárias e em três objetivos consagrados como principais: o conceito de gênero, a noção de empoderamento e a transversalidade para a promoção dos direitos da mulher.

As 12 áreas elencadas na IV Conferência Mundial sobre a mulher como prioritárias à intervenção pelos governos, comunidade internacional e sociedade civil que exigiam medidas estratégicas, foram:

Peso persistente e crescente da pobreza sobre a mulher; Desigualdades e inadequações na educação e na formação profissional e acesso desigual às mesmas; Desigualdades e inadequações em matéria de serviços de saúde e outros afins e acesso desigual aos mesmos; Todas as formas de violência contra a mulher; Consequências para as mulheres, principalmente as que vivem em áreas sob ocupação estrangeira, de conflitos armados ou outros tipos de conflitos; Desigualdade nas estruturas e políticas econômicas, em todas as atividades produtivas e no acesso aos recursos; Desigualdade entre mulheres e homens no exercício do poder e na tomada de decisões em todos os níveis; Ausência de mecanismos suficientes, em todos os níveis, para promover o avanço das mulheres; Desrespeito de todos os direitos humanos das mulheres e sua promoção e proteção insuficiente; Imagens estereotipadas das mulheres nos meios de comunicação e na mídia e desigualdade de seu acesso aos mesmos e participação neles; Desigualdades de gênero na gestão dos recursos naturais e na proteção do meio ambiente e persistência da discriminação contra a menina e violação de seus direitos. (IV Conferência Mundial sobre a mulher, 1995, p. 162-163).

A conferência exerceu um importante papel, pois serviu de guia para orientar governos e sociedade na formulação de políticas e na implementação de programas para promover a igualdade e evitar a discriminação. A fim de atingir determinados resultados, foram elaborados objetivos estratégicos e ações.

Cabe ressaltar que a Plataforma de Ação da IV Conferência de Pequim reconheceu a importância de acordos alcançados em outros eventos, tais como os anunciados na Conferência Mundial de Educação para Todos⁵¹, em Jomtien/Tailândia, em 1990.

⁵¹ A Declaração Mundial de Educação para Todos, no seu preâmbulo, aponta para um índice alarmante: o dado revela que 2/3 de 960 milhões de analfabetos são mulheres. Entre as ações previstas para a mudança do quadro está a de reduzir a taxa de analfabetismo, com ênfase na alfabetização da mulher de modo a reduzir a desigualdade entre os índices de alfabetização dos homens e mulheres. Outra medida prevê melhorar o acesso das meninas e mulheres à

A Declaração da IV Conferência Mundial sobre a Mulher entende o conceito de empoderamento como:

O empoderamento consiste em realçar a importância de que a mulher adquira o controle sobre o seu desenvolvimento, devendo o governo e a sociedade criar as condições para tanto e apoiá-la nesse processo. (Declaração da IV Conferência Mundial da Mulher, 1995, p. 149).

Ainda sobre esse conceito, o documento da IV conferência revelou que as condições para garantir o empoderamento devem obrigatoriamente assegurar condições de acesso a recursos, tais como: terra, crédito, ciência, tecnologia, educação, informação, etc.

Contudo, para garantir um empoderamento às mulheres, é indispensável erradicar a pobreza. Sobre esse mal, a declaração aponta várias ideias para cercar o problema, que é complexo e multidimensional, e que atinge países ricos e pobres. A pobreza é compreendida como:

[...] falta de renda e de recursos produtivos suficientes para garantir um meio de vida sustentável; fome e desnutrição; falta de saúde; falta de acesso ou acesso limitado à educação e a outros serviços básicos; aumento da enfermidade e da mortalidade causadas por doenças; moradia inadequada ou ausência de moradia; insegurança, discriminação e exclusão sociais. Caracteriza-se também pela falta de participação no processo de tomada de decisões e na vida civil, social e cultural. (IV Conferência Mundial da Mulher, 1995, p. 164).

Contribui para a feminização da pobreza:

Além de fatores de caráter econômico, contribuem também para a feminização da pobreza a rigidez das funções que a sociedade atribui por razões de gênero e o limitado acesso da mulher ao poder, à educação, à capacitação e aos recursos produtivos, assim como novos fatores que ocasionam insegurança para as famílias. (IV Conferência Mundial da Mulher, 1995, p. 164)

Os governos que participaram da IV Conferência Mundial da Mulher estavam convencidos de que para erradicar a pobreza seriam necessárias mudanças e uma postura que vinculasse desenvolvimento econômico com o desenvolvimento social.

A erradicação da pobreza deve ser baseada em um crescimento econômico sustentável, no desenvolvimento social, na proteção ambiental e na justiça social, e requer a participação da mulher no processo de desenvolvimento econômico e social, oportunidades iguais e a plena participação, em condições de igualdade, de mulheres e homens, como agentes e beneficiários de um desenvolvimento sustentável orientado para o indivíduo. (IV Conferência Mundial da Mulher, 1995, p. 152).

Para interromper o ciclo da pobreza, o documento aponta para a liberação do potencial produtivo da mulher para que ela possa desfrutar e participar dos benefícios do desenvolvimento.

Para erradicar a pobreza e conseguir o desenvolvimento sustentável, as mulheres e os homens devem participar plena e igualmente da formulação das políticas e estratégias macroeconômicas e sociais para a erradicação da pobreza. Isso não pode ser alcançado apenas por meio de programas contra a pobreza, mas requer a participação democrática e mudanças nas estruturas econômicas, com vistas a garantir o acesso de todas as mulheres aos recursos, às oportunidades e aos serviços públicos. (IV Conferência Mundial da Mulher, 1995, p. 164).

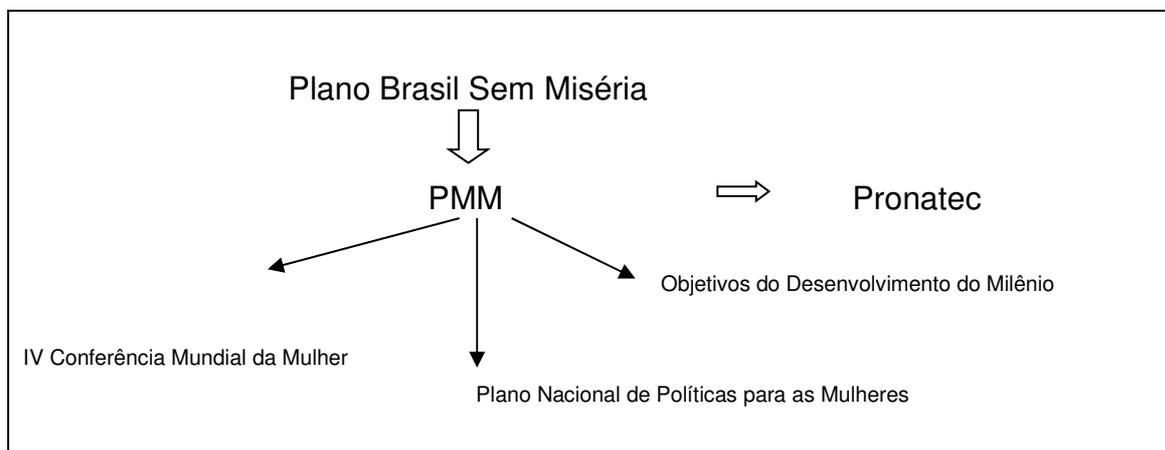
Na declaração está contida a afirmação de que a conquista de igualdade entre homens e mulheres é uma questão de direitos humanos e condição para a justiça social, portanto, não se trata de um problema feminino. Para alcançar a sonhada sociedade justa e desenvolvida é imprescindível atacar esse flagelo no qual a mulher está imersa.

O documento assumido pelas nações na IV Conferência Mundial da Mulher aponta para um caminho que conduz ao empoderamento das mulheres, com ênfase no crescimento econômico sustentável e na oferta de educação básica, educação permanente, alfabetização, treinamento, cuidados primários de saúde, combate à exploração sexual e a todas as formas de violência e discriminação. Nesse sentido, as medidas adotadas pelos organismos internacionais devem incluir (1995, p. 169) “Aumentar o financiamento e projetos orientados à promoção de atividades empresariais sustentáveis e produtivas, para geração de renda entre as mulheres em situação desvantajosa e as que vivem na pobreza”.

Este trabalho estabelece uma associação entre os documentos elaborados na agenda internacional sobre o combate à pobreza e a inclusão das mulheres nas políticas sociais, tomando como pano de fundo as razões

que influenciaram a construção do PMM, o que dizem os documentos de base do programa e como se deu na prática o projeto de combate à miséria e a inclusão produtiva através do PMM no Brasil.

Figura 1 - Organograma da Política Pública para Mulheres



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

O III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2013-2015) emerge no ano em que se completa uma década de existência da Secretaria de Políticas para as mulheres (SPM). As ações contidas no documento sustentam o protagonismo da mulher na construção de uma sociedade mais justa, equânime e democrática. É importante salientar que esse documento está em sintonia com as orientações dos organismos internacionais que, desde a década de 70, regem orientações aos países em desenvolvimento e, mais efetivamente, na década de 90, trouxeram à agenda a discussão do papel da mulher para o combate à pobreza.

O III PNPM (2013-2015) consiste em 10 capítulos em que cada um contemplou: objetivos (gerais e específicos), metas, linhas de ação e plano de ação. O documento é composto por 114 páginas, sendo que apenas seis delas referem-se ao capítulo 1. Atenta-se para o caráter transversal na implementação do III PNPM, pois algumas ações foram executadas diretamente pela Secretaria de Políticas para as Mulheres enquanto outras foram desenvolvidas por diferentes órgãos do governo. A responsabilidade pela monitoração das ações do PNPM recaiu à SPM e a participação ativa da sociedade civil. Para a construção do PNPM foram essenciais o Plano Pluri

Anual (2013-2015), a reeleitura do II PNPM e as resoluções da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, ocorrida em dezembro de 2012.

Nesta pesquisa, interessa-nos especialmente o capítulo I - *Igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica*, e o Capítulo VI- *Desenvolvimento Sustentável com igualdade econômica e social*, uma vez que dialogam com os objetivos do Programa Mulheres Mil.

De acordo com o III PNPM (2013-2015), os princípios orientadores e as ações voltadas às mulheres presentes no documento buscam fortalecer e institucionalizar a Política Nacional para as mulheres no Brasil, contribuindo para alterar comportamentos que reforçam a desigualdade, criar condições para que a população feminina possa inserir-se no mercado de trabalho e auferir renda e combater a diferença de rendimentos no campo do trabalho entre homens e mulheres.

Os esforços na consolidação deste guia, que serve de orientação para políticas voltadas às mulheres, impõem a necessidade da criação de políticas específicas pelo governo federal ao gênero feminino. Entre os propósitos do plano está a de garantir uma vida mais digna, seja através da moradia, imposição de responsabilidades no campo trabalhista (registro na carteira e direitos das empregadas domésticas) e proteção da vida contra crimes praticados às mulheres.

Os princípios orientadores do III PNMP (2013-2015) são:

Autonomia das mulheres em todas as dimensões da vida; busca da igualdade efetiva entre mulheres e homens, em todos os âmbitos; respeito à diversidade e combate a todas as formas de discriminação; caráter laico do Estado; universalidade dos serviços e benefícios ofertados pelo Estado; participação ativa das mulheres em todas as fases das políticas públicas e transversalidade como princípio orientador de todas as políticas públicas. (BRASIL, 2013, p. 8 e p. 9).

Várias ações decorrentes do projeto de política do governo do Partido dos Trabalhadores (PT) revelam o cumprimento com os objetivos assumidos com o gênero feminino. Temos na gestão do PT políticas sociais voltadas à mulher, como a aprovação da Lei 11.340/06, a Lei Maria da Penha; o Bolsa Família, que destinou prioritariamente o benefício para a mulher; o Programa Minha Casa, Minha Vida que concedeu primazia do registro do imóvel à mulher, a prorrogação da licença maternidade para 180 dias de caráter

facultativo e mediante incentivo fiscal às empresas que aderissem, vide a Lei 11.770, de 09 de setembro de 2008, e a criação de vagas exclusivas às mulheres no âmbito do PMM para inserção no mundo do trabalho e para a elevação de escolaridade.

Contudo, mesmo com a conquista das políticas públicas voltadas às mulheres vivenciadas no período de 2003-2014, nota-se que após o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff algumas das ações foram extintas ou sofreram uma drástica diminuição. Não houve ampliação da licença maternidade a todas as trabalhadoras e as vagas de formação técnica para o Programa Mulheres Mil ficaram restritas apenas ao Estado do Alagoas ou voltaram ao caráter de voluntariado. Alguns institutos federais, com o propósito de manterem o programa, criaram estratégias de resistência. Este é o caso do Programa Ana Terra, no IFSul, com Metodologia do PMM. Outra forma de articulação entre os gestores para institucionalizar o PMM deu-se com a criação de um grupo de trabalho por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação.

A Portaria nº 17, de 19 de maio de 2017, instituiu o Grupo de Trabalho para proposição de diretrizes, mecanismos e procedimentos do processo de institucionalização do Programa Nacional Mulheres Mil, no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica para a oferta permanente de qualificação profissional para mulheres em vulnerabilidade social em todo o país. Entre os membros do GT, havia quatro servidores da SETEC, três servidores da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão e seis servidores das instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e tecnológica (2 servidores do IF Amapá, 1 servidor do IF Alagoas, 1 servidor do IF Mato Grosso, 1 servidor do IF Norte de Minas Gerais e 1 servidor do IFSul). Os membros do GT não eram remunerados, e entre as atribuições constava a de fazer análise do levantamento de informações sobre a execução do PMM no âmbito da Rede Federal.

O capítulo I do III PNPM (2013-2015) estabelece como objetivo geral promover autonomia econômica das mulheres do campo, floresta e urbano e a igualdade no mundo do trabalho. Dentre os cinco objetivos específicos, destacamos o segundo por atrelar-se diretamente ao PMM na busca de

promover a organização produtiva e o acesso à renda para mulheres, especialmente daquelas em situação de vulnerabilidade social.

Ao observar as metas atinentes ao capítulo I do III PNPM (2013-2015), verifica-se a presença do PMM como importante elemento para a execução do PNPM, explícito nas metas D, E e M.

D. Atender 180 mil mulheres em cursos de profissionalização e aumento de escolaridade em processos e programas distintos e descentralizados (inclusive Mulheres Mil). E. Capacitar 100 mil mulheres até 2014 (Programa Mulheres Mil). M. Garantir que no mínimo a metade dos beneficiários do Bolsa-Formação Inclusão Produtiva para beneficiárias do Bolsa-Família, no âmbito do Pronatec, sejam mulheres.(BRASIL, 2013, p. 14 e 15).

Nas linhas de ação para a conclusão do objetivo, destaque para a linha 1.2:

Promoção da autonomia econômica das mulheres por meio da assistência técnica e extensão rural, do acesso ao crédito e do apoio ao empreendedorismo, ao associativismo, ao cooperativismo e à comercialização, com fomento a práticas de economia solidária. (BRASIL, 2013, p. 15).

Tabela 3 - Ações referentes à linha 1.2 do Capítulo I: Igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica

Ações	Órgão Responsável	Parceiros
1.2.1. Apoiar projetos empreendedores e de organização produtiva de mulheres nos meios urbano e rural e favorecer mecanismos para comercialização de sua produção.	MDS, MDA	SPM, MTE, Seppir, BB
1.2.2. Apoiar projetos de organização produtiva das mulheres rurais, garantindo o acesso ao crédito, à assistência e assessoria técnica e socioambiental, bem como o apoio à comercialização, à agroecologia e à agricultura familiar.	MDA, SPM	Seppir, BB
1.2.3. Incentivar o acesso de mulheres às incubadoras e empreendimentos econômicos solidários e fortalecer a rede de mulheres na economia solidária.	MTE, SPM	Seppir, BB
1.2.4. Apoiar projetos de empreendimentos econômicos solidários de grupos de mulheres, favorecendo mecanismos para	MTE, SPM	Seppir, BB

comercialização de sua produção.		
1.2.5. Fortalecer o acesso qualificado das mulheres às linhas de microcrédito produtivo e assistência financeira.	SPM	Seppir, BB
1.2.6. Apoiar a cooperação bilateral sobre políticas de trabalho para as mulheres, em especial, no âmbito da América Latina e do Caribe.	SPM, MRE	Seppir

Fonte: BRASIL (2013, p. 17).

Percebe-se, ao consultar o terceiro relatório nacional de acompanhamento dos objetivos do desenvolvimento do milênio, publicado em 2007, a ocorrência de vários acordos promovidos entre o Brasil e outras nações. O oitavo ODM (estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento) traz ao conhecimento que nesse período foram feitos 184 projetos e missões, contudo, não se verificou referência a acordos envolvendo Brasil-Canadá, do qual o PMM é oriundo.

Como destacado nos relatórios anteriores, mais do que um estímulo à cooperação internacional, o objetivo incorpora o compromisso que os países mais desenvolvidos assumiram de fornecer ajuda técnica e financeira às nações pobres para que possam superar restrições estruturais que dificultam o combate à pobreza e o crescimento econômico. (Relatório Nacional dos ODM, 2007, p. 130).

A declaração do Milênio, conforme já mencionado anteriormente no texto, foi um pacto internacional pela eliminação da pobreza, firmado por 191 países, no ano de 2000. Os oito objetivos refletiam um compromisso político das nações de que até 2015 fosse reduzida pela metade a meta atinente à extrema pobreza e à fome. A Organização das Nações Unidas desempenhou um importante papel em relação ao delineamento dos objetivos e ao cumprimento dos indicadores. O consenso internacional estimava que até 2015 mais de 500 milhões de indivíduos deveriam sair da extrema pobreza, mais de 300 milhões de pessoas não passassem mais fome e 30 milhões de crianças deixassem de morrer antes de completar cinco anos.

É nesse cenário que, no Brasil, na primeira década do século XXI, emergem programas de transferência de renda, inclusão no campo educacional (REUNI, PROUNI), política de recuperação do salário mínimo,

incentivo a empreendimentos voltados à economia solidária, ações de combate à violência contra a mulher, entre outros.

No terceiro relatório de acompanhamento dos objetivos do desenvolvimento do milênio, elaborado pelo IPEA em 2007, a meta 2ª do ODM1 (Erradicar a extrema pobreza e a fome), versão adaptada à realidade nacional, entre as principais iniciativas do governo federal, buscou-se: o acesso à alimentação, ao desenvolvimento agrário, à geração de trabalho e renda e ações voltadas à criança e ao adolescente, aos idosos e aos portadores de deficiência, cidadania e inclusão social. Sobre a iniciativa reservada à geração de trabalho e renda, destaque para o Programa de Economia Solidária, incentivo bancário e microcrédito aos microempreendedores, ao lançamento do Plano Nacional de Qualificação e a política de recuperação do salário mínimo.

Sobre as ações do governo federal atinentes ao ODM3 - Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres, no relatório de 2007, as iniciativas contemplaram: Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, Programa Brasil, Gênero e Raça, Promoção da Igualdade de Gênero no Mundo do Trabalho, Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf Mulher), Assistência Técnica e Extensão Rural para Trabalhadoras Rurais, Programa de Prevenção e Combate à Violência Contra as Mulheres, Medidas de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, Gênero e Diversidade na Escola Mulher e Ciência.

De acordo com o terceiro relatório de acompanhamento dos ODM pactuados pelo Brasil, em consonância com a agenda global de combate à pobreza, concluiu-se que houve significativa melhora nas condições de vida da população e que a redução dos índices de extrema pobreza prevista para ser alcançada até 2015 já havia sido atingida antes do prazo. Neste documento que continha resultados de 2005 e 2006, também há ênfase aos quase 200 projetos de cooperação técnica internacional que o Brasil participou e financiou.

No quinto e último relatório nacional de acompanhamento dos objetivos do desenvolvimento do milênio, no ano 2014, duas páginas do documento tratam do ineditismo do PRONATEC e do trunfo que representou esse programa ao Brasil sem Miséria. Cabe lembrar que o programa ofertou cursos

de qualificação profissional gratuito e que o PMM acabou sendo incorporado pelo PRONATEC.

No quinto relatório nacional de acompanhamento dos objetivos do Milênio há ênfase nas frentes adotadas para a consolidação do PRONATEC, tais como: estratégias de sensibilização e mobilização de pessoas que não se percebiam destinatárias de capacitação profissional, a falta de tradição de instituições ofertantes que não tinham como alunos o público do PRONATEC, o fortalecimento da atuação da rede de assistência social com o fluxo de informações com a população pobre e encaminhamentos e a expansão da oferta de cursos para além das capitais e das cidades de grande porte.

3.1 RECONFIGURAÇÃO DO ESTADO E A LINHA DE FRONTEIRA ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO: UMA ANÁLISE DO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO

No presente trabalho, importa compreender o Estado pelo viés relacional, em que as perspectivas da macroanálise e da microanálise não atuam como categorias antagônicas, mas complementares. Trata-se de dar poder aos sujeitos, reconhecendo-os como atores importantes na recontextualização da política, considerando as contingências da realidade, mas também extrapolar o nível da explicação singular e descritiva, uma das críticas atribuídas aos pós-modernos. Não basta entender a estrutura do sistema sem compreender a dinâmica envolvida nas relações e na política. O Estado, como detentor de poder, concentra um aparato que orientará a conduta dos sujeitos e, particularmente, no campo da educação, temos os marcos regulatórios, na forma das legislações nacionais⁵², as diretrizes curriculares,

⁵² Nota-se que a mudança na legislação educacional vaticina uma centralização na educação básica e pouco investimento no ensino superior. Esse cenário prevê o incentivo ao conhecimento mínimo e necessário ao mercado de trabalho. Outro ponto que gera preocupação do novo modelo aprovado pelo Senado Federal sobre a Base Nacional Comum Curricular recai sobre a parte diversificada, correspondente a 40% da carga horária do Ensino Médio, em que os alunos poderão optar entre um dos cinco eixos possíveis. Salienta-se que um desses eixos é reservado à preparação para o mercado de trabalho. Questiona-se sobre a real possibilidade de opção dos alunos com menos condições econômicas e dos interesses que estão por trás dessas mudanças. Há estrutura e corpo docente especializado nas redes municipais e estaduais para dar conta do eixo referente à profissionalização ou caberá a novas parcerias com o privado? Trata-se de melhorar a qualidade de ensino ou reduzir sua oferta ao

bem como os acordos internacionais e programas do qual o Brasil é signatário. Frisamos que as políticas ao serem implementadas são reconfiguradas, e que, na perspectiva adotada neste estudo, exercitamos o olhar para as atitudes de resistência e as manobras contra-hegemônicas.

O desenho do atual papel do Estado apresenta-se diferente de sua concepção de Estado-Nação. Entende-se por estado moderno um determinado modo de organização do poder que surgiu na Europa e espalhou-se ao redor do mundo, representando uma forma de superação do regime feudal. Esse conceito carrega diversas definições e, segundo Bobbio (1998), trata-se de uma organização social complexa que se caracteriza pela centralização do poder. Ao longo da história, assume diversas formas, das quais iremos tratar, em especial: o Estado Liberal, o Estado de Bem-Estar Social e o Estado Neoliberal.

De acordo com a teoria Weberiana, o Estado faz jus ao monopólio do uso da força física legítima dentro de um determinado território. Esse aparato institucional tem o poder de coerção sobre os indivíduos e a incumbência de formular leis para controlar as condutas da sociedade. Como característica, a primeira instituição a garantir o bom funcionamento da sociedade foi a Burocracia, compreendida como uma máquina, atuando de forma racional a serviço do Estado. Atrelado à noção de Estado, vem o conceito de poder e de dominação. O poder atrelado à ação de impor a própria vontade dentro de uma relação social, mesmo que houvesse resistência e a dominação, baseada na obediência a determinado mando. O Estado, nesse período histórico, representava a força máxima das decisões políticas, centralizando, distribuindo e executando suas ações, papel que, na contemporaneidade, se mostra difuso.

Segundo Giddens (2005), os Estados-Nações são frutos da sociedade moderna em que há o sentimento de pertencimento da população, os cidadãos, à nação. Eles apresentam três características: a Soberania (autoridade do governo sobre uma área, da qual detém o valor supremo), a Cidadania (a população que vive dentro de um sistema político e que, portanto, possui

mínimo necessário? A retirada de temáticas sociais, que lentamente vinham sendo incorporadas ao currículo (questões de gênero e a cultura afro), é suprimida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação e na Base Nacional Comum Curricular. Para saber mais, consultar a terceira versão da Base Nacional Comum Curricular, publicada no dia 06/04/2017. Ver: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio>. Acesso em 10/10/2017.

direitos e deveres) e o Nacionalismo (envolve um conjunto de símbolos que despertam o sentimento de fazer parte de uma comunidade política, expressando sentimentos de identidade), que se diferenciam das características das civilizações não-industriais ou tradicionais.

Um Estado existe onde há um mecanismo político de governo (instituições como um Parlamento ou Congresso, além de servidores públicos), controlando determinado território, cuja autoridade conta com o amparo de um sistema legal e da capacidade de utilizar a força militar para implementar suas políticas. (GIDDENS, 2005, p. 342).

A importância em fazer essa retomada sobre o papel do Estado atrelado às questões econômicas e políticas se faz mister para compreender que, no percurso histórico, a economia foi se reinventando e criando alternativas para retroalimentar-se. Nesse sentido, alguns elementos são fundamentais para entender as transformações ocorridas. No século XVI, o entrave entre o Absolutismo e o Liberalismo, com o empréstimo dos ideais da Revolução Francesa, com foco na soberania popular e na representação política, além de outros acontecimentos que se somam ao Estado Liberal, que não consegue mais dar conta de responder as necessidades da sociedade.

Historicamente, os pensadores liberais defenderam, contra o Estado, duas liberdades naturais. Na época do capitalismo nascente, lutaram a favor da liberdade econômica: o Estado não deveria se intrometer no livre jogo do mercado que, sob determinados aspectos, era visto como um Estado natural, ou melhor, como uma sociedade civil, fundamentada em contratos entre particulares. Aceitava-se o Estado somente na figura de guardião, deixando total liberdade (*laissez faire*, *laissez passer*) na composição dos conflitos entre empregados e empregadores, ao poder contratual das partes; nos conflitos entre as diferentes empresas (no âmbito nacional assim como no supranacional), ao poder de superação da concorrência que sempre recompensa o melhor (BOBBIO, 1998, p. 693).

Um dos principais ideólogos do Liberalismo foi John Locke⁵³, defensor da propriedade privada e da garantia de alguns direitos (segurança, propriedade e liberdade). Nessa etapa, a economia era regida pelo capitalismo concorrencial, tendo a economia autorregulada pelo mercado. A Primeira Guerra Mundial foi o evento que marcou o fim do Estado Liberal.

As guerras mundiais e a Grande Depressão, com a queda da Bolsa dos Estados Unidos, em 1929, faz emergir um estado protetor que se volta aos

⁵³ Para compreender o conceito de propriedade privada deste autor, recomenda-se consultar: LOCKE, John. **Dois Tratados sobre o governo**. Tradução: Júlio Fischer. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

direitos sociais e para a redução das desigualdades. Por volta de 1970, o modelo de Estado de Bem-Estar-Social sofre um esgotamento, emergindo o Neoliberalismo e a Terceira Via. Frisa-se que as formas tomadas pelo Estado não seguem uma linha linear, países como o Brasil, por exemplo, apresentam traços do Estado de Bem-Estar-Social, bem como, no período Vargas, uma influência do movimento fascista italiano.

Esquemáticamente, podem distinguir-se duas principais formas de Estado-providência, que se sucederam na maioria dos países ocidentais: o Estado protector e o Estado redistributivo. O Estado protector, que se desenvolveu a dos anos 30, visava primeiro que tudo limitar os custos sociais do mercado e garantir uma certa segurança face aos mais importantes riscos económicos (desemprego, doença, velhice etc.). O Estado redistributivo (desenvolvido nos anos 60 e 70) procura estabelecer uma certa igualdade: a redução das desigualdades económicas (e sociais) torna-se então uma das missões essenciais da ação pública, à qual tendem a ser ligadas ou subordinadas as políticas sociais no seu conjunto. Esta evolução foi travada ou estorvada em fins dos anos 70 (um pouco mais tarde na França) em razão da crise económica e também da tomada de consciência dos "efeitos perversos" das políticas igualitárias dos anos precedentes. (BOUDON, Dicionário de Sociologia).

A metade da década de 70 indica um novo rearranjo da economia com implicações na sociedade e na política, emergindo o Neoliberalismo. Essa nova ordem veio atrelada ao advento da tecnologia - conectando grande parcela da população em uma mesma linguagem -, e a precarização das relações de trabalho frente à sombra do desemprego. Em países menos desenvolvidos, como o Brasil, o efeito foi ainda mais devastador, pois trouxe a privatização como meio de atrair recursos internacionais e o resultado foi a venda de empresas nacionais, com a redução de postos de trabalho e a piora dos serviços disponibilizados.

De acordo com Gonçalves (2017), entre os argumentos da privatização que justificam o comportamento privatista está a desestabilização da economia, a diminuição do estado, medida de austeridade e fluidez do pensamento económico no mercado, colocando o país em uma condição de igualdade para a competição com as nações avançadas, além de resolver o problema de corrupção, oferecer mais transparência com os gastos públicos e eficiência nos serviços prestados.

Nesse contexto, as forças do mercado ditam a ordem social e os efeitos da globalização reduzem as fronteiras entre o local e o global,

provocando um enfraquecimento do Estado-Nação. O foco deixa de estar no bem comum, passando à valorização do individualismo. O Neoliberalismo é compreendido por Ball *apud* Shamir (2008): não é nem uma doutrina econômica, nem um conjunto definido de projetos políticos, trata-se de um conjunto complexo e contraditório de práticas organizadas em torno do mercado para operar no nível de universalização das relações sociais baseadas no mercado, com penetração em quase todos os aspectos da vida.

Lessard (2016) faz uma análise das mudanças instauradas na educação dos países industrializados ao longo dos últimos sessenta anos, indicando para a existência de três períodos que marcaram as reformas na educação. O primeiro momento caracteriza-se pela ascensão do Estado-providência e no desenvolvimento de um sistema educativo democrático e de massa que interiorizou princípios de igualdade de oportunidades; um segundo momento, que exprime crítica ao Estado Intervencionista e ao sistema educativo, no sentido de parecer pesado e ineficaz, além de não cumprir com suas promessas e, por fim, o terceiro momento, que está atuante. O último período traz como marca a institucionalização de uma nova regulação em educação, o papel dos organismos multilaterais que reforçam, via a fabricação de relatórios, uma educação submissa às exigências da economia do saber e a ascensão da avaliação dos aprendizados que abarca os profissionais da educação e os estabelecimentos de ensino.

A redução do Estado, tal como tem se apresentado no contexto brasileiro, vem acompanhada de consequências: a diminuição e retirada de direitos sociais e a precarização de serviços essenciais (educação/saúde).

Stephan Ball e Gewirtz⁵⁴ (2011) exibem um quadro, bastante didático, sobre o novo gerencialismo e suas características, apresentando as mudanças discursivas do modelo de gestão do “Bem Estar Social” e do “Novo Gerencialismo”. Enquanto o “*Welfare State*” está centrado nos valores voltados ao serviço público, orientado no comprometimento, com valores que tangem à assistência, à justiça social e à igualdade, o Novo Gerencialismo apoia-se em valores orientados ao cliente. Com isso, suas decisões estão guiadas na

⁵⁴ Consultar: Ball, Stephen; Gewirtz, Sharon. Do modelo de gestão do “Bem-Estar Social” ao “novo gerencialismo”. In: Ball, S.; Mainardes, J. (Org.). Políticas educacionais: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011. p. 193-221.

eficiência, custo-eficácia e busca por competitividade. Esse modelo representa uma racionalidade técnica, centrada em tarefas. A configuração dessa nova gestão envolve uma mudança de estrutura, mas opera principalmente no conjunto dos valores e na moral.

O discurso do novo gerencialismo na educação enfatiza os propósitos instrumentais de escolarização - aumentando padrões e desempenhos conforme mensurados pela avaliação dos resultados, nível de frequência e destino dos egressos - e está frequentemente articulado a um vocabulário da empresa, excelência, qualidade e eficiência (BALL; GEWIRTZ, 2011, p. 199).

A Nova gestão pública representa novas relações do Estado com a incorporação de elementos do privado como parâmetro para o público. O mercado passa a ditar o parâmetro de qualidade. O perigo está na concepção que o mercado faz sobre o conceito de qualidade, da cultura e dos princípios educacionais construídos. Não devemos esquecer que o privado deseja o lucro, além de impor sua hegemonia (suas ideias) através do consentimento dos indivíduos. A primeira etapa no âmbito da educação é destruir o que foi feito pelo público, apontar suas fragilidades, posteriormente, construir “soluções” promovendo a venda de serviços com a promessa de melhorar a educação. Assim, ocorre uma permeabilidade do estado para novas relações (parcerias, contratos de serviço...). O Gerencialismo configura-se como lógica interna que assume, no interior da máquina pública, conceitos da iniciativa privada. Percebe-se que a educação deixa de ser um produto exclusivo do estado, abrindo-se a outros agentes (mercado e sociedade civil), que passam a influenciar o estado com a lógica do mercado, reorganizando o processo de gestão da escola e redefinindo o conteúdo da política educacional brasileira. O resultado da introdução de valores do mercado para o público é que, atualmente, vive-se uma paranoia em torno de diagnósticos, censos, *ranking* e dados na educação. O monitoramento dos resultados e a imposição de indicadores externos se somam às estratégias de controle do estado que, por sua vez, não resultam em ações efetivas para mudança do quadro educacional brasileiro.

Atualmente, grandes corporações exercem poder de mando na educação e ocupam espaços no poder. No campo educacional brasileiro, podemos citar alguns exemplos de institutos que exercem e influenciam na

decisão das políticas, tais como: Unibanco, Ayrton Senna, Grupo Positivo, Banco Itaú, Banco Bradesco, Grupo Gerdau, Suzano, entre outros. Essas instituições operam via sistema estadual, municipal e federal, bem como na definição das orientações em planos e programas nacionais de educação. O Estado confere poderes a terceiros, atribuindo-lhes funções que, anteriormente, estavam sob sua responsabilidade. Assim sendo, a máquina estatal se desresponsabiliza pela execução das políticas sociais, permitindo que outros interesses e valores sejam incorporados. Percebe-se que o Estado vai assumindo mais uma posição de avaliador de resultados e financiador de políticas do que de mediador de direitos. Segundo Flávia Werle⁵⁵ (2011, p. 783), “o Estado abre a estas organizações espaço para intervenção nos processos escolares enquanto que, como poder público, assume, delimita e aprofunda ações de regulação”.

Há um empenho por parte da iniciativa privada em demonstrar a ineficiência do público, alegando gastos excessivos que, em contrapartida, não apresentam bons resultados. Corroborando com a imagem negativa do Estado em seu papel com o bem público, estão os veículos de comunicação de massa que reforçam, através da mídia, a necessidade de ajuste fiscal e corte nos investimentos. O discurso vai ao encontro do incentivo à competição, à meritocracia, à responsabilização do docente pelos insucessos do sistema e à busca por resultados. A influência dos aparelhos midiáticos traz campanhas publicitárias que convida cidadãos, sem habilitação no magistério, a adentrar nesse espaço e executar serviços voluntários⁵⁶. Ao passo que existem experiências bem sucedidas com as parcerias estabelecidas com a sociedade civil, também mostra o magistério como um campo frágil, colocando em xeque o saber específico, uma vez que qualquer cidadão com boa vontade está apto a atuar como docente.

⁵⁵ Esta pesquisadora desenvolveu um texto em que discute o panorama da educação brasileira, destacando os processos de avaliação em larga escala, implementados nas décadas de 1990 e 2000. Nesse artigo, é feita referência aos três níveis (federal, estadual e municipal) da atuação das avaliações e da abrangência, iniciando na Educação Básica e estendendo-se até a Pós-Graduação. Ver: Werle, Flávia O. C. In: Políticas de avaliação em larga escala na educação básica: do controle de resultados à intervenção nos processos de operacionalização do ensino. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, p. 769-792, out./dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v19n73/03.pdf>

⁵⁶ Projeto Amigos da Escola, idealizado pela Rede Globo, em 1999, que incentiva o voluntariado nas escolas públicas. As ações incluem desde a realização de melhorias no prédio (pintura) a práticas com os alunos (por exemplo, clube de leituras).

O voluntariado e a participação da sociedade civil em ações de políticas públicas têm sido uma prática no âmbito internacional e nacional. No Brasil, a presença de institutos, fundações, programas e parcerias, especialmente na educação, seguem numa crescente. Grandes empresários do setor de celulose, perfumaria e cosméticos, setor imobiliário, telefonia, setor alimentício e do ramo de bebidas, bem como os bancos (Itaú, Sicredi, Banco do Brasil, Santander, entre outros) têm destinado atenção e ações no setor educacional. As parcerias vão surgindo no formato de organização não governamental, organização social e organização da sociedade civil de interesse público. Observa-se que há um entrelaçamento entre essas entidades sendo comum a formação de redes.

A Fundação Victor Civita⁵⁷, organização sem fins lucrativos, que leva o nome do empresário e fundador da Editora Abril, foi criada em 1985, com o objetivo de divulgar boas práticas de valorização do trabalho de professores, gestores e formuladores de políticas públicas. A fundação, a partir de 1998, iniciou concursos, com várias edições, para premiar os melhores projetos de educação (incluindo desde a educação infantil ao ensino médio) e, no ano de 2017, contou com o patrocínio da Fundação Lemann. Na última edição, houve mais de 5000 projetos inscritos, desses, foram selecionados 50, dos quais apenas 10 foram finalistas do Prêmio Educador Nota 10. Os melhores classificados receberam um vale presente no valor de R\$ 15.000,00 reais e R\$1.000,00 reais para a escola. O grande vencedor, além desse valor, contou com mais R\$ 15.000,00 e R\$5.000,00 para a sua escola. Cabe ressaltar que a Editora Abril é responsável pela publicação da Revista Nova Escola e Gestão Escolar, colocando-a como a empresa de maior alcance na área da educação.

A pressão exercida sobre a classe dos profissionais da educação a respeito de iniciativas de boas práticas, não vem, contudo, acompanhada da valorização profissional e de condições de trabalho e salário desses trabalhadores. Em 2009, foi assinada pelo Congresso Nacional a Lei do Piso Nacional, que garante um mínimo salarial de acordo com o regime de trabalho. No entanto, em muitos estados e municípios, esse acordo não entrou em vigor. Além do descumprimento da legislação, somam-se à realidade vivenciada

⁵⁷ Para saber mais sobre a Fundação Victor Civita, ver: <https://fvc.org.br/especiais/fvc-nossa-historia/>

pelos educadores, os baixos salários, as estruturas físicas inadequadas, a carência de profissionais em determinadas áreas, a insegurança pública e o pouco investimento na formação permanente dos docentes das redes. O conjunto desses fatores provoca desestímulo, desperta o desinteresse pela profissão, tanto em relação à entrada de jovens em licenciaturas, como ao desligamento de profissionais experientes, que veem em outras áreas oportunidades de ascensão social e salários mais dignos.

Outro exemplo de descaso com os profissionais do setor da educação é a atitude do Estado do Rio Grande do Sul, que desde 2015 vem parcelando os salários dos professores da rede estadual. Em decorrência dessa postura, várias greves foram deflagradas nesse período, desgastando a imagem do docente perante a sociedade e, inclusive, provocando o adoecimento da classe. Outros estados mostram conduta semelhante ao Rio Grande do Sul, é o caso de Goiás e Minas Gerais, que praticam parcelamentos e atrasos nos salários dos professores, gerando um clima de insegurança e sofrimento à categoria docente. Por último, lembramos a ação truculenta da polícia paranaense na gestão do governo de Beto Richa, em abril de 2015, quando consentiu na repressão policial aos grevistas que lutavam por aumento na data-base. Esse último acontecimento recebeu grande proporção midiática, tanto nacional como internacional, devido à violência policial aos professores.

Flávia Werle (2011) atenta para o fato de que desde os anos 1990, os processos de avaliação em larga escala vêm sendo difundidos e passam a operar nos sistemas educativos de vários países, fazendo com que a avaliação seja incluída no processo de planejamento educacional das escolas. Outro autor que fala sobre a importância da avaliação na lógica da economia do saber é Claude Lessard. Para ele (2016, p. 46), a avaliação mostra-se como ferramenta necessária para melhorar a eficiência e a eficácia dos sistemas educativos, fortalecendo uma lógica industrial.

Os *rankings*⁵⁸ (avaliação em larga escala) ganham espaço e multiplicam-se na mídia, estampando os baixos resultados das escolas

⁵⁸ Ao pensar sobre o produto dos *rankings* também há de se considerar que as pesquisas carregam interesses. Ao final de 2016, foram divulgados os resultados pouco satisfatórios dos estudantes de escola pública frente aos conteúdos de português e matemática e, naquela ocasião, eliminou-se desse computo o desempenho dos estudantes de escolas federais, que modificavam as estatísticas divulgadas no Brasil.

públicas; em contrapartida, salientam o bom desempenho da iniciativa privada. O desempenho “positivo” da avaliação gera uma vitrine para o educandário, promovendo o *status* de “boa escola” e, conseqüentemente, contribui para receber novos clientes. A educação passa a ser um produto rentável, uma nova fatia de mercado para os empresários que veem nesse campo uma porta para ampliar o capital. Os resultados insatisfatórios são associados ao desempenho docente, sem considerar o contexto em que a escola está inserida e as inúmeras variáveis. Guardadas as devidas proporções entre a realidade brasileira e os países industrializados, a generalização e a publicização dos resultados provocam o desenvolvimento de quase mercados na educação, uma vez que os pais se comportam como consumidores e exercem a liberdade de escolha a partir do desempenho da escola.

Segundo Werle (2011, p. 790), as políticas de avaliação não produzem somente comparações e emulações, mas se constituem como instrumentos para responder a estratégias gerencialistas de modernização e racionalização, voltadas para resultados. A justificativa para a importância da avaliação em larga escala centra-se na produção de dados, no aprimoramento da gestão e na melhoria do ensino, possibilitando a verificação das políticas educacionais e assegurando o nível de desempenho dos estudantes. O problema não está na ideia de avaliar com a finalidade de superar fragilidades, mas o que se faz com os dados obtidos, na medida em que não há auxílio para as escolas com baixo desempenho.

O mau desempenho na educação é justificado pelos reformistas pela má gestão. Como caminho para enfrentar as mazelas educacionais, são apontadas a necessidade de reformulação curricular, a interferência na gestão escolar e as mudanças quanto ao papel docente. A ênfase no currículo recai em áreas utilitárias ao mercado, tais como Matemática, Português e Inglês, levando à exclusão e ao prejuízo de outras (Artes, Educação Física, História, Geografia e Sociologia). O trabalho docente também recebe atenção dos empresários que, fazendo uso dos próprios dados das avaliações, vendem soluções educacionais para enfrentar o problema. Ao desqualificar o saber docente, se mexe com a didática e a dinâmica dos professores em sala de aula, reconfigurando o papel do professor, limitando os educadores a meros

executores de apostilamentos (materiais prontos e padronizados) e reduzindo sua autonomia.

Buscou-se neste capítulo esclarecer como a preocupação no combate à pobreza e à desigualdade foi fazendo parte da agenda internacional, demandando nos países periféricos a construção de políticas com foco na mulher, tendo em vista a sua atuação na sociedade. As intenções vão para além da aparência (garantir condições dignas à mulher), mas trazem à tona o que está imerso, interesses do capital em reduzir os custos sociais. A incorporação da pobreza ao discurso dos organismos internacionais faz parte do objetivo de reduzir riscos ao capital e ao desenvolvimento econômico, para tanto, consensos vão sendo construídos através de conferências e acordos de cooperação, estruturando programas nas agendas de países periféricos em consonância com os interesses dos países desenvolvidos. O Programa Mulheres Mil nasce como resposta para atender aos acordos firmados entre os países signatários de convenções pactuadas no cenário mundial. Salienta-se que as recomendações das agências multilaterais orientam no sentido de investimento no potencial produtivo da mulher através do estímulo a práticas como o empreendedorismo, o associativismo e o cooperativismo, na educação permanente, no treinamento, na alfabetização, no combate à violência e nos cuidados à saúde (gravidez precoce). A seção também fez uma análise sobre o papel do Estado à luz da relação com o mercado e o impacto da incorporação de conceitos do privado no público. O próximo capítulo versa sobre a inserção do PMM nos institutos federais.

CAPÍTULO 4: A FORMULAÇÃO DO PROGRAMA MULHERES MIL E SUA INSERÇÃO NOS INSTITUTOS FEDERAIS

Este capítulo dedica-se à leitura dos documentos que dão origem à missão, aos objetivos e às finalidades do IFSul para com a sociedade, buscando entender de que forma o Programa Mulheres Mil está alinhado aos propósitos defendidos pelo instituto. Através da análise dos textos, percebemos que a capacitação pela via da formação inicial e continuada dos trabalhadores é uma bandeira que mobiliza muitos agentes na crença em uma educação integral, humana e cidadã. Para facilitar a compreensão de como se deu a formulação de uma política educacional de inclusão social para mulheres, pautamos a investigação em subitens, inicialmente, as primeiras aproximações, o projeto piloto em 2004, posteriormente, a extensão do programa em 13 *campi* (Região Norte e Nordeste), o fim da parceria Brasil-Canadá com a ampliação do programa em âmbito nacional, o ingresso do PMM no Pronatec e como se deu a evolução do programa no IFSul.

Após a chegada da corte portuguesa ao Brasil, em 1808, o panorama educacional sofreu muitas transformações, dentre as quais a necessidade da formação de bibliotecas e universidades para atender às camadas mais abastadas da população, bem como o surgimento de Escolas de Artes e Ofícios e Liceus, que tinham como objetivo formar mão de obra para trabalhos considerados inferiores pela elite. Cabe ressaltar que, no Brasil, a abolição da escravidão se deu em 1888, momento em que as atividades manuais estavam associadas aos escravos; portanto, havia um árduo esforço em dissociar o trabalho de algo negativo e atrelá-lo à ideia de ordem e progresso. Segundo Manfredi (2002), a Primeira República foi um período de grandes transformações e de grande ebulição social, no qual se gestaram novas práticas e concepções de Educação Profissional. A concepção Católica emerge como uma orientação de educação, centrada no trabalho como antídoto à preguiça, à vadiagem e às ideias revolucionárias.

A noção de um homem bom e de cidadão honrado estava diretamente ligada à instrução e ao trabalho. A inculcação de normas, regras e padrões por meio da educação estava respaldada em prol do progresso e da modernidade.

Esse viés assistencialista e de resgate acompanhou, durante muitos anos, as práticas associadas à educação profissional⁵⁹, assim como a ênfase no trabalho como algo engrandecedor e moralizador.

A partir da década de 1930, o Estado passa a ser o principal protagonista da oferta da educação e se constitui uma cisão, um dualismo. De um lado, a concepção de educação escolar acadêmico-generalista e de outro, a Educação Profissional. A educação brasileira configura-se, nesse período, como estruturalmente dual⁶⁰, passando a atender a diferentes objetivos.

A dissertação de Ana Cristina dos Santos Amaro da Silveira retrata como se deu a fundação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) na cidade de Pelotas, com recorte na década de 1970. A pesquisadora elabora uma síntese da história da educação profissional brasileira com enfoque na construção da classe operária da indústria. Segundo Silveira (2008), as primeiras experiências com a educação profissional ocorreram no período do Brasil Colônia, com a participação dos jesuítas (padres da Companhia de Jesus) que ensinaram profissões manuais aos índios, na medida em que necessitavam de auxílio para edificação das igrejas. Posteriormente, no período do Brasil Império, o ensino foi vinculado a um projeto de sociedade agroexportador e a educação profissional se desenvolveu em entidades filantrópicas, nos Liceus e Ofícios, e nas Academias Militares. Nesse período, a educação profissional esteve atrelada a iniciativas do Estado e da Sociedade Civil, e em torno do ensino profissional rondava um teor assistencial e de contenção social.

A aquisição de hábitos de trabalho e a formação de um cidadão voltado aos interesses do capital foram marcas que acompanharam a trajetória do ensino profissional brasileiro. Nas décadas de 30 e 40, na presidência de

⁵⁹ As primeiras escolas de Aprendizes e Artífices foram criadas em 1909, no governo Nilo Peçanha. Essas instituições eram destinadas aos “desfavorecidos da fortuna” e carregavam uma concepção assistencialista de educação.

⁶⁰ Entende-se como dual uma educação para os desfavorecidos, voltada para ocuparem posições no mundo do trabalho pouco atrativas (remunerações menores) e, uma educação destinada à elite (cargos de prestígio, altas remunerações e comando). Teóricos como Cunha, Frigotto, Kuenzer e Manfredi foram usados neste estudo como base de sustentação teórica para pensar os tipos de escolas que foram erigidas e que se diferenciavam segundo a classe social. A dualidade estava nos objetivos ideológicos da formação: as escolas profissionais formavam para o trabalho instrumental, enquanto o ensino propedêutico para o trabalho intelectual. Segundo Manfredi (2002), a lógica dualista esteve calcada na diferenciação e na distinção das classes sociais.

Getúlio Vargas, o país inspirou-se em ideais desenvolvimentistas e nacionalistas, com forte apelo para o mercado interno. Uma nova onda de mudanças sociais e econômicas atingiu o Brasil, instalando-se um crescimento partindo do agrário para o urbano. O desenvolvimento das cidades implicou o surgimento de indústrias e, com isso, a necessidade da formação de quadros de profissionais para esses espaços. Segundo Silveira (2008), o ensino industrial foi objeto de disputa entre o Ministério da Educação e Saúde Pública e o Ministério do Trabalho e Federação das Indústrias, sendo nesse cenário que irrompeu o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, na década de 1940.

Outros elementos apontados pela pesquisadora foram marcantes na história do ensino profissional e industrial tal como a Reforma Capanema (que oficializou a dicotomia educação geral e educação profissional) e, na década de 70, a Lei 5.692/71, na ditadura militar, passando compulsoriamente o ensino secundário por uma profissionalização nas escolas do 2º grau. Feita essa síntese, passamos a analisar a educação profissional no IFSul.

Para compreender como se instituiu em Pelotas a educação profissional tecnológica de ensino público, buscamos nos documentos orientadores do IFSul a sua emergência.

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) do Instituto Federal Sul-rio-grandense é um documento que integra os regulamentos institucionais do instituto. Além dessa fonte, consultamos o Estatuto, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Planejamento Anual de 2015 (PA), a fim de compreendermos de que forma o Programa Mulheres Mil atravessou as principais legislações de base normativa do IFSul. A leitura do PPI também foi importante, porque reuniu uma sinopse histórica da trajetória da instituição.

De acordo com o PPI, foi por meio de ações da diretoria da Bibliotheca Pública Pelotense, no dia do aniversário da cidade, em 07 de julho de 1917, durante uma assembleia, a tomada da decisão de fundar a Escola de Artes e Offícios, cujo objetivo era oferecer educação profissional aos meninos pobres. As aulas iniciaram em 1930, quando o município assumiu a Escola de Artes e Offícios e instituiu a Escola Técnica Profissional que, posteriormente, denominou-se Instituto Profissional Técnico. Após dez anos de atividade, o prédio foi demolido para dar lugar à construção da Escola Técnica de Pelotas.

Em 1942, por intermédio do Decreto- lei nº 4.127, de 25 de fevereiro, assinado pelo Presidente Getúlio Vargas e pelo Ministro da Educação Gustavo Capanema, foi criada a Escola Técnica de Pelotas – ETP –, primeira e única instituição do gênero no estado do Rio Grande do Sul. O engenheiro pelotense Luiz Simões Lopes foi o responsável pela vinda da Escola para o município, por sua intercessão pessoal junto ao Ministério da Educação e ao Presidente da República. A ETP foi inaugurada em 11 de outubro de 1943, com a presença do Presidente Getúlio Vargas. (PPI, p. 9 e p. 10).

Em 1945, a Escola Técnica de Pelotas iniciou as atividades letivas, ofertando o primeiro ciclo da educação profissional e, a partir de 1953, o segundo ciclo. Somente em 1965 ela passou a ser denominada Escola Técnica de Pelotas (ETFPEL). Em 1998, deu início a sua atuação no nível superior, recebendo autorização para implantar o Programa Especial de Formação Pedagógica para habilitar professores da educação profissional. O Decreto nº 5.224, de 1º de outubro de 2004, trouxe as bases para a mudança da ETFPEL para Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas, possibilitando a oferta dos primeiros cursos superiores de graduação e pós-graduação e, por fim, a Lei nº 11.892, de 29 dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Ciência e Tecnologia.

Destaca-se que as legislações de base do IFSul trazem uma concepção de educação profissional voltada a modificar e a transformar a realidade, que, por intermédio de ação técnica, política e cultural, busca esse intento, não se restringindo ao preparo exclusivo para o trabalho.

De acordo com a função social do PPI:

O Instituto Federal Sul-rio-grandense tem como função social promover educação humano-científico-tecnológica para formar cidadãos capazes de compreender criticamente a realidade, preparando-os para a inserção no mundo do trabalho, **por meio da educação continuada de trabalhadores (grifos nossos)**; da educação tecnológica de nível médio; da graduação e pós-graduação e da formação de professores. Tomando o trabalho como princípio educativo, visa desenvolver o senso ético e motivar a sensibilidade através da cultura, para que seus estudantes, como cidadãos críticos e solidários, capazes de usar do conhecimento, do potencial da ciência e do método científico, comprometam-se politicamente com um projeto de sociedade mais justa. (PPI, p. 14).

Outro documento que grava o compromisso da instituição com a formação de trabalhadores resguarda-se no Estatuto⁶¹. A formação voltada

⁶¹ O Estatuto do IFSul é composto por 51 artigos e nele encontramos elementos sobre a criação, estrutura, número de unidades do instituto (*campi*), princípios, finalidades, objetivos, organização administrativa, informações quanto ao corpo docente, discente e administrativa, regime disciplinar, entre outros.

para mulheres em vulnerabilidade social já está disposta nos princípios e objetivos desse documento, como vê-se: No Capítulo I, sobre os princípios, inciso II - compromisso com a prática da justiça social, **equidade**, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática e, no inciso VII - compromisso com a educação inclusiva, com a permanência do educando e com o processo educacional emancipatório.

O Capítulo III do Estatuto do IFSul, em seu terceiro objetivo, pretende.

Ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização dos profissionais, preferencialmente com a elevação dos níveis de escolaridade no caso de jovens e adultos sem o ensino fundamental, nas áreas da educação profissional e tecnológica. (Estatuto IFSul, p. 05).

Em 2005, por exigência do Decreto nº 5.225/2004, os CEFETS foram orientados a construir seus Planos de Desenvolvimento Institucional. A característica desse documento vinha ao encontro de servir como ferramenta de gestão, pois traçava objetivos e metas em diálogo permanente com a missão institucional.

Atualmente está em vigor o PDI (2014-2019), no qual cada *campus* remete à Diretoria de Desenvolvimento Institucional suas propostas e metas, como também planilhas com a oferta de vagas e previsão de cursos. No PDI (2014 a 2019) do IFSul, no tópico concernente à Política de Extensão, tem-se que o trabalho deve mediar as relações instituto-sociedade, e que o papel da extensão (da Pró-reitoria de Extensão e Cultura) é mobilizar formas alternativas do trabalho, em especial a Economia Solidária, além de fomentar ações de fortalecimento de associações, de cooperativas populares, de empresas autogestionárias, entre outras articulações. A extensão se reserva ao compromisso com a superação da desigualdade e da exclusão social, assumindo-se como agente ímpar para a transformação social no Brasil, visando à emancipação dos excluídos.

Nesse sentido, ao ser agência mobilizadora, organizadora e executora de programas governamentais, a PROEX busca orientar a oferta de cursos de extensão e de Formação Inicial e Continuada – FIC para a consolidação de políticas emancipatórias, atuando na homologação de Projetos Pedagógicos de Cursos e buscando relações com movimentos sociais, instituições públicas e privadas e com entidades da sociedade civil, visando a articulação desta oferta

de cursos às demandas econômicas, políticas e sociais da proposta de transformação social que orienta o IFSul. (PDI, 2018, p. 48 e 49).

O Programa Mulheres Mil desde o início esteve vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, que foi responsável pelo seu desenvolvimento no âmbito dos institutos federais.

4.1 A PARCERIA BRASIL – CANADÁ

O *Programa de intercâmbio de conhecimentos para a promoção de equidade* - PIPE (2005-2010) envolveu o Brasil e o Canadá com a intenção de fortalecer as relações bilaterais entre os países e aumentar a equidade. O foco geográfico do programa tinha o Nordeste como objeto e as áreas de concentração incluíam a saúde, governança⁶² e mundo do trabalho.

A experiência do Canadá com políticas voltadas à inclusão da mulher no mercado de trabalho e o senso de comunidade característico do país influenciaram na consolidação de um projeto de cooperação (Brasil-Canadá) entre 2003 a 2005⁶³ e, devido ao êxito, ampliou-se, tornando-se um projeto piloto compreendendo um maior número de estados. As questões de gênero e meio ambiente foram tratadas de forma transversal na concepção do Projeto Mulheres Mil. Na tabela abaixo, podemos observar o formato dos primeiros cursos do PMM.

⁶² Esse conceito é trabalhado por Eneida Shiroma e Olinda Evangelista para entender as mudanças na relação entre Estado e Sociedade Civil, no contexto da nova gestão pública. As autoras associam o termo às ações e aos processos, mecanismos e estratégias de governo. Para saber mais: SHIROMA, Eneida Oto; EVANGELISTA, Olinda. Estado, Capital e Educação: reflexões sobre hegemonia e redes de governança. **Educação e Fronteiras On-Line**, v. 4, n. 11, p. 21-38, 2014.

⁶³ O trabalho de André Altoé (2017) faz uma discussão acerca da cidadania feminina a partir da experiência no Programa Mulheres Mil, no Instituto Federal Fluminense, *campus* Campos-Guarus. O autor remete a origem do programa com o projeto de cooperação entre o Niágara College do Canadá e o Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte (CEFET/RN) nos anos de 2003 a 2005. Em 2005 a cooperação foi ampliada e passou a envolver mais quatro CEFETs: Amapá, Pará, Ceará e Bahia.

Tabela 4 - Histórico do Programa: Projeto Piloto de 2007-2010

Estado:	Nome do projeto:	Mulheres atendidas:	Área de formação:
Alagoas	O doce sabor de ser	80	Gastronomia
Amazonas	Transformação, cidadania e renda	120	Governança
Bahia	Mulheres: um Tour em novos horizontes	120	Turismo e Hotelaria
Ceará	Mulheres de Fortaleza	120	Governança e Gastronomia
Maranhão	Alimento da Inclusão Social	160	Processamento de alimentos
Pará	Costurando um melhor amanhã para as mulheres do Igarapé Mata Fome	150	Corte, costura e informática
Paraíba	Beneficiamento e transformação de pescado	160	Processamento de pescado e artesanato
Pernambuco	Mulher Pernambucana em primeiro lugar	120	Artesanato, gastronomia e informática
Piauí	Vestindo cidadania	60	Corte, costura-confecção
Rio Grande do Norte	Casa da Tilápia	120	Beneficiamento do couro do peixe
Roraima	Inclusão com educação	80	Processamento de alimentos e informática
Sergipe	Do lixo a cidadania	80	Reciclagem de resíduos sólidos e artesanato
Tocantins	Construindo cidadania através da arte	80	Bioartes, pintura de tela, artesanato com produtos artesanais

Fonte: adaptada pela autora a partir do trabalho de Altoé (2017).

Percebe-se a partir da análise dos primeiros cursos que as áreas destinadas à formação foram reservadas a qualificações vinculadas tradicionalmente ao gênero feminino. Esse histórico vai permanecer ao longo do programa, em que pese que grande parte dos cursos não vá romper com a lógica de reprodução e dos papéis sociais destinados a mulheres e homens.

Cabe ressaltar que as instituições capacitadas para gerir o projeto foram os institutos federais. O desenvolvimento do projeto coube a Agência

Canadense para o Desenvolvimento Internacional (CIDA), criada para administrar programas de ajuda externa a países em desenvolvimento, com o objetivo de apoiar o desenvolvimento sustentável, reduzir a pobreza e contribuir para um mundo mais equitativo e seguro, bem com reforçar a relação Brasil-Canadá. O orçamento destinado aos cinco anos do projeto (2005-2010) previu 20 milhões de dólares canadenses. Esse projeto esteve atrelado ao compromisso e diretrizes da política externa do Brasil com a redução da pobreza (metas do milênio) e o Programa Educação para Todos (UNESCO).

Para compreender o PIPE foram consultados dois documentos (Folheto 1 - Informações gerais e Folheto 3 - Iniciativas de Longo Prazo⁶⁴), contudo há outros folhetos (2, 4, 5, 6 e 7) os quais não tivemos acesso. Nos dois documentos consultados havia um passo a passo de como as propostas deveriam ser elaboradas para participarem do programa, bem como traziam esclarecimentos sobre objetivos, prazos e resultados esperados, além de detalhes sobre valores despendidos de acordo com a modalidade da proposta. Encontravam-se, também, explicações sobre as agências internacionais de cooperação envolvidas no acordo (CIDA/Canadá e ABC/Brasil) e os conceitos “caros” ao programa, “equidade”, “governança” e “mundo do trabalho”, entre outros.

O folheto 1 é composto de dezoito páginas e traz informações gerais sobre como o programa foi desenvolvido, o foco na equidade, os elementos-chave do programa, as responsabilidades das agências de cooperação dos dois países envolvidos, além de uma breve contextualização sobre a desigualdade enfrentada no Brasil.

⁶⁴ Nesse folheto, encontramos os elementos obrigatórios da proposta e observações em relação à centralidade da proposta de estar aliada à equidade e igualdade de gênero e etnia. Entre os critérios, um tópico chamou-nos atenção, o qual salienta que era preciso apontar os benefícios ao Canadá (efeitos positivos, sejam eles: políticos, científicos, institucionais, comerciais ou outros) com o desenvolvimento do projeto no Brasil. Iniciativas de longo prazo dizem respeito à seleção de proposta a projetos com duração de dois a quatro anos. Aprovado o projeto na classificação de longo prazo, a CIDA injetaria de \$0,5 e \$2,5 milhões de dólares canadenses para a execução. Outras informações dão conta sobre o que é coberto pela contribuição da CIDA, exemplos de propostas não elegíveis e clareza quanto aos parceiros. O Projeto: “Gente da Maré”, por exemplo, foi contemplado com a proposta de longo prazo e recebeu 1,5 milhões de dólares canadenses da Cida. O projeto foi financiado de 2008 a 2011, mobilizando mais de 1000 mulheres e 500 homens. A proposta tinha como objetivo melhorar as condições de vida de pesquisadores artesanais e marisqueiras de comunidades costeiras tradicionais dos estados da Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraíba.

No primeiro folheto, a informação sobre o Brasil o revela como sendo a principal potência econômica e política da América do Sul, ocupando a quinta posição em tamanho e número de população no mundo, com considerável reserva de recursos naturais, humanos e tecnológicos, mas que enfrenta grave desigualdade social.

Os dados demonstram a urgência da política brasileira para modificar a situação da pobreza no país.

Os dados de instituições internacionais relativos a 2004 indicam que aproximadamente 52,3 milhões, ou 32% dos brasileiros, vivem com menos de US\$2/dia enquanto que a pobreza extrema (menos de US\$1/dia) afeta aproximadamente 10% da população total. Os brasileiros mais pobres são encontrados na Região Nordeste e nas periferias dos principais centros urbanos do país. Ao lado dessa pobreza, existe enorme riqueza. O índice Gini do Brasil é 0,6, o que coloca o país entre os de maior desigualdade no mundo. (Folheto1, p. 2, 2005).

A Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional e a Agência Brasileira de Cooperação adotaram o Plano Plurianual aprovado pelo Congresso Brasileiro, em agosto de 2003, como elemento chave para as prioridades da programação da CIDA no Brasil. Vale lembrar que o PPA foi elaborado para o período (2004-2007) e constitui-se de três áreas programáticas: Inclusão social e redução das desigualdades sociais; Crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais e Promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia.

O Plano Brasil de Todos representou um planejamento do governo, com orientação estratégica para servir de instrumento na formulação e na seleção dos programas que integram o PPA. Tal documento foi pensado para causar profundas transformações nas estruturas da sociedade. A ampliação da cidadania aparece como bússola do PPA. Surgiu após amplo debate, envolvendo reuniões com todo o corpo ministerial, entidades representativas da sociedade e a sociedade civil através de fóruns de participação social em todos os estados. A orientação estratégica do governo foi composta por 30 desafios a serem superados, orientados por diretrizes que conduziam a forma de enfrentá-los. O governo selecionou cinco dimensões para fazer parte no planejamento estratégico: social, econômica, regional, ambiental e democrática. Foram

pensados 374 programas e 4.300 ações como estratégia para atender aos três megaobjetivos.

A estratégia de Governo para os programas do Plano Plurianual 2004-2007 baseia-se fundamentalmente no Programa de Governo apresentado na campanha e pelo qual Lula foi eleito presidente em 2002. Ela estabelece o horizonte para onde vão se dirigir tanto os orçamentos anuais quanto o próprio Plano Plurianual. Ela rege a definição dos programas prioritários na área social, dos programas de investimento em infraestrutura e em setores geradores das divisas necessárias à sustentação do crescimento com estabilidade macroeconômica e de todos os demais programas e ações do Governo. (PPA 2004-2007, p. 19, 2003).

É revelador que no PPA (2004-2007) o estímulo ao cooperativismo e ao associativismo já estavam fixados entre as diretrizes referentes ao megaobjetivo 1. Nos outros objetivos, era explícita a atenção quanto à prática do desenvolvimento de novas formas de economia solidária.

A cooperação da Cida com a nação brasileira concentrou-se no nível meso (nível institucional), apoiando parcerias com organizações envolvidas em diálogo sobre políticas públicas com impacto na melhoria das oportunidades das populações marginalizadas. O programa garantiu apoio a projetos de curto, médio e longo prazo, com foco na equidade.

O folheto 1 abordou de forma bastante detalhista as definições de conceitos chave para o programa. Dentre eles, destacamos três como os mais relevantes: mundo do trabalho, equidade e governança.

No Brasil, o acesso ao mundo do trabalho⁶⁵ aparece fortemente marcado por elementos, tais como gênero, classe, etnia e região do país. Diante da experiência canadense com o assunto, o compartilhamento de conhecimentos entre as duas nações trouxe a expertise do Canadá para o Brasil na perspectiva de aliar a formação com a necessidade dos empregadores. De acordo com o documento (p. 6, 2005), “Além disso, o sistema educacional no Brasil, elemento essencial na preparação de uma força de trabalho qualificada, poderia ser fortalecido para preparar melhor os alunos a atender às necessidades dos empregadores”.

⁶⁵ Ao consultar *sites* de *colleges* canadenses, observa-se que há empresas no interior dessas instituições e que o aluno desenvolve experiências profissionais nesses espaços. No Brasil, há certa desconfiança no vínculo formação e empresa, pois não raramente o lucro interpõe-se entre o interesse.

Nota-se um relacionamento no Canadá com o campo empresarial no viés de complementaridade dos *Colleges* com as empresas⁶⁶. Há uma lógica de colaboração antes do princípio de lucro. Os empregadores estão envolvidos em todos os níveis da instituição e exigem que a gestão responda ao mercado de trabalho, havendo, inclusive, comitês consultivos do programa de empregadores. No Canadá⁶⁷, há um forte vínculo da aprendizagem por meio do currículo de competências, baseado naquilo que é necessário para cada ocupação. Destaca-se o fato de que a competência é compreendida não só como habilidade técnica, mas também conhecimentos e atitudes que devem acompanhar essas habilidades.

Outrossim:

O PIPE fornecerá apoio a iniciativas de aumento da equidade que focalizem a formação e o treinamento; cooperação entre os setores educacional e empresarial; maior acesso a crédito para as micro, pequenas e médias empresas e cooperativas; regulamentação do mercado de trabalho; melhores condições e segurança na economia informal; e promoção da formalização dos empregos no mercado informal. (Folheto 1, p. 6, 2005).

Sobre os valores assumidos com a educação no sistema canadense,

[...] ativamente engajados nas comunidades sociais de suas próprias comunidades e desenvolvimento econômico; acessível a todos que querem aprender e encontrar emprego; focado no aluno e comprometido com o sucesso da carreira dos alunos; intimamente ligado aos empregadores e suas exigências; focado em aprendizagem aplicada e pesquisa aplicada; e aberto ao mundo e comprometido com a internacionalização. (ACCC, p. 11, 2012).

Em matéria divulgada na central de notícias sobre o Programa Mulheres Mil, do MEC, publicada em 2008, foi apresentada a notícia sobre a segunda

⁶⁶ Faz parte das práticas o aconselhamento de carreira e intermédio de ligação e colocação com empregadores para facilitar o estágio e o emprego.

⁶⁷ O relatório “Educação para o emprego”, documento de 108 páginas, traz os 40 anos de história da ACCC Internacional e das parcerias, entre elas a mantida com o Brasil, contando os projetos e as ações realizadas em nações menos desenvolvidas. Nesse documento, quatro páginas são dedicadas à experiência do PMM. Destacamos a concepção de educação canadense voltada para o trabalho e a busca constante de análise ocupacional por parte dos agentes envolvidos com a educação com efeito na transformação da pedagogia nas faculdades e universidades do país, (ACCC, p.14, 2012) “Alguns ministérios provinciais associaram o financiamento de faculdades a indicadores de desempenho de emprego, satisfação do empregador e taxas de satisfação da pós-graduação”. Consultar: <https://www.collegesinstitutes.ca/what-we-do/international/education-for-employment/>. Acesso em 03/01/2017.

visita⁶⁸ realizada por uma comitiva de representantes do projeto Mulheres Mil para conhecer as experiências da *Association of Canadian Community Colleges* nas áreas de processamento de alimentos, pesca, artesanato e reciclagem de lixo. O texto dava evidência ao fato de que essas instituições eram especializadas em capacitar mulheres de baixa renda para o exercício de uma profissão. O intercâmbio de conhecimentos, que teve duração de 20 dias, buscou aprimorar e fortalecer os 13 projetos desenvolvidos nas regiões Norte e Nordeste. Esse grupo concentrou integrantes da SETEC, Rede Norte e Nordeste (REDENET) e CEFETS (Pernambuco, Rio Grande do Norte, Roraima, Maranhão, Alagoas, Sergipe, Paraíba e Tocantins).

Em outra matéria⁶⁹ divulgada neste sítio eletrônico, no ano de 2009, a reportagem narrou a vinda de docentes de *Colleges* Canadenses para promover a capacitação voltada a cursos de alimentos para o PMM a professores dos Cefets.

Docentes do Red River Colege e do Cegep Régional de Lanaudière ministram, em Maceió, capacitação para docentes e gestores dos projetos na área de alimentos de Alagoas, Roraima, São Luis e Pernambuco. A ação, que acontece de 12 a 19 de junho, integra a cooperação entre a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) e a Associação Comunitária dos Colleges Canadenses (ACCC) para a implantação do Mulheres Mil no Brasil. De 12 a 15 de junho, Marti Ford, reitora de Educação Indígena do Red River College, ministrará capacitação sobre o Sistema de Acesso e Permanência adotada pelos colleges, que trabalha com a inclusão de imigrantes e aborígenes. John Reimers, coordenador da área de alimentos e hospedagem do Red River College, e Nelson Toupin, coordenador da área de alimentos do Cegep Régional de Lanaudière, prosseguem com o treinamento de 17 a 19 de junho. Eles abordarão temas específicos para a oferta de formação profissional na área de alimentos. (Stela Rosa, 09/06/2009).

Em entrevista ao Portal do PMM, a jornalista, e posteriormente, coordenadora nacional do PMM, Stela Rosa, questionou a docente canadense, Marti Jurmain⁷⁰, colaboradora do PMM e profissional com experiência na área

⁶⁸ Para ver a matéria completa, consultar: Brasil conhece experiência canadense na capacitação de mulheres de baixa renda. Disponível em: <http://mulheresmil.mec.gov.br/central-de-noticias/933-brasil-conhece-experiencia-canadense-na-capacitacao-de-mulheres-de-baixa-renda?tmpl=%E2%80%A6>. Acesso em 28/11/2018.

⁶⁹ Para ver a matéria completa, consultar: Canadenses promovem capacitação para cursos de Alimentos. Disponível em: <http://mulheresmil.mec.gov.br/central-de-noticias/1313-canadenses-promovem-capacitacao-para-cursos-de-alimentos?tmpl=component&print=1>. Acesso em 23/11/2018.

⁷⁰ Na entrevista a docente destacou que há mais de três décadas, os colleges canadenses desenvolvem metodologias, para inserir no mundo do trabalho, aborígenes, imigrantes ou

de acesso à educação de populações desfavorecidas, sobre a forma de funcionamento do sistema de acesso no Canadá.

O sistema de acesso dá oportunidade a serviços e programas educacionais para os aprendizes não-tradicionais. Nossos estudantes são aqueles que abandonaram o ensino médio, indígenas, portadores de necessidades especiais e novos canadenses, os imigrantes, com dificuldade de linguagem. Há também trabalhadores da terceira idade que foram demitidos dos seus empregos e estão em busca de uma recapacitação. O grupo mais interessante de se trabalhar é o das mulheres consideradas desfavorecidas. (Entrevista, Stela Rosa, 16/01/2009).

Na reportagem, a docente canadense também apontou semelhanças do público feminino frequentador das formações nos *colleges* e das brasileiras atendidas pelo PMM. Entre os fatores comuns elencados pela canadense, foram mencionados: a pobreza; o ensino básico inconcluso; as mulheres vítimas de violência doméstica; a condição matrimonial (casadas e solteiras); com filhos e sem filhos, o histórico de emprego e ainda aquelas que não têm nenhuma experiência laboral. A matéria também trouxe uma novidade para o cenário brasileiro quanto à aprendizagem da ferramenta de Avaliação e Reconhecimento de Aprendizagem Prévia, que serve como metodologia de identificação e documentação das aprendizagens. As alunas carregam habilidades que passam a ser reconhecidas através de um processo padronizado. A avaliação parte dos pré-requisitos do emprego pleiteado, buscando preencher o que está faltando (hiato). Ao final do processo, tem-se um portfólio.

Outro destaque referente ao Folheto 1, que serve de base ao Programa Intercâmbio de Conhecimentos para a promoção da equidade, diz respeito ao significado atribuído ao conceito de “equidade”.

É a medida relativa da posse e do acesso à riqueza, oportunidades e participação numa sociedade. É medida comparando-se os níveis de renda, acesso a serviços, propriedade dos bens de produção e participação na sociedade e no processo decisório dos diferentes grupos numa sociedade. (Folheto 1, p. 4, 2005).

Portanto, depreende-se que para atingir o progresso e consolidar-se como uma sociedade solidária e justa, a mulher deve ter acesso aos serviços sociais básicos, ter voz nos processos decisórios, ser tratada em condições iguais, ser capaz de exercer a cidadania, estar incluída no mercado de trabalho, garantindo independência econômica, e ter acesso à educação.

Outro destaque no Folheto, que traz as informações gerais atinentes ao PIPE, vem a ser o significado de governança no contexto do programa.

Governança refere-se à maneira como o poder é exercido pelos governos na gestão dos recursos sociais e econômicos de um país. Boa governança é o exercício do poder, pelos diferentes níveis de governo, de maneira eficaz, honesta, equitativa, transparente e responsável. No caso do PIPE, o aprimoramento da governança com a finalidade de promover a equidade é uma meta em si mesma, dando-se ênfase, no programa, ao setor público (eficiência e eficácia da máquina governamental), à participação do público e da sociedade civil (particularmente, dos excluídos) e à promoção de uma democracia responsável, transparente, pluralista e participativa. Além disso, o aprimoramento da governança é também um meio de se alcançar sistemas de saúde, trabalho e emprego mais equitativos. (Folheto 1, p. 5, 2015).

O Programa Mulheres Mil nasce de uma parceria Brasil-Canadá, com um forte propósito de inclusão social, possibilitando, através da via educacional, uma capacitação às mulheres em situação de vulnerabilidade social, visando à inserção no mercado de trabalho. O público alvo, que consta na Cartilha Pronatec Brasil Sem Miséria/Mulheres Mil, inclui:

Mulheres a partir de 16 anos, chefes de família, em situação de extrema pobreza, cadastradas ou em processo de cadastramento no Cad. Único, com as seguintes características: em vulnerabilidade e risco social, vítimas de violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral, com escolaridade baixa ou defasada e, preferencialmente, ainda não atendidas pelo Pronatec/BSM (Pronatec Brasil Sem Miséria/Mulheres Mil, 2014, p. 6)

Outro documento que trata das linhas gerais do PMM é a Portaria nº 1.015, de 21 de julho de 2011⁷¹. As instruções do ato normativo esclarecem sobre a natureza do Programa Nacional Mulheres Mil, que visa à formação profissional e tecnológica articulada com elevação de escolaridade de mulheres

⁷¹ A Portaria nº 1.015, de 21 de julho de 2011 reúne dez artigos. No documento encontramos informações sobre diretrizes, instituições habilitadas a ofertarem cursos, carga horária das formações, menção à articulação da formação profissional ao ensino fundamental ou ao ensino médio ou ainda na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, entre outros assuntos.

em situação de vulnerabilidade social. Ainda, de acordo com o documento, em seu artigo segundo:

Art. 2º O Programa Mulheres Mil constitui uma das ações do Plano Brasil Sem Miséria e terá como principais diretrizes: I – Possibilitar o acesso à educação; II – Contribuir para a redução de desigualdades sociais e econômicas de mulheres; III – Promover a inclusão social; IV – Defender a igualdade de gênero; V – Combater a violência contra a mulher (Portaria nº 1.015, 21 de julho de 2011).

Sobre o Plano Brasil Sem Miséria, sabe-se que foi lançado em 2011 pelo governo federal, com o propósito de superar a condição de extrema pobreza no país. A coordenação desse plano pertenceu ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e atuou em três eixos: a garantia de renda, o acesso a serviços e a inclusão produtiva. O PRONATEC e o Programa Mulheres Mil⁷² encaixam-se no último eixo. O documento⁷³ que constituiu o Plano Brasil Sem Miséria assinalava para a marca de 16 milhões de brasileiros que viviam em situação de extrema pobreza no país e, dessa soma, 59% estariam concentrados na Região Nordeste. Usa-se como parâmetro para a linha de extrema pobreza considerar a renda familiar *per capita* de até R\$ 70,00. Outro índice bastante expressivo se dava em relação à porcentagem de negros como vítimas da desigualdade social e econômica, correspondendo a 71%.

Esses números são representativos, principalmente, quando associados à questão gênero/trabalho/etnia/cor. O artigo de Bruschini e Lombardi (2007) estabelece uma análise sobre trabalho, educação e rendimentos das mulheres no Brasil em anos recentes (1992-2002). Elas partem de estatísticas oficiais que incluem dados de Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (Pnads), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Relação Anual de Informações Sociais (Rais), do Ministério do Trabalho e Emprego e do Ministério da Educação, destacando os progressos e os atrasos na inserção da participação feminina no mercado de trabalho. As autoras sinalizam que, desde a metade dos anos 70, há uma

⁷² A oferta é resultado da parceria entre o MEC e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria (Pronatec/BSM), articulado com a meta de erradicação da pobreza extrema no país.

⁷³ Consultar: GOVERNO FEDERAL. Plano Brasil Sem Miséria: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 16p. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2013/08/municipios-terao-ate-sexta-feira-16-para-cadastrar-propostas-de-seguranca-alimentar-e-nutricional/plano-brasil-sem-miseria.pdf>. Acesso em 05/09/2017.

constância do aumento da participação feminina no mercado de trabalho, por outro lado, existe o predomínio do trabalho feminino em atividades precárias e informais.

Ao consultarem os indicadores da população economicamente ativa feminina, Bruschini e Lombardi (2007) atribuem destaque para a variação do número de mulheres economicamente ativas, que passou de 28 milhões para 36,5 milhões, indicando para a porcentagem de mulheres no conjunto de trabalhadores que cresceu de 39,6% para 42,5%, ou seja, em 2002, de um universo de 100 trabalhadores, mais de 40% eram mulheres. Contudo, apesar do crescimento da população feminina no mercado de trabalho, ainda há uma grande distância entre as taxas masculinas de atividade, superiores a 70%, enquanto a feminina fica em 42,5%. Além da discrepância de oportunidades de gênero no âmbito do emprego, as pesquisadoras⁷⁴ marcaram preocupação quanto às desigualdades enfrentadas pelas mulheres diante do fator etnia/cor e o mundo do trabalho.

Enquanto as negras são as trabalhadoras mais discriminadas em todo o país, as brancas estão mais bem representadas nos melhores empregos, nos setores mais organizados da economia, em que a probabilidade de obter salários mais elevados e melhores condições de trabalho é maior: para dar apenas um exemplo, em 2002, entre as empregadas, 63% eram brancas e 37% eram negras. (HIRATA; SEGNINI, 2007, p. 47).

De acordo com os dados extraídos do Sistec/Mec e apresentados no *Caderno de Estudos*⁷⁵: *Desenvolvimento Social em Debate*, nº 24, entre 2011 e 2014, o público do Pronatec Brasil Sem Miséria era majoritariamente feminino, jovem, negro e com ensino médio (completo ou incompleto); as mulheres respondiam por 67% das matrículas. As estatísticas apontavam para 53% dos

⁷⁴ BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. In: **Trabalho, educação e rendimento das mulheres no Brasil em anos recentes**. HIRATA, Helena; SEGNINI, Liliana. Organização, trabalho e gênero. São Paulo: Editora Senac, 2007. Cap. 2- p. 45-87.

⁷⁵ Publicação técnica da Secretaria de Avaliação e Gestão de Informação. Tem como objetivo divulgar pesquisas e estudos das equipes do Ministério da Educação - MEC e de equipes do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, fomentando reflexões sobre políticas e programas sociais desenvolvidos pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O primeiro número data de 2005 e o último, o número 27, remete ao ano de 2016. Destaca-se o caderno número 24, pois esse exemplar sistematiza a experiência do Pronatec, de 2011 até o final de 2014. Nesse caderno, encontram-se vários artigos que tratam sobre o fortalecimento das políticas de educação profissional e tecnológica no país, a experiência do Pronatec, a implementação do programa, a avaliação qualitativa com base no estudo com egressos, desistentes e representantes das unidades ofertantes e interlocutores municipais.

matriculados como sendo negros, sendo que desse universo, 45% pardos e 8% pretos.

Melhorar a renda e a condição de bem-estar social dos extremamente pobres figurava como uma das metas do governo. O objetivo geral e os específicos, respectivamente, do Plano Brasil Sem Miséria davam conta de:

Promover a inclusão social e produtiva da população extremamente pobre, tornando residual o percentual dos que vivem abaixo da linha da pobreza; Elevar a renda familiar per capita; Ampliar o acesso aos serviços públicos, às ações de cidadania e de bem estar social e ampliar o acesso às oportunidades de ocupação e renda através de ações de inclusão produtiva nos meios urbano e rural. (Plano Brasil Sem Miséria, 2011).

A relação Brasil-Canadá envolveu o Sistema de faculdades e institutos canadenses (Associação das Faculdades Comunitárias Canadenses), incluindo o *Niagara College*, *Canadian Colleges* e a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação.

No decorrer de 10 anos da existência desse programa, alguns períodos foram marcantes, fazendo-se mister uma retrospectiva dos acontecimentos: em 2004, iniciaram-se as primeiras tratativas entre o instituto tecnológico do Rio Grande do Norte e o projeto Mulheres Mil. O êxito da atividade permitiu estender a parceria com o Canadá até o ano de 2010; em 2011, é instituído pela Portaria nº 1.015, de 21 de julho de 2011, como *Programa Nacional Mulheres Mil - Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável*, implantado como núcleos em diversos institutos federais no território nacional. A consolidação dessa política pública de educação tecnológica buscava atingir a formação de 100 mil mulheres, até 2014. Nesse ano, mesmo com opiniões contrárias à adesão ao Pronatec, o programa foi incorporado, com o intuito de usufruir dos recursos orçamentários.

O Canadá, país que compartilhou de sua expertise na área educacional, mantém um histórico de atenção voltado às minorias. Desde 1970, procurou aproximar públicos não comuns às instituições escolares para ingressarem no corpo discente desses espaços: indígenas, afrodescendentes e mulheres marginalizadas. Nesse país, há legislação quanto à equidade no emprego, bem como promoção da igualdade racial. O governo do Canadá, procurando ser um empregador exemplar, tratou de promover oportunidades, incluindo em sua agenda uma política de emprego que atendesse à equidade e à inclusão social.

A implementação da equidade no emprego é uma exigência legislativa no Canadá desde 1986, visando principalmente o setor privado regulado pelo poder federal - nos setores bancários, de comunicações e de transportes. Em 1995, o Ato ampliou sua abrangência para incluir o serviço público do Canadá, as Forças Armadas Canadenses, o Serviço Canadense de Segurança e Inteligência e a Polícia Real Montada Canadense. (OIT, 2006)

O modelo dos institutos canadenses, de incorporar as minorias na política educacional, ia ao encontro dos propósitos do governo brasileiro de ampliar as relações internacionais e promover o compartilhamento de experiências que reverberassem no acesso à educação e na inclusão social⁷⁶. Ainda na gestão do presidente Luis Inácio Lula Da Silva, a rede federal tecnológica que, historicamente, foi reconhecida pela qualidade na preparação da mão de obra do país, alcançou o patamar de 38 Institutos Federais, contando com 644 *campi* em funcionamento⁷⁷. Além dos institutos, fazem parte da rede: 2 Cefets, 25 escolas vinculadas a universidades, o Colégio Pedro II e uma Universidade Tecnológica. No mesmo sentido, houve a descentralização das oportunidades educacionais, levando o ensino superior e cursos técnicos para o interior, permitindo que uma grande parcela da população, oriunda de classes sociais menos abastadas, também tivesse assegurado o direito de acessar os novos Institutos Federais e as universidades.

Em relação às políticas direcionadas à educação profissional, o início do século XXI reservou uma reconfiguração acerca do ensino técnico e profissionalizante. A expansão da Rede Federal de Ensino Profissional em direção a locais distantes das capitais foi significativa quanto à possibilidade de levar desenvolvimento a regiões que antes apenas exportavam parcela de seus habitantes para outros centros. Atualmente, com a criação de Institutos Federais em cidades pequenas e instalados em locais de periferia, provocou uma atenção das prefeituras em gerar melhorias para lugares antes negligenciados, além de criar alternativas para aproveitar e manter o cidadão na sua própria localidade. Portanto, a expansão das vagas na rede federal, o

⁷⁶ Ver o Plano Plurianual de 2004-2007, que estabelece os objetivos para apoiar o crescimento econômico através da inclusão social e econômica de populações marginalizadas. Cabe destacar o Programa Bolsa Família; Minha Casa-Minha Vida, a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e, em 2003, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Ações que promovem a equidade, a intenção em combater as desigualdades raciais e a constituição de políticas públicas para as mulheres.

⁷⁷ Para saber mais sobre o histórico e a expansão da rede federal, consultar: <http://rededefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>. Acesso em 05/09/2017.

incentivo à elevação da escolaridade, bem como a criação de novos postos de trabalho decorrentes da criação dos institutos federais também envolveu uma articulação com os anseios locais.

De outra forma, não há um consenso sobre o efeito positivo ou negativo na expansão de institutos e universidades em cidades pequenas. As opiniões divergem, os contrários à interiorização argumentam sobre o alto investimento (milhões em recursos destinados a obras, tendo em vista a infraestrutura do modelo dos institutos) frente ao baixo retorno; além disso, há alegação de que em poucos anos o número de formados esgota a necessidade de profissionais nessas cidades. Outro problema refere-se à alta rotatividade de servidores que não têm interesse em permanecer no interior, causando prejuízo na organização dos *campi*.

Portanto, é nesse cenário que se consolida a experiência dos institutos canadenses com os centros tecnológicos brasileiros, que em 2008 receberam nova denominação, passando a Institutos Federais.

Segundo Bordignon (2016), desde o início, a proposta era de realizar o projeto nos CEFETs, pois, de acordo com as palavras da diretora da ACCC, tratavam-se de instituições públicas “elitizadas”, o que representava um problema a ser solucionado na visão do MEC e dos parceiros internacionais, buscando-se formas de democratização do acesso aos IFs.

A formulação de um programa está diretamente ligada a um projeto político de governo, que, por sua vez, tem uma intencionalidade e carrega interesses. Também há que se considerar que as agências e os organismos internacionais voltam cada vez mais os olhares para os países em desenvolvimento, principalmente no que tange aos entraves econômicos e à garantia mínima de qualidade da educação. A miséria, o analfabetismo e a não produtividade são empecilhos ao desenvolvimento, e combatê-los tornou-se uma prática universal. Nesse sentido, o Programa Mulheres Mil contempla as intenções das agências internacionais.

O Programa está alinhado a um contexto e conjunto de prioridades das políticas públicas e das diretrizes da política externa do Governo Brasileiro, entre elas o alcance do projeto Metas Educativas 2021 – a educação que queremos para a geração do bicentenário – promovido pela Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) e aprovado pelos Chefes de Estados e Governos dos países membros em dezembro de 2010. (PORTAL MEC, 2012-Base Legal do Programa

O trabalho de Bordignon (2016) sobre a relação do Programa Mulheres Mil com a Organização de Cooperativas no Brasil apresenta a movimentação que deu vida ao programa. Segundo a pesquisadora, integrantes do MEC, do CONIF, da SETEC e dos IFs realizaram um conjunto de visitas aos *colleges* canadenses. Da mesma forma, profissionais vinculados às faculdades canadenses visitaram instituições brasileiras em São Paulo e Rio de Janeiro, sendo que a maioria das visitas ocorreu no interior de dois Fóruns de Educação Profissional e Tecnológica. Para além do Programa Mulheres Mil, aproximadamente 51 acordos foram firmados entre reitores dos IFs e os *colleges*.

De acordo com a análise de documentos e legislação referentes ao Programa Mulheres Mil, o Canadá apresentou o propósito de contribuir para o desenvolvimento da competência dos Centros Federais Tecnológicos, no norte e nordeste do Brasil, com a finalidade de desenvolver as ferramentas, as técnicas e o currículo, visando a proporcionar a 1000 mulheres, em situação de vulnerabilidade, serviços de acesso, capacitação e relação com os empregadores, permitindo-lhes ingressar ou progredir no mercado de trabalho. Inicialmente, cinco CEFETs no norte e nordeste demonstraram interesse em desenvolver a capacitação, dando início a um projeto piloto de 7 meses, desenvolvido entre agosto de 2005 e março de 2006. Diante do êxito da atividade, a SETEC/MEC manteve o interesse com a parceria, ampliando para 13 centros federais tecnológicos do norte e nordeste⁷⁸.

De acordo com o documento Projeto Mulheres Mil ACCC/MEC⁷⁹, a oferta de cursos de capacitação a mulheres em situação de vulnerabilidade, no nordeste, justificava-se por essa ser uma região reconhecida pela desigualdade da distribuição de renda, pelo elevado índice de emprego informal, desemprego e baixos níveis de participação feminina na força de trabalho; a região norte,

⁷⁸ Alagoas, Bahia, Maranhão, Paraíba, Piauí, Roraima, Tocantins, Amazonas, Ceará, Pará, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe. O primeiro instituto a estabelecer parceria com o Canadá foi o Instituto Federal do Rio Grande do Norte, em 2005, com o *Niagara College*. Essa faculdade canadense, localizada ao sul de Ontário é reconhecida, internacionalmente, por sua escola de turismo e hospitalidade.

⁷⁹ Projeto planejado por um período de quatro anos que compreendeu setembro de 2006 a agosto de 2010. O financiamento para o projeto incluiu investimento solicitado à CIDA de \$2.145,707, a contrapartida do Brasil de R\$ 4,057,390 e do Canadá: \$450,632.

outra opção, fora escolhida por reservar alta concentração de comunidades indígenas e de famílias lideradas por mulheres.

A Associação das Faculdades Comunitárias Canadenses tinha como função coordenar o desenvolvimento e a implementação de uma variedade de programas de capacitação em diversos centros federais tecnológicos através do apoio das faculdades canadenses parceiras, incluindo *workshops*, estendendo relações com o CONCEFET e a REDENET. Em contrapartida, as faculdades canadenses testariam, no Brasil, uma variedade de modelos educacionais, tais como o modelo de Avaliação e Reconhecimento de Aprendizagem Prévia (ARAP) com um grupo alvo de mulheres desfavorecidas, uma área que, de acordo com a versão final do Projeto Mulheres Mil, carecia de pesquisa no Canadá. As experiências compartilhadas serviam às comunidades canadenses para melhorar seus próprios sistemas e práticas em atender esse grupo.

Uma das principais características do programa, divulgada nos documentos que promovem a formação, está em sua metodologia, uma capacitação personalizada que reconhece as aprendizagens prévias e a busca em melhorar a autoestima, promover autonomia, elevação de escolaridade e inserção da mulher no mercado de trabalho. Para tanto, as fases do projeto são bem delimitadas: sistema de acesso, permanência e êxito.

De acordo com o documento Projeto Mulheres Mil ACCC/SETEC-MEC, para melhorar o potencial de mão de obra seria fundamental uma metodologia sistêmica.

As instituições precisam desenvolver sistemas, infraestrutura, políticas e procedimentos. Elas necessitam personalizar ou desenvolver e implementar ferramentas e técnicas para atender estas mulheres, como também proporcionar capacitação personalizada para atualização acadêmica e desenvolvimento de habilidades técnicas. As instituições precisam de relações formais com a comunidade empregadora, metodologias para desenvolver programação voltada para as necessidades do empregador e métodos de ofertar programas ao público alvo. (Versão Final-Projeto Mulheres Mil, p. 14).

O caminho para chegar até o público desejado requereu estratégias de parcerias com entidades governamentais (esfera federal, estadual e municipal) e uma busca pelo público alvo do Programa Mulheres Mil. Provocar o interesse em retomar os estudos em mulheres que viviam em situação de

vulnerabilidade, com pouca escolarização e, em alguns casos, vítimas de violência, exigia um programa bem consolidado, diferenciando-se de outros programas, pois capacitar e certificar viria como consequência de outras benesses da formação. O cuidado iniciava com o recrutamento das alunas, na forma de como a instituição deveria recebê-las, na metodologia mais adequada, na constituição de um grupo multidisciplinar de atendimento, implicando, também, na formação de uma rede de suporte e de acompanhamento das atividades ao término do curso e da possibilidade de estágios em empresas parceiras.

Os documentos orientadores do Programa Mulheres Mil previam uma série de procedimentos a fim de garantir o êxito na formação. O sistema de acesso, primeira etapa do processo, carregava o compromisso de, inicialmente, encontrar e trazer para os institutos um público não tradicional. Para aproximar a instituição de ensino do público alvo foi preciso elaborar estratégias. Entre as táticas, foi incluída a visita em bairros estigmatizados, a divulgação em associação de bairros, escolas e igrejas, além de plantar notas no meio impresso e em propagandas no rádio.

Transpor a barreira da insegurança, do medo e da desconfiança representava o primeiro degrau que distanciava as mulheres do ambiente educacional. Superado o desafio, o próximo passo estava em assegurar e sensibilizar as mulheres para o reconhecimento de que eram portadoras de saberes. Parte-se de uma lógica de via dupla de aprendizagem, em que todos ganham, isto é, em que o resultado desse produto seria benéfico tanto às alunas, que iriam adquirir conhecimento, bem como aos institutos federais, pois a experiência trouxe uma mudança de concepção de ensino, superando o modelo tradicional, baseado na meritocracia, para um acesso inclusivo e afirmativo.

Na instituição, deverá ser estruturado um local de referência para as alunas, denominado Escritório de Acesso, especificamente para receber, acolher, orientar, encaminhar e acompanhar as mulheres que procuram a Instituição para obter informações sobre o Programa, as ofertas e possibilidades educacionais. O Escritório de Acesso, referência no compartilhamento das informações e ações do Programa, congrega pessoas e a equipe multidisciplinar, caracterizando-se como espaço de troca de experiências, de construção e de fortalecimento de vínculos e de relações. (Versão final Projeto Mulheres Mil).

Apesar de o documento citar a necessidade de uma estrutura como o Escritório de Acesso para acolher às mulheres atendidas pelo programa Mulheres Mil, vale lembrar que no período que antecede a incorporação do PMM ao PRONATEC, o trabalho ocorria de forma voluntária, fora da jornada de trabalho do servidor, sem a estrutura, a equipe, os espaços e os materiais necessários.

No início de 2014, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Ministério da Educação (MEC) firmaram parceria para integrar o Programa Mulheres Mil ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria (Pronatec/BSM). Essa nova etapa suscitou divergência quanto ao novo rumo tomado pelo Programa. O dilema se deu em relação ao encetamento de recursos, uma vez que os profissionais que atuavam no programa, anterior a 2014, não recebiam nenhuma remuneração pelos serviços prestados, operando em regime de voluntariado, guiados pela possibilidade de atuar em um trabalho de transformação social. Com a injeção de recursos, muitos profissionais que antes não demonstravam interesse, passaram a disputar as vagas no Programa. O grande temor estava no fato de descaracterizar as intenções que moviam o Programa e imperar o viés do capital.

O propósito do “voluntariado” na dinâmica do Programa Mulheres Mil recebe destaque na dissertação de Cleonice Maria da Silva (2016) adquirindo um papel fundamental para pensar a transição que acompanhou o período anterior à entrada do PMM ao Pronatec. Nesta pesquisa a autora realizou entrevistas com quatro educadoras que atuaram em dois cursos no Instituto Federal de Minas, nos anos de 2012 e 2013, e, carrega relatos da percepção das professoras sobre a passagem do voluntariado ao instante em que ocorre o pagamento pelas atividades praticadas no programa.

O período que antecede a incorporação do PMM ao Pronatec remonta a um tempo de dificuldade em compor a equipe de apoio técnico para atuar junto às mulheres, na medida em que não havia função gratificada àquelas que atuassem no PMM. Todavia, ao atuar no PMM, as horas inseriam-se no plano de trabalho do docente pela via da extensão. De acordo com os depoimentos das educadoras do IF de Minas ao atacar o problema relativo ao pagamento dos educadores/as criavam-se outras dificuldades, tais como a fragmentação

da metodologia. Com a entrada de profissionais externos ao instituto federal, recebendo por hora trabalhada, ao cumprirem as horas pactuadas no termo de compromisso, qual seja, do encontro entre alunas e docentes na relação de ensino-aprendizagem no tocante à aula, ao final, estariam dispensados e desobrigados a participar de outras atividades. Essa relação “profissional”, na perspectiva das educadoras que atuaram nas primeiras versões do PMM, afastava o profissional do envolvimento com outros aspectos fundamentais para a dinâmica do PMM, rompendo com questões coerentes à proposta; havia o sentimento de mudanças na gestão, decisão e direção do programa, caminhando para a construção de outro tipo de relação. Outro destaque relaciona-se ao engessamento quanto às formações dos cursos que respondiam aos catálogos padronizados dos cursos do Pronatec, perdendo lugar à flexibilidade e adequação à comunidade. Na visão das educadoras do IF de Minas a migração ao Pronatec não atendia ao perfil do PMM e levou a novos rearranjos com a fusão.

Cabe ressaltar que vários cursos do Pronatec faziam exigência de pré-requisitos de escolaridade, constituindo uma barreira para aquelas mulheres que não tiveram acesso à escola na idade certa.

De acordo com Cleonice Maria da Silva (2016), o PMM tem por mérito uma proposta que avança na composição de um plano educacional para mulheres, que exige do docente uma metodologia diferente da tradicional da sala de aula, referenciada teoricamente na pedagogia progressista, com concepção de aprendizagem ancorada na abordagem construtivista, baseada no reconhecimento de aprendizagem e conhecimento pré-existentz trazidos pelas educandas.

O trabalho de José Ronaldo da Silva e Ermmy Rêgo (2015) faz uma análise das políticas públicas voltadas para as mulheres em vulnerabilidade, com foco no Programa Mulheres Mil. Os autores apontam para a potencialidade do programa como política pública educacional em termos de resgate da autoestima, da valorização dos conhecimentos prévios e dos saberes cotidianos. Também salientam o caráter inovador da metodologia do Programa Mulheres Mil, que é apontada como grande destaque para se atingir o êxito. No entanto, os autores reforçam que esse momento de transição no *modus operandi* do Mulheres Mil com o *modus operandi* do Pronatec poderia

ser afetado ou distorcido com a hibridização de bases ideológicas e epistemológicas.

Segundo os pesquisadores José Ronaldo da Silva e Ermmy Rêgo (*op. cit.*), duas hipóteses estavam em jogo e mereciam ser analisadas futuramente: a primeira, que supõe que o Pronatec e toda a sua previsão orçamentária poderiam interferir negativamente nas bases ideológicas do Programa Mulheres Mil pela supremacia do capital sobre o voluntarismo, e a segunda, que se refere à expectativa de uma provável melhora quali-quantitativa no atendimento às mulheres das comunidades, em termos de alcance social.

Outro destaque se dá em relação aos três pilares do Programa Mulheres Mil: educação, cidadania e desenvolvimento sustentável, em especial, o último. Nos documentos consultados que tratam do programa, há um forte apelo à organização de cooperativas e associações para combater o desemprego. A aposta no empreendedorismo reserva cuidados, uma vez que nem sempre essas organizações provocam mudanças significativas no mundo do trabalho.

De acordo com Bordignon (2016), a partir de consulta a documentos oficiais e a entrevistas realizadas com responsáveis pelo programa na ACCC, os cursos oferecidos ao Programa Mulheres Mil eram direcionados para a organização de cooperativas e o empreendedorismo, mais do que para a qualificação profissional com aumento de escolaridade.

O programa não oferece a estrutura adequada para tanto, como apoio técnico, financeiro e um plano de continuidade do programa. Após a conclusão do curso, as mulheres se desvinculam e perdem a bolsa de estudos, o que pode limitar o retorno a escolarização e mesmo a organização de cooperativas. (BORDIGNON, 2016, p. 127).

4.2 O PROGRAMA MULHERES MIL NO INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE

De acordo com o levantamento da SETEC⁸⁰, o projeto piloto aplicado entre 2008 e 2010 comportou 348 matrículas; de 2011 a 2013, após tornar-se um programa nacional com extensão em todos os estados brasileiros, o número de matrículas subiu para 38,4 mil e com a incorporação pelo PRONATEC, de 2014 a 2016, esse número chegou ao patamar de 61,8 mil, totalizando 100.718 vagas. Esses dados apontam para a evolução do número de pessoas atingidas após a incorporação ao PRONATEC.

O caminho para a divulgação e o incentivo ao programa deu-se através do Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, que convocou por meio da primeira chamada pública MEC/SETEC-01/2011 os Institutos Federais, com o intuito de que esses apresentassem propostas de adesão ao programa Mulheres Mil – Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável.

Os institutos que tivessem propostas selecionadas deveriam assinar um termo de cooperação técnica. Entre as metas de 2011 havia a previsão da implantação de 100 novos núcleos de desenvolvimento do Programa nos Institutos Federais. Concomitante ao envio das propostas, a reitoria deveria indicar o nome de dois servidores do instituto, os quais passariam por capacitação, em Brasília, com a finalidade de conhecer e implantar a metodologia do Programa Mulheres Mil. Esses servidores seriam os responsáveis pela gestão do Programa em seus respectivos *campi*.

De acordo com a 1ª Chamada Pública MEC/Setec-01/2011, estava prevista a capacitação de 200 servidores federais, sendo que cada instituto indicaria dois profissionais. O plano para 2011 compreendia a efetivação de 10.000 matrículas, correspondendo a 100 matrículas por núcleo. Ainda de acordo com o documento, a indicação da adesão dos campi dar-se-ia via reitoria de cada Instituto Federal, respeitado o número de projetos que poderiam ser aprovados, em relação ao quantitativo de unidades existentes em cada instituto. Havendo empate entre as propostas, o critério de desempate levaria em consideração o *campus* localizado em municípios com menor índice de desenvolvimento humano (IDH).

⁸⁰ BRASIL, *Mulheres Mil oferece 100 mil oportunidades de capacitação*. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2017/02/mulheres-mil-oferece-100-mil-oportunidades-de-capacitacao>> Acesso em: 10 jan. 2017.

Tabela 5 - Número de projetos aprovados em relação ao quantitativo de unidades existentes em cada IF

Distribuição de números de unidades por IFs	Projetos possíveis
16 a 25 unidades	05
10 a 15 unidades	04
07 a 09 unidades	03
Até 06 unidades	02

Fonte: MEC/SETEC (2011).

Em relação aos recursos financeiros, cada *campus* iria dispor do total de cem mil reais, distribuídos da seguinte forma: para a compra de uniforme reservava-se R\$ 8.000,00, para o auxílio financeiro às estudantes o valor de R\$ 70.000,00, para a compra de material utilizado para execução dos cursos, o montante seria de R\$ 10.000,00 e para a compra de equipamentos para execução dos cursos e estruturação do escritório de acesso eram destinados R\$ 12.000,00.

O primeiro *campus* do IFSul a oferecer um curso do Programa Mulheres Mil, voltado exclusivamente para mulheres, foi Venâncio Aires, conforme matéria abaixo divulgada na Revista Posteiro⁸¹. Esse programa esteve vinculado à Pró-reitoria de Extensão e Cultura do IFSul. Primeiramente, fora implantado como um núcleo, sendo que, nesse período, detinha menor carga horária de formação e, posteriormente, foi ampliado para os demais *campi*.

O *campus* Venâncio Aires é a primeira escola do IFSul a implantar o Mulheres Mil, programa do governo federal que amplia as chances de mulheres em situação de vulnerabilidade social de terem acesso à Educação profissional, ao emprego e à renda. Vinte e quatro alunas compareceram à aula de estreia, realizada no dia 19 de abril. Conforme a direção do *campus*, as estudantes, juntamente com os professores, construíram as bases dos módulos de ensino. Na primeira etapa, foram conhecidas as diferentes realidades do grupo. O objetivo é trabalhar com a diversidade, estimulando a discussão e o

⁸¹ A Revista Posteiro é um material produzido pela Coordenadoria de Comunicação Social do Instituto Federal Sul-rio-grandense desde o ano de 2006. Em seus exemplares é possível acompanhar notícias referentes a todos os *campi*. Através da página do Instituto é disponibilizada uma versão digital para *downloads* da revista. Sobre a circulação desse material, inicialmente, havia uma produção mensal de exemplares e edições especiais. A partir de 2013, a revista não foi mais produzida mensalmente.

debate sobre temas que serão necessários para vida profissional e pessoal. (Revista Posteiro, 05 de maio de 2012).

O ano de 2012 foi o período em que o *campus* Pelotas iniciou a oferta de cursos pelo Programa Mulheres Mil. A segunda entrevista ocorreu nas dependências do *campus* Pelotas, realizada em 05/06/2017⁸², com a gestora 2, quando lhe foi perguntado sobre o surgimento desse programa. Os detalhes do nascimento do projeto no instituto aparecem na descrição do relato com a gestora.

No início, ele era voluntário, ninguém recebia nada para dar aula e as meninas recebiam uma bolsa, um valor fixo por mês. Depois, ele migrou pro Pronatec, pela questão de orçamento, mas manteve a metodologia do Mulheres Mil- que é uma metodologia toda diferenciada. Ela tem todo um núcleo comum, voltado para o resgate de cidadania, elevação da autoestima... Então, a gente prevê algumas atividades específicas que são os passeios culturais, peças de teatro, cinema, a noite da beleza... Aí migrou para o Pronatec; os professores começaram a ser pagos e as alunas recebiam uma ajuda, por dia de aula, que era R\$ 12,00 reais e, cada turma, era de 20 mulheres, no máximo, que era o que previa pela pregação do Pronatec. (Entrevista, Gestora 2, 05/06/2017, *campus* Pelotas).

O trabalho de Tavares e Araujo (2018) estabeleceu uma análise do PMM como uma possibilidade de autonomia para mulheres em vulnerabilidade social, discutindo o potencial de emancipação conquistado pelas mulheres através do programa. A pesquisa foi desenvolvida com base nos cursos ofertados no *campus* Pelotas/IFSul.

O PMM foi ofertado no *Campus* Pelotas do IFSul entre os anos de 2012 e 2015, sendo ofertadas duas turmas por ano, atendendo uma média de 20 alunos por turma, totalizando oito turmas e cerca de 160 alunas no decorrer destes quatro anos. Os cursos ofertados foram: Cuidador de Idosos, Empregada Doméstica, Auxiliar de Educação Infantil, Cartonageiro e Pintor de Obras. (TAVARES; ARAUJO, 2018, p. 3).

Na ótica de Tavares e Araujo (2018), a política de gênero no PMM permite às mulheres que se encontram em vulnerabilidade o acesso a cursos profissionalizantes que podem contribuir para melhorar o potencial produtivo,

⁸² A referida entrevista ocorreu no local de trabalho da depoente, no período da tarde e, por vezes, alguns empecilhos dificultaram a fluidez da conversa, tais como o atendimento normal aos colegas do departamento com o público externo e os sinais sonoros dos períodos escolares, em que havia deslocamento dos estudantes pelos corredores da instituição. Sobre o auxílio financeiro fornecido às mulheres, cabe destacar que, anterior à incorporação do programa pelo Pronatec, as estudantes recebiam um auxílio de R\$ 100,00 mensais. Não somente os docentes passaram a perceber rendimento, como também outros profissionais: orientador e gestor.

visando à inserção no mercado de trabalho, melhorando a vida dessas mulheres e de suas famílias. Os autores defendem que a experiência educacional vivenciada no programa contribui positivamente na vida das alunas que concluíram as formações. As transformações se dão com a aprendizagem de um novo ofício, representam o primeiro passo de uma independência que resulta em sair de casa e voltar a estudar, tendo a possibilidade de ingresso no instituto federal. Essas iniciativas já são motivos para que as mulheres se sintam donas de suas histórias. “[...] a partir do momento que as mulheres entram no curso do PMM abre-se um leque de possibilidades de transformação em suas vidas.” Tavares e Araújo (p. 5, 2018).

4.2.1 A incorporação do PMM pelo PRONATEC

A Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação exerce a função como coordenadora nacional da política de educação profissional e tecnológica de todo o país. Entre as competências está a de planejar, formular, coordenar e avaliar as políticas de educação profissional e tecnológica em geral e a oferta da bolsa-formação, em específico.

Para compreender a entrada do PMM ao PRONATEC, é preciso entender minimamente a Bolsa-Formação. De acordo com a Portaria nº 168, de 07 de março de 2013:

Art. 2 A Bolsa-Formação visa a potencializar a capacidade de oferta de cursos das redes de educação profissional e tecnológica para: I - ampliar e diversificar a oferta de educação profissional e tecnológica gratuita no País; II - integrar programas, projetos e ações de formação profissional e tecnológica; e III - democratizar as formas de acesso à educação profissional e tecnológica para públicos diversos. (MEC, 2013, p. 01).

A Lei nº 12.816, de 05 de junho de 2013, altera a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, e amplia o rol de beneficiários e ofertantes da Bolsa-Formação Estudante, no âmbito do PRONATEC. Aos propósitos do PRONATEC, inclui-se (2013, p. 02) “VI - Estimular a articulação entre a política

de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda”.

O segundo artigo da Lei nº 12.513, define o público alvo da política como oferta prioritária do PRONATEC.

I - estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos; II - trabalhadores; III - beneficiários dos programas federais de transferência de renda; e IV - estudante que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral, nos termos do regulamento. § 1º Entre os trabalhadores a que se refere o inciso II, incluem-se os agricultores familiares, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores. § 2º Será estimulada a participação das pessoas com deficiência nas ações de educação profissional e tecnológica desenvolvidas no âmbito do Pronatec, observadas as condições de acessibilidade e participação plena no ambiente educacional, tais como adequação de equipamentos, de materiais pedagógicos, de currículos e de estrutura física. § 3º As ações desenvolvidas no âmbito do Pronatec contemplarão a participação de povos indígenas, comunidades quilombolas e adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. (MEC, 2011, p. 01 e p. 02).

Acrescentado os atendimentos prioritários da política, a Lei nº 12.816 inclui § 4º: **“Será estimulada a participação de mulheres responsáveis pela unidade familiar beneficiárias de programas federais de transferência de renda, nos cursos oferecidos por intermédio da Bolsa-Formação.”** (grifos nossos).

A Portaria nº 168, de 07/03/2013, e as Leis 12.513 e 12.816 vão definir as normas da Bolsa-Formação executada no âmbito do PRONATEC e explicitar o programa no que tange ao que pretende enquanto política. Nelas estão presentes as regras de funcionamento e exigências aos agentes de implementação da Bolsa-Formação. Encontram-se nas legislações vários regramentos, tais como: a obrigatoriedade da oferta de, no mínimo, 160 horas aos cursos de Formação Inicial e Continuada, as exigências às instituições ofertantes dos cursos, as atribuições dos órgãos responsáveis pela oferta do programa, as competências das instituições demandantes, o protocolo de funcionamento (contendo as etapas da inscrição, matrícula e confirmação), as penalidades às instituições que não cumprirem com os acordos, entre outras normas.

Outra consideração sobre a Portaria nº 168 que merece destaque se dá em relação às competências entre o parceiro demandante e o parceiro

ofertante (os institutos federais). Optamos por destacar algumas competências a partir da leitura do documento.

Parceiro Demandante - informa os parceiros ofertantes sobre suas demandas específicas. Divulga a Bolsa-Formação em seu âmbito de atuação, seleciona os candidatos, realiza a pré-matrícula das turmas registrando-as no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC).

Parceiro Ofertante - preencher, firmar e enviar à SETEC/MEC o Termo de Adesão como ofertante da Bolsa-Formação, o Termo de Cooperação acompanhado do plano de trabalho, pactua com os demandantes a oferta de cursos, faz o registro no SISTEC dos cursos a serem ofertados, com a respectiva carga horária e quantidade de vagas, elabora o projeto pedagógico de curso de acordo com o guia dos cursos do PRONATEC, mantém a guarda dos arquivos com os registros dos estudantes, das turmas e dos beneficiários da Bolsa-Formação, no prazo mínimo de 20 anos, na unidade de ensino ofertante do curso, disponibilizando os documentos ao MEC e ao Ministério Público sempre que solicitados. É responsável por todos os registros no SISTEC (confirmação, reconfirmação de matrícula, controle de frequência e desempenho do beneficiário, registros e justificativas em caso de cancelamento, substituição de bolsista), entre outras responsabilidades. Ressalta-se que os institutos federais que optassem pela adesão ocupariam o papel de parceiro ofertante.

De acordo com dados do MEC⁸³, foram registradas mais de 9,4 milhões de matrículas entre cursos técnicos e de qualificação profissional até o ano de 2015. Para 2016, estava prevista a oferta de 372 mil matrículas em cursos técnicos e 1,627 milhão em cursos de qualificação profissional, o que representaria 18,6% de vagas para cursos técnicos e 81,4% para cursos FIC.

A inserção do Programa Mulheres Mil ao PRONATEC suscitou debate sobre perdas e ganhos com a mudança. Os gestores⁸⁴ contatados nesta

⁸³ Para ver a matéria na íntegra: Presidenta anuncia a oferta de dois milhões de vagas para cursos gratuitos no Pronatec. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=34611> Acesso em 15/01/2019.

⁸⁴ A entrevista realizada com a gestora 2 confirmou que, de acordo com a metodologia do mulheres mil, as alunas não poderiam ter aulas todos os dias. O recomendado previa três encontros por semana, com cursos mais extensos e, de preferência, à noite. Essa orientação era bem recebida por parte das alunas. A gestora tendo conhecimento das atividades

pesquisa referiram uma grande preocupação que atravessou o processo de incorporação de um programa ao outro. Havia um temor em perder a identidade do programa. Dentre os cuidados com os valores originais do PMM estava a de não ofertar aulas todos os dias na semana, além disso, a apreensão quanto à admissão de professores afinados com a proposta para ministrar aulas para um público não tradicional ao instituto. Na fala da gestora 2, os professores eram selecionados via edital⁸⁵, mas um critério alcançava maior peso, conferindo maior pontuação, qual seja a experiência anterior de já ter atuado no programa.

Professores que a gente já tinha convidado muitas vezes e falava do programa, essas pessoas achavam bobagem, que não era bom, que não tinham tempo e, no momento que foi pago, sempre tinha gente querendo; inclusive, esses, que não davam bola para o programa. Então, uma coisa que pontuava, não é o professor que tem um currículo imenso, é aquele que a gente via que tinha uma afinidade maior com o programa e com o público em si. A gente percebia pela entrevista, que esse professor tinha mais afinidade com o programa, isso pesava mais na escolha, porque não adiantava ter um professor que tivesse um currículo imenso, um currículo Lattes e um monte de cursos, se ele não gostava de trabalhar com esse público mais humilde. (Entrevista, gestora 2, 05/06/2017, *campus* Pelotas).

Em abril de 2014, durante dois dias, o *campus* Pelotas sediou um Encontro Nacional⁸⁶ para debater a nova metodologia do Programa Mulheres Mil após sua inclusão no PRONATEC. O encontro contou com a presença do

realizadas pelas mulheres no ambiente externo deveria buscar organizar o turno das atividades formativas de forma a não prejudicar a rotina de trabalho das alunas, haja vista que as mulheres, no dia a dia, não poderiam deixar de fazer determinadas funções, tais como os cuidados com a casa (arrumação e preparo da comida), marido, filhos e compromissos com a escola dos filhos (a dinâmica das crianças no colégio). O horário noturno representava a melhor opção, uma vez que as alunas poderiam deixar seus filhos com os companheiros ou outros familiares para dedicarem-se aos estudos.

⁸⁵ A título de informação, havia o edital interno (exclusivo aos professores do Instituto), em que o professor selecionado receberia R\$50,00 por hora-aula e o edital externo (professores de fora da instituição). Nesse caso, o valor seria o mesmo, contudo, havia a dedução da tributação. Havia também valores referentes ao orientador, selecionado através de edital, mas que guardava peculiaridade em relação ao número de turmas, por exemplo, de 2 a 4 turmas, o valor correspondia a R\$864,00 (6 horas semanais); 5 a 8 turmas, o valor era de R\$ 1152,00 (8 horas semanais) e, havendo 9 ou mais turmas, o valor correspondia a R\$1440,00 (10 horas semanais). Outro profissional com remuneração, a partir de 2014, veio a ser a Coordenadora do Programa Mulheres Mil.

⁸⁶ Para saber mais sobre o Evento Nacional que discutiu a nova metodologia do Programa Mulheres Mil, consultar:

http://portal2.ifsul.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1265:evento-nacional-discutira-a-nova-metodologia-do-programa-mulheres-mil&catid=99:campi-do-ifsul.

Acesso em 11/09/2017.

diretor de Inclusão Produtiva Urbana do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Luiz Müller, e de representantes de Institutos Federais de outros estados. Três institutos (Paraíba, Mato Grosso e Goiano) foram os responsáveis por auxiliar nos trabalhos direcionados à nova metodologia. No portal do IFSul, é possível conferir uma das notícias sobre a atividade que contou com a participação de coordenadores, professores, voluntários e alunas, como também conhecer o relato de uma gestora do Programa Mulheres Mil acerca dos novos rumos.

É um momento importante para o futuro do programa Mulheres Mil. A sua incorporação pelo Pronatec gerou alguns questionamentos aos gestores institucionais, principalmente com relação à nova metodologia. Por isso, neste evento, vamos discutir possibilidades de mantermos importantes diretrizes da metodologia adotada até então, como o resgate da autoestima e a valorização dessas alunas”, avalia Lígia Maciel, assessora do diretor-geral do *campus* Pelotas e uma das organizadoras do evento. (PORTAL IFSUL, abril de 2014).

O gestor 1, primeiro depoente contatado nesta pesquisa, ao ser questionado sobre a resistência no IFSul quanto à incorporação do Programa Mulheres Mil ao PRONATEC, fez o seguinte comentário.

Houve! Houve no próprio instituto e muito na rede. Quando da saída pro PRONATEC, a saída não, perdão, pelo ingresso no PRONATEC, cuja proposta era de ganhar recursos a mais, até por sair da LOA e ter uma... Desse atendimento que pudesse atender melhor, a preocupação está em que muitas pessoas que ali se doavam pelo amor ficavam na vontade de não participar, até porque, agora, muitos poderiam ser selecionados e, sim pelo valor e, não pela aquela proposta principal de extensão, pelo seu valor de ser. Então, houve sim. (Entrevista, gestor 1, 15/12/2015, Pelotas).

O mesmo gestor, em outra parte do depoimento, qualificou o PMM como um programa de extensão muito bonito e, por essa razão, havia muito cuidado entre os gestores para não corromper as bases epistemológicas e ideológicas da proposta inicial.

Mas nós temos feito, reitero isso, nós temos feito o máximo possível para que embora com seleções através de editais, em que se coloquem editais, assim, a personalidade dessas pessoas a que venham atender o programa sem desvio da proposta principal. (Entrevista, gestor 1, 15/12/2015, Pelotas).

Um dado trazido pelo relatório de gestão do Instituto Federal Sul-rio-grandense aponta que, no ano de 2014, todos os *campi* do Instituto realizaram cursos do Programa Mulheres Mil. De acordo com o Relatório de Gestão do

Exercício de 2014, o documento faz um levantamento sobre o número de concluintes do Programa Mulheres Mil e aponta para o baixo índice de evasão do programa. Outra diferença ressaltada no texto se dá em relação à finalidade do Pronatec e do Programa Mulheres Mil: enquanto o primeiro caracterizava-se por preparar/treinar, o último reservou uma função ainda maior, a de dar qualidade de vida às pessoas.

O Pronatec prepara pessoas, qualificando-as para o mundo do trabalho. Já o Programa Mulheres Mil atende mulheres em situação de vulnerabilidade social e emocional, colocando-as no mercado de trabalho. Com aproveitamento de 90% das matrículas, o Mulheres Mil teve 475 mulheres concluintes em várias áreas. (Relatório de Gestão, exercício de 2014, IFSul, p. 27, 2015).

Sabe-se que a criação de políticas com objetivos educacionais de treinar mão de obra para ingressar no mercado de trabalho não é uma proposta recente. Na década de 60, no governo de João Goulart, um programa intensivo de formação de mão de obra (PIPMO) já havia sido gestado para promover um treinamento acelerado para suprir as demandas dos setores da economia. Segundo Neila Drabach (2015), O Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra Industrial tinha como objetivo treinar os trabalhadores para adequá-los às novas tecnologias e às novas atitudes de trabalho. Em 1972, o programa amplia seus cursos para outras áreas produtivas além da indústria. Esse programa teve início em 1964, e a previsão de duração era de vinte meses, no entanto, foi mantido por dezenove anos, finalizando em 1982. Sua oferta esteve atrelada ao Sistema S e a indústrias.

Em outros momentos da educação profissional no Brasil, também ressurgiu a necessidade de atender ao mercado pela via da educação profissional, na década de 90, o PLANFOR (Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador) e, no início do século XXI, o PNQ (Programa Nacional de Qualificação Profissional). O trabalho de Neila Drabach (2015) auxilia-nos a pensar que a concepção e as políticas de educação e, aqui em especial de educação profissional, constituem e são constituídas pela especificidade de projeto de sociedade em disputa. A autora, a partir de uma abordagem qualitativa, analisa diferentes políticas e concepções de educação profissional que marcaram a trajetória da educação brasileira e, com base no contexto atual, buscou compreender a concepção de educação presente no Pronatec,

seus avanços e continuidades em relação a programas governamentais já desenvolvidos nessa área e suas implicações para a formação do trabalhador. De acordo com a autora (*op. cit.*), o período em que Fernando Henrique Cardoso assumiu o poder ficou registrado pelas ações moldadas por orientações do Banco Mundial. Entre as influências do BIRD, estava a de adequação do ensino às novas demandas econômicas, a reformulação do ensino técnico, além de aprofundar o dualismo do ensino médio.

Na gestão de Fernando Henrique Cardoso (FHC), foram desenvolvidos dois programas na área da educação profissional, um deles foi o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), em que se visava à reestruturação dos cursos e instituições de educação profissional, incluindo novas metodologias de gestão e de ensino. O foco estava no atendimento às demandas do mercado de trabalho de forma ágil e eficiente. A preparação de mão de obra acompanhava o modelo de produção Toyotista ou acumulação flexível. O outro programa era o PLANFOR⁸⁷, orientado para qualificar a força de trabalho com vista à empregabilidade. O Sistema S foi o principal vetor da formação, oferecendo cursos de curta duração. Segundo Kuenzer (2010), a novidade trazida pelo PLANFOR foi o tripartismo, ou seja, a participação de trabalhadores, empresários e Estado nas decisões e no controle das ações relativas à educação profissional.

Para Neila Drabach (2015), a principal diferença entre PIPMO e PLANFOR é que enquanto o primeiro preparava para o modelo fordista/taylorista, o PLANFOR teve sua origem no PIPMO, reorientado para o modelo Toyotista. Apesar das singularidades que envolvem cada programa, intenções semelhantes são reveladas com novas roupagens. Em substituição ao PLANFOR, o governo de Luis Inácio Lula da Silva manteve o PNQ (Programa Nacional de Qualificação). O PNQ teve vigência de 2003 a 2007 e, segundo Kuenzer (2010), evidenciou um avanço conceitual significativo em

⁸⁷ O Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador foi implementado em 1995, por dois quadriênios de vigência: 1995-1998 e 1999-2002. Segundo Kuenzer (2010), o suporte jurídico desse programa foi o Decreto 2208/97, que forneceu os fundamentos do Planfor. Vale lembrar que o decreto atendeu ao acordo entre o MEC e o Banco Mundial. A principal proposta era separar o ensino médio e a educação profissional. Para saber sobre as políticas de educação profissional formuladas no período (1995 e 2005), consultar: KUENZER, A. Z. In: As políticas de educação profissional: uma reflexão necessária. MOLL, J. **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo: Desafios, tensões e possibilidades**. POA: Artmed, 2010. p. 253-270.

relação ao Planfor, além de simbolizar uma nova proposta com base nas fragilidades do programa anterior. Os objetivos do Plano Nacional de Qualificação buscavam a inclusão social e a redução das desigualdades sociais, crescimento com geração de trabalho, emprego e renda, ambiente sustentável e redutor das desigualdades regionais, com promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia.

O trabalho de Franzoi (2006) investigou o Plano Estadual de Qualificação (PEQ/RS) para compreender o papel de um programa governamental de formação profissional dirigido a pessoas com inserção precária no mercado de trabalho. Nesse estudo, a pesquisadora fez um acompanhamento dos egressos de 1999, entrevistando 34 pessoas. Dos sujeitos entrevistados, 20 realizaram cursos isolados e 14 do Projeto Integrar Metalurgia. O plano apresentava-se como uma resposta à grave crise do desemprego. O tema abordado por Franzoi orbitava em torno da profissionalização e de trajetórias e identidades profissionais. Entre as perguntas efetuadas aos sujeitos da pesquisa estavam: quais eram seus projetos futuros e o que buscavam na formação e, em particular, no PEQ; e qual havia sido a influência do plano sobre essas trajetórias.

Para Franzoi (2006, p. 20) “... a profissão de um indivíduo é resultado da articulação entre um conhecimento adquirido e o reconhecimento social da utilidade que esse indivíduo é capaz de desempenhar, decorrente do conhecimento adquirido”. A autora aponta para um aspecto que tange à identificação do sujeito com a profissão, com a atividade que desempenha. Isso permite que o sujeito queira nela permanecer ou, ao contrário, na ausência de identificação, queira desempenhar outra atividade. Na identificação, aspectos objetivos e subjetivos se juntam, abarcando questões que envolvem a remuneração satisfatória e os direitos provenientes da posição a gostar de exercer e desempenhar a atividade.

A identificação do sujeito com a profissão e o reconhecimento social dos saberes que recebeu na formação ao ingressar no mercado de trabalho é fundamental para a sua trajetória profissional. Ao pensar sobre as qualificações propiciadas pelos governos ao longo da história, e refletindo sobre um termo de Naira Franzoi (2006) “Trajetórias fragmentadas” ou em “constante mutação”, pensamos que a oferta de cursos rápidos, sem diálogo com uma educação

integral, em áreas de atividades diferentes, sem continuidade na formação, com baixo capital social e cultural, sem elevação de escolaridade, podem não responder de forma satisfatória aos sujeitos que desejam ingressar no mundo do trabalho, resultando na continuação de inclusão de forma precária e instável.

Para Kuenzer (2010), os programas desenvolvidos não resolvem o problema de inclusão, pois a qualificação precarizada, associada à inserção consentida, que apenas atende às demandas da acumulação flexível, restringe as possibilidades de desenvolver uma consciência de classe. Segundo Moll (2010), há uma falta de efetividade social nos programas desenvolvidos, pois apresentam caráter fragmentário, assistencialista e compensatório, sem que se configure de fato como uma política pública.

Em 2011, por meio da Lei nº 12.513, é criado pelo Governo Federal o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Apresenta-se com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica. O público do PRONATEC abarca estudantes que realizam o Ensino Médio, trabalhadores e beneficiários de programas de transferência de renda. Integram o PRONATEC cinco iniciativas: Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, Programa Brasil Profissionalizado, Rede e-Tec Brasil, Acordo de Gratuidade com Serviços Nacionais de Aprendizagem e Bolsa Formação. O PRONATEC conta com instituições demandantes (Ministérios e Secretarias) e instituições parceiras (Sistema S: SENAI, SENAC, SENAR E SENAT; Instituto de Ensino Superior e escolas privadas de nível médio habilitadas pelo Ministério de Educação) onde se realizam os cursos.

Os cursos de curta duração são destinados à qualificação de trabalhadores, com carga horária que varia entre 160 e 400 horas, duração de 3 a 6 meses. Existe um catálogo Nacional de Cursos Técnicos onde é possível consultar os 646 cursos FIC disponibilizados. Os cursos FIC (Formação Inicial e Continuada), de acordo com a opção, exigem um mínimo de formação para cursá-los, que inclui desde o Ensino Fundamental Incompleto até o Ensino Médio. A idade mínima prevista para o ingresso em cursos FIC é de 15 anos completos no momento da matrícula. Também há oferta de cursos técnicos profissionalizantes, com carga horária de 800 a 1200 horas e duração de 1 a 3

anos, para estudantes matriculados ou que concluíram o Ensino Médio. Nesse caso, a oferta prevê 220 cursos técnicos à disposição. Os alunos, que estão inscritos e cursando as formações, têm direito a receber a Bolsa Formação Estudante ou Bolsa Formação Trabalhador, que é uma ajuda para arcar com os gastos de deslocamento e alimentação. O cálculo é feito por dia frequentado.

Segundo informações do MEC⁸⁸, de 2011 a 2015 o PRONATEC realizou mais de oito milhões de matrículas. O número de vagas para cursos de curta duração, de acordo com os dados oficiais, representa 62% do total de matrículas, no qual 85,7% são ofertados pelo Sistema S.

O Pronatec realizou 2,7 milhões de matrículas em cursos técnicos (38%). Nessas matrículas, a participação dos Institutos Federais é de 34,6%; a das Redes Estaduais, 21,1%; a das instituições privadas que aderiram ao Sisutec 20,6%; a do SENAI, 13,9% e a do SENAC, 9,5%. Quanto às 6,6 milhões de matrículas em cursos de qualificação profissional realizados pelo Pronatec, a participação do SENAI é de 46,2%; a do SENAC, 34,3%; dos Institutos Federais é de 11,4%; a do SENAT, 3%; redes estaduais e municipais, 2,6% e SENAR, 2,2%. (Ministério da Educação- Perguntas Frequentes O PRONATEC).

O PRONATEC representou para a candidata à sucessão do Partido dos Trabalhadores um programa importante e de base para a sua reeleição; o discurso oficial alardeava o PRONATEC 2.0, que previa a oferta de 12 milhões de vagas até 2018. Contudo, diante dos acontecimentos que marcaram a política brasileira, com o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, os anos de 2016 e 2017 ficaram bem aquém do número de vagas anunciado.

De acordo com Neila Drabach (2015), pode-se inferir que nesta política, ou seja, no PRONATEC, predomina a concepção de educação profissional enquanto mecanismo de atendimento às demandas do mercado e representa também o repasse da função educacional do estado para a iniciativa privada, com vistas a atender às demandas desse setor, privilegiando o projeto educacional do empresariado em detrimento de um projeto educacional público que corresponda às necessidades da classe trabalhadora.

O PRONATEC é tema de inúmeros estudos acadêmicos e boa parte das pesquisas estabelece análises negativas em relação ao programa. As críticas incluem o conhecimento pragmático, sem relação com a educação

⁸⁸ Para saber mais, consultar: <http://portal.mec.gov.br/pronatec/perguntas-frequentes>

geral, cursos rápidos e de curta duração, que não garantem ingresso no mercado de trabalho e, principalmente, o repasse à iniciativa privada de um serviço público de responsabilidade estatal. As críticas versam, também, sobre a falta de acompanhamento da política nas instituições que promovem as formações, uma vez que algumas possuem pouca ou nenhuma experiência com a educação profissional e tecnológica. Para Frigotto (2013), o PRONATEC “virou um caça-níquel para universidades privadas que não têm nenhuma tradição em cursos técnicos, mas que percebem uma forma de ganhar dinheiro”.

Sobre o desenvolvimento do PRONATEC, nos institutos federais, cabem outras considerações.

Diante de suas necessidades, o PRONATEC passa a constituir quase que uma escola paralela que têm suas próprias regras, seus próprios professores, seus próprios sistemas de matrícula e processo seletivo. Uma escola com vida própria que orbita os institutos federais, mas não se submete completamente aos seus regimentos e projetos políticos. (Franzoi; Silva; Costa, 2013, p. 15).

A possibilidade de receber um público selecionado de forma que não atenda ao critério meritocrático comum aos institutos federais pode trazer elementos relevantes e que respondem aos princípios, finalidades e objetivos previstos no Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, qual seja o de qualificar cidadãos com vistas na atuação profissional para os mais variados setores da economia, dando ênfase ao desenvolvimento local, regional e nacional.

Contudo, a organização e o formato das formações para a educação inicial e continuada dos trabalhadores precisam ser bem avaliados. Os servidores que atuam no PRONATEC, em sua maioria, são profissionais do próprio instituto que fazem uma dupla jornada, o que pode gerar menor desempenho das funções na rotina administrativa ou docente, dado ao somatório e ao desgaste das horas trabalhadas. Por sua vez, os profissionais externos, que são selecionados através de edital, desconhecem as normatizações internas do IFSul. Os projetos pedagógicos de curso para o PRONATEC e os destinados a outras modalidades apresentam caráter bastante diferenciados e que levam a resultados díspares. Os cursos de curta duração, apesar de implicarem ações trabalhosas no interior dos institutos, não

surtem os mesmos efeitos que outros cursos, com maior carga horária, bem como não promovem elevação de escolaridade.

Neste capítulo mostramos como a política de educação profissional tecnológica se construiu ao longo da história, a dualidade envolvendo o ensino profissional e o propedêutico, os interesses de formar o trabalhador de acordo com a demanda do mercado e o uso do PRONATEC como plataforma de governo na reeleição de Dilma Rousseff. Mostramos que na história brasileira outros planos para treinar a mão de obra já foram produzidos e alguns com características semelhantes ao PRONATEC, isto é, formações curtas, rápidas, fragmentadas e superficiais. Destacamos no subitem referente à entrada do Programa Mulheres Mil ao PRONATEC um desconforto e resistência dos gestores que participaram do processo. No próximo capítulo, serão abordadas as duas experiências do campo empírico e discutido o significado para as mulheres que participaram da formação no que tange ao reflexo do empoderamento.

CAPÍTULO 5: EXPERIÊNCIAS DE DOIS CASOS VINCULADOS À ECONOMIA SOLIDÁRIA DO PROGRAMA MULHERES MIL: COOPERATIVA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE PIRATINI E A ASSOCIAÇÃO ENTRELAÇADAS

O capítulo dedica-se a detalhar o campo empírico, os dois cursos voltados à economia solidária, Agente de Resíduos Sólidos e Cartonageiro à Mão. Também evidencia como se constituiu a parceria do Programa Mulheres Mil, no campus Pelotas, com o NESOL e o NESIC. A Economia Solidária representa uma economia alternativa ao modelo tradicional de trabalho, todavia, apresenta fortes obstáculos que devem ser superados pelos adeptos da concepção. Entre as dificuldades estão: autogestão, disciplina, transparência na relação aos gastos, iniciativa, falta de capital de giro e infraestrutura. O papel social historicamente reservado à mulher a condiciona a determinadas funções, quais sejam de cuidado e reprodução. Entretanto, o mundo do trabalho não valoriza os “atributos” vinculados à mulher, reservando ao feminino menores remunerações e discriminação na ascensão a cargos superiores. O Programa Mulheres Mil buscou desenvolver uma educação cidadã e consciente, voltada à emancipação humana. As experiências dos dois cursos investigados confirmam a possibilidade de, por meio das formações, provocar uma mudança de concepção de mundo, de ampliação das relações afetivas e de valorização do sujeito, levando ao empoderamento feminino.

Para pensar o impacto do Programa Mulheres Mil na trajetória dos dois empreendimentos selecionados neste estudo, é importante explicar os motivos que motivaram tal escolha. Dentre os vários cursos do PMM oferecidos à comunidade de Pelotas e região, optamos em analisar cursos que seguissem plenamente os princípios do desenvolvimento sustentável, um dos pilares do programa. A filosofia dos dois cursos analisados está ligada ao propósito de ideais da economia solidária, do comércio justo e das relações democráticas.

Para contar sobre o elo do PMM e da Economia Solidária, é preciso recuperar um histórico da atuação dos núcleos de economia solidária da Universidade Católica de Pelotas e do Instituto Federal Sul-rio-grandense (*Campus Pelotas*), e para auxiliar nesse resgate, o contato com dois gestores (gestor 4 e gestora 5) por meio do instrumento da técnica de entrevista foi fundamental para compreendermos como a economia solidária foi tratada nessas instituições. Os núcleos em parceria com o *Programa Mulheres Mil: Projetos e seus saberes* foram responsáveis pelo assessoramento técnico e formação pedagógica através de oficinas, aulas, intercâmbios de experiências e articulação a redes. Para situar a ocorrência das formações, lembramos que o curso Reciclagem de Resíduos Sólidos ocorreu em 2012/2013, e em 2014, o Cartonageiro à Mão.

5.1 NESIC - NÚCLEO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E INCUBAÇÃO DE COOPERATIVAS DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS E NESOL - NÚCLEO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Figura 2 – NESIC



Fonte: Nestic-UCPel.

O NESIC, inicialmente denominado INTECOOP (Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares), é um núcleo vinculado à Pró-reitoria de extensão da UCPel que busca aproximar o ensino e a pesquisa desenvolvidos na instituição superior às camadas populares. A estrutura conta com servidores e estudantes de diversas áreas de saber da universidade e presta assessoramento para empreendimentos voltados à economia solidária da cidade e da região. Traz a missão de desenvolver noções que convergem com os ideais de um comércio justo, democrático e solidário. Há mais de 14

anos busca intercambiar saber popular e saber científico, atuando em frentes de trabalho, tais como o Projeto Rede Reciclar e a Associação Bem da Terra.

Na página do NESIC⁸⁹, o apoio prestado tem por finalidade:

A equipe de trabalho do NESIC se propõe a assessorar os empreendimentos de economia solidária de Pelotas e região, nas áreas de gestão cooperativa, ambiental, processos participativos, jurídicos, contábil, comunicação e avaliação interna dos processos de incubação, sob os princípios da autogestão. Uma das principais fontes de base para a fundamentação do projeto parte da extensão Universitária. (Página do NESIC, 2015).

Na página do núcleo, na aba destinada a "categorias", no subitem "Mulheres Mil" e "Piratini", foi possível acompanhar a atuação do NESIC, juntamente com o NESOL (Núcleo de Economia Solidária/ IFSul- *Campus* Pelotas), nas atividades relativas à Cooperativa de Reciclagem Solidária de Piratini. Consta que a primeira oficina atendeu 20 mulheres, ocorreu em 10 de outubro de 2012, com a turma de Piratini, tendo representantes do NESIC, NESOL e Programa Mulheres Mil.

A primeira aula já realizada foi sobre a saúde da mulher, onde uma assistente social vinculada ao projeto abordou de maneira descontraída temas complexos que foram desde câncer de mama até DSTs, prevenção e métodos contraceptivos. Estavam presentes cerca de 20 mulheres do município de Piratini. Além deste município, a parceria do IF-Sul e UCPel vai se estender também para Pelotas, onde outras mulheres terão oportunidade de se apropriar de novos conhecimentos. (Página do NESIC, 2012).

No site do NESOL⁹⁰ também há registro das aulas desenvolvidas na COOPIRATINI, no ano de 2013, pelo Programa Mulheres Mil - Projeto Mulheres e Seus Saberes. As informações dizem sobre a carga horária total do curso (200h) e o planejamento dos conteúdos, delineados em duas frentes: temas gerais e específicos.

⁸⁹ Para ver mais informações sobre o NESIC: <https://nesicucpel.wordpress.com/about/>

⁹⁰ Para saber mais, consultar: <http://nesolifsulpelotas.wixsite.com/ecosol/projetos-encerrados>

Tabela 6 - Matriz parcial do curso de Agente de Resíduos Sólidos, *campus* Pelotas

Núcleo Comum:	Núcleo Específico:
Linguagem, códigos e suas tecnologias	Qualificação na área de gestão de resíduos sólidos
Gestão Humana	
Saúde da Mulher	
Princípios da Economia Solidária e empreendedorismo	

Fonte: Adaptada pela autora (NESOL, 2013).

No relatório encaminhado pela UCPel, no ano de 2016, em virtude do convênio 765152/2011, firmado entre UCPel/MTE, despertou atenção que na parte reservada a atuação de instituições parceiras em atividades de diálogo no setor da reciclagem há menção às formações promovidas pelo PMM.

Curso para a qualificação de trabalhadoras partícipes do Projeto vinculadas a Cooperativa de Reciclagem Solidária de Piratini (COOPIRATINI), no município de Piratini. Essa formação foi desenvolvida em parceria com o Instituto Federal de Tecnologia do Sul (IFSUL) e realizada por meio do Programa “Mulheres Mil”. As atividades envolveram lições de matemática, empreendedorismo, sustentabilidade, segurança, economia solidária, língua portuguesa e saúde da mulher, além de formação específica em agente de gestão de resíduos sólidos, somando 200 horas-aula. Destaca-se que as atividades desenvolvidas pelo Instituto foram complementares as ações previstas no Projeto. (Relatório de Execução do Projeto, p.39, 2016).

Ainda sobre a Coopiratini, na página do NESIC encontram-se outras matérias e o registro de imagens de quatro visitas no ano de 2013.

Tabela 7 - Formações no município de Piratini

Formações promovidas pelo NESIC/NESOL e PMM	
Período:	Assunto:
10/10/2012	Saúde da mulher
20/05/2013	Estatuto e clausula do Regimento Interno da cooperativa.
05/06/2013	Consta como data agendada para reunião, mas não há registro de atividades no site.
20/06/2013	Encaminhamento de papéis para o INSS.
04/07/2013	Consta como data agendada para reunião, mas não há registro de atividades no site.
24/07/2013	Entrega dos equipamentos de proteção para

	os membros da cooperativa (óculos, máscaras e botas).
18/09/2013	Noções Básicas de Informática

Fonte: adaptado pela autora a partir da página do NESIC (2013).

No Portal da Transparência, ao pesquisar o contrato firmado entre a Universidade Católica de Pelotas e o Ministério do Trabalho e Emprego, convênio nº 765251/2011, é possível acompanhar o volume de recursos recebidos para o projeto de constituição de uma rede de cooperação entre empreendimentos solidários de coleta e seleção de resíduos sólidos na região sul do RS, bem como todas as etapas e relatórios encaminhados a fim de justificarem os valores recebidos na instituição. O relatório de execução de convênios do 1º Semestre de 2016 inclui um histórico de acompanhamento do Nestic à Coopiratini, compreendendo um período temporal de 2012 a 2016.

Existe estrutura física disponibilizada pela Prefeitura que foi adequada pelas cooperadas. No município o empreendimento foi constituído como cooperativa no início do ano de 2012. Há bom andamento das atividades do projeto, realização de diversas oficinas nas áreas jurídicas, formalização, regimento interno, controle dos livros obrigatórios, contabilidade, separação de resíduos, sociedade e preconceito. Participação do projeto Mulheres Mil. (Relatório de Execução do Projeto, p. 19, 2016).

Sobre a atuação das cooperativadas e as dificuldades encontradas pelo grupo, foi registrado no relatório:

As integrantes do empreendimento participam ativamente de ações de divulgação e sensibilização da população falando em escolas e associações de bairro sobre a importância de reciclagem, divulgando a Coopiratini em programas de rádio e participando em ações de aproveitamento de materiais recicláveis. A atividade deste grupo é dificultada pela demora do poder público em elaborar um Plano Municipal de Resíduos e de iniciar a coleta seletiva. No final do ano de 2014 houve uma alteração na composição do grupo e a necessidade de uma assessoria contábil em que as técnicas do NESIC contribuíram para a conferência do livro caixa com as notas que estavam na cooperativa. Houve a entrada de novos cooperados e a realização de uma assembleia para compor a nova diretoria. A cooperativa buscou novamente estreitar os laços de negociação com a Prefeitura Municipal, agendando inicialmente uma reunião com o Secretário de Urbanismo e depois com o Prefeito Municipal, evoluindo para a elaboração de uma proposta da Prefeitura à cooperativa. Em junho de 2015 foi feito contato com a Prefeitura e Associação para convidá-los a participar da criação do Fórum dos

empreendimentos responsáveis pela coleta e triagem dos resíduos sólidos da região sul do RS. (Relatório de Execução do Projeto, p. 19-20, 2016).

O NESIC/UCPel, idealizador do Projeto Rede Reciclar⁹¹, em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego, e em conjunto com o NESOL e PMM, elaborou encontros para os catadores/as da COOPIRATINI, atendendo às ações previstas no projeto.

Para tal iniciativa, a atuação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES)⁹², do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), reservou-se a custear as viagens até os municípios onde existiam catadores interessados em formalizar grupos, além de contribuir financeiramente para a realização das capacitações. O projeto da UCPel/NESIC, com duração de três anos (2012-2015), teve por meta atender a 10 municípios da Zona Sul e constituir uma rede de comercialização para processamento de resíduos na região. A qualificação dos trabalhadores ocorreu via oficinas e cursos que tratavam sobre vários assuntos, tais como: economia solidária, autogestão, sociedade, minorias e preconceito, além de tratar de conhecimentos práticos, logística de funcionamento da associação ou cooperativa e questões jurídicas (atas, assembleias...).

O Blog⁹³ da UCPel, no ano de 2016, publicou uma informação sobre a Rede Reciclar e os benefícios reservados aos cooperativados com o trabalho coletivo.

O projeto da Rede Reciclar intitulado *Constituição de uma Rede de Empreendimentos Solidários de Coleta e Seleção de Resíduos Sólidos na Região Sul do RS*, desenvolvido pelo Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas da Universidade Católica de Pelotas (NESIC/UCPel), realizou, no dia 17, a primeira venda coletiva de resíduos sólidos. Foram comercializadas cerca de 20 toneladas de

⁹¹ O projeto desenvolvido pelo Núcleo da UCPel trabalhou no sentido de mapear, organizar e incubar empreendimentos solidários vinculados à coleta e seleção de resíduos sólidos na região Sul do estado, com o propósito de constituir uma rede integrada de comercialização entre os municípios.

⁹² A secretaria foi criada em 2003, pelo presidente à época, Luís Inácio Lula da Silva, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego e representou um projeto de governo que tinha por meta impulsionar a Economia Solidária, uma forma diferenciada de organização do trabalho. Durante 13 anos, o economista Paul Singer foi titular da SENAES, deixando a secretaria no período de mudança de governo, na ascensão de Michel Temer. A SENAES foi extinta em 2016, virando subsecretaria de Economia Solidária dentro da Secretaria de Relações do Trabalho. A conjuntura política brasileira, em 2015, provocou retrocessos nas conquistas alcançadas pela SENAES.

⁹³ Consultar: <http://www.ucpel.edu.br/portal/?secao=noticias&id=7580>: Rede de Cooperativas de Reciclagem de Resíduos Sólidos realiza primeira comercialização.

papel recolhidas pelas cooperativas de Piratini (Coopiratini), Canguçu (Coopersol) e Arroio Grande (Reciclar). A comercialização só foi possível devido à união das cooperativas. A diferença de rendimento para os catadores na venda em rede representa um ganho que varia entre 11% a 36%, dependendo do material, informa a técnica do Nesic Amélia Rodrigues Nonticuri. Desde 2012 o Nesic desenvolve ações para articular e consolidar a Rede. Dentre elas estão a formação de um fórum entre as cooperativas e reuniões mensais para tratar de temas de interesse comum. (Blog da UCPel, 29/03/2016).

A notícia acentua o lado positivo de conectar-se em rede, no qual visa a eliminar os atravessadores, garantindo um rendimento maior aos catadores/as, além de facilitar o alcance do valor mínimo para a venda às empresas. A ideia da rede é de criar aliança, ampliando o fortalecimento entre as cooperativas e associadas e como resultado espera-se elevar a influência com o mercado, adicionando poder de barganha na relação entre compradores dos resíduos e sócios/as dos empreendimentos de economia solidária.

O NESIC, para além das visitas e formações *in loco* nas cooperativas, realizou reuniões mensais (primeira quinta do mês) com as/os representantes das cooperativas, além de participar de oficinas de formação promovidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego com a companhia das/os representantes das cooperativas da rede. Outras ações do núcleo incluíram a promoção de fóruns⁹⁴ e conferências na região sul tratando sobre a Economia Solidária (ES) e a reflexão acerca dos cinco atributos da ES: cooperação, autogestão, dimensão econômica, solidariedade e participação.

Em matéria publicada no NESIC em abril de 2014, sobre a 1ª oficina de formação da região Centro Oeste e Sul pelo Ministério do Trabalho e Emprego, foi aludido à participação de integrantes do NESIC e de uma das cooperativadas da COOPIRATINI.

Nesse encontro a formação objetivou capacitar técnicos e trabalhadores de projetos financiáveis pelo MTE. Entre os assuntos discutidos foi debatido sobre convênios entre prefeituras e empreendimentos, características de resíduos, comercialização em rede, contabilidade em empreendimento de reciclagem e outros temas. Todas as informações foram voltadas a cooperativas de reciclagem. (Página do NESIC, 22/04/2014).

⁹⁴ No relatório de 2016 sobre o convênio entre a UCPel e o MTE, o registro das atas de participação das cooperativas de reciclagem referentes a julho de 2015 e 2016 demonstrou que, das treze reuniões do Fórum de Empreendimentos de resíduos sólidos, a COOPIRATINI participou de doze reuniões. Os documentos tratam do Projeto: Constituição de uma Rede de Empreendimentos Solidários de Coleta e Seleção de Resíduos Sólidos na Região Sul do RS.

Também houve a realização de quatro seminários⁹⁵ de integração regional de resíduos sólidos, no qual três foram realizados pelo NESIC e contataram com a participação do NESOL, TECSOL e Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico (NUDESE) da Fundação Universidade Federal do Rio Grande. Os eventos tinham em comum a pretensão de fortalecer a articulação entre os trabalhadores, empreendimentos, gestores e instituições de ensino com trabalhos no campo da economia solidária na área de resíduos sólidos da região. Fez parte da programação dos momentos de compartilhamento de saberes dos eventos as trocas de experiências bem sucedidas de redes de comercialização coletiva de resíduos sólidos, a prática da autogestão e da logística. O público alvo incluiu a participação dos integrantes da Rede Reciclar, das instituições parceiras, gestores, alunos e professores universitários.

A Rede Reciclar, central de cooperativas e associações de materiais recicláveis, interligou organizações do sul do Estado. Atualmente essa rede é composta por cinco cooperativas que abrangem os municípios de Arroio Grande, Pinheiro Machado, Piratini, São Lourenço do Sul e Turuçu, atendendo a 58 famílias. Porém, em anos anteriores, chegou a integrar doze municípios.

Articular-se à rede, além de possibilitar auferir maior lucro, também proporcionou a redução dos custos com o transporte das cargas para a venda dos materiais reciclados às empresas. Em conversa com a gestora 5 sobre o papel da rede com as cooperativas, a depoente afirmou que essa organização permitiu um fortalecimento econômico e político para inserção no mercado competitivo.

No modelo capitalista convencional, há aqueles que possuem o capital e a estrutura logística, detêm os meios de produção e têm o poder de contratar trabalhadores para executar funções a fim de obter maior lucro. De outra forma,

⁹⁵ O I Seminário de Integração Regional de Resíduos Sólidos ocorreu no dia 13 de setembro de 2014, em Pelotas e tratou de discutir as dificuldades e possibilidades que cercavam o trabalho, bem como estabelecer linhas de ação para a superação dos processos de exploração do capital sobre o trabalho humano; o II Seminário realizou-se no dia 14/11/2015, em Pelotas; com foco no fortalecimento do Fórum de Empreendimentos com resíduos sólidos na região sul do RS; o III Seminário deu-se em dez de dezembro de 2016, em Pelotas, e o IV Seminário foi realizado pela FURG, no *campus* São Lourenço do Sul, no dia 30/09/2017, refletindo sobre a importância das cooperativas para a operacionalização das diretrizes trazidas pelo Plano Nacional de Resíduos Sólidos e o aprimoramento da Educação Ambiental junto à comunidade.

na perspectiva da economia solidária, a lógica é centrada nas pessoas e não no capital, o processo que envolve a estrutura logística, a busca pelo financiamento e a forma de comercializar e dividir os rendimentos se dá coletivamente. Trabalhar no viés da Economia Solidária implica pensar o trabalho diferente da lógica individual/concorrencial do assalariamento. O movimento da Economia Solidária exige mudança de consciência e do modo de atuar, pois nessa concepção os trabalhadores são os donos do seu próprio empreendimento, tendo maior autonomia, autogestão e responsabilidade.

Contudo, a passagem da cultura do trabalho individualista para uma cultura de trabalho coletivo pressupõe enfrentamentos, por exemplo, existem sujeitos com afinidade ao modelo econômico hegemônico, que não se adaptam com a possibilidade da remuneração variável, são pessoas acostumadas a executar tarefas pré-determinadas e a ter remuneração fixa ao final do mês.

Outras dificuldades em torno do trabalho associado e cooperativado diz respeito à divisão do rendimento, à organização das cooperativas, aos conflitos interpessoais e à organização dos trabalhadores.

O trabalho desenvolvido pelo grupo de pesquisa em economia popular e solidária do Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade do Vale dos Sinos, sob coordenação do professor Luiz Inácio Gaiger, garantiu uma importante contribuição no campo da economia solidária ao realizar, entre 2010-2012, o II Mapeamento Nacional da Economia Solidária, através do convênio entre Unisinos e Senaes, promovendo atualização da base de dados, identificando os empreendimentos e sua dimensão no território nacional. A conclusão do trabalho em 2013 traçou um perfil dos membros dos empreendimentos econômicos solidários no Brasil, mostrando o elevado número de empreendimentos e pessoas atuando no campo da economia solidária e sinalizando para a urgência de criação de lei na esfera federal que reconheça a economia solidária. Esse trabalho foi utilizado como referência nesta pesquisa, auxiliando na compreensão do que vem a ser a Economia Solidária.

No subcapítulo seguinte será abordada uma discussão mais aprofundada sobre a Economia Solidária e a articulação com a Educação Profissional desenvolvida no Instituto Federal.

5.2 NESOL - NÚCLEO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE

Figura 3 – NESOL



Fonte: Nesol-IFSul.

A preocupação com a economia solidária e a destinação correta dos resíduos faz parte do plano de desenvolvimento Institucional (2014-2019) do IFSul. Entre as metas do plano, está a de criar em no mínimo 50% dos *campi*, núcleos de Economia Solidária, bem como vincular cada *campus* a, no mínimo, um fórum de economia solidária na sua região de abrangência e alcançar 100% de coleta seletiva no IFSul.

Para compreender a configuração do núcleo de economia solidária do instituto é preciso acompanhar a legislação, os documentos da entidade e as entrevistas com os gestores. A Portaria nº 1.814 do IFSUL, do ano de 2010, designou servidores do quadro da instituição para que, em um prazo de até 180 dias, a contar de 16/11/2010, implementassem o núcleo interdisciplinar de ensino, pesquisa e extensão no *campus* Pelotas. Contudo, ao verificar o *site* do NESol⁹⁶, a trajetória de criação incluiu outros episódios relevantes na constituição do núcleo.

Movimento acadêmico no IFSul – *Campus* Pelotas
De 2006 a 2008: trabalho junto ao NESIC/UCPel

⁹⁶ Consultar: <http://nesolifsulpelotas.wixsite.com/ecosol>

Incubação de empreendimentos populares em Pelotas e região;
 Sensibilização da comunidade e gestão do CEFET-RS
 De 2009 a 2012: consolidação do trabalho junto à comunidade interna e externa do IFSul
 2009: Inserção da EcoSol como objetivo institucional no PDI da instituição; 2010: Constituição de comissão de estudo de viabilidade de criação de um Núcleo no *campus* Pelotas; 2010-2011: Elaboração de Projetos de Ensino, Pesquisa e de Extensão, atendendo a demandas de empreendimentos populares; 2012: Criação do NESol – *Campus* Pelotas do IFSul.

Os objetivos do NESOL:

Incubar/acompanhar e assessorar, sistematicamente, grupos de Economia Solidária - EcoSol; e, nessa perspectiva, articular ensino, pesquisa e extensão, para a produção, a divulgação, a aplicação de conhecimentos e a formação profissional nas áreas do trabalho, da educação popular e ambiental e da Economia Solidária e ;
 Sistematizar as experiências e tecnologias em EcoSol, transformando-as em dados, conhecimento e ciência;
 Articular a comunidade acadêmica (estudantes, professores e técnicos administrativos, egressos docentes e estudantes voluntários), agentes sociais e empreendimentos populares para o suporte e a construção da EcoSol; Organizar-se de forma autogestionária tendo por base a livre associação e a democracia direta nas relações internas entre os participantes.

Em entrevista com o gestor 4 sobre a constituição do núcleo de Economia Solidária no IFSul, o servidor reportou ao ano de 2005/2006 como o marco de início das tratativas de implantação. O depoente iniciou o relato falando sobre a proposta do NESIC de criação de uma incubadora interinstitucional reunindo núcleos do IFSul e da UFPel. De acordo com o gestor, doze pessoas (incluindo técnicos e professores do antigo Centro Federal de Educação Tecnológica, atualmente IFSul) mostraram interesse e começaram a participar de reuniões, aos sábados, no NESIC. O servidor destacou que nessa época o núcleo da universidade Católica já realizava editais para empreendimentos e mantinha a incubação com cooperativas e artesãos. Por sua vez, os integrantes do CEFET inseriram-se aos trabalhos desenvolvidos.

O gestor destacou que em 2006, houve proposta de criar uma incubadora no IFSul de cooperativas populares, contudo, não houve interesse da direção e a proposta não prosperou. O relato indicou que em 2007, o NESIC, incubadora que portava expertise no campo da Economia Solidária, também enfrentou problemas com a gestão da reitoria, o que impactou nas

intenções de formação do núcleo no IFSul. A orientação emitida pela diretoria do IFSul, no *campus* Pelotas, para o andamento das atividades de formação do núcleo no instituto foi para aguardar o desenrolar do movimento que ocorria na universidade Católica.

Devido à falta de cobertura institucional no Instituto Federal, o grupo se desfez, e somente em 2009, quando a política nacional de expansão dos institutos federais ganhou contornos inéditos no país, refletindo na criação de novos *campi* (expansão da interiorização dos institutos federais) e no aumento de vagas para servidores via concurso e de matrículas, retomou-se a discussão em torno do surgimento de um núcleo de Economia Solidária.

As reuniões do NESIC em torno da Economia Solidária mantiveram-se com a participação do gestor 4, mesmo após a dissolução do grupo do instituto. Nesse período, o gestor 4 convidou uma colega do IFSul, que nutria interesses voltados à educação popular e à economia solidária, a participar dos encontros promovidos pelo NESIC, posteriormente, ela passou a ser peça fundamental para a retomada do assunto na instituição.

Em 2009, houve a discussão do Plano de Desenvolvimento Institucional no âmbito do IFSul, havendo várias propostas de ações vinculadas à criação de um Núcleo de Economia Solidária. Segundo o gestor 4, com exceção de uma proposta, as demais ações voltadas à criação do núcleo foram indicadas por um servidor que não fazia parte do grupo inicial. O proponente das ações foi um estudioso do tema, acadêmico do curso de Geografia da UFPel, que sugeriu implantar em seu local de trabalho um núcleo voltado à Economia Solidária. Apresentadas as defesas, foi dada aprovação das ideias e, em seguida, ocorreram reuniões com a gestão para pensar em como implementar as ações no instituto.

Em 2011, prosperou a Economia Solidária no IFSul. Nesse ano, ocorreu um curso de formação na área, com forte acolhimento dos cursos ambientais do instituto (saneamento e gestão), envolvendo comunidade interna e externa. Após a comissão analisar a viabilidade de constituição do núcleo, em março de 2012, uma portaria autorizou a criação. O NESOL trabalha atualmente por projetos, reunindo servidores do quadro efetivo do instituto (técnicos e

professores), bolsistas e estagiários de cursos da Eletromecânica, Edificações e Design.

A ligação do NESOL com o PMM, em 2012, ocorreu em um momento que conjugou a necessidade de obter profissionais com conhecimentos ligados à economia solidária para construir um dos primeiros cursos do PMM no IFSul e do interesse de fortalecer o núcleo de Economia Solidária, no *campus* Pelotas. De acordo com o gestor 4, essa aliança foi benéfica e perene entre o PMM e o NESOL.

Nesse meio tempo a gestora 3 estava desesperada porque não tinha quem ajudasse ela a implementar o Mulheres Mil, o primeiro Mulheres Mil, que ela tinha ido em reuniões em Brasília, trouxe o projeto, não sei o que, e as pessoas não entendiam também direito aquilo. E, aí a gente viu como uma janela de oportunidades também para o NESOL se expandir e a própria economia solidária. E, então, foi assim que a gente entrou em contato, nós fizemos junto com a gestora 3, ajudamos a elaborar o primeiro projeto do mulheres Mil, colocamos na base curricular a economia solidária porque a gestora 3 já tinha ouvido falar em Brasília que os gestores do programa haviam recomendado que tentassem aproximar da economia solidária, que fizesse um esforço de aproximar o programa. Aí ela se lembrou “Ah! aqui tem o núcleo, então vamos trabalhar com o núcleo!”. E a partir daí a gente começou a montar e a primeira proposta foi dos agentes ambientais de Piratini, foi assim, então, que começou o nosso casamento, a nossa aproximação, que virou um casamento na verdade, porque até hoje o Mulheres Mil do *campus* Pelotas não acontece sem economia solidária. E aí, assim, quem participava pra ministrar os conteúdos da economia solidária?- Participávamos nós aqui do *campus* que pertencemos ao NESOL e, também, o pessoal do NESIC. (Entrevista, Gestor 4, 03/10/2018).

O depoimento da gestora 2 sobre a parceria do NESOL com a gestão do PMM, rememorou sobre o primeiro curso do PMM ofertado no *campus* Pelotas. Ressalta-se que a servidora acompanha o PMM desde a implantação até os dias atuais, com a versão do Ana Terra e metodologia do Mulheres Mil. A gestora ponderou que, no ano de 2012, houve uma grande greve no *campus*, provocando interferência no planejamento das formações para o programa. Tendo em vista a adesão dos docentes à greve e como o curso já estava pactuado para funcionar, foi preciso encontrar uma solução rápida para o impasse e a resposta veio de dentro da própria instituição. A aproximação com o NESOL e o apoio do NESIC, núcleos dotados de saberes no campo ambiental e da economia solidária, possibilitou a viabilidade para a realização do curso de Agentes de Resíduos Sólidos. Segundo a gestora, a parceria com esses núcleos foi estendida para outras formações.

Ah, a católica sempre foi uma grande parceira, primeiro com esse curso depois com o de cuidador, o pessoal da católica sempre se voluntariou, tanto os professores como os professores com seus alunos pra dar as aulas das disciplinas específicas da parte de Enfermagem, sempre teve o pessoal que deu aula voluntária, eles emprestavam a estrutura do hospital lá, do antigo Olivia Leite pra dar as aulas práticas pras mulheres, então, a católica sempre foi muito parceira, em toda a trajetória do curso a católica sempre esteve presente. (Entrevista, gestora 2, 05/06/2017).

A atuação do NESOL ultrapassa a função de levar conhecimento específico àqueles que pleiteiam associar-se ou tornarem-se cooperativados na perspectiva da Economia Solidária, pois os técnicos que trabalham em prol do núcleo mantiveram um vínculo com as egressas/os, mesmo após o término das formações pelo PMM.

De acordo com o depoimento de uma das ex-alunas do curso de Cartonageiro à Mão, integrante do grupo de mulheres da Associação Entrelaçadas, a senhora deu destaque à atuação do NESOL, afirmando que os componentes do núcleo foram incansáveis no apoio e na tentativa de mantê-las unidas. Mesmo após quatro anos da finalização do curso de Cartonageiro à Mão, o NESOL manteve assistência ao grupo, estimulando a participação das mulheres em um circuito de feiras de comércio justo e solidário do município. O suporte se dá de múltiplas formas: empréstimo de espaço, formações específicas, ponte entre a gráfica do IFSul e serviços necessários para a confecção de produtos das associadas, entre outros. Atualmente, segundo os relatos das ex-alunas do PMM, integrantes da Associação Entrelaçadas, o grupo participa das exposições no Foro de Pelotas, na Universidade Federal de Pelotas, na Feira do Bem da Terra que ocorre no IFSul e na Universidade Católica de Pelotas, expondo, também, na Feira Nacional do Doce (FENADOCE).

Figura 4 - Agulheiros com material reciclado- Oficina para a Associação Entrelaçadas



Fonte: Imagem da página do facebook do NESOL, 28/07/2016.

A atuação do NESOL junto à COOPIRATINI também prosperou mesmo com a conclusão do curso do PMM (Agentes de Resíduos Sólidos) ocorrido em 2013, mantendo-se forte ainda hoje. O depoimento do coordenador do NESOL do *campus* Pelotas fez um balanço sobre as primeiras ações desenvolvidas pelo núcleo em parceria com a cooperativa.

Na formação da COOPIRATINI, além de participar desse curso do Mulheres Mil lá, mostrando pra elas, porque elas nem sabiam o que era na época do curso elas ainda não tinham o galpão e não catavam, não coletavam nenhum resíduo na cidade. Então foi a primeira vez que elas tiveram contato com isso, quando a gente foi prá lá, os guris na parte da gestão e do saneamento ambiental além das aulas de ambiental e tudo mais, eles fizeram oficinas com elas separando plástico, separando resíduo, mostrando que tipo de resíduo era esse ou aquele. Essa foi uma das contribuições, a outra contribuição foi quando elas já estavam se consolidando porque na verdade quem trabalhou foi o projeto do NESIC que concebeu trabalhar em todos esses municípios organizando a coleta seletiva até junto ao poder público e depois organizando os trabalhadores em cooperativas, foi o NESIC. (Entrevista, gestor 4, 03/10/2018).

Percebe-se, pelo relato do depoente, que a formação das agentes de resíduos sólidos de Piratini só foi possível em virtude da atuação dos dois núcleos, do instituto federal e da universidade Católica de Pelotas, que tiveram grande papel na constituição da cooperativa. Nas oficinas coordenadas pelos núcleos foram compartilhadas noções de separação de resíduos, troca de conhecimentos atinentes à área ambiental e aprendizado sobre a organização do trabalho na cooperativa de reciclagem, entre outros temas. O curso de Agente de resíduos sólidos foi a primeira formação em parceria com o NESOL. Foi pedido aos gestores que atuaram no curso o projeto pedagógico, contudo, não tivemos acesso. Cabe salientar que todos os documentos

referentes às formações promovidas pelo PRONATEC têm, obrigatoriamente, um tempo de guarda nos institutos, caso venham a passar por auditorias. Causou-nos surpresa não ter sido disponibilizado o documento para consulta. Para dar evidência à economia solidária e à sustentabilidade no Programa Mulheres Mil, destacamos uma matriz curricular em que o conteúdo aparece como componente obrigatório em todos os projetos de curso do PMM na parte destinada ao núcleo comum.

Quadro 3 - Modelo de matriz curricular do núcleo Comum, *Campus Bagé*

MEC/SETEC INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE			A PARTIR DE:				
CURSO XXXXXX			CAMPUS XXXX				
HORAS AULA DE 60 MINUTOS			DESENVOLVIMENTO DO CURSO EM X SEMANAS				
MATRIZ CURRICULAR Nº			CARGA HORÁRIA (HORAS)				
SEMESTRE I OU II	NÚCLEO COMUM	CÓDIGO	DISCIPLINAS	HORA AULA SEMANAL	TEÓRICA	PRÁTICA	TOTAL
			Cidadania e Autoestima				
			Comunicação & Empreendedorismo				
			Direitos da mulher				
			Economia Solidária e Sustentabilidade				
			Informática				
			Linguagem e Vivência Matemática				
			Linguagens, Códigos e suas Tecnologias.				
			Meio Ambiente				

		Portfólio de história de vida baseado na Metodologia Mulheres Mil				
		Relações Humanas (mapa da Vida)				
		Saúde da Mulher				
		Atividades extracurriculares				
		TOTAL				

Fonte: Matriz Curricular do IFSUL, *campus* Bagé.

Na matriz curricular, a observação recai na ocorrência paralela dos seguintes conteúdos programáticos: “Economia Solidária e Sustentabilidade” e “Comunicação e Empreendedorismo”. Apesar deste trabalho não ter como foco a análise de conteúdo das ementas dos temas tratados no programa, parece contraditório abordar empreendedorismo e princípios da economia solidária. Empreender está associado ao capital, à lógica empresarial, enquanto a economia solidária e sustentável remete à decisão coletiva, aos cuidados com o meio ambiente, ao repensar das relações de trabalho e de consumo, à igual distribuição das sobras e à solidariedade que envolve quem participa e o seu entorno.

Ao passo que o PMM acena para uma perspectiva alternativa da Economia Solidária, com estímulo à criação de cooperativas e associações, também vai ao encontro dos interesses do capital, formando mão de obra para o mercado.

A contradição da política que permeia o PMM também aparece no depoimento do gestor 4, acerca da incompatibilidade entre os princípios atrelados ao empreendedorismo e à economia solidária.

É, porque o espectro acho que teórico, do que se considera o campo da esquerda é muito amplo e bebe em muitas vertentes. Em algumas vertentes elas estão fazendo fronteira com o conhecimento, com a teorização também do Neoliberalismo ou das concepções mais conservadoras do mundo que a gente vive.[...] Então tu tem que ter certeza da tua noção, do diálogo, do conjunto teórico, vamos dizer assim que pode conformar essa perspectiva estratégica de mudança da sociedade e tal. E tu tens que ter clareza dos limites dele e das delimitações entre eles pra justamente não cair no fortalecimento daquilo que na verdade quer te destruir, então é esse cuidado que eu acho que a gente tem que ter. Por exemplo, só pra te dar um exemplo, existe a economia solidária, aí vem alguém do campo das artes e cria se diz no mesmo campo, do campo da esquerda, cria a economia criativa e aí tu vai ver que a economia criativa ela trabalha com o conceitual do empreendedorismo individual e fomenta o individual que vai dar origem a uma empresa que derrotadas todas as outras concorrentes ou colocadas no seu devido lugar ela vai se destacar e vai contratar pessoas. A economia solidária trabalha com o conceito de trabalho associado e não trabalho assalariado e isso também se quer superar uma contradição do capital que é a questão do trabalho assalariado. (Entrevista, Gestor 4, 03/10/2018).

Em outro momento da entrevista, o depoente demonstra indignação quanto ao caráter ambíguo do primeiro guia de cursos do PMM ao citar a oferta do curso de empregada doméstica e da incompatibilidade dessa formação com os ideais da economia solidária. Sobre o período de incorporação do PMM ao Pronatec e dos cursos destinados às mulheres, a reflexão do depoente mantém críticas aos propósitos do programa.

Se tu analisar a cartela de curso dela que piorou depois que o programa Mulheres Mil foi jogado pra dentro do PRONATEC, ele é todo direcionado ao interesse do capital, ao interesse do empresariado e do sistema S, mais do que dos movimentos sociais e dos movimentos de emancipação. Então, eu credito a isso tudo que eu já te falei, a confusão ideológica da própria esquerda e das próprias pessoas que se envolveram e se incluíram no processo. (Entrevista, gestor 4, 03/10/2018).

A crítica do gestor em relação ao vínculo do programa com o capital e da incoerência ideológica mostra-se pertinente, uma vez que bilhões de reais foram encaminhados a entidades paraestatais. Sobre o Sistema S, sabe-se que é composto por nove unidades nacionais de aprendizagem (SESI, SENAI, SEBRAE, SESC, SENAR, SENAT, SESCOOP, SEST e SENAC). O trabalho de tese de Letícia Saldanha (2016, p. 24) aponta para dados do PRONATEC que revelam sobre os recursos e vagas disponibilizados pelo programa aos institutos federais, as redes estaduais, as entidades paraestatais e as instituições privadas, trazendo à tona que, no período de 2011-2012, foram ofertadas 2,5 milhões de vagas, sendo 71% do total para cursos de formação

inicial e continuada. Das vagas disponibilizadas no período, 47% foram encaminhadas para o Sistema S. Outra contribuição importante da autora diz sobre os recursos destinados ao programa no período compreendido de 2011 a 2014, no patamar de 24 bilhões.

Na busca de informações sobre acordos entre a SETEC/MEC e o Sistema S, encontramos a portaria nº 11, de 27 de março de 2013, tornando público o destino de R\$ 405.011.710,00 (quatrocentos e cinco milhões, onze mil, setecentos e dez reais) ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac), Serviço Nacional Rural (Senar), Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat), na condição de parceiros ofertantes de vagas em cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional no âmbito da Bolsa-Formação.

Tabela 8 - Valor aplicado ao Sistema S (período de referência 2013)

Entidade:	Valor:
SENAC	148.436.790,00
SENAI	229.317.640,00
SENAR	9.598.770,00
SENAT	17.658.510,00

Fonte: adaptada pela autora a partir da Portaria nº11, de 27 de março de 2013.

O investimento financeiro do governo federal para entidades paraestatais atingiu grandes volumes monetários. A maior oferta deu-se em cursos de formação inicial e continuada, cursos rápidos que requeriam menos investimento e infraestrutura, com carga horária baixa. Outras críticas se reservaram à evasão dos alunos e à falta de controle por parte do governo em relação ao funcionamento dos cursos nessas entidades.

O depoimento da gestora 5 trouxe contribuição acerca de conceitos do campo da economia solidária. A depoente conta com mais de seis anos de experiência no referido campo, tendo atuado como consultora técnica e assessora em projetos socioambientais pelo NESIC e pelo NESOL e participado como bolsista/docente de vários cursos do Programa Mulheres Mil,

entre eles: Mulheres Mil Cartonageiro, Cuidador de idosos, Cuidador Infantil, Pintor de Obras, Empregada Doméstica, Horticultor Orgânico, Agente de Resíduos Sólidos. Sobre a participação no PMM, a profissional ministrou conteúdos do campo do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Meio Ambiente, Consumo Consciente e Resíduo e Coleta Seletiva. Atualmente, de forma voluntária, com carga horária de 8 horas, auxilia no Programa Ana Terra, no curso de cuidador de idosos. O novo programa veio atender a uma lacuna deixada pelo término do PMM no instituto federal.

A finalização das entrevistas, parte do campo empírico, culminou com a gestora 5, e o encontro revelou-se muito elucidativo, pois a depoente foi didática ao expor as três fases pelas quais um empreendimento solidário necessita passar. Os dois cursos investigados neste estudo que deram origem à Associação Entrelaçadas e à COOPIRATINI precisaram passar pelo mesmo processo de aprendizagem no campo da Economia Solidária, e isso envolveu novos saberes e experiências sobre: incubação, formação de longo prazo, acompanhamento, participação em ações, fóruns e espaços de debate. A gestora frisou que a formação na economia solidária necessita de tempo, e que um período curto, ao comparar a média de formação dos cursos do PMM (três meses), é insuficiente. O conhecimento não ocorre por transferência do profissional que detém saberes técnicos ao grupo que almeja consolidar um empreendimento, mas pela troca entre os pares.

Outro destaque da depoente (gestora 5) referiu-se ao posicionamento das mulheres pertencentes às duas experiências analisadas. Enquanto as componentes da Associação Entrelaçadas demandaram ao NESOL a formação para criarem um empreendimento, as mulheres da COOPIRATINI, por estarem ligadas a um projeto que era atendido pelo NESIC ainda nos tempos de liderança da irmã Amada, não implicaram nenhum esforço nesse sentido. Cabe ressaltar que a gestora atuou na formação dos dois cursos.

A gestora também afirmou que o técnico (profissional que auxilia na formação do grupo) exerce o papel de articulador do processo. De acordo com a gestora, os sujeitos que visam a consolidar associações e cooperativas na perspectiva da economia solidária devem passar pelas três fases da incubação. São elas:

Pré-incubação: identifica os grupos, articula-os e cria condições para que se formem. Possibilita a união do trabalhador individual com outros que possuem os mesmos interesses. Faz parte do processo um diagnóstico para entender quem são essas pessoas, o que querem e onde desejam chegar. Após essa etapa é feito um planejamento e é discutido o rumo do empreendimento.

Incubação: Com o grupo formado, inicia-se um longo processo de formação. Nesta fase ocorre a abordagem de diversos temas, que dependem da área de atuação do empreendimento. Os tópicos incluem a formalização, esclarecimentos sobre a perspectiva da economia solidária, assuntos sobre as cadeias de comercialização e a comercialização em rede.

Desincubação: Faz parte do processo de redução do apoio ao grupo a fim de estimular a autonomia. As assessorias passam a ser pontuais. Alguns teóricos da Economia Solidária defendem que essa ação deve se dar de forma estanque, enquanto outros argumentam que deve seguir a necessidade de grupo.

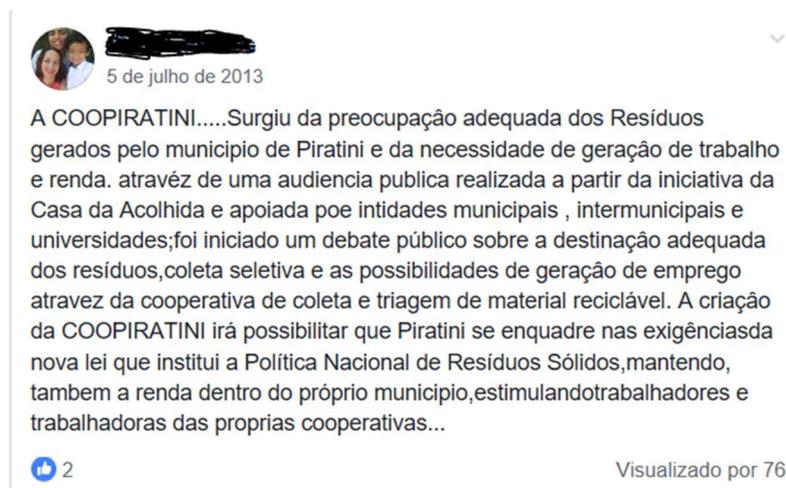
Outro saber partilhado na entrevista com a gestora 5, calhou sobre as diferenças que cercam os empreendimentos: Cooperativas e Associações. A cooperativa pressupõe um processo mais completo, passa por formalização, com estrutura de diretoria e número de associados, possui inscrição estadual na junta comercial, podendo emitir notas, voltada para o trabalho e com finalidade do empreendimento. A Associação, por sua vez, constitui-se como um empreendimento informal, sem fins lucrativos e que não tem exigência de contribuição, por exemplo, uma Associação de Pais e Mestres. Na Economia Solidária não é incomum um empreendimento iniciar como uma associação e tornar-se uma cooperativa.

5.3 COOPERATIVA DE RECICLAGEM SOLIDÁRIA PIRATINI

A Cooperativa de Resíduos Sólidos de Piratini foi um projeto desenvolvido inicialmente pela irmã Amada Garcia, vinculado à incubadora Casa da Acolhida à Mãe Gestante, no ano de 2011. O objetivo da ação visou a

gerar renda e emprego, atrelado a uma preocupação ambiental e sustentável. De acordo com uma das cooperativadas à época, o surgimento da COOPIRATINI envolveu vários agentes.

Figura 5 - Surgimento da COOPIRATINI na visão das cooperativadas



Fonte: Facebook, M.F.,05/07/2013.

A irmã Amada Garcia Peres coordenou na cidade de Piratini, até o ano de 2017, vários trabalhos sociais, tais como: Bem da Terra, Roupas Solidárias, Pomar Ecológico, Coopiratini Reciclagem Solidária, Comunidades Quilombolas e Casa da Acolhida à Mãe Gestante. A religiosa, de nacionalidade espanhola, natural de Leon, aportou no Brasil no ano de 1996⁹⁷, desembarcando em São Paulo e iniciou suas atividades em Piratini no ano de 1997. Desde então, voltou-se ao trabalho com a população mais vulnerável, com foco nas mulheres, na perspectiva de inclusão social e econômica de indivíduos de baixa renda e/ou fragilizados.

⁹⁷ Na matéria do jornal Diário Popular, com autoria de Jussara Lautenschläger, há registro do trajeto da irmã Amada Garcia para o Brasil. “Dentro da linha da Teologia da Libertação foi solicitada à congregação, na Espanha, uma voluntária para vir ao Brasil disposta a trabalhar para os mais pobres”. Foi dessa forma que irmã Amada aceitou o convite e abraçou a causa, vindo para este país e permanecendo aqui até final de 2017. Para ver a matéria completa, consultar: Diário Popular. Cidade: Da Espanha para assentamentos na Zona Sul, Pelotas, 26/11/2006.

Observa-se que várias ordens religiosas vieram para a América Latina e Brasil para o desenvolvimento de ações solidárias junto à população mais empobrecida e, dessa forma, garantiram legitimação na comunidade. Sobre a atuação dos religiosos/as, incluem-se nos campos de trabalho as áreas da saúde, educação e assistência social. No Brasil, no século XIX, foram recebidos muitos missionários nas regiões coloniais, no interior do Rio Grande do Sul. O compromisso com uma vida simples, abdicada da riqueza e dos bens mundanos preenchia os ideais daqueles que vinham cumprir a tarefa da igreja católica. Atualmente, segundo dados do Instituto Humanitas⁹⁸ da Unisinos, há aproximadamente 4000 religiosos e religiosas pertencentes a 67 congregações (masculino/feminino), constituindo 701 comunidades no RS.

Ainda sobre o surgimento da Cooperativa de Reciclagem Solidária, a gestora 3 do Programa Mulheres Mil⁹⁹, *campus* Pelotas, ao relatar sobre a escolha dos cursos promovidos pelo PMM, lembrou a experiência em Piratini.

Bom, pela própria metodologia do programa e pela criação do programa ele tem alguns vieses, por exemplo, ele parte do princípio que tu não podes oferecer um curso apenas por oferecer um curso, como eu já disse: certificado na gaveta. O Mulheres Mil a gente tem que fazer um estudo da região onde elas estão inseridas e tentar ofertar um curso que realmente dê empregabilidade, então, quando nós começamos em Piratini, nós já vínhamos a um mês trabalhando com aquelas mulheres, elas já estavam organizadas e a gente precisou dar capacitação da parte de ambiental e resíduos sólidos, a gente não precisou buscar para Piratini um curso que desse empregabilidade porque já tínhamos alguém tentando se formar, cooperar, então a gente só foi capacitar para dar força pro que elas já vinham fazendo. (Entrevista, gestora 3, 25/06/2018).

No dia 27 de julho de 2018, fez-se contato com as trabalhadoras da Coopiratini, e nessa reunião foi conversado sobre as intenções da pesquisa e feito um convite para a participação das mulheres através de depoimentos¹⁰⁰. Após a primeira visita, ficou programada a realização de outro encontro e a ocorrência de entrevistas no próprio local de trabalho. Atualmente, segundo relatos das respondentes, a cooperativa conta com um número reduzido de

⁹⁸ Consultar: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/570722-60-anos-da-vida-religiosa-consagra-no-rs-gratidao-esperanca-e-cuidado-pela-vida-2>. Acesso em 08/11/2018.

⁹⁹ A entrevista ocorreu nas dependências do IFSul, no período da manhã, no dia 25 de junho de 2018 em uma sala reservada.

¹⁰⁰ O primeiro encontro presencial deu-se na cooperativa, no período da tarde, no dia 27/07/2018 e contou com a presença de cinco cooperativadas. Uma das mulheres foi o elo entre as cooperativadas e a pesquisadora.

cooperativadas, apenas sete mulheres. A idealizadora, irmã Amada Garcia Perez, religiosa ligada à congregação Filhas da Imaculada Conceição, foi transferida pela Mitra Arquidiocesana de Pelotas para o Norte da Argentina ao final de 2017. A Congregação foi fundada por Santa Beatriz da Silva, aprovada em 1489, pelo Papa Inocêncio VIII e, em 1511, cunhada com o nome oficial da ordem.

Sobre os revezes da pesquisa, o primeiro contato com as trabalhadoras da cooperativa mostrou a necessidade de reavaliação do plano da entrevista. Após essa visita, novas perguntas foram incorporadas ao roteiro.

Antes do contato presencial, foram realizadas buscas nas mídias digitais para ver se o trabalho que desenvolviam na cooperativa era citado no mundo virtual. As análises mostraram que o *Facebook* foi utilizado por algumas dessas mulheres como ferramenta para compartilhar conquistas alcançadas pela cooperativa. As postagens das trabalhadoras da COOPIRATINI no *Facebook* registraram memórias da organização e funcionamento do local, bem como textos para conscientizar a população sobre o cuidado da separação do material reciclado e com o meio ambiente. Outro uso reservou-se a encaminhar convites à comunidade Piratiniense para participar de promoções (festas e rifas) com o fim de auxiliar a COOPIRATINI. O *Facebook* também serviu de repositório para a divulgação de atividades, conscientização sobre temas e formação.

Figura 6 - Postagens educativas das cooperativadas sobre a reciclagem e a conscientização da população



Fonte: Facebook, M.F.,05/07/2013.

Na postagem acima, é possível perceber uma ação com função formativa para criar hábitos saudáveis e conscientes na população. Essa cooperativada mostrou-se muito atuante no período em que trabalhou na Cooperatini, contudo, ela não integra o atual quadro de trabalhadoras.

No dia 31/07/2018¹⁰¹, nas dependências da Cooperativa de Reciclagem de Resíduos Sólidos, em uma visita de aproximadamente três horas, foram realizadas sete entrevistas e, em todas as falas, foi notório o sentimento de desolação das mulheres com relação à perda da presença da missionária e sobre o futuro da cooperativa. De acordo com as respondentes, a freira atuou em todas as atividades e sua ausência deixou um grande vazio.

Entre as atividades desenvolvidas pela irmã, foram citadas: a fundação da cooperativa, o recolhimento dos resíduos, a organização das tarefas, a mobilização com os agentes políticos, a triagem do material, o incentivo, a motivação, o cuidado (afeto, orientação, realização de lanches e almoços) e a formação humana.

Neste estudo, destacamos notícias de jornais locais e *blogs* para dar uma dimensão do engajamento da irmã Amada Garcia Perez com a

¹⁰¹ O segundo encontro ocorreu em um dia ensolarado, nas dependências da cooperativa. Levei alguns quitutes para confraternizarmos e, após, iniciamos a conversa. Retomei meu compromisso com o estudo e as minhas intenções acerca da pesquisa e, posteriormente, iniciamos as entrevistas.

comunidade de Piratini e, especialmente, sua atuação junto às mulheres da Coopiratini.

Figura 7 - Irmã Amada e o engajamento político frente à Coopiratini



Fonte: Jornal Tradição, 09/01/2015.

A matéria do Jornal Tradição¹⁰² do dia 09/01/2015 registrou a irmã Amada Garcia Perez recolhendo material com a *Kombi*, contando com o auxílio da comunidade. A colaboradora M.Z. há mais de um ano promovia a ação de reunir em sua casa o material reciclado angariado com a vizinhança e, a cada dez dias, mantinha contato com a religiosa para a retirada do material.

Em outro episódio, referente ao primeiro ano da COOPIRATINI, em 2012, a mídia publicou os efeitos e prejuízos causados por um forte temporal em Piratini. A cooperativa, que já enfrentava dificuldades, sofreu com esse fato, tendo o telhado danificado, bem como outras avarias. Na oportunidade, a irmã não relutou em cobrar do Poder Público uma providência quanto a investimentos e transformações no local, pois as ações seriam urgentes para o sucesso do projeto.

¹⁰²Para ver a notícia, acessar:

<http://www.jornaltradiacao.com.br/site/content/variedades/index.php?noticia=12834>. O trabalho de Bruna Oliveira sobre o feminino no espaço religioso católico: mobilização para o desenvolvimento de ações sociais em Piratini/RS traz relatos sobre a rotina da religiosa, Amada Garcia. Na dissertação, a pesquisadora menciona que todas as terças e quintas, às 8h da manhã, a freira seguia com a *Kombi* pelas ruas da cidade para recolher o lixo reciclado. Nessa jornada, duas mulheres da cooperativa faziam companhia à missionária. Após a *Kombi* estar completamente cheia, o veículo seguia com destino à cooperativa para o descarregamento.

Figura 8 - Estragos na COOPIRATINI



Fonte: Reportagem de Elton Garcia, 18/12/2012. Blog¹⁰³: ClicPiratini.

As reformas necessárias para a adaptação do prédio estão orçadas próximas a 10 mil reais. Segundo palavras da própria Irmã Amada, se preciso for acionara a justiça para que se responsabilize o Poder Público, solicitando auxílio para as reformas e melhorias no prédio que foi construído com os silos de armazenagem de grãos, “levarei ao conhecimento da Promotoria Estadual, e se preciso for, as Esferas Federais, é um prédio público que necessita de investimentos do Poder Público, o projeto não é de uma empresa privada, é uma cooperativa solidária, gerando emprego e renda, e beneficiando o meio ambiente” desabafou a religiosa que completou “não entendo a falta de interesse em auxiliar a quem de fato necessita, em outros municípios, as prefeituras dão total apoio as cooperativas de reciclagem. (Reportagem de Garcia, 2012).

No depoimento acima, é possível mensurar a posição ocupada pela religiosa a fim de defender os mais carentes. No trabalho de Bruna Oliveira (2015), também são citados episódios de mobilização nos quais a irmã fez contato com políticos. No ano de 2014, uma candidata à deputada estadual pelo Partido dos Trabalhadores, que passava pela região divulgando as propostas de campanha, foi convidada a conhecer o trabalho da COOPIRATINI Reciclagem Solidária, mas o convite tinha por fim solicitar liberação de verbas para andamento das obras.

Em junho de 2014, irmã Amada Garcia Perez foi agraciada com o título de Cidadã Piratiniense, de autoria do vereador Marcial Lucas Guastucci (PMDB). Nos documentos apensos é resgatado um histórico de atuação da religiosa e da experiência que a marcou quando iniciou suas atividades em Piratini. No documento, há relato de que durante sete meses a missionária

¹⁰³ O Blog vincula matérias de interesse da comunidade de Piratini, incluindo eventos esportivos, e apoia ações de solidariedade. Para saber, consultar: <http://clicpiratini.blogspot.com/>

permaneceu acampada no assentamento Rubira, acompanhando as dificuldades das gestantes naquela comunidade. Essa vivência a impactou e lhe estimulou a formar a Casa da Acolhida à Mãe Gestante, inaugurada em 2001.

De acordo com Bruna Oliveira (2015), a Casa da Acolhida nasceu com o propósito de atender mulheres e crianças vítimas de violência doméstica ou desamparadas por outros fatores, bem como acompanhar as gestantes durante o período da gravidez até o primeiro ano do recém-nascido. Para possibilitar uma renda às mães principiantes, vários projetos emergiram dessa incubadora, e ao ganhar autonomia econômica desvincularam-se do projeto (por exemplo, a Cooperatini Reciclagem Solidária). Nota-se que o pensamento e as ações da Irmã Amada Garcia Perez estiveram voltados ao princípio da economia solidária, da gestão socioeconômica pautada nos princípios da solidariedade, cooperação e autogestão.

No segundo semestre de 2014, visando ao aumento do local, o espaço destinado à Casa da Acolhida à Mãe Gestante passou por um período de reforma. O dinheiro para a construção veio do Orçamento Participativo de 2012. O poder público municipal, através da prefeitura, vem destinando um salário mínimo desde o ano de inauguração, o que auxiliou nas despesas mensais, no entanto, insuficiente para os gastos do espaço segundo o relato de Amada à pesquisadora. A casa da Acolhida à Mãe Gestante também conta com ajuda de doações financeiras de amigos e simpatizantes da Espanha que conhecem o projeto.

Devido às obras, dois projetos foram deslocados temporariamente para outros espaços, tais como a Panificadora e a comercialização da Rouparia solidária. A venda dos produtos ocorre semanalmente, terças e quintas-feiras, na garagem da casa das freiras.

Levar ao conhecimento sobre os demais projetos administrados pelas irmãs se faz importante, porque algumas das atuais trabalhadoras da Cooperatini inicialmente receberam ajuda através da Casa de Acolhida a Mãe Gestante.

5.3.1 As Sete Mulheres Da Cooperativa De Reciclagem De Piratini

Os depoimentos com as cooperativadas foram organizados na tabela, de forma a facilitar a leitura e a interpretação dos dados. No registro, encontra-se a classificação de 01 a 07, por ordem de realização das entrevistas.

Algumas informações gerais acerca das respondentes incluíram: grau de instrução, estado civil, renda, número de filhos e projetos futuros. Sobre o indicador de formação se tem que, no grupo, a cooperativada com maior grau de educação formal não concluiu o Ensino Médio, duas concluíram o ensino fundamental, uma estudou até a 5ª série, duas respondentes informaram que não sabiam ler e outra não respondeu. Com exceção da primeira e da última entrevistada, as demais demonstraram muita timidez no decorrer da conversa, sendo necessário, por diversas vezes, mais detalhamento sobre as questões.

Esta pesquisa retoma a organização de uma cooperativa de mulheres, com base no trabalho cooperativo, voltado à sustentabilidade e à inclusão social, em uma cidade no sul do país, primeira Capital Farroupilha do Rio Grande do Sul, com aproximadamente 20 mil habitantes. Todas as respondentes encontram-se em situação de vulnerabilidade econômica, com ensino formal incompleto, a maioria negra, com experiências laborais anteriores em atividades sem direitos garantidos (faxineiras, cuidadoras de idosos e babás), residentes em uma cidade em que o mercado de trabalho tem escassez de vagas às mulheres com esse perfil.

Quadro 4 - Cooperativadas da COOPIRATINI

Identificação:	Idade:	Estado Civil:	Etnia:	Filhos:	Tempo de trabalho na Coopiratini	Renda:	Duração da entrevista:
Cooperativada (presidente) Voz 01- L.M.L	39	-	negra	Sem filhos	6 anos	R\$: 700 a R\$1000	21 min. e 14 s
Cooperativada Voz 02- F.M.L.	-	casada	negra	Sem filhos	6 anos	R\$ 800,00	11 min.
Cooperativada	-	separada	branca	4	3 anos	R\$300	8 min. e

Voz 03-M.C.S.							15 s.
Cooperativada Voz 04 G.S.G.	29	casada	negra	5	6 anos	R\$700 ou mais	12 min. e 20.
Cooperativada Voz 05 Z.L.B.	52	casada	negra	2	6 anos	R\$1000	9 min. e 07 s.
Cooperativada Voz 06- M.C.L.	27	casada	negra	2	2 anos	1 salário	7 min. e 51 s.
Cooperativada Voz 07-A.P.S	19	casada	negra	Sem filhos	2 anos e meio	1 salário mínimo a R\$ 1400	16 min. e 44 s.

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

A Cooperativa Reciclagem Solidária localiza-se na BR, km 702, na Rua Roque Soares do Amaral, nº 53, distante aproximadamente 1 km do centro da cidade. Conta com um amplo espaço cedido pela prefeitura que, anteriormente, fora um armazém antigo de silo.

Figura 9 - Sede da COOPIRATINI



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, 31/07/2018.

O lugar possui um galpão de armazenagem, uma cozinha e espaço para reunião (mesa e cadeiras). As respondentes¹⁰⁴, sensíveis ao desconhecimento da pesquisadora sobre as atividades desenvolvidas na cooperativa, foram detalhistas nas informações sobre o aproveitamento do material recolhido. As trabalhadoras explicaram que o trabalho de reciclagem inclui a obtenção de plástico (PVC e PET), papel (livro, revista e papel branco) e metais nobres (cobre e alumínio). A fim de passar uma noção mais próxima de valores obtidos com o trabalho, foi mencionado que o quilo do cobre rende em torno de R\$ 16,00 e a latinha, R\$3,00 ou R\$ 4,00.

Figura 10 - Galpão de Reciclagem da COOPIRATINI



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, 31/07/2018.

Em um mês normal de funcionamento, a quantidade de resíduos recolhidos varia de 5 a 7 toneladas. Quanto à divisão dos valores para as cooperativadas, isso depende de duas variáveis: o número de horas

¹⁰⁴ Uma das respondentes ensinou-me que o plástico que estala na mão não é reciclado e vira rejeito.

trabalhadas e a quantidade de material recolhido. Sobre o turno de trabalho, a presidente da cooperativa descreveu o regramento.

Aqui a gente pega às 8h e tem o intervalinho do café de 15 minutos, às 10 horas; depois a gente para ao meio dia, aí pega a uma; às 15 horas tem um intervalo de novo, do café, de 15 minutos, aí a gente termina às 17h o turno. (Entrevista, sujeito 01, 31/07/2018).

Também foi comentado que, eventualmente, trabalham aos sábados. Nos últimos meses, as trabalhadoras não tiveram nenhum rendimento, motivo de grande preocupação das mulheres, devido às péssimas condições do caminhão. Elas mencionaram os donativos recebidos da comunidade, informando que há apoiadores que levam material reciclado até a cooperativa, auxílios através de doações de alimentos e ao necessitarem do uso das rádios da cidade para a divulgação de eventos, não são cobradas pelo serviço.

Sobre a rotatividade de trabalhadoras na cooperativa, segundo a respondente, sujeito 07, afirmou que há mais de dois anos o número se mantém o mesmo. Contudo, informou que a cooperativa já teve um número bem maior de cooperativados, chegando a 45, e que no passado também existiam homens.

Sobre a presença exclusiva de mulheres na configuração atual, os comentários revelaram que nos primeiros três anos de organização da cooperativa não recebiam renda, isso fez com que os homens procurassem outros postos, pois ocupavam a figura de provedor da família. Características atribuídas às mulheres também foram citadas, tais como: persistência, resignação, dedicação e força de vontade. Sobre os motivos de abandono da cooperativa, a atual presidente avalia.

Eu acho que foi a renda, que no início a gente não tinha renda. A gente vinha aqui trabalhar por amor a camiseta mesmo, pra erguer a cooperativa, pra arrumar tudo, pra limpar, pra arrumar todo o pátio, que o terreno teve que ser... aí foi só nós mesmo. Aí o pessoal que não tinha renda, começou a ver que não tinha renda e começaram a sair, acho que pensaram que a gente tinha que ganhar um dinheiro bom, né? E não ganhamos nada, pra depois de uns três anos a gente começou a receber aqui. (Entrevista, sujeito 1, 31/07/2018).

Abramo (2007), ao tratar das imagens de gênero, representações produzidas social e culturalmente e determinantes para a posição que a mulher

vem a ocupar no trabalho, faz uma abordagem da figura do homem, provedor, e, da mulher, cuidadora. A “virtude” da função feminina com os cuidados reserva efeitos negativos ao adentrar no mundo do trabalho, pois na lógica empresarial a imagem da mulher se mantém atrelada à maternidade e se superpõe à imagem da mulher trabalhadora. A autora insiste que apesar da aceitação da participação mais ativa das mulheres no mercado, mesmo com todas as transformações das últimas décadas, o lugar primeiro da mulher continua sendo a esfera doméstica, o seu papel essencial, a maternidade, e sua função básica, o cuidado. Como consequência (p. 59, 2007) “exclusão de certos postos e funções, particularmente dos cargos superiores na hierarquia das empresas”. Afirma que os atributos destacados aos homens e mulheres apresentam relação direta com as oportunidades e condições de trabalho para uns e outros.

Na visita à cooperativa, deparei-me com um espaço limpo, arejado e bem organizado. Na entrada, afixado à parede, estão os certificados de Alvará de Licença, Contrato de Concessão de Uso, Alvará de Prevenção e Proteção contra incêndio e Renovação de Licença de Operação, comprovando que a cooperativa está em dia para o funcionamento. À direita, um quadro escolar, de autorregulagem, indicando reflexão e planejamento das atividades, com ênfase nos pontos fortes, nas situações que incomodam e precisam ser superadas e nas soluções. Cartazes com lembretes e escala de limpeza do galpão também se faziam visíveis.

Figura 11 - Quadro de *feedback* das cooperativadas

Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, 2018.

De forma geral, a crítica comum a todas as falas se deu em relação ao impedimento do trabalho em razão da falta do caminhão. Segundo as respondentes, o veículo emprestado pela prefeitura é bastante antigo, da década de 70, e, dada as condições, o transporte passa estragado ou em manutenção. Assim, por não disporem de outro veículo, nos dias em que não há transporte para fazer a coleta é impossível trabalhar. Os dias parados trazem impacto na renda distribuída ao final do mês.

O problema com o transporte foi um elemento que surgiu repetidas vezes nas falas das cooperativadas. Mas um fato novo em relação ao caminhão surgiu no depoimento da gestora 5. De acordo com a profissional, o convívio por vários anos com o grupo, permitiu-lhe acompanhar certas particularidades que um contato mais remoto (como o elo da pesquisadora com as depoentes) não possibilita. A gestora teceu um esclarecimento sobre o assunto recorrente do caminhão. Segundo a gestora, os motivos que levaram à aquisição do veículo “defeituoso” fizeram parte de uma negociação. Uma cooperativada que não está mais no quadro de trabalhadoras da COOPIRATINI realizou a compra do veículo com a verba liberada pelo

Ministério Público. A compra despertou dúvidas e desconfiança do grupo, pois o estado do transporte não era bom. Ressalta-se que o caminhão é um bem fundamental para o trabalho desenvolvido na cooperativa e o fato dele estar velho e com muitos problemas causou e continua gerando sérios transtornos às trabalhadoras. Após o episódio, a responsável pela compra retirou-se da cooperativa.

O imbróglio envolvendo o caminhão não foi revelado em nenhuma das falas com as entrevistadas da cooperativa. Isso nos permite pensar que as omissões na oralidade também representam um caráter importante, são passagens carregadas de memória, “feridas abertas”. Mesmo com cautela na relação pesquisadora e sujeitos de entrevista, certos temas dizem respeito ao grupo, e a pesquisadora continua sendo um elemento estranho.

A aquisição do caminhão serve como exemplo para uma dificuldade apontada pela gestora em relação àqueles que se inserem na economia solidária, que vem a ser a transparência dos gastos e o controle diário de todo o recurso financeiro que entra e sai do empreendimento. Na avaliação das trabalhadoras, isso parece um exercício “menor” e “burocrático”, todavia, acarreta sérios problemas quando não realizado corretamente.

Outro assunto recorrente em todos os depoimentos, ocupando lugar de destaque no quadro elaborado pelas trabalhadoras, diz respeito à saúde da irmã. Ao questionar a mais jovem¹⁰⁵ do grupo sobre o valor da irmã para a cooperativa, a resposta foi enfática:

A irmã Amada, ao meu ver, ela é a alma da cooperativa. Porque até hoje quando... depois que ela foi embora, cada dia que a gente chega aqui, a gente pensa de como ela gostaria que fosse, o que ela faria, e ela pra mim e pra cooperativa ela foi tudo, porque ela que me ensinou tudo o que eu sei sobre cooperativa e sobre trabalhar com o próximo, foi ela que ensinou a gente. (Entrevista, sujeito 07, 31/07/2018).

Todas as vozes entrevistadas enalteceram a importância da irmã Amada e revelaram bons momentos de convivência.

¹⁰⁵ A jovem é desenvolta e bastante comunicativa, exerce a função de tesoureira e é responsável pela página da Cooperatini. Devido a sua facilidade e rapidez em aprender, foi escolhida para realizar formações com o movimento dos catadores. Ela realiza um papel extremamente importante na cooperativa e em outros espaços, constitui o que Gramsci denomina como “intelectual orgânico”, formada na classe, a jovem busca despertar uma consciência crítica no grupo, extrapolando o senso comum e combatendo a concepção de mundo que trata aquelas mulheres como uma classe menor.

“Foi tudo pra nós. Ela fundou a cooperativa e nos ajudava”(voz 04);
 “... me sinto muito por ela, ela me ajudava em tudo, depois que ela foi embora não tem mais ajuda”(voz 05);
 “Depois que a irmã foi embora não é mais a mesma coisa”(voz 06);
 “Pra mim foi uma mãe. Nós nunca ficamos sem material quando a irmã tava aí. Ela fazia um cafezinho, um almoço, foi uma mãe pra nós”(voz 07).
 “Ela foi fundamental. Como ela, não tem outra pessoa” (voz 03).

A fala da presidente da COOPIRATINI (voz 01) reuniu as impressões das demais entrevistadas.

Olha, a irmã é o nosso braço direito, porque ela foi agora em 2017 ela foi embora, em dezembro, e ela ajudava a gente muito, e pra nós mudou muita coisa, porque o que ela fazia pra nós não tem explicação, sabe, a gente não sabe nem... abalou muito a cooperativa, que a gente sentiu muito, a ida dela embora daqui de Piratini e ela tava sempre com nós. O caminhão nosso estragava nós ligava: - irmã, o caminhão estragou, não tem como fazer coleta; Ela respondia: - “vamos fazer coleta sim”! Ela chegava aqui com a Kombi, que ela tinha uma Kombi que era da Mitra, ela já chegava com aquela Kombi lotada de material, daí ela já fazia sozinha, primeira Kombi de material, aí na volta nós ia com ela e já fazia, nós trazia bastante material. Ela nunca deixava nós na mão, nunca, nunca, ela tava sempre junto. (Entrevista, sujeito 01, 31/07/2018).

Sobre o significado da ausência da idealizadora, o sentimento manifestado foi de perda e vazio.

Foi uma época de bastante abatimento, ela foi embora no fim do ano passado e aí, eu, particularmente, não comentei com minhas colegas, mas comentei com a minha família, enfim, que eu achava que a cooperativa não ia continuar porque, diferente do que acontece agora, quando a gente não tinha caminhão a irmã pegava a Kombi dela e recolhia, a irmã mergulhava num container junto com a gente, dentro do aterro pra separar. Então, quando ela foi embora a gente ficou meio que desamparada e até a gente pegar o ritmo e conseguir as coisas que ela conseguia pra gente, a gente conseguir, a gente falando, foi muito complicado. Foi um baque muito grande a perda da irmã pra nós, foi muito triste mesmo. (Entrevista, sujeito 07, 31/07/2018).

A consolidação da cooperativa implicou grandes esforços da religiosa e das trabalhadoras da COOPIRATINI, e por meio das parcerias com o NESIC/NESOL/PMM/IFSul/UFPel e a prefeitura de Piratini, foi possível que o desejo de atrelar geração de renda à sustentabilidade se tornasse real. Foi preciso avançar várias etapas que envolveram desde atender aos aparatos burocráticos, o atendimento às legislações ambientais e trabalhistas, a aquisição de equipamentos necessários para as atividades, a logística, o

recolhimento, a separação dos materiais reciclados, até a organização e distribuição das tarefas e a divisão do rendimento. Atendidas às exigências, foi criada a cooperativa.

O pequeno grupo de mulheres, em virtude dos condicionantes materiais, sociais e culturais, manifestou fragilidade no tocante à tomada de decisões e depositava, na missionária, uma liderança. O grau de dependência confundia-se com a imagem materna (proteção, carinho, zelo, exigência...).

Em várias passagens foi possível, através da análise dos depoimentos, perceber o domínio da freira em relação às mulheres: “Ela dava puxão de orelha quando tinha que dar, ela chamava nossa atenção quando tava errada as coisas, ela era, bem dizer, era nossa mãe, só que no serviço.” (Entrevista, sujeito 6,31/07/2018).

Sobre a atuação da religiosa na cooperativa, é mister a fala da gestora 5, pois traz à tona outro olhar sobre a conduta das cooperativadas. Cabe ressaltar que essa profissional prestou acompanhamento, assessoria técnica e formativa desde a criação da COOPIRATINI até os dias atuais. O depoimento traz reflexões importantes para pensar sobre a acomodação do grupo.

Não tem como dizer se foi positiva ou só negativa, porque a irmã era um trator. Ela conseguia dinheiro, vinha do Vaticano, da Espanha, da Argentina, de tudo que era lugar. Ela conseguia pressionar a prefeitura e conseguia as coisas, fazia as coisas acontecer; só que por ela ser tão propositiva e conseguir tanto as coisas, eu acho que os grupos acabam se tornando muito dependentes e esperam que sempre tenha uma pessoa que faça esse mesmo movimento que ela fazia antes de... Eles não vão atrás das coisas, eles não conseguem ter a iniciativa de fazer as coisas por si próprios... e muitas vezes ela acaba se tornando um pouco uma pessoa difícil de começar o diálogo, principalmente com a prefeitura, porque ela era muito radical em alguns momentos. (Entrevista, Gestor 5, 05/10/2018).

A atuação da religiosa com o grupo de mulheres da cooperativa de reciclagem de Piratini foi vital para a existência e consolidação desse espaço, contudo, o excesso de zelo e autopiedade atrelada aos valores cristãos de defesa aos desvalidos deixaram marcas nas cooperativadas.

A irmã dentro dessa perspectiva do assistencialismo da igreja acabou de certa forma minando um pouco a iniciativa delas de perceberem que elas precisam investir para receber, elas só esperavam receber; isso que eu conseguia perceber naquele grupo e também de se acomodarem um pouco até mesmo na questão do trabalho, porque a partir do momento que a gente conseguiu conveniar com a prefeitura,

que elas tinham uma renda fixa, o ritmo de trabalho acabou diminuindo e isso acabou interferindo no grupo. (Entrevista, Gestor 5, 05/10/2018).

Essa percepção sobre a falta de iniciativa e acomodação das mulheres da COOPIRATINI também foi comentada pelo gestor 4, bem como a referência ao trabalho desenvolvido pela religiosa. Nas palavras do depoente, a irmã foi maravilhosa e tudo que foi construído foi fruto do empenho da missionária, que deixou como legado três cooperativas (Padaria, Brechó e Coopiratini). A questão encaminhada ao depoente tratou de pensar sobre a realidade atual da cooperativa, a decisão recente de abandonar a rede, o reduzido número de cooperativadas, os recursos limitados, demonstrando passar por uma fase na qual estão suscetíveis ao fechamento do empreendimento.

Ela ia muito dizer, ou ela ficava nervosa que elas não faziam e fazia por elas. E elas não aprenderam a fazer. Outra, a origem delas é uma origem violenta, elas vêm do campo, por isso essa... (momento de pausa do entrevistado)vêm do campo, de agressões e violência machista, elas sofreram e sofrem algumas. Então, todo esse conjunto fez, conformou ali um tipo de cooperativa assim que, por exemplo, elas são sensíveis a determinadas falas nas reuniões da rede. (Entrevista, gestor 4, 03/10/2018).

Sobre a emancipação econômica das cooperativadas de Piratini, a fala da gestora 5 revelou que houve um empoderamento econômico significativo do grupo de mulheres da COOPIRATINI. Anteriormente, a renda inicial era de R\$70,00 por mês e, posteriormente, passou a R\$1.000,00 mensais. No entanto, segundo a gestora, esse aumento substancial no rendimento ao invés de promover mais iniciativa, desacelerou, houve acomodação com o ganho, gerando, inclusive, descontentamento de integrantes de outras cooperativas com a conduta das cooperativadas de Piratini. Ao passo que em outros municípios os cooperativados almejavam crescimento, mais produção, em Piratini, a dinâmica de trabalho das cooperativadas seguiu ritmo diferente. Apesar do abatimento com a perda de uma peça fundamental para a cooperativa, o grupo demonstrou força, união e resistência frente aos desafios. Uma conquista em especial, no ano de 2018, foi motivo de orgulho e recorrente nos depoimentos: trata-se do repasse da prefeitura para o pagamento do INSS das mulheres. Essa vitória foi comemorada pelas cooperativadas, pois representou segurança no caso de imprevistos.

Outro destaque se deu em relação à maturidade de reflexão de uma das trabalhadoras sobre a sua profissão e a importância dessa atividade para a sociedade. A questão tratou do significado do trabalho na cooperativa para a vida das mulheres.

Bom, é eu sou totalmente apaixonada pela cooperativa. Quando eu entrei aqui, até antes de entrar, eu não tinha noção nem de resíduo nem de nada que envolvesse cooperativa e com o tempo e com a irmã Amada me educando, eu vi a importância desse trabalho e o quanto ele pode gerar renda de uma coisa que a maioria das pessoas julga descartável, o quanto as famílias podem se beneficiar disso e o quanto a gente pode aprender dentro de uma cooperativa. Tanto em companheirismo, a viver com grupo e a lutar pelos nossos direitos, porque o catador se ele não correr atrás ele geralmente não vai conseguir quase nada e às vezes, correndo atrás também não consegue, então, eu aprendi a ter uma força para lutar pelos meus direitos muito grande. (Entrevista, sujeito 07, 31/07/2018).

O depoimento traz implícita a noção de empoderamento, de consciência civil dos seus direitos sociais e da necessidade de emancipação e consciência coletiva. No dia da entrevista, enquanto um grupo concedia depoimentos, três cooperativadas deslocavam-se à prefeitura para tratar de um problema envolvendo o caminhão. Essa postura de autonomia e transformação interna foi desenvolvida coletivamente através das formações e dos conhecimentos compartilhados, portanto, a experiência na cooperativa provocou mudanças significativas de ordem interna.

O depoimento da gestora 3 traz um elemento importante sobre a emancipação emocional que o PMM possibilita.

Eu vejo que emancipa emocionalmente também, e eu brincava muito com o MEC. (A entrevistada se reporta ao representante do MEC) porque ele dizia assim: “não fuja XXX da vulnerabilidade social e econômica”. E eu dizia pra eles: - colegas, não fujam da emocional. Porque às vezes tu tens uma mulher que não tá passando fome, mas que a invisibilidade dela, que a angústia dela, que os problemas delas são os mesmos daquela que não tem dinheiro pra por a comida na mesa. Então eu briguei muito com o MEC a esse respeito, eu sempre dizia, eu também pego mulheres com vulnerabilidade emocional, então eu acho que tu não emancipa em nenhum sentido, emocional é gradativo, e acho que a gente consegue sim romper uma série de coisas até o final do curso; tanto é que a gente tem evasão de uma, duas pessoas durante um curso inteiro, nossa, isso é nada perto da evasão escolar nesse país e no próprio PRONATEC, também. (Entrevista, Gestora 3, 25/06/2018).

A atuação das universidades da cidade de Pelotas (Universidade Católica de Pelotas e Universidade Federal), bem como o Instituto Federal Sul-

rio-grandense foram lembradas como espaços que promoveram formações relevantes para o andamento dos trabalhos e desenvolvimento pessoal. As mulheres citaram os saberes e técnicas aprendidos nas reuniões, entre os quais, a organização do galpão e a aproximação com a comunidade.

Olha, pra mim mudou muita coisa. Eu aprendi muito nos cursos que a gente teve, como aprendi muito nos cursos mulheres mil, eu aprendi muito, porque eu era uma pessoa que não conversava, eu não gostava de tá no meio dos outros, de pessoas. Aprendi, fiz muita amizade, aprendi muita coisa e é bom, fiz amigos, comecei a viajar, viagem até internacional a gente fez e aí foi bom, nunca tinha viajado de avião, consegui, viajei, porque a cooperativa levou a gente pra fazer um evento em Brasília, muito bom, aprendi muita coisa, é bom. (Entrevista, sujeito1, 31/07/2018).

A presidente da COOPIRATINI, na passagem acima, rememora a sua participação em Brasília, ainda na gestão de Dilma Rousseff, representando a cooperativa na entrega de uma carta pelo Movimento dos Catadores. O estreitamento de relações, a ampliação de horizontes, a construção de redes, o fortalecimento psicossocial, todas essas conquistas vão além da melhora da autoestima das mulheres, ampliando os objetivos do Programa Mulheres Mil.

O trabalho de Bruna Oliveira (2015) registrou a colaboração de docentes do magistério superior da UFPel e da Fundação da Universidade de Rio Grande (FURG) ao colocar em contato a presidente da cooperativa de Rio Grande com as cooperativadas de Piratini. A reunião ocorreu no dia 24 de outubro, no ano de 2014, contado também com a presença de irmã Amada. Na ocasião, o intuito da reunião foi o de dar estímulo à nova cooperativa, propiciando trocas de experiências. A pauta do encontro girou em torno de reflexões sobre as dificuldades e consolidação da cooperativa.

O projeto de etnodesenvolvimento coordenado pela professora Rosane Rubert também foi veiculado para colaborar com outro trabalho. A professora juntamente com o professor Marcos da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) levaram a presidente da cooperativa da cidade de Rio Grande para relatar as experiências e dificuldades passadas pelo grupo as mulheres cooperativadas de Piratini objetivando trazer novas ideias e estimular o trabalho das mulheres. (OLIVEIRA, p. 72, 2015).

Ao comentar sobre o apoio e repasse da prefeitura com o trabalho desenvolvido pelas mulheres da COOPIRATINI, uma depoente manifestou consciência em compreender que o auxílio não tem caráter de assistência ou benevolência, mas se trata de um reconhecimento dos benefícios que a cooperativa levou para a cidade.

Ela auxilia sim, esse ano foi um dos anos que a gente teve um pouquinho mais de apoio. Não é o suficiente, mas foi o primeiro ano que a gente teve um pouco de apoio e o ano aonde a gente conseguiu ter um repasse mensal pelos serviços prestados pela cooperativa, porque na verdade a cooperativa faz um trabalho com o meio ambiente de limpeza urbana também, porque ela diminuiu muito o rejeito que ia para o aterro e a prefeitura paga para ser descartado. Então esse ano a gente teve um apoio bem melhor, a gente teve um repasse melhor. (Entrevista, sujeito 07, 31/07/2018).

Sobre a possibilidade de crescimento da cooperativa, a jovem argumentou.

Um melhor reconhecimento da importância do catador, isso não só na cooperativa da COOPIRATINI, mas em todos, um reconhecimento do trabalho, do quanto isso é importante. As pessoas comecem a entender o quanto é importante separar o seu lixo e de se preocupar com o que acontece com aquilo, a partir do momento que eu largo na rua, o que acontece?! Aí eu acho que poucas pessoas já pararam para se perguntar o que acontece com aquilo que eu larguei na lixeira. Acho que é isso. (Entrevista, sujeito 07, 31-07-2018).

O reconhecimento do trabalho do sujeito que recicla e colabora evitando a destruição dos recursos naturais deveria ser valorizado, mas não é o que ocorre no Brasil. A sociedade atual descarta objetos com a mesma velocidade que os fabrica, provocando danos irreversíveis ao meio ambiente. Zygmunt Bauman (2000) sinaliza para o perigo dessa sociedade que não tem uma visão coerente e de boa sociedade, pois trocou a preocupação com o bem público pela liberdade de busca da satisfação pessoal. Como resultado do uso irracional dos recursos, temos as enchentes, a diminuição da camada de ozônio, a poluição dos rios e do ar, o acúmulo de lixo na natureza, enfim, vários efeitos decorrentes dos maus hábitos da sociedade de consumo.

O homem ludibriado pela falsa liberdade do poder de consumo, haja vista a facilidade na abertura de crédito acaba por tornar-se alienado e refém da mercadoria. A produção em massa da indústria cultural contribuiu na formação desse sujeito consumidor, aguçando o desejo pelo objeto. A cada dia experimentamos de forma mais forte a degradação do “ser” em “ter”. Em uma

era na qual o “*status*” é medido pela conta bancária, número de imóveis e o carro do ano, pouco valor é atribuído aos ideais, ao coletivo, às relações comunitárias e à solidariedade. Contudo, a aparente felicidade vendida pelo mercado é frágil, esgota-se facilmente, uma vez que, nos dias atuais, a sociedade¹⁰⁶ dá sinais de adoecimento. Ao nos defrontarmos com os elevados casos de depressão e diferentes síndromes acometidas aos sujeitos, percebemos que essa mazela atinge crianças, jovens, adultos e velhos, motivados pela insegurança, laços fracos de afeto, individualismo, excesso de trabalho, entre outros motivos.

O mercado estimula o consumo indiscriminadamente e o Estado, no papel de controle e gerência, concede facilidades às grandes multinacionais que visam ao lucro e mostram-se pouco sensíveis à natureza. Por sua vez, aos colaboradores da preservação do ambiente, não lhes é concedido ajuda alguma, e a maioria sobrevive de forma marginalizada. Na atualidade, em nome do lucro, sofremos uma inversão de valores.

Sobre as principais dificuldades elencadas pelas cooperativadas, além do caminhão, está a conscientização da população.

Eu vejo uma saída para os próximos, crianças que talvez se hoje aprenderem, talvez no futuro fazem diferente, mas, infelizmente, a gente vive numa sociedade onde as pessoas estão acostumadas a pegarem seus lixos, descartar para a rua e acabou. É muito difícil uma pessoa que passou vinte anos, trinta anos da sua vida nem dando bola para lixo, ela aprender a separar ele, a ver o que é o resíduo, enfim. Mas, seria isso, seria a conscientização das pessoas mesmo, porque na verdade a comunidade inteira conhece o nosso trabalho e mesmo assim muita gente não separa, infelizmente. (Entrevista, sujeito 07, 31/07/2018).

Nas falas das cooperativadas, em geral, a impressão sobre a conscientização da sociedade Piratiniense acerca da separação dos resíduos mostra pouca evolução. Mesmo a comunidade tendo conhecimento à disposição, os hábitos se mostram inalterados. Houve relato denunciando a desatenção da população que mistura no container lixo orgânico ao limpo, contaminando e tornando-o impróprio para a coleta. De acordo com as entrevistadas, a aposta em mudanças comportamentais recai na geração mais nova, pois os adultos possuem vícios enraizados.

¹⁰⁶ Para saber mais, consultar: DEBORD, Guy. A sociedade do Espetáculo (1931-1994).

Outra categoria desenvolvida na tese contempla o trabalho feminino e as peculiaridades que envolvem a inserção das mulheres no mundo do trabalho. Fazendo uma incursão ao passado, tomando como base a antiguidade, percebemos que na sociedade grega e romana, uma referência no que tange à concepção de ideias filosóficas e democracia, a mulher não exercia o papel de cidadão livre ao observar seu lugar na pirâmide societária e sua existência estava marcada para servir. Importantes filósofos, como Jean Jacques Rousseau, defenderam a noção de que a educação para as mulheres deveria estar voltada a torná-las boas cumpridoras de seus papéis femininos como mães e esposas.

Historicamente as mulheres foram condicionadas à esfera da vida privada, ao cuidado do lar e dos filhos. Poucas profissões eram reservadas ao gênero feminino e aquelas áreas de trabalho acessíveis às mulheres tinham ligação com os atributos conferidos pelos papéis sociais. À mulher cabia lecionar/educar (tarefa natural com a criação dos filhos), realizar determinado procedimento vinculado à saúde (partos e curativos), costura e limpeza (atributos do lar) e serviços da área da comunicação (secretariado, datilógrafas e comércio). Nos séculos XVIII, XIX e XX o sexo feminino passa a engrossar a mão de obra operária, fazendo atividades semelhantes aos homens, contudo, com remuneração inferior.

A Tese de Laís Abramo (2007) foi utilizada como referencial neste estudo para compreender a temática sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho. A autora faz uma análise sobre a produção e reprodução de imagem de gênero, desde a tenra idade, reforçando representações identitárias masculinas e femininas que vão condicionando a atuação da mulher como força de trabalho secundária. Nessa lógica, a inserção da mulher no trabalho se dá de forma complementar. Destaca-se que essas imagens também se reproduzem no trabalho.

Abramo (2007) faz uma discussão acerca de como se constroem as diversas representações sociais que contribuem à configuração das desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho. A autora alerta que a constituição e reprodução da noção da mulher como força de trabalho secundária está presente no imaginário social, empresarial, sindical entre as próprias mulheres e nas concepções que embasam a formulação de

políticas públicas. Vários fatores incidem no processo de reprodução das desigualdades de gênero no mercado de trabalho. O primeiro deles, de caráter estrutural, vinculado a uma ordem de gênero de uma divisão sexual do trabalho, que confere à mulher a função básica de cuidar do mundo privado e esfera doméstica, atribuem a essa esfera um valor menor ao do mundo “público” e não creditam às atividades desenvolvidas no âmbito doméstico nenhum valor econômico. A mulher, ao cumprir seu papel de cuidadora (dos filhos e da família), reduz o tempo destinado à formação profissional e ao trabalho remunerado, sendo duplamente subvalorizada, tanto no trabalho que exerce, como no papel que desempenha na sociedade.

Segundo Abramo (2007) constitui-se no imaginário empresarial a ideia de que ao contratar uma mulher o contratante vai arcar com gastos mais elevados (custos indiretos), pois as mulheres são mais caras, uma vez que podem afastar-se para ter bebês, têm direito à licença maternidade e aos auxílios que a acompanham, além disso, faltam em razão de doenças dos filhos, são menos produtivas e mais indisciplinadas. Pelo fato de cuidarem da prole, doam-se em menor grau à empresa, criando um vínculo mais frágil, pois os compromissos familiares diminuem o tempo que poderia ser destinado à realização de horas extras, apresentam pouca flexibilidade em fazer trabalhos em turnos noturnos e mostram dificuldade para viajar a serviço.

A associação entre a mão de obra feminina e a categoria “força de trabalho” se constrói a partir de vários pressupostos estereotipados sobre as mulheres, tais como a ideia de que elas não estão interessadas e nem dispostas a investir na sua formação profissional e nem em obter promoções, que têm baixas expectativas e baixo compromisso com o trabalho, e que este tem um lugar secundário na sua vida, na conformação da sua identidade e das suas práticas organizativas. Todas essas ideias são muito mais supostos do que formulações teóricas consistentes ou resultados empíricos de pesquisas realizadas. (ABRAMO, 2007, p. 50).

Esses estereótipos vão sendo introjetados no imaginário social e corroborando para a permanência das desigualdades entre homens e mulheres. Resgatamos outras três importantes pesquisas desenvolvidas por Abramo sobre a inserção das mulheres no mercado de trabalho, apresentadas na tabela abaixo.

Tabela 9 - Síntese histórica da inserção da mulher no mercado de trabalho

Pesquisa:	Países:	Objetivo:
Início dos anos 90	Brasil, Chile, Colômbia e México	Analisar o impacto dos processos de modernização tecnológica e organização sobre o emprego e as condições de trabalho. Entre os temas estava a mudança tecnológica, as estratégias de reestruturação das empresas e o emprego feminino.
1998/1999	Chile	Analisar a percepção empresarial sobre o desempenho das mulheres no trabalho. Tinha como objetivo tratar de identificar as opiniões dominantes entre empresários e executivos chilenos a respeito de imagens frequentemente presentes no discurso empresarial a respeito das mulheres.
Final dos anos 90	Brasil	Analisar as condições de inserção de mulheres e negros na região da grande ABC paulista e desenhar um experimento de políticas públicas com o objetivo de enfrentar as dificuldades para que essa inserção se desse em igualdade de oportunidades com os homens e os brancos.

Fonte: adaptada pela autora da leitura de Abramo.

O movimento feminista¹⁰⁷, com suas várias ondas de luta internacional e nacional no decorrer do tempo, foi preponderante para a conquista de direitos e a emergência de novos papéis sociais. A conquista de direitos políticos¹⁰⁸ e civis repercutiu de forma profunda na vida das brasileiras. No código civil de 1916¹⁰⁹, em seu artigo 6º, a lei vinculava o *status* da mulher casada como relativamente “incapaz”, e o artigo 242, no inciso VII, fixou que para exercer o direito de ingressar no mercado de trabalho a mulher precisava da autorização expressa do marido. Havia um tratamento discriminatório e repressor à mulher, somente após décadas de luta foram incorporados novos ideais na sociedade. A Lei nº 4.121/62 (Estatuto da Mulher Casada), a Lei nº 6.515/77 (Lei do Divórcio) e a Constituição Cidadã de 1988 foram legislações fundamentais que contribuíram na direção da igualdade entre os sexos. Todavia, nem mesmo o

¹⁰⁷ Ao citarmos o movimento feminista, devemos destacar a atuação de quatro mulheres no cenário internacional que são referência de cidadãs que se insurgiram contra uma ordem que condenava a mulher à tutela dos homens: Olympe de Gouges, Jeanne Deroin, Hubertine Auclert e Madeleine Pelletier.

¹⁰⁸ No Brasil, somente em 1932 as mulheres foram autorizadas a votar.

¹⁰⁹ Consultar: Lei nº 3.071 de 01 de janeiro de 1916 sobre os direitos civis.

ordenamento jurídico conseguiu mudar uma cultura de dominação masculina, visto que, ainda hoje milhares de mulheres são vítimas de violência doméstica pelo fato de o homem conceber a mulher como sua propriedade.

Outros adventos, como a invenção de contraceptivos que permitiram à mulher o domínio sobre a decisão de gestar filhos, o direito de estudar, enfim, todos, foram bandeiras de luta conquistadas gradativamente pelas mulheres.

O feminismo, enquanto movimento social organizado apareceu com força no final do século XIX, com o sufrágismo.

Na virada do século, as manifestações contra a discriminação feminina adquiriram uma visibilidade e uma expressividade maior no chamado "sufragismo", ou seja, no movimento voltado para estender o direito do voto às mulheres. Com uma amplitude inusitada, alastrando-se por vários países ocidentais (ainda que com força e resultados desiguais), o sufrágismo passou a ser reconhecido, posteriormente, como a "primeira onda" do feminismo. (LOURO, 1997, p. 15).

Atualmente, as denúncias buscam reduzir o assédio sexual enfrentado pelas mulheres nos mais diversos espaços (acadêmico, profissional...), combatendo um discurso heteronormativo que historicamente justificou um comportamento abusivo à condição biológica do homem, ao ímpeto sexual. Tem se tornado comum, em nosso país, a consolidação de coletivos femininos nas universidades, revelando abusos físicos e psicológicos sofridos pelas mulheres frente às atitudes de colegas e docentes. Hoje, dissemina-se o conceito de que a roupa não define o caráter. O fato de uma mulher usar uma veste provocante não confere ao homem o direito de tocá-la.

Outras pautas de reivindicação feminina incorporam o desejo de aumentar as vagas nas creches e na educação infantil, para que a mulher possa trabalhar fora; garantir paridade salarial nas relações de trabalho; divisões igualitárias no espaço privado; representatividade feminina na política e endurecimento na aplicabilidade de penas que envolvem feminicídio e a violência contra a mulher.

Pesquisas no âmbito nacional e municipal apontam que a demanda por vagas em instituições de ensino é muito maior àquela suprida, impossibilitando as mães de trabalharem em turno integral por não terem com quem deixar os filhos. O trabalho em meio turno garante menor renda e gera mais dificuldade à mulher.

Apesar da criação de leis específicas voltadas à mulher, como a Lei Maria da Penha, o número de mulheres mortas pelos companheiros é alto; além disso, a pobreza tem perfil, o feminino, pois, com a separação do casal, o homem abandona a mulher, constrói uma nova família e renega o passado, abdicando de obrigações, onerando a ex-companheira. Em regiões violentas, a ausência do homem também se dá pela morte prematura, e à mulher cabe o duplo papel (ser pai e mãe).

A baixa remuneração das mulheres, as condições sociais, o número elevado de filhos, a cultura de domínio do masculino, o machismo em algumas sociedades e o modo de vida das famílias na transmissão da herança cultural ao gênero feminino repercute na trajetória de vida das mulheres, sendo determinante para a pobreza intergeracional. Os fatores anteriormente citados foram identificados na fala das respondentes.

Sobre a situação do emprego para a mulher em Piratini, as falas foram unânimes em relatar a dificuldade, sobremaneira, para aquelas com estudo insuficiente. Contudo, frisaram que o desemprego é geral, não sendo uma característica exclusiva da cidade.

Aí, é bem difícil, não tem muito. Não tem muito trabalho pra mulher aqui em Piratini, ou é diarista ou é babá, mas é muito pouco e não tem, é isso aí, tu tem estudo tu tem que sair de Piratini pra tu ter serviço, dentro da cidade não tem muito. (Entrevista, sujeito 01, 31/07/2018).

Para corroborar com os relatos das entrevistadas sobre o desemprego em Piratini, os dados da tabela 10 são elucidativos.

Tabela 10 - Dados da pobreza no município de Piratini elaborado pelo Observatório Nacional da Economia Solidária

Proporção de Pobres, Extremamente Pobres e Vulneráveis à Pobreza				
Observatório Nacional da Economia Solidária e do Cooperativismo, Municípios. Ano: 2010. Valores em (%).				
Municípios	Ano(s)	Proporção de pobres, extremamente pobres e vulneráveis à pobreza		
		Extremamente pobres ¹	Pobres ²	Vulneráveis à pobreza ³

Piratini – RS	2010	9,06	19,16	37,02

Fonte: IDH.PNUD.

Elaboração: DIEESE.

(¹) Proporção de extremamente pobres é dada pelo número de indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais, em reais de agosto de 2010.

(²) Proporção de pobres é dada pelo número de indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 140,00 mensais, em reais de agosto de 2010.

(³) Proporção de vulneráveis à pobreza é dada pelo número de indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 255,00 mensais, em reais de agosto de 2010, equivalente a 1/2 salário mínimo nessa data.

Obs.: Quando o valor for igual a "-", significa que não há registro dos casos.

Fonte: Observatório da Economia Solidária.

A tabela traz um índice alarmante sobre a situação da pobreza no município de Piratini, indicando que quase 60% da população vive em condições de vulnerabilidade.

Outro indicador que permitiu acompanharmos a suscetibilidade aos riscos e, de forma mais acentuada, às mulheres, foi verificado através do Índice¹¹⁰ de Vulnerabilidade Social (IVS) do Atlas de Vulnerabilidade Social (AVS) realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

O Atlas serve como ferramenta que disponibiliza informações para a consulta sobre a temática de vulnerabilidade social nos municípios, estados e regiões metropolitanas, usando informações dos censos dos anos de 2000 e 2010 do IBGE. As informações encontradas nesse instrumento podem auxiliar no desenho das políticas públicas elaboradas pelo Estado. Partimos da premissa que a vulnerabilidade social diz respeito não só a dimensão monetária, mas também política. O indicador de renda e trabalho foi a dimensão selecionada no AVS, com recorte de sexo, visando a acompanhar a realidade das mulheres em Piratini quanto à vulnerabilidade social.

¹¹⁰ O índice de vulnerabilidade social usa três subíndices (Infraestrutura urbana, capital humano e renda e trabalho) como grandes conjuntos de ativos cuja posse ou privação determina as condições de bem-estar da população. Há também 16 indicadores organizados dentro das três dimensões. Na dimensão selecionada "Renda e trabalho" há cinco indicadores.

Figura 12 - Dimensão Renda e Trabalho no município de Piratini

Nome do Município	Ano	IVS	Proporção de pessoas com renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo (de 2010)	Taxa de desocupação da população de 18 anos ou mais de idade	% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	% de pessoas em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo (de 2010) e dependentes de idosos	Taxa de atividade das pessoas de 10 a 14 anos de idade	Sexo
Piratini	2010	0.317	37.02	5.19	52.93	1.94	16.41	Total Sexo
Piratini	2010	NA	37.69	2.69	51.17	1.60	22.19	Homem
Piratini	2010	0.286	38.31	8.71	54.72	2.30	10.21	Mulher

Fonte: AVS-IPEA, 2017, adaptada pela autora.

A planilha aponta um número três vezes maior na taxa de desocupação das mulheres ao índice masculino, também apresenta ensino incompleto com taxas mais elevadas ao gênero feminino e pessoas com renda *per capita* inferior em domicílios com o recorte de gênero. O percentual de 0,317 classifica o índice de vulnerabilidade social médio enfrentado nesse município. Os dados ratificam que a situação de pobreza e barreiras à inserção na educação e no trabalho atinge mais as mulheres aos homens.

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referente ao censo demográfico de 2010, houve aumento da participação feminina no mercado de trabalho ao compararmos o ano de 2000 com o ano de 2010. Ao analisar a taxa de atividades das mulheres, percebe-se que o índice passou de 50,1% em 2000, para 54,6% em 2010; todavia, está bastante aquém aos homens, 75,7%. Além dessas informações, o censo evidenciou que as mulheres que estão em municípios próximos às capitais das Regiões Sul e Sudeste possuem taxas de formalização (registro na carteira e direitos assegurados) mais elevadas do que as demais regiões. A pesquisa do censo demográfico de 2010 também indicou que as capitais situadas nas Regiões Norte e Nordeste apresentaram as menores taxas de formalização do gênero feminino, o que reflete diretamente nos níveis de vulnerabilidade em relação ao processo produtivo de trabalho. Ainda de acordo com o censo demográfico de 2010, os menores rendimentos têm sexo, cor ou raça e localidade, visto que 50,8% das mulheres pretas ou pardas da Região Nordeste têm rendimento de até um salário.

A figura abaixo mostra a diferença de rendimentos em todas as áreas entre homens e mulheres.

Figura 13 – IBGE – Áreas de formação e rendimentos femininos no Brasil

Tabela 17 - Rendimento médio no trabalho principal, por sexo, razão do rendimento das mulheres em relação ao dos homens e proporção de mulheres, segundo as áreas gerais de formação da população de 25 anos ou mais de idade - Brasil - 2010

Áreas gerais de formação da população de 25 anos ou mais de idade	Rendimento médio no trabalho principal (R\$) (1)			Razão do rendimento das mulheres em relação ao dos homens (1)	Total de pessoas	Proporção de mulheres
	Total	Sexo				
		Homens	Mulheres			
Educação	1 810,5	2 340,7	1 687,4	72,1	2 429 763	83,0
Humanidades e artes	2 223,9	2 629,9	2 064,3	78,5	894 700	74,2
Ciências sociais, negócios e direito	3 912,1	4 650,9	3 081,4	66,3	4 495 191	49,4
Ciências, matemática e computação	3 038,6	3 578,2	2 339,6	65,4	839 887	47,0
Engenharia, produção e construção	5 565,1	5 985,6	3 976,1	66,4	859 659	21,9
Agricultura e veterinária	4 310,6	4 756,2	2 972,0	62,5	202 332	27,4
Saúde e bem estar social	3 774,3	5 341,7	2 972,2	55,6	1 441 648	68,1
Serviços	3 067,0	4 078,0	2 171,2	53,2	217 755	54,8

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

(1) Pessoas ocupadas na semana de referência, excluindo as pessoas sem declaração de rendimento e pessoas com rendimento nulo.

Fonte: IBGE (2010).

Nota-se que nem mesmo na área da educação, historicamente um campo de trabalho feminino, a mulher recebe rendimento superior ao homem.

A pobreza, conforme já discutida anteriormente, não tem uma única variável, no entanto, a inserção no mundo do trabalho e o rendimento são variáveis importantes para mensurar a pobreza e a desigualdade.

O mundo do trabalho transforma-se em ritmo acelerado, e como efeito fez desaparecer uma gama de profissões. O investimento em informação, automação e robótica, ao passo que acelera a produção, também desemprega, pois a máquina desempenha o trabalho que, anteriormente, requeria dezenas, centenas de homens. Dessa forma, o desemprego deixa à margem milhares de sujeitos com pouca qualificação.

A terceirização das atividades, com a redução de concursos públicos, os ataques à estabilidade no cargo, o congelamento de salários, as mudanças na aposentadoria e o afrouxamento das relações trabalhistas com o incentivo de negociação entre patrões e empregados são outros fatores que atingem o trabalhador (a) brasileiro (a). Segundo Castel, a zona de vulnerabilidade sofreu grande ampliação desde as reformas neoliberais do século XX.

A dinâmica do mercado envolve a negociação do Estado com executivos de multinacionais¹¹¹ e essa relação é tangida pelo interesse econômico. Havendo discordância e rompimento do acordo, as grandes empresas transferem seu capital para outra região ou país e pouca relevância dá ao prejuízo que o fechamento causa à cidade e à vida das famílias. Somado a essa conjuntura, o ano de 2017 foi palco de mudanças significativas no Brasil referente às relações trabalhistas, com impacto direto na vida do trabalhador (a).

Uma das questões do roteiro da entrevista ia ao encontro da perspectiva e dos projetos futuros e do significado do trabalho na cooperativa de reciclagem solidária. De forma geral, as sete mulheres apresentaram uma visão conformista da situação que enfrentam no dia a dia, sem fazer planos em longo prazo. Entretanto, mesmo sem apresentar ambições profissionais elevadas, a fala carregou um significado especial ao que o trabalho trouxera.

Meu sustento e minha casa, pra começo. O sustento da minha casa muitas vezes, e agora meu marido tá desempregado, é daqui que eu tiro o que eu vou comer. Atualmente a gente não está tendo renda, mas sempre chega alguém com uma cesta básica ou com alguma doação, mas o que eu mais tiro da cooperativa com certeza é o sustento da minha casa com um trabalho digno. (Entrevista, sujeito 7, 31/07/2018).

A entrevistada demonstrou orgulho da atividade que desenvolve na cooperativa, salientando a importância da sua tarefa com o ambiente e, nesse trecho, ressalta que é desse trabalho digno que tira o sustento de sua família.

Na fala de outra depoente, o trabalho tem o sentido ampliado.

Olha, depois que eu comecei a trabalhar aqui eu já adquiri muita coisa boa, eu já fiz muita amizade, fiz muitos amigos novos, mudou muita coisa na minha vida, mesmo, melhorou a minha renda, tudo. Muito conhecimento também, tudo. (Entrevista, sujeito 01, 31/07/2018).

O depoimento com a presidente da COOPIRATINI tem um horizonte mais alargado sobre as benesses do trabalho, a reflexão remete não só a rendimentos, mas à construção de vínculos, às amizades e à troca de conhecimentos.

¹¹¹ A mobilidade das multinacionais para locais atrativos, isto é, países em que a mão de obra é mais barata, vai ao encontro do interesse dos empresários em reduzir os gastos com direitos trabalhistas.

O trabalho com reciclagem exige cuidado, pois há objetos cortantes e perigos eminentes. Uma das depoentes relatou ter sofrido um acidente, por atropelamento, próximo à cooperativa, enquanto recolhia o material. A trabalhadora ficou hospitalizada por vários dias, mas não restaram sequelas.

Mesmo com as adversidades, nota-se o empenho do grupo com a cooperativa, o que é visível a partir das ações relatadas.

5.3.2 Associação Entrelaçadas - Curso Cartonageiro À Mão

O curso de Cartonageiro à mão ocorreu no segundo semestre de 2014, totalizando 200 horas, no *campus* Pelotas. Foram ofertadas 20 vagas, com 19 concluintes. As aulas foram realizadas no período da noite, das 18h00min às 21h40min, com a frequência de três vezes por semana. No ano de 2014, o Programa Mulheres Mil, por ter sido incorporado ao PRONATEC, também veio a usufruir do orçamento destinado à Bolsa-Formação.

Os cursos do PMM passaram a remunerar os profissionais que exerciam atividade no programa, abrindo editais de contratação interna (para servidores do IFSul) e externa (quando não havia profissionais do instituto com a qualificação exigida). Vários profissionais foram recrutados para participar do PMM: apoio, orientador, supervisor e docentes. De acordo com os editais, a carga horária semanal não poderia ser superior a 16 horas de trabalho e a cada 60 minutos o selecionado interno receberia R\$ 50,00. Nos editais que recrutavam externos, os selecionados sofriam desconto de 11%. As alunas recebiam material de apoio (apostila, camiseta, caderno e material escolar) e R\$12,00 por dia frequentado e, ao final do curso, atingindo 75% de frequência e tendo alcançado os objetivos propostos, recebiam o certificado de conclusão.

Abaixo, um fragmento do edital 07/2014, de seleção interna para professor temporário direcionado ao núcleo específico do curso de Cartonageiro à Mão.

Tabela 11 - Edital 04/2014 (seleção interna para professor) PRONATEC-PMM, IFSul/*Campus* Pelotas

Categoria da Disciplina	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA	VAGAS
<i>N</i>	Segurança no trabalho	<i>04h</i>	<i>01</i>
<i>Ú</i>	Materiais e equipamentos: cuidados, manutenção e uso de guilhotina manual, elétrica e automática, caixas tipográficas e impressoras (personalizadas) no sistema <i>hot stamp</i> , impressora tipográfica elétrica para confecção de vincos, régua, estiletes, refiladores manuais, perfuradores elétricos e manuais, trave de costura, linhas, agulhas, brocas e espirais.	<i>10h</i>	<i>01</i>
<i>C</i>			
<i>L</i>			
<i>E</i>			
<i>O</i>			
<i>E</i>		<i>80h</i>	<i>01</i>
<i>S</i>	Prática Profissional		
<i>P</i>	Os grupos, as relações humanas e a inclusão na Metodologia Programa Mulheres Mil	<i>04h</i>	<i>01</i>
<i>E</i>			
<i>C</i>			
<i>Í</i>			
<i>F</i>			
<i>I</i>			
<i>C</i>			
<i>O</i>			

Fonte: IFSUL: Edital 07 Pronatec-Comunicação Social, 2014.

Tabela 12 - Edital 06/2014 (Seleção professor Temporário) para o curso Cartonageiro à Mão e Cuidador de Idosos

Categoria da Disciplina	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA	VAGAS
NÚCLEO BÁSICO	Linguagens, Códigos e suas Tecnologias	37h	01
	Linguagem e Vivência Matemática	37h	01
	Meio Ambiente	12h	01
	Relações Humanas (mapa da Vida)	32h	01
	Cidadania e autoestima	10h	01
	Informática	30h	01
	Comunicação e empreendedorismo	16h	01
	Economia Solidária e Sustentabilidade	12h	01
	Portifólio de história de vida baseado na Metodologia MULHERES MIL	32h	01

Fonte: IFSul - Edital 06- Pronatec - Comunicação Social, 2014.

Nos editais de seleção do PMM, havia um item que reservava até 30 pontos para quem comprovasse ter experiência anterior com o PMM. Os outros itens incluíam 40 pontos para titulação e 30 para a entrevista, totalizando 100 pontos. Os cinco melhores classificados participavam da entrevista. No depoimento com a gestora 3, foi inquirido se houve alteração no processo de escolha dos profissionais na fase de incorporação ao PRONATEC, período de abundância de recursos.

Quando era voluntariado eu cheguei pras pessoas, vou te dar o exemplo, de uma só: - Lamento, eu não tenho tempo; Ah! Eu to cheia de coisas, o projeto é lindo, não posso. Semana seguinte que entrou PRONATEC “Oi! tudo bem? Estou te ligando pra dizer que se tu precisar eu to disponível”.- “Eu te agradeço demais, mas quando precisava de voluntariado tu estava ocupada, mas, tudo bem. Entra no edital”. (Entrevista, gestora 3, 25/06/2018).

Trazer à tona o critério de seleção do programa se faz mister para entender o processo que envolveu a escolha dos profissionais que atuaram no PMM. Segundo a gestora, no período anterior, quando não havia remuneração aos profissionais que trabalhavam pelo PMM, o número de interessados era bem inferior. Dessa forma, parecia justo dar maior peso às pessoas que tivessem engajamento com projetos de cunho social e com minorias, passando a valer outros critérios, que não só o acadêmico. Isso valorizava aqueles que compartilhavam dos ideais do programa.

De acordo com as duas ex-alunas do curso de Cartonageiro, havia uma grande expectativa delas em relação aos conhecimentos práticos, ou seja, ao núcleo específico, uma vez que já haviam realizado outros cursos pelo PMM (empregada doméstica e cuidador de idosos) e os componentes curriculares do Núcleo Básico já eram conhecidos. As depoentes também se posicionaram em relação à perspicácia e à sensibilidade dos professores que atuaram no curso diante do perfil de alunas-trabalhadoras.

Era uma luta diária da gestora 2 e da gestora 3, era uma luta diária, que não é fácil não ter professor, aqueles que já estavam comprometidos como o professor de matemática, mas assim, elas tinham que provocar alguma coisa, porque não é bem assim tu botar mulheres dentro duma sala, se tu não provocar algo nelas, senão se torna uma aula chata, porque a gente já chega o dia inteiro trabalhando, na loucura, chega na aula e aí aquele trololó... e aí acabava sempre elas arranjando uma maneira de acolher, de fazer alguma coisa, às vezes a gente não entendia porque elas queriam saber da vida da gente particular, depois que a gente foi se preocupando que era pra botar pra fora mesmo, porque a gente não exercita, então quer dizer que o curso não é só tu sair sabendo fazer um caderno, não é só isso, a gente se tornou assim, eu e sujeito B, nos tornamos grandes amigas ali, tanto que a gente tem um projeto juntas até agora. (Entrevista, sujeito A, 08/07/2017).

A escolha pelo nome “Entrelaçadas”, de acordo com as entrevistadas, se deu porque as pessoas vão se entrelaçando, “às vezes vão caindo alguns pontos e a gente vai tentando puxar eles”.

O nome foi pesquisado. A gente teve aula sobre isso, aí levou, sei lá, uns três, quatro meses, eu e (ela faz referência à colega, sujeito B) ela fazendo entrevistas, e coisas, e as bolsistas no começo no design. Até que, um belo dia, veio esse nome, e a gente adorou, porque, na verdade, a gente vive se entrelaçando na vida. (Entrevista, Sujeito A, 08/06/2017).

Abaixo, apresentamos alguns produtos confeccionados pela Associação Entrelaçadas, expostos em uma feira realizada no saguão do IFSul.

Figura 14 - Produtos confeccionados pela Associação Entrelaçadas do Programa Mulheres Mil



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora (2018).

Figura 15 - Caixas, blocos e o carro-chefe: as agendas



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora (2018)

O contato com as duas ex-alunas do curso de Cartonageiro foi importante, pois as falas ressaltaram o crescimento pessoal impulsionado pelo curso do PMM, além das alianças e amizades constituídas por meio das formações e que perduraram após o fim das atividades. As alunas revelaram que despertaram para a resistência e foram em busca de consolidar projetos profissionais, tal como a intenção em transformar um grupo informal de empreendimento em um empreendimento econômico solidário formalizado.

De acordo com a gestora 5, as mulheres da Associação Entrelaçadas ingressaram na Economia Solidária a partir do conhecimento de outros grupos que mantinham relação de trabalho vinculada a essa concepção.

As entrelaçadas se aproximaram da Associação Bem da Terra que é um espaço de debate, do fórum de economia solidária. Então, viram outros pares, se identificaram com outras pessoas... E fazer essa troca é um processo de aprendizado que é muito rico. Se tu ficar trabalhando isolado tu não vai conseguir fazer essa troca e ter esse processo de aprendizado. Se tu não tiveres a troca com o outro, com quem já viveu parecido contigo, com quem já passou experiências que tu tá passando. (Entrevista, gestor 5, 05/10/2018).

O contato com as mulheres da associação Entrelaçadas permitiu compreender as dificuldades de organização e os entraves legais à constituição do empreendimento voltado à economia solidária. A realidade dos empreendimentos requer resistência, pois há muitas barreiras. Entre as dificuldades citadas pelas associadas estão: a falta de capital de giro, de investimento, de recursos, de estrutura; além disso, o problema com a internalização de uma consciência social diferente da habitual (conscientização quanto à produção e o consumo) e a autogestão.

Houve destaque positivo sobre o significado que a formatura representou na vida dessas mulheres. As depoentes manifestaram o orgulho de receber pelas mãos do Reitor o certificado e de ter na plateia do auditório a presença de seus familiares.

As informantes relataram que certas medidas acionadas em alguns anos e abandonadas em outros também provocaram efeitos, elencaram, por exemplo, a concessão da janta. Por um período curto, as mulheres faziam a refeição às 18h00min no refeitório, antes do início das atividades, contudo, a partir da incorporação ao PRONATEC, a alimentação foi substituída pelo

auxílio em dinheiro. As depoentes afirmaram que essa substituição foi prejudicial, pois muitas mulheres necessitavam desse alimento, inclusive para uma maior concentração na aula. A crítica recaía no fato de que o dinheiro recebido pelas estudantes era direcionado para outros fins, destinado ao bem-estar dos filhos. As senhoras também mencionaram a dificuldade de deslocamento (distância e segurança) de bairros de periferia ao local do curso e relataram inúmeros casos de transformação em decorrência das aprendizagens.

O sujeito B, curso Cartonageiro à Mão, revelou que desde os nove anos ingressou no mundo do trabalho e que já fez de tudo, até como “pedreira” atuou. Segundo a informante, a oportunidade de estudar no instituto federal representou muito mais do que a obtenção de certificados, foi um divisor de águas. Ela orgulha-se em afirmar que adora ler e escrever e, indiretamente, os cursos despertaram esse interesse. Sobre a formatura, as alunas foram categóricas: ...eu adorei a formatura... eu, como nunca tinha tido formatura na vida. (Sujeito A) [...] agora depois de velha. ... tava olhando esses dias e eu não acreditei, eu tenho nove certificados...(Sujeito B). No dia da formatura, segundo as depoentes, o cuidado com as formandas incluiu cuidados com a estética (arrumação dos cabelos), música e outros serviços.

O enfoque do programa, segundo a gestora 3 (à frente do programa desde 2012), tem uma magnitude impossível de ser medida: “o que se busca é mudar a cabeça dessas mulheres, tirá-las da invisibilidade e criar uma possibilidade de empregabilidade”. A gestora 2, atuante no programa também nesse mesmo período, complementa a fala, afirmando que: “um curso de curta duração apresenta limites, contudo, é preciso partir de um lugar e conquistar degrau por degrau”.

Sobre o conceito de sucesso e insucesso do PMM, a gestora 3 fez uma reflexão sobre a maneira como ela compreende o êxito.

Um exemplo maior quando tem pra mim, meu exemplo maior foi quando na última formatura uma filha levantou e deu um anel pra mãe na formatura do Mulheres Mil, um anel que não era de ouro, mas a representação pra mim não existe imagem mais, sabe... Que mostre exatamente o que é, a filha dando aquele anel pra mãe, a filha tava há quinze anos cuidando dos filhos, não ia mais a lugar nenhum, e quando ela se formou a família toda ficou tão orgulhosa da mãe que a menina correu pra botar o anel e virar que nem universidade. Que

nem eu disse pro Rafael eu chorei na mesa. Isso pra mim é o retrato do sucesso, porque o sucesso pessoal é a família toda inserida, até hoje me emociono, porque, pra mim, é o que mostra o que representa o Mulheres Mil. (Entrevista, gestora 3, 25/06/2018).

No dia da entrevista, as alunas vestiam um moletom com a estampa de várias borboletas e com um dizer no verso da vestimenta: “Não há saber mais ou saber menos, há saberes diferentes” - uma citação de Paulo Freire. Uma das alunas fez questão de comentar sobre o significado dessa ideia, alegando que o curso promoveu transformações, mulheres desabrocharam. Contudo, segundo a aluna, esse resultado foi fruto de um processo e requisiu uma atitude humanizadora dos docentes.

É porque tu chegava na aula assim... aí, eu não sei fazer e não vou fazer. Não tem problema, mas elas vinham de uma maneira ou outra, que ia deixando, iam indo e tu acabava fazendo, como na gráfica, chegavam a fazer fila. No início, ninguém queria, olhavam aquelas máquinas e diziam: - hoje não vou fazer nada. O professor... olha, não tem problema, mas, aí, começava a conversar com ela, ou daí ia nisso ou daí ia naquilo, ou fazia um cafezinho... Dá um jeitinho, quando vê, ela já tava bem faceira. (Entrevista, sujeito 3, 08/06/2017, *Campus Pelotas*).

A imagem abaixo, no canto esquerdo, mostra o moletom com o símbolo do PMM; o desenho faz alusão à transformação, com a passagem de lagartas a belas borboletas.

Figura 16 - Identidade do Programa Mulheres Mil



Fonte: Arquivo Pessoal da pesquisadora (2017).

O destaque da imagem se inscreve no significado que o curso trouxe à vida dessas mulheres, pois mesmo após quatro anos de finalização da formação, as egressas ainda conservavam o uniforme. Trata-se de um desenho estampado em um moletom ou blusa carregado de grande valor, que identifica mulheres e as aproxima, pois liga histórias em comum.

A ênfase na identidade visual do programa foi um ponto forte do PRONATEC/Brasil Sem Miséria, porque marcou o acesso das mulheres a unidades de ensino como os institutos federais. No decorrer dos cursos do PMM, dois momentos foram celebrados com atenção: a aula inaugural e a formatura. O primeiro retoma a volta das mulheres a um ambiente de ensino formal, e o segundo comemora junto à família o êxito da conclusão na formação.

De acordo com os documentos do programa, na aula inaugural a equipe deveria fornecer esclarecimentos às beneficiárias sobre a importância da formação profissional e apontar as oportunidades de trabalho e renda após a formação, além de que também seria um espaço para apresentar outros programas e políticas públicas. Em todos os encontros as mulheres eram estimuladas a vestirem a camiseta do programa, inclusive na formatura. Os dois eventos exigiam muito planejamento da equipe e grande cuidado no acolhimento. A formatura era o apogeu, reunindo todos aqueles que contribuíram para o sucesso do programa, com a participação da coordenação geral do PRONATEC e do Mulheres Mil do instituto, além dos gestores do *campus*, professores, profissionais de apoio e familiares das alunas. A festa incluía a entrega de certificados, momentos de beleza (maquiagem nas alunas), entrega de presentes e confraternização.

É importante ressaltar que mesmo com o término do curso em 2014, as duas alunas do Cartonageiro à Mão continuaram com projetos no instituto e, inclusive, realizaram uma formação pelo Curso Técnico de Design, em 2015. Atualmente, fazem parte de uma Associação e participam de várias feiras na cidade, divulgando seus produtos.

As gestoras 3 e 5 compartilharam da opinião de que três meses de curso é insuficiente para promover profundas mudanças na realidade social. Ao refletir sobre os limites do PMM nos moldes ofertados, a gestora 3 ponderou.

Deu o exemplo do curso de cuidador de idosos para explicar rearranjos os quais ela acredita necessários para um êxito ainda maior do programa.

O cuidador de idosos e o cuidador de idosos II, como se fosse uma especialização. Nós queríamos continuar com Mulheres Mil e ir aumentando o grau de dificuldade do curso ou de abrangência do curso. O primeiro, as necessidades básicas- pra atender uma pessoa de idade; o segundo, mais voltado à questão emocional- aprender uma série de técnicas pra brincar, pra jogar, pra estimular, e, assim, sucessivamente. Eu chamava de especialização, mestrado e doutorado. Mas teria essa forma, de fazer o primeiro, o segundo, o terceiro, porque tu vais, inclusive, estimulando: “olha eu to fazendo o nível dois”, porque isso também é muito psicológico, se eu fizer um curso do Mulheres Mil de 360 horas eu vou ter desistência lá na ponta[...].(Entrevista, gestora 3, 25/07/2018).

A gestora traz a perspectiva de itinerários formativos, de cursos mais aprofundados que responderiam às críticas de cursos aligeirados e superficiais comumente voltados ao PRONATEC-PMM.

Sobre o tempo destinado aos conteúdos da economia solidária, tomando como parâmetro a carga horária reservada na grade dos cursos de formação no PMM, a gestora 5 argumentou.

Trabalhar a economia solidária de forma isolada no curso não muda a realidade, porque na realidade ele pode plantar uma semente. Existe uma outra forma de trabalho, existe outra forma de se relacionar com a economia, mas isso não pode em um curto espaço de tempo que às vezes são dois, três meses, mudar uma realidade, isso não é viável. (Entrevista, gestora 5, 05/10/2018).

A reflexão serve para pensar que ajustes poderiam ter sido realizados nos cursos ofertados pelo programa, indicando como alternativa itinerários formativos de aprofundamento em áreas de conhecimento. Contudo, como mostrará o capítulo seguinte, essa medida de readequar o formato do PMM não foi o caminho escolhido pelo governo que assumiu em 2016. A seguir, veremos as estratégias adotadas pelos institutos a fim de evitar o término do programa, além disso, trataremos de analisar a linha usada pelo governo pós-*impeachment* que passou a oferta do PMM para a rede estadual.

CAPÍTULO 6: SITUAÇÃO DO PMM NOS DIAS ATUAIS E AS RESISTÊNCIAS EMPREENDIDAS CONTRA O FIM DO PROGRAMA

A intenção deste capítulo é demonstrar como se constituíram práticas de resistência e mobilização que envolveram a atuação de gestoras de vários institutos federais do país, cujo intuito fora o de impedir o encerramento da política de educação profissional e tecnológica do PMM. A formação de um comitê atrelado ao CONIF para pressionar o MEC/SETEC na continuidade da proposta, ao que tudo indica, não impediu a desestruturação do programa, assim, a forma encontrada foi a retornada do voluntariado nos institutos. Ressalta-se que o corte nas verbas para cursos do PMM provocou desinteresse em muitos institutos, que optaram por encerrar a oferta de vagas para o programa. Nesta seção, também apresentamos a diferença da concepção de educação do PMM e da Rede Brasil Mulher.

A revista Carta Capital¹¹² publicou uma matéria em dezembro de 2018, com a manchete: “Condenados à desesperança”, de autoria de André Barrocal, voltada a uma análise sobre a desigualdade social no Brasil e o aumento da pobreza após a crise política instituída no país a partir de 2016. Selecionamos a matéria por entendermos que a reportagem mostra um panorama do cenário social do país e permite compreendermos o motivo da manutenção de políticas educacionais voltadas à inclusão como o PMM.

No texto, o jornalista é taxativo ao afirmar que no Brasil a condição ao nascer praticamente define o destino, mediante a histórica baixa mobilidade social. Reforça seu posicionamento com dados do IBGE que sinalizam que a pobreza tem cor e idade: negros e jovens. A reportagem faz uma reflexão a partir de alguns dados da síntese dos indicadores sociais do IBGE, divulgados

¹¹² Para consultar a matéria completa, ver: Carta Capital. In: **Condenados à desesperança**. Ano 24-1035. 26 de dezembro de 2018. <https://www.cartacapital.com.br/politica/condenados-a-desesperanca/> Acesso em: 14/02/2019.

em 2018. Entre as informações, consta que 55% da população é formada por negros, mas entre os 54,8 milhões de pobres, 68% são pretos ou pardos. Da população de 207 milhões, 20% têm de zero a 14 anos. A matéria também destaca para o aumento da pobreza extrema ao apontar que em 2017 houve um crescimento de 1,7 milhão de miseráveis em relação a 2016. Os dados do IBGE, com base em 2017, apontam para 15,2 milhões de miseráveis, ou seja, 7,4% da população.

Partindo da referência de que aproximadamente 55 milhões de brasileiros convivem com a pobreza, percebemos que políticas voltadas ao enfrentamento da desigualdade são prementes. Programas com ênfase na educação, integrando formação geral ao ensino técnico, podem representar alternativas de mudança ao caos social brasileiro.

Em 2012, a coordenadora nacional do Programa Mulheres Mil, Stela Rosa¹¹³, em entrevista fornecida para um programa de televisão acerca das intenções do PMM e dos efeitos produzidos pelos conhecimentos compartilhados nos cursos, enalteceu as características dos subtemas trabalhados pelo programa: educação, cidadania e desenvolvimento sustentável e do vínculo entre esses três pilares. Outro destaque coube ao incentivo às várias formas de inserção no mercado, possibilitado pela via do emprego formal, como também através da inserção em cooperativas e associações. A fala da gestora se junta aos pressupostos do documento Projeto Mulheres Mil, elaborado pelos idealizadores do programa (brasileiros e canadenses), no ano de 2006.

Uma mulher que receba apoio de um CEFET visando identificar suas habilidades e interesses e desenvolver habilidades de empreendedorismo que lhe permita associar-se a uma cooperativa para vender artesanato poderá vir a gerenciar algumas das atividades da cooperativa. Ela poderá associar-se a um grupo de mulheres com a mesma intenção e habilidades e criar um outro negócio. Ela poderá envolver-se com organizações empresariais em sua comunidade e desenvolver interesses e consciência política. (BRASIL, 2006, p. 7).

¹¹³ Na entrevista, a coordenadora nacional do PMM frisou que os cursos seriam desenvolvidos pelos institutos federais e relatou casos de sucesso envolvendo termos de colaboração com a iniciativa privada. Deu como exemplo um curso para camareiras, em Fortaleza, que encaminhou as alunas para estágios na Associação Brasileira de Hotéis. No ano de 2012, foram previstas 20 mil matrículas para o PMM.

A coordenadora nacional do PMM relatou que entre 2008 a 2010 foram formadas mil mulheres, nesse período constatou-se baixo índice de evasão no curso, aproximadamente 15%, e inserção no mercado de trabalho no patamar de 20%. A coordenadora ressaltou que o objetivo fora atender às comunidades pobres, com foco nas mulheres em situação de extrema pobreza, cadastradas no CadÚnico¹¹⁴. Os efeitos benéficos advindos da experiência no PMM visaram à influência no processo educacional com alcance na família das beneficiárias, bem como o descortinamento do papel da mulher na sociedade. A fala da coordenadora salientou que a proposta do governo esteve alinhada ao combate à extrema pobreza e às metas internacionais de equidade de gênero, uma vez que o mundo atraiu olhares sobre questões envolvendo as mulheres e o combate à violência doméstica.

Corcetti e Loreto (2017, p.12), ao analisarem o documento do Projeto Mulheres Mil, fonte que serviu de base para a consolidação dos outros materiais que institucionalizaram o programa em nível nacional, afirmam que o discurso presente no projeto tem efeitos ideológicos na medida em que reproduz as hierarquias existentes entre homens e mulheres no mercado de trabalho, reafirmando as normas de gênero predominantes na sociedade ao invés de desafiá-las. Salientam que a Conferência de Pequim, de 1995, corroborou para a disseminação do discurso hegemônico de transversalização do gênero, constituindo-se em uma prática reguladora da governança internacional e da busca pela capacitação da mulher no mercado de trabalho, sem questionar o panorama social e político. As autoras contribuem para pensar sobre o cuidado do discurso político de retroalimentar as concepções atreladas às políticas públicas de recorte de gênero, pois diferentemente da intenção de transformar a construção social imanente ao gênero, podem reforçar o *status quo* das mulheres.

Em 2015, abrigou-se no Brasil um cenário de instabilidade político, culminando em 2016 com o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. O impacto das mudanças políticas reverberou nas ações afirmativas de inclusão da mulher desenvolvidas até esse período. Parte das gestoras da rede federal, atentas ao comprometimento de programas destinados às mulheres nos

¹¹⁴ Sistema que identifica pessoas de baixa renda para que possam acessar programas sociais do Governo Federal.

institutos, teceram alianças para pensar alternativas de combate ao fim do PMM. Nesse cenário de incerteza político-econômico-social, a coordenadora do PMM no *campus* Pelotas, identificada nesta pesquisa como gestora 3, teve um papel de destaque na luta pela permanência do programa em âmbito nacional.

A influência da gestora 3, bem como do reitor do IFSul à época, Marcelo Bender Machado, também presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), foi decisiva para a consolidação do Comitê do PMM na Rede Federal. De acordo com a gestora, seu envolvimento no âmbito nacional com o PMM permitiu-lhe contato com outros gestores que mantinham o mesmo propósito de continuidade do programa. O desejo pela institucionalização do PMM, tornando-o permanente no instituto federal, provocou estratégias de mobilização.

Na verdade o comitê surgiu porque quando a gente começou a perceber que o Mulheres Mil tava perdendo força e que o governo realmente não ia dar continuidade existia lá na portaria de criação do Mulheres Mil que deveria ter comitês regionais e um comitê executivo nacional. E a gente descobriu que esse comitê executivo nacional ele deveria ser do MEC, mas que a rede poderia ter sim um comitê. A gente tentou com Brasília, mas claro teve bastante resistência, eles não queriam os gestores lá, que a gente organizasse. Então, a gente reuniu um grupo de cinco colegas de cinco estados e passamos cinco dias aqui na minha casa montando o comitê pra defesa do programa... (Entrevista, gestora 3, 25/06/2018).

O comitê foi constituído para fazer frente às discussões em Brasília, dando força ao movimento de manutenção pelo PMM nos institutos federais. Contou com a representatividade de dois colegas por região, somando dez pessoas no comitê, mais a representação de um Pró-Reitor de Extensão. Ainda de acordo com a gestora, destaca-se a participação do presidente do CONIF como figura essencial para a efetivação do comitê. Machado¹¹⁵ criou condições para que o grupo envolvido apresentasse a proposta da elaboração de um comitê do PMM, reunindo as gestoras dos programas com os representantes do CONIF. Posteriormente, a constituição do comitê foi aprovada. Dessa forma,

¹¹⁵ Marcelo Bender Machado ocupou a vice-presidência do CONIF em 2015, e a presidência em 2016. O docente foi reitor do Instituto Federal Sul-Rio-Grandense com o início do mandato no ano de 2012.

formou-se o comitê vinculado ao CONIF como estratégia para dialogar com o MEC.

Tabela 13 - Comitê Gestor PMM

Coordenadora	IFSul
Coordenadora Adjunta	IFNMG
Secretária	IFPE
Secretária Adjunta	IFPR
Outros institutos que compõem o Comitê.	IFSP, IFMT, IFAP, IFRO, IFAL, IFG, IFM

Fonte: CONIF – Adaptada pela autora.

O Comitê Gestor Programa Mulheres Mil¹¹⁶, vinculado ao CONIF, é um órgão consultivo para assessoramento, normatização e planejamento estratégico das políticas relacionadas ao PMM do Ministério da Educação. As ações do grupo estavam voltadas a averiguar como o programa se desenvolvia na rede federal no intuito de propor alternativas de continuidade e expansão. A partir do mapeamento, seria possível verificar as demandas reprimidas e as necessidades do programa.

Após o *impeachment* da presidenta Dilma, a oferta de cursos pelo PRONATEC, um dos pilares do programa de governo do Partido dos Trabalhadores, sofreu drasticamente redução na oferta: nessa fase, muitos institutos federais que ofertavam vagas ao Mulheres Mil deixaram de oferecer formações em virtude de não disporem de recursos para arcar com os custos.

Em 2017, o presidente em exercício, Michel Temer, sancionou o Decreto nº 9.223, de 06/12/2017, um documento composto por dez artigos, criando a Rede Brasil Mulher. Essa proposta teve um viés diferente da anterior, incluindo a participação do setor empresarial como parceiro do projeto. O sistema de adesão ao novo programa federal de combate à desigualdade de gênero incluiu a participação das secretarias de educação estaduais, que passaram a

¹¹⁶ Para saber mais: <http://portal.conif.org.br/br/component/content/article/100-comunicacao/608-mulheres-mil-comite-gestor-define-acoes-para-o-programa?Itemid=609>. Acesso em 25/11/2018.

oferecer os cursos e a selecionar profissionais para atuarem na rede através de editais.

A adesão dos institutos federais ao novo programa Rede Brasil Mulher foi extremamente baixa, mas entre as instituições que aderiram, encontramos o Instituto Federal do Amapá (IFAP).

Em 2017, consultando as pactuações dos cursos desenvolvidos pelas secretarias de educação dos estados, ficou evidente a ênfase no eixo tecnológico de gestão e negócios. O Instituto Federal do Amapá disponibilizou, em 2018, 720 vagas aos seis *campi* de sua abrangência, todas as vagas para o curso de Empreendedorismo e gestão de negócios. Cada *campus* recebeu 120 vagas, organizado para formar três turmas em cada *campus*. Para efetuar a matrícula no curso, o requisito mínimo era estar alfabetizada. Em relação ao edital¹¹⁷, no que tange à seleção dos professores, independente se fossem internos ou externos à instituição, receberiam o valor de R\$ 32,00 a hora aula.

Tabela 14 - Disciplinas obrigatórias do curso de Empreendedorismo e Gestão de Negócios

CURSO FIC DE EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE NEGÓCIOS	
Formação Básica	120h
Iniciação ao Empreendedorismo	40h
Empreendedorismo e Sustentabilidade	20h
Plano de Negócios	60h
Formação Complementar	40h
Marketing Pessoal	20 h
Informática Aplicada	20 h
Carga Horária Total	160 h

Fonte: Matriz curricular do PCC do curso FIC do IFAP, p. 7, 2018.

A análise da matriz curricular evidencia que nenhum dos conteúdos remete a qualquer tema específico sobre a mulher. Outra curiosidade recai sobre o fato de todos os *campi* ofertarem o mesmo curso e, por fim, ao acompanhar as ementas do projeto pedagógico, questiona-se a viabilidade da formação. O público que procura formações de curta duração, na maioria, está

¹¹⁷ Para acompanhar o edital 03/2018 IFAP Projeto Rede Brasil Mulher, consultar: http://novoportal.ifap.edu.br/index.php/publicacoes/item/download/1461_5942c386659b663f96c2fc809bf43e6c

afastado da educação formal e, em alguns casos, também sofreu exclusão do sistema educacional, com abandono dos estudos. Discute-se se o curso oferecido, com o nível de saber que requer, é acessível ao público da Rede Brasil Mulher.

Tabela 15 - Disciplina Plano de Negócio do PPC em Empreendedorismo e Gestão de Negócios

Componente Curricular:	Plano de Negócio	Carga Horária: 60h
<p>Ementa:</p>	<p>Modelando um negócio. Análise organizacional e de mercado. Plano de Negócios. Planejamento e gestão das variáveis do empreendimento. Fundamentos de excelência. Avaliação do desempenho do negócio. Gestão do patrimônio.</p>	
<p>Base Científica e Tecnológica:</p>		
<p>Modelando um negócio A inovação e o empreendedorismo; Necessidade do mercado e Oportunidades de negócios; Identificação de oportunidades; Formulação de uma ideia; Seleção e definição do negócio; Desenvolvimento de produtos ou serviços; O processo empreendedor Análise organizacional e de mercado Coleta de informações Matriz SWOT</p>	<p>Plano de Negócios Definição e características de um plano de negócios; Estrutura e elementos de um plano de negócios; Planejamento e gestão das variáveis do empreendimento Gestão de pessoas; Marketing; Finanças; Produção. Fundamentos de excelência. Avaliação do desempenho do negócio. Gestão do patrimônio.</p>	

Fonte: Tabela adaptada pela autora- PPC do curso de Empreendedorismo e gestão de negócios - IFAP, p.10, 2018.

O conteúdo descrito na ementa diz sobre conhecimentos bastante específicos na área de negócios, o que pode obstar a compreensão das alunas em torno dos conteúdos tratados na formação.

Para compreendermos como havia ocorrido a escolha dos cursos do PMM no *campus* Pelotas, recorreremos à gestora 3. Ela frisou que a decisão da oferta por um ou outro curso mereceu cuidado, pois uma má opção condenaria a um “certificado de gaveta”. Acenou para alguns passos importantes, tais como um estudo da região onde as mulheres estão inseridas e a oferta de um curso que proporcionasse empregabilidade.

E outro cuidado que tem que ter muito, assim, por exemplo, Ah! eu vou dar o curso de recepcionista e não vai nenhum preconceito, vai uma constatação, eu já vi isso em curso de recepcionista, pessoas que estavam há quinze anos sem estudar, pessoas que vieram fazer um curso de recepcionista elas aprendem, mas a autoestima delas ainda não tá dentro daquilo que necessita pra uma recepcionista, não sei se me fiz entender, não vai preconceito. Mas ofertar aquilo que elas se sintam confortáveis e, a partir daquele curso, elas busquem outras, mas elas não podem começar com pós-graduação sem antes ter a faculdade. Entende o que eu quero dizer? Então isso a gente propõe. (Entrevista, gestora 3, 25/06/2018).

Na fala da gestora, percebe-se a preocupação e a sensibilidade em proporcionar uma experiência viável, haja vista as condições materiais e o perfil das alunas. De acordo com a experiência de seis anos de programa e do acompanhamento de inúmeras formações, a gestora deduz que, em um primeiro momento, o mais adequado seria a oferta de cursos próximos à realidade das mulheres, buscando resgatar a confiança, não no sentido de subjugar-las, mas de produzir um ambiente acolhedor, com experiências familiares, garantindo conforto ao invés de temor. As duas egressas do curso de Cartonageiro à Mão inicialmente cursaram o Empregada Doméstica e o Cuidador de Idosos, posteriormente, mais seguras, inscreveram-se em uma área na qual não tinham domínio (aceitando novos desafios), o cartonageiro, da qual extraem renda nos dias atuais.

Outros institutos, tais como o IFSul, mantiveram ligação com o Programa Mulheres Mil, utilizando nova denominação, mas seguindo a metodologia do projeto original. Destacamos alguns exemplos de instituições que mesmo não dispondo do orçamento do MEC continuaram atrelados ao PMM.

O Instituto Federal da Bahia com o PMM - Beleza Cidadã - atendeu 120 mulheres no ano de 2017, nos cursos de cabeleireiro (400h), manicure e pedicure (160h) e maquiador (240h); em 2018, 221 mulheres frequentaram cursos nas áreas de maquiagem, cabeleireiro, escovista, manicure, designer de sobrancelhas e massoterapia. O Instituto Federal do Maranhão fechou inscrições em dezembro com a abertura de 40 vagas no curso “Como transformar frutas e hortaliças em um negócio lucrativo: produção de doces, geleias e compotas e outros produtos”, com a previsão de início das aulas em fevereiro de 2019 e a conclusão em março, totalizando 116 horas. Outro exemplo foi o Instituto Federal do Rio Grande do Norte, em 2017, disponibilizando 540 vagas em diversos cursos (7 turmas de reciclador, 2 turmas vendedor, avicultor, auxiliar administrativo, processamento de produtos de origem animal (carne e leite), cuidador de idosos, preparador de pescado, operador de computador, costureiro e modelagem, corte e costura). Ressalta-se que os custos com o gasto do transporte e alimentação das alunas foram mantidos pelos recursos dos próprios institutos, no valor de R\$11,00, e que os profissionais passaram a trabalhar de forma voluntária, sem remuneração.

Sobre a Rede Brasil Mulher cabem algumas considerações.

Art. 1º Fica instituída, no âmbito da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres da Secretaria de Governo da Presidência da República, a Rede Brasil Mulher, com a finalidade de estimular ações que promovam a igualdade entre mulheres e homens, de modo a proporcionar a dignidade e a autonomia da mulher e contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país. (Decreto 9.223 de 06/12/2017).

Os eixos de atuação da Rede Brasil Mulher¹¹⁸ englobam a saúde, a educação, a autonomia econômica, a igualdade no mundo do trabalho, o enfrentamento e o combate à violência contra a mulher e o fortalecimento e participação das mulheres nos espaços de poder e decisão. Por meio de cooperação específica, outros membros poderiam colaborar com a Rede Brasil Mulher, conforme estabelecido no artigo 5º do decreto.

¹¹⁸ Para saber detalhes da imagem e os significados de cores e símbolos. Consultar: <http://www.spm.gov.br/sobre/a-secretaria/logomarcas>. Acesso em 07/01/2019.

- I - os órgãos e as entidades públicas federais dos Poderes Legislativo e Judiciário;
- II - os órgãos e as entidades públicas estaduais, distritais e municipais;
- III - os organismos internacionais;
- IV - as organizações da sociedade civil; e
- V - as entidades empresariais.

Figura 17: Marca da Rede Brasil Mulher



Fonte: SNPM - Logomarca Rede Brasil Mulher.

No *site* do governo, da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres¹¹⁹, uma das notícias envolveu a manifestação da coordenadora-geral da SETEC, Jussara Mayla Silva Campos, acerca da integração da secretaria com a Rede Brasil Mulher, promovendo a qualificação profissional de mulheres. Na matéria, a coordenadora explica sobre a intenção de beneficiar aproximadamente 7.730 mulheres no programa, por meio de parcerias com as secretarias estaduais.

A gestora 3 do PMM no IFSul viu negativamente o ingresso da SETEC em parceria com as secretarias estaduais de educação na oferta profissional às mulheres.

[...] o governo ofertou ano passado, ano retrasado, ele propôs, mas acho que quase nenhuma fez, Mulheres Mil pela SEDUC, que é minha grande crítica. A secretaria de educação não tem nenhuma condição porque elas não foram capacitadas, porque elas não foram inseridas no processo, elas não têm condições técnicas pra ofertar, a gente sabe que as secretarias estaduais de educação trabalham muito mal, com prédios caóticos, com poucos professores e ai o que

¹¹⁹ O título da matéria: Programa de qualificação profissional do MEC irá integrar a Rede Brasil Mulher. Publicado pela Assessoria de Comunicação Social em 01/06/2017. Para ver a matéria completa: <http://www.spm.gov.br/noticias/programa-de-qualificacao-profissional-do-mec-ira-integrar-a-rede-brasil-mulher>. Acesso em: 07/01/2019.

a SETEC fez? Ofereceu pra SEDUCS. (Entrevista, Gestora 3, 25/06/2018).

A Educação de Jovens e adultos é oferecida pela rede estadual de educação e a realidade traz dados alarmantes nessa modalidade de ensino, tais como o alto índice de evasão e uma educação mais frágil. Outra matéria importante foi divulgada no dia 06/02/2018¹²⁰, informando sobre a realização da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres na promoção de encontro de integração das organizações ao Brasil Mulher, no espaço da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). O objetivo do encontro servia para realizar pactuações e adesões ao programa, e entre os representantes aguardados estava o Instituto Avon.

Percebe-se o desmantelamento do PMM no cenário político pós-*impeachment* e a diferença de concepção de educação entre a Rede Brasil Mulher e o PMM. Prioritariamente o PMM foi ofertado pelos institutos federais, instituições reconhecidas historicamente pela qualidade de educação no ensino técnico e profissional, formatado para incluir e reconhecer os saberes e competências das mulheres. Todavia, o novo modelo, a Rede Brasil Mulher, usou da estrutura das escolas das secretarias de educação, que não dispõem da expertise que os institutos detêm para realizarem a experiência. O viés de educação cidadã, crítica e emancipatória percebido no núcleo básico deu lugar ao conhecimento técnico-instrumental. A construção de uma concepção de educação mais inclusiva que vinha sendo tecida dentro da rede federal, com a entrada de um público distante do perfil comum dos institutos, foi freada pela manobra política do governo de Temer.

Sobre a contribuição do PMM à rede federal, a gestora 3 posicionou-se no sentido de compreender o programa como um dispositivo disparador para uma mudança de concepção na educação.

Primeiro, eu acho que o Mulheres Mil como qualquer projeto de extensão, de inclusão, é a missão do instituto. O instituto tem que por essa missão. Acho que o instituto ganhou como um todo, se não o instituto, as pessoas que puderam trabalhar o programa, [elas] têm um olhar diferente sobre a educação, eu não tenho dúvida disso, eu trabalhei com meninos que estavam se formando no último ano de

¹²⁰ Para saber mais: Brasil Mulher realiza 1º encontro de parcerias. <http://www.spm.gov.br/noticias/brasil-mulher-realiza-1o-encontro-de-parceiros>. Acesso em: 07/01/2018.

enfermagem, no último ano de fisioterapia e se tu conversar com eles o que representou, deu uma mudança muito grande no que eles pensavam a respeito do curso, do curso deles. (Entrevista, gestora 3, 25/06/2018).

Sobre o Programa Ana Terra, com metodologia do PMM, tem-se que em julho de 2018, através da Pró-reitoria de Extensão e Cultura, foi publicado o edital nº 05/2018, no IFSul, acessível na página da instituição, com divulgação para os demais *campi*, na intenção de selecionar dois projetos pedagógicos de curso de formação inicial e continuada a ser desenvolvido no *Campus* Pelotas. Cada curso seria contemplado com 23 vagas, com prioridade para mulheres sem nenhuma escolaridade, reservando ajuda de custo às selecionadas no valor de R\$250,00 mensais. Nesse edital, estava prevista a participação de estudantes e servidores do instituto no caráter de voluntariado. Os projetos pedagógicos selecionados foram: *Vendedor/Campus Venâncio Aires* e *Cuidador de Idosos/Campus Pelotas*. Contudo, o curso de vendedor não foi realizado e as vagas do curso de cuidador de idosos aumentaram de 23 para 36.

Figura 18: Marca visual do Programa Ana Terra



Fonte: Logomarca do Programa Ana Terra, IFSUL, 2018.

Sobre a marca visual do programa Ana Terra, percebemos a feição de uma mulher de cor negra com o olhar para o horizonte e o símbolo da transformação (borboletas) repousado ou emergindo da cabeça. É bastante instigante o símbolo construído em torno do programa (que representa uma releitura do PMM) e os significados que podem ser atribuídos a ele. Nos

documentos pesquisados, as maiores vítimas de discriminação e baixos salários, protagonistas da pobreza, são as mulheres negras, portanto, a escolha por essa imagem transmite uma concepção. A escolha pelo *slogan* “Ana Terra” tem forte significado no campo literário¹²¹.

O curso de cuidador de idosos foi apontado como uma das áreas com carência de profissionais em Pelotas. A gestora 3 mencionou que a demanda partiu de uma pesquisa informal da necessidade das pessoas que tinham parentes hospitalizados e não podiam prestar auxílio. Havia uma preocupação tanto dos familiares como dos gestores quanto ao perfil das pessoas que forneciam cuidados aos doentes. O cuidado com a saúde de enfermos não pode reduzir-se a um “bico” para pessoas desempregadas, pois requer conhecimentos específicos.

No dia 19 de dezembro de 2018, trinta e duas das trinta e seis mulheres selecionadas pela edição de 2018 do Programa Ana Terra¹²² receberam os certificados de conclusão do curso de cuidador de idosos. A formatura ocorreu no auditório do *campus* Pelotas e contou com a presença do reitor do IFSul, Flávio Nunes, e de dirigentes da reitoria e do *campus* Pelotas. O programa Ana Terra foi executado entre setembro e dezembro e, pela primeira vez, em Pelotas, o edital contemplou mulheres cisgênero, transgênero e travestis. Na matéria divulgada na página da instituição, a coordenadora pedagógica não confirmou a realização da segunda edição em 2019, mas afirmou que tratativas estão sendo feitas para dar continuidade ao programa.

Na contramão do definhamento do PMM da forma como têm ocorrido nas demais regiões do país, o Instituto Federal de Alagoas (IFAL) continua operando a pleno vapor. De acordo com a reportagem do dia 06/11/2018¹²³, a

¹²¹ O personagem Ana Terra integrou o volume da Trilogia “O Tempo e o Vento” de Érico Veríssimo, representando a saga histórica de uma família gaúcha. A obra inicia no século XVIII e termina no século XX, retratando a passagem histórica de costumes de uma geração a outra. A formação do “Continente Gaúcho”, as guerras (Espanhóis e indígenas), os efeitos da guerra (assassinatos e estupros cometidos às mulheres) e a formação do Rio Grande do Sul são elementos presentes na obra literária. Na narrativa, a mulher é associada a uma característica de personalidade forte.

¹²² A matéria completa da reportagem: Formandas do Ana Terra participam de formatura e emocionam plateia pode ser acessada em: <http://www.pelotas.ifsul.edu.br/noticias/formandas-do-ana-terra-participam-de-formatura-e-emocionam-plateia> Acesso em 03/01/2019.

¹²³ Para ver a reportagem IFAL Arapiraca certifica 120 alunas pelo PMM. https://www2.ifal.edu.br/campus/site/arapiraca-noticias/ifal-arapiraca-certifica-120-alunas-pelo-programa-mulheres-mil?fbclid=IwAR27cgSm-eJZou2ugiAQ2Oqls3gecetAzQu1-Qt_MGm_ABpUvW80zt5lCs. Acesso em 09/01/2018.

coordenadora geral do programa, Luíza Jaborandy, informa que a última pactuação de 2017 certificou 2340 mulheres em Alagoas, em 18 municípios. De 2011 até os dias atuais, o programa transformou a vida de 10.000 mulheres de 43 municípios alagoanos. Ressalta-se que nesse instituto não houve corte dos recursos.

Ao comparar o trabalho desenvolvido no IFAL, percebe-se uma diferença em relação ao trabalho desenvolvido em outros institutos. No início de 2018, esse instituto apresentou ações a fim de atuar com as egressas do PMM. Houve a construção de um *site* dando visibilidade às mulheres atingidas pelo programa e o acesso às egressas para efetuarem cadastros dos currículos na página, a fim de buscar inserção no mundo do trabalho. Na página também há um espaço reservado às empresas onde podem cadastrar as vagas em aberto para que possam ser pleiteadas pelas egressas. O sítio eletrônico apresenta dicas de como atuar em uma entrevista, apoio para montar um currículo, depoimentos de alunas que realizaram o PMM e convites para participação de eventos, que têm como meta enriquecer o currículo através de vivências profissionais em parcerias com o ramo empresarial e aprimorar conhecimentos através de encontros de debate sobre o empreendedorismo e inovação. A coordenadora-geral do programa no IFAL também afirmou, em contato com a pesquisadora, a realização de encontros com as egressas por regiões, segundo a coordenadora, há um esforço na busca de suporte para os empreendimentos criados pelas alunas.

Outro projeto inovador do IFAL foi o Projeto Garotas Mil, projeto de empoderamento feminino com foco em garotas com idade de 11 a 14 anos, na maioria filhas das mulheres mil, com a oferta de oficinas para prevenção de abuso sexual, gravidez precoce, corpo, gênero e sexualidade, doenças sexualmente transmissíveis e oficinas técnicas de automaquiagem, cabelo afro, pulseiras de macramê, elaboração de brigadeiro *gourmet*, entre outras.

Figura 19 - Oficina de pulseiras de macramê-Projeto Garotas Mil



Fonte: imagem cedida pela coordenadora-geral do IFAL, 22/11/2018.

Figura 20 - Oficina de produção de pulseiras



Fonte: imagem cedida pela coordenadora-geral do IFAL, 22/11/2018.

Essas imagens sobre o Garotas Mil, filhas das mulheres Mil, demonstram uma preocupação do Instituto Federal de Alagoas em desenvolver o conceito de autonomia e empoderamento na consciência das jovens mulheres, estimulando a aprendizagem, a educação cidadã, a troca de conhecimentos e a possibilidade de renda na mais tenra idade.

Durante um período da história da construção das políticas educacionais no Brasil, nós tivemos a formação e implementação de uma política que teve como eixo o combate à pobreza, a equidade de gênero, a elevação da

escolaridade e a busca pela inserção no mundo do trabalho. Se considerarmos os dados que trazem o problema da desigualdade social e contemporizarmos com as políticas desenvolvidas, a partir de 2003 identificamos conquistas na área social e ações que reduziram a pobreza, portanto, atingiram as mulheres. Houve um movimento em direção a melhores condições ao gênero feminino, conforme já trabalhado ao longo dos capítulos, a criação de uma secretaria nacional para mulheres, legislações específicas ao universo feminino, como a Lei Maria da Penha, direitos para as empregadas domésticas, aumento da licença maternidade, prioridade à mulher na aquisição da casa própria e em programas de baixa renda e políticas voltadas à educação profissional e tecnológica como o Programa Mulheres Mil, voltado a um público que em determinado momento foi excluído da oportunidade de estudar.

Neste trabalho, procurou-se manter uma posição crítica, mostrando as contradições do programa, mas também foram assinalados aspectos positivos à respeito da política. Sabemos dos limites do Programa Mulheres Mil, tais como o baixo impacto em relação à elevação de escolaridade e ao ingresso no mundo do trabalho, contudo, a partir das experiências com os dois cursos investigados e de outros institutos que continuam acreditando no programa, nos faz pensar que existe um elemento transformador nessa política, que mexe no interior da mulher e a conduz na direção de protagonista de soluções para sua vida, modificando a autoestima e a autoimagem.

Trata-se de um programa construído com muita ambiguidade, pensado num conjunto de políticas orientadas internacionalmente, inserido em um projeto de governo com limites, mas que trouxe avanços. Pelo convívio com as egressas, acreditamos que o programa exerceu impacto na passagem do senso comum a um processo embrionário de consciência crítica, isso ficou evidente nas falas das entrevistadas quando reconheceram direitos. Vários conteúdos trabalhados nas formações foram revolucionários na vida das mulheres que passaram pelo programa.

É indiscutível a necessidade de reavaliar e reajustar melhorias ao Programa Mulheres Mil. Um dos caminhos é a realização de itinerários formativos, ampliando o período de formação. Ademais, outro ponto que precisa ser mais bem trabalhado nos *campi* é a articulação com as empresas, estabelecendo parcerias de estágios para as mulheres, contribuindo para a

inserção no mundo do trabalho e ainda um acompanhamento efetivo em relação às egressas. Por fim, seria importante interligar o PMM à Educação de Jovens e Adultos para alcançar a elevação de escolaridade formal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Início esta seção esclarecendo que tudo o que foi tratado neste estudo faz parte de uma maneira de ver o PMM, mas que existem várias outras formas de compreendê-lo. As leituras que me acompanharam no decorrer do doutoramento, além da experiência que tive enquanto coordenadora do PRONATEC e em contato direto com as mulheres do PMM, aproximaram-me do tema e fizeram com que aquela figura do antropólogo em seu escritório tecendo análises de forma neutra não se aplique a mim. Vi de perto as limitações e as potencialidades do PMM e, enquanto servidora do IFSul, presenciei o impacto na instituição com a entrada de um público não comum (mulheres em situação de vulnerabilidade). O IFSul ganhou mais humanidade com os problemas trazidos pelas mulheres, e parte dos docentes, aqueles que realmente assumiram o compromisso com o programa, ministrando aulas ou executando outras tarefas nos cursos, em algum momento se reconheceram nas falas e trajetórias das alunas. A empatia e a vontade de ultrapassar barreiras, superar obstáculos e transformar vidas foram pontos marcantes e que sensibilizaram os profissionais envolvidos.

O Programa Mulheres Mil representou uma política de educação técnica-profissional, inclusiva, de caráter afirmativo e voltado à questão de gênero, que teve desdobramentos positivos percebidos através da incorporação ao trabalho pela via do cooperativismo e associativismo. O efeito positivo da implementação da política nos dois casos investigados foi o de que propiciou aumento da capacidade associativa e organizativa, com impacto no aumento da autonomia econômica. As experiências nas formações promoveram o estreitamento de laços com a constituição de redes de solidariedade entre as mulheres, fornecendo maior segurança e fortalecimento emocional, bem como, em alguns casos, estimulou a reinserção na educação formal e a inserção no mundo do trabalho, mesmo que de forma tímida, uma vez que o problema de desemprego no mundo do trabalho implica uma relação estrutural e de vários fatores. A autonomia econômica, mesmo não atingindo o desejado, trouxe renda a uma parcela das mulheres do PMM.

O contato com as mulheres que participaram dos dois cursos do PMM nos permitiu identificar que houve uma mudança no que concerne à consciência ingênua para uma consciência mais crítica, portanto, indo além da elevação da autoestima, de um sentimento de bem estar, mas uma tomada de consciência a partir do momento em que saem do silenciamento ao qual estão acometidas e são instigadas a pronunciarem-se. A partir das práticas e dos exercícios trabalhados nas atividades durante os cursos, as mulheres perceberam-se exploradas, desvalorizadas, diminuídas ou violentadas em sua trajetória de vida, descortinando a dominação pela qual foram submetidas.

Essa percepção se manifestou nas falas das entrevistadas, principalmente quando refletiam sobre quem eram na chegada ao curso e como foram transformadas no decorrer da experiência. A atmosfera da formação dos cursos do PMM, com a troca de conhecimentos entre alunas-alunas, alunas-professoras e professoras-alunas, possibilitou a leitura da realidade nas quais estão imersas e a tomada de consciência sobre a condição de oprimidas.

Essa passagem de sujeitos oprimidos a críticos e transformadores faz parte de um processo que tem início nas formações e estende-se nas relações de trabalho que se constituem por meio dos conhecimentos compartilhados nos cursos. Sabe-se, também, que a imposição de uma consciência dominante é bastante forte e as desamarras são difíceis, algumas mulheres com as quais convivemos se culpavam pelas condições enfrentadas. A falta de oportunidades e as dificuldades econômicas eram conseqüências, segundo algumas mulheres, de inabilidade ou resultantes do fracasso pessoal, responsabilidades imputadas exclusivamente ao sujeito, não percebiam que as condições objetivas das quais faziam parte as empurraram para as posições que hoje ocupam.

Percebe-se que a barreira de acesso a determinadas profissões respalda-se menos nas competências técnicas e mais na ordem cultural e histórica que se perpetuam no imaginário social. Os temas transversais (direitos da mulher, cidadania...) trabalhados nos cursos destinados ao PMM levaram ao conhecimento políticas das quais são sujeitos às mulheres e que pela condição de gênero e social não tinham conhecimento.

Ao investigar o PMM, é possível perceber que há uma intencionalidade

impregnada na concepção que conduz a lógica do capital, mas nem tudo está determinado. Na configuração dos interesses que se entremeiam no PMM, existem inúmeros agentes que se opõem ao modelo capitalista e que estão repletos de valores que almejam o desenvolvimento pleno do ser humano. Isso ficou materializado nas visões de mundo potencializadas nas formações e refletidas nas falas das ex-alunas do PMM. Acredito que a força de um trabalho educativo pode produzir um ambiente de cidadania que foge à lógica e ao poder do capital, e que o resultado do que foi gestado pode, inclusive, desafiá-lo. Assim sendo, foi nessa direção que optamos por estudar dois cursos que trazem experiências do PMM na linha da Economia Solidária.

Ao analisar o PMM, principalmente após a incorporação ao Pronatec, em 2013, nos deparamos com elementos que apontam que o programa segue a ótica e interesses do capital, contudo, outras variantes são fundamentais para compreendê-lo, por exemplo, o local em que foi implantado o programa, as pessoas que se viram envolvidas pelo projeto e o público que foi alvo das formações resultaram em um efeito diferente ao ordenamento a priori da concepção neoliberal. Outros aspectos relevantes que se colocaram de encontro à lógica do capital foram ações executadas em determinados institutos, que incluiu: o acompanhamento às egressas pós a realização das formações, o estreitamento com o setor do empresariado para a realização de estágios e convênios das ex-alunas (experiências elaboradas em vários institutos federais), a oferta de atividades culturais para ampliar o conhecimento sobre o mundo, o debate sobre direitos e cidadania e a ênfase na construção de laços e redes colaborativas de trabalho, através do estímulo ao associativismo e ao cooperativismo. Essas ações indicam um efeito para além da lógica de adestramento para o trabalho.

Os dois cursos selecionados (Cartonageiro à mão e Reciclador de Resíduos Sólidos) e desenvolvidos pelo Instituto Federal Sul-rio-grandense ofertaram formações em que os conteúdos filiavam-se à Economia Solidária e o foco era direcionado à constituição de um sujeito consciente e crítico. A relação de trabalho esteve atrelada à orientação da perspectiva da justiça e da não exploração. As mulheres foram incitadas a formar empreendimentos (associações e cooperativas), gerar o negócio e tomar decisões. Também foram apresentadas a uma lógica horizontal de poder, em que todos

respondem igualmente pelo futuro do empreendimento e são as próprias donas, no qual a renda e a responsabilidade são divididas igualmente por todas.

O ingresso de mulheres em condições de vulnerabilidade social no universo da Economia Solidária implicou uma mudança de rumo atroz. De acordo com as experiências acompanhadas nos dois cursos do PMM, houve descoberta de novas perspectivas e de humanização pelo trabalho. As experiências provocaram estímulo à iniciativa para gestar um empreendimento, fortalecimento de relações interpessoais, estímulo à autonomia e tomada de decisões que culminou na superação pessoal. Lembrando que a característica do público do PMM advém de uma condição de sujeitos explorados, submissos e alienados do produto do trabalho. Portanto, a visão de mundo de que dispõem está diretamente relacionada às condições materiais de existência.

[...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessária, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. (MARX, 2008, p. 47).

De acordo com Marx, o materialismo histórico tem como influência a realidade material e as relações de produção que se estabelecem no grupo social, e as mudanças sociais que ocorrem na história de uma sociedade não são determinadas por ideias ou valores. Na concepção marxista, a matéria é a categoria fundamental, por sua vez, a consciência, a ideia e o espírito são aspectos derivados da matéria.

Procuramos apresentar também as críticas enfrentadas pelo programa no que se referem aos cursos rápidos e a formações que podem reforçar a posição das mulheres em profissões desvalorizadas, pouco atrativas e com baixa remuneração.

A partir da mudança de governo, com a ascensão de Michel Temer à presidência, percebe-se que o programa foi sendo desmontado e transformou-se em programas com elementos da metodologia do Mulheres Mil, mas com soluções diferenciadas de estado por estado. Os gestores que participaram da

formulação e implantação da proposta no Brasil têm batalhado para que não ocorra uma definitiva extinção do programa, procurando formas e maneiras de sobreviver em nível local e regional. Este trabalho buscou recuperar um processo histórico da construção desta política e que, gradativamente, desde 2015, em função de um contexto político, tem sofrido um desmonte. Não é só uma análise do PMM, mas de uma política que ao longo de sua implementação sofreu uma desconstrução.

Conclui-se que o empoderamento se dá parcialmente e o programa tem limites. Programas como esse são importantes, mas é necessário políticas com recurso, bem definidas, políticas que visualizem a mulher não apenas com a formação rápida para o mercado. É fundamental que ao término dos governos, as boas experiências não desapareçam, tornando-se políticas de curta duração e eficácia. Os projetos políticos devem envolver a sociedade e tornarem-se perenes, atravessando os governos. O reconhecimento pela sociedade do problema da mulher na sociedade contemporânea não pode ser traduzido em políticas focais, transitórias e temporárias, mas deve fazer parte de um projeto estruturante maior.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Lais Wendel. **A inserção da mulher no mercado de trabalho: uma força de trabalho secundária?** (Tese Doutorado em Sociologia). Departamento de Sociologia, da Faculdade Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2007.327f.

ACCC. **Education for Employment: A 40 year History of ACCC International Partnerships.** Ontário: Canadá, 2012.

AZEREDO, Verônica Gonçalves. **Famílias em território vulnerável: um estudo sobre proteção social em grupos populares.** Rio de Janeiro: Essentia Editora, 2015.

BALL, Stephen; MAINARDES, Jefferson. (Org.). **Políticas educacionais: questões e dilemas.** São Paulo: Cortez, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da Política:** Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política.** 11ªed. Brasília: Editora UNB,1998.

BORDIGNON, Liliane. O programa Mulheres Mil e o cooperativismo no Brasil. **Trabalho Necessário**. Ano 14, n. 24. p. 127-144, 2016.

BOUDON, Raymond. **Dicionário Crítico de Sociologia**. São Paulo: Ática, 1993.

BRASIL, Atlas da Vulnerabilidade Social. Disponível em: <<http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/>> Acesso em: 01 dez. 2017.

_____, Lei Nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm>. Acesso em: jan. de 2019.

_____. Lei nº 12.816, de 05 de junho de 2013. Altera as Leis nos 12.513, de 26 de outubro de 2011, para ampliar o rol de beneficiários e ofertantes da Bolsa Formação Estudante, no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego PRONATEC; 9.250, de 26 de dezembro de 1995. Disponível em: http://pronatec.mec.gov.br/images/stories/pdf/lei_12816_050613.pdf>. Acesso em: 15 jan. de 2019.

_____. Portaria Nº 1.015, de 21 de julho de 2011: Institui o Programa Mulheres Mil. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=8589&Itemid=. 2011a. Acesso em: 03 de jan. 2016.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Plano plurianual 2004-2007**: projeto de lei / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. - Brasília : MP, 2003. 104p.
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria nº 168, de 7 de março de 2013. Dispõe sobre a oferta da Bolsa-Formação no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec, de que trata a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, e dá outras providências. Disponível em: <http://pronatec.mec.gov.br/images/stories/pdf/port_168_070313.pdf>. Acesso em: jan. de 2019

_____. **Mulheres Mil na Rede Federal**: Caminhos da inclusão, Brasília, 2011b.

_____. *Mulheres Mil oferece 100 mil oportunidades de capacitação*. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2017/02/mulheres-mil-oferece-100-mil-oportunidades-de-capacitacao>> Acesso em: 10 jan. 2017.

_____. Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 27 de jul. 2015.

_____. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2013-2015). Brasília, 2013. <http://www.spm.gov.br/assuntos/pnpm/publicacoes/pnpm-2013-2015-em-22ago13.pdf> Acesso em: 03/10/2018.

_____. **Projeto Programa Mulheres Mil**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2006.

_____. **Pronatec Brasil Sem Miséria: Mulheres Mil, 2014**. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/cartilha_mulheres_mil.pdf. Acesso em: 25 de jan. 2015.

_____. **Plano Brasil Sem Miséria. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome**. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2013/08/municipios-terao-ate-sexta-feira-16-para-cadastrar-propostas-de-seguranca-alimentar-e-nutricional/plano-brasil-sem-miseria.pdf>. Acesso em: 25 de jan. 2015.

CAMPOS, Maria Malta. Educação e políticas de combate à pobreza. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, 2003, nº 24, 2003, p 182-191.

CASTILHO, Júnior César; BASSO, Silvia Eliane de Oliveira. A focalização das Políticas Públicas para as Mulheres. In: **Anais... IV Seminário Nacional de Educação Profissional e Tecnológica – SENEPT**. Belo Horizonte/MG: SENEPT, 2014.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CHAUÍ, Marilena. Filosofia–Série Novo Ensino Médio. **Volume Único**. São Paulo: Editora Ática, 2004.

CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A "era das diretrizes": a disputa pelo projeto de educação dos mais pobres. *Revista Brasileira de Educação (Impresso)*, v. 17, p. 11-38, 2012.

CORCETTI, ELISABETE; LORETO, Maria das Dores Saraiva. **O discurso político sobre a qualificação profissional de mulheres desfavorecidas: emancipação ou hegemonia?**. *Cad. EBAPE.BR* [online]. 2017, vol.15, n.2, pp.364-376.

CUNHA, Celio; SOUSA, José V.; SILVA, Maria A. **O método dialético na pesquisa em Educação**. Campinas, SP: Autores Associados; Brasília, DF: Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, UnB, 2014.

Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher. Pequim, 1995. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2014/02/declaracao_pequim.pdf Acesso em 27/10/2018.

DIAS, Antonio Francisco Lopes. Tese. **A “educação para todos” como perspectiva de superação do capital como lógica social: análise com base no pensamento dialético de Marx.** Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós Graduação em Educação, Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Pelotas, 2016. 274f.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Portaria nº17, de 19 de maio de 2017. Seção 2, nº101, p.25, publicada em 29 de maio de 2017.

_____. Portaria nº11, de 27 de março de 2013. Pg. 38, seção 1, de 1º de abril de 2013.

DRABACH, Neila Pedrotti. A Educação Profissional no Brasil: uma análise da concepção de educação profissional presente no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC. In: **17º Congresso Brasileiro de Sociologia.** Porto Alegre - RS: UFRGS, 2015, p. 1-20.

Estatuto do Instituto Federal Sul Rio-Grandense. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/estatuto-ifsul> . Acesso em: 09/01/19

FARRANHA, Ana Claudia; EGG, Rafaela. **Projeto Desenvolvimento de uma política nacional para eliminar a discriminação no emprego e na ocupação e promover a igualdade racial no Brasil.** Brasília: OIT, 2006.

FRANZOI, Naira Lisboa. **Entre a formação e o trabalho: trajetórias e identidades profissionais.** Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2006.

_____. SILVA, Carla Odete.; COSTA, Rita de Cássia. PROEJA e PRONATEC: ciclo de políticas, políticas recicladas. **Políticas Educativas,** Porto Alegre, 2013, v. 6, n.2, p. 84-100.

FREIRE, Paulo. **A ação cultural para a liberdade e outros escritos.** 15ª ed. RJ: Paz & Terra, 2015.

FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.) **Educação e crise do trabalho.** 12ª. ed. Petrópolis . RJ: Vozes, 2013.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia.** 4ed. POA: Artmed, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONCALVES, Leonardo Dorneles. **O ENSINO MÉDIO POLITÉCNICO NA REGIÃO DE RIO GRANDE-RS (2012-2016): análise desde os pressupostos marxianos e histórico-práticos da Politecnia.** Tese 25/05/2017 (Doutorado em Educação) Programa de Pós-Graduação. Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas: UFPel, 2017. 271 f.

HIRATA, Helena; SEGNINI, Liliana (org.). **Organização, trabalho e gênero.** São Paulo: Senac, 2007.

HIRATA, Helena; MARUANI, Margaret. **As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho**. São Paulo: Senac, 2003.

IFSUL, Instituto Federal Sul Rio-Grandense. **Relatório de Gestão do Exercício de 2014**. Pelotas, IFSUL, março de 2015, p. 208.

____. **Estatuto**. Pelotas: IFSul, 2016. Disponível em: <<http://www.ifsul.edu.br/estatuto-ifsul>>. Acesso em: 08 mar. 2016.

IPEA. Objetivos de desenvolvimento do milênio: terceiro relatório nacional de acompanhamento. Brasília: IPEA, 2007.

____. Objetivos de desenvolvimento do milênio: quinto relatório nacional de acompanhamento. Brasília: IPEA, 2014.

LESSARD, Claude. **Políticas Educativas: A aplicação na prática**. Petrópolis: Vozes, 2016.

LIBÂNEO, José Carlos. Internacionalização das políticas educacionais e políticas para a escola: elementos para uma análise pedagógico-política de orientações curriculares para o ensino fundamental. In: **Anais... XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino**, UNICAMP - Campinas, 2012.

LOCKMANN, Kamila. **A proliferação das políticas de Assistência Social na educação escolarizada: estratégias da governamentalidade neoliberal**. POA: UFRGS, 2013. 317p. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação. Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2013.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. Tradução: Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. Cortez Editora, 2002.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 27, n. 94, 2006, p. 47-69.

MARX, Karl. **Contribuições à crítica da economia política**. Tradução: Florestan Fernandes. 2ªed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MASCHIO, Alcione Jacques. Mulheres Mil Binacional: Relatos de uma experiência única. **Revista Thema**. Pelotas, 2014. p. 74-88.

MEDEIROS, Aline Nunes da Cunha. Uma análise sobre o contexto de formulação do Programa Mulheres Mil e sua trajetória no Instituto Federal Sul-Rio-Grandense. In: **Anais...** ANPED Sul. Curitiba/Paraná, 2016, p. 01-13.

MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. 2ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

MEC, Ministério da Educação. **Chamada Pública MEC/SETEC 01/2011**. Disponível em: proex.antigoportal.ifmt.edu.br/get_file/2000012/1001186/0/. Acesso em: 08 de mar. 2016.

MOCHCOVITCH, Luna Galano. **Gramsci e a Escola**. 2.ed. São Paulo: Ática, 1990.

MOLL, Jaqueline. **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. POA: Artmed, 2010.

MOSER, C. **Gender planning in the Third World: meeting practical and strategic gender needs**. World Development, v.17, n.11, 1989.

MULHERES MIL, Programa. **Guia Metodológico de Acesso, Permanência e Êxito. Programa Mulheres Mil: Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: [Guia-metodologico-mulheresmil%20\(1\).pdf](#). Acesso em: 01 de dez. 2015.

MULLER, Pierre, SUREL, Ives. **Análise das políticas públicas**. Pelotas, EDUCAT, 2010.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. Os Estudos Sobre Feminização da Pobreza e Políticas Públicas para Mulheres. **XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais** - ABEP, p. 1-12, 2004. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_51.pdf >. Acesso em: 11 jan. 2019.

OEI, Organização de Estados Ibero-americanos. **Metas Educativas 2021. A educação que queremos para a geração dos bicentenários**. Disponível em: www.oei.es/metas2021/metas2021_português.pdf. Acesso em: 03 de jan. 2016.

_____. **Projeto Mulheres Mil (Versão Final)**. ACC/SETEC/MEC. Disponível em: www.oei.es/historico/pdf2/mulheres-mil.pdf 67p. Acesso em: 03 de jan. 2016.

OLIVEIRA, Antônio Cardoso. **Políticas públicas para a educação profissional: um estudo do curso técnico em Administração da Rede e-Tec Brasil no CAVG**. 168p. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-

graduação. Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas:UFPel, 2013.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Das políticas de governo à política de Estado: reflexões sobre a atual agenda educacional brasileira. *Educação e Sociedade*. Campinas, v. 32, n. 115, p. 323-337, abr.-jun. 2011.

ONU MULHERES BRASIL. **Princípios de empoderamento das mulheres**. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wpcontent/uploads/2016/04/cartilha_WEPs_2016.pdf Acessado em 07 de setembro de 2017.

OZGA, Jenny. *Investigação sobre Políticas Educacionais*. Porto Editora, 2000.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL. Última atualização, dezembro de 2018. <http://www.ifsul.edu.br/plano-de-desenv-institucional>. Acesso em:09/01/2019.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Os objetivos de desenvolvimento do milênio**. Disponível em: www.pnud.org.br/adm.aspx. Acesso em: 03 de jan. 2016.

PINSKY, Jaime. Introdução. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs). *História da Cidadania*.4.ed. São Paulo: Contexto, 2008.

PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL. <http://www.ifsul.edu.br/projeto-pedagogico-istitucional> Acesso em: 09/01/2019.

PEREIRA, João Márcio Mendes. Assaltando a pobreza: política e doutrina econômica na história do Banco Mundial (1944-2014). *Revista de História*, n. 174, p. 235-265, 2016.

QUINTANEIRO, T.(Org.) **Um toque de clássicos**. Belo Horizonte: UFMG, 1995.

REVISTA POSTEIRO. Especial-Região da Fronteira: Escola Técnica Federal na fronteira forma técnicos com dupla certificação. Pelotas, IFSUL, dez/2012a, p. 01-16.

REVISTA POSTEIRO. Desfazendo Mitos: Projeto Mostra que a Matemática não é um bicho de sete cabeças. Pelotas, IFSUL, maio/2012b, p. 01-16.

ROSA, Stela. **Mulheres Mil: do sonho à realidade**. Ministério da Educação. Brasília, DF, 2011.

SALDANHA, Letícia de Luca Wollmann. O Pronatec e a proclamada política de democratização da educação profissional técnica de nível médio: acesso, abandono e permanência a partir de um estudo de caso. Tese 29/03/2016 (Doutorado em Educação). Pós-Graduação em Educação, Linha de Pesquisa Políticas Educacionais. Curitiba: UFPR, 2016. 260 p.

SANTOS, Maurício Ivan dos. A proposta de educação para o empreendedorismo do instituto empreendedor Endeavor: um estudo sobre parceria público-privada. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 2017.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico- Crítica: primeira aproximações**. 11^º ed. SP: Autores Associados, 2013.

SEBRAE. Sobrevivência das empresas no Brasil, Brasília: Sebrae, 2016. 96f. <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/sobrevivencia-das-empresas-no-brasil-102016.pdf>. Acesso em 25/01/2019.

SILVA, Cleonice Maria da. **Formação de trabalhadoras: o programa mulheres mil sob o olhar de suas educadoras**. 2016, 157 fls. 2016.. Dissertação (Mestrado Profissional), Universidade Federal de Lavras, Lavras: UFLA.

SHIROMA, Eneida Oto; EVANGELISTA, Olinda. Estado, Capital e Educação: reflexões sobre hegemonia e redes de governança. **Educação e Fronteiras On-Line**, v. 4, n. 11, p. 21-38, 2014.

SILVA, José Ronaldo Ribeiro; RÊGO, Ermmy Coelho. Políticas Públicas para mulheres em vulnerabilidade social: o caso do Programa Mulheres Mil. In: **Anais... VII Jornada Internacional de Políticas Públicas**, UFMA, 2015.

SILVEIRA, Ana Cristina dos Santos Amaro da. Uma face da industrialização pelotense na década de 1970: a gênese da Agência de Treinamento Eraldo Giacobbe, SENAI/Pelotas. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pelotas, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Pelotas, 2008.

TAVARES, Patrícia Martins; ARAUJO, Jair Jonko. O Programa Mulheres Mil como uma Possibilidade de Autonomia para Mulheres em Vulnerabilidade Social. **RELACult-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 4, 2018.01-13 p.

TEODORO, António. **A Educação em Tempos de Globalização Neoliberal - os Novos Modos de Regulação das Políticas Educacionais**. Brasília: Liber Livro, 2011.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2013.

UGÁ, Vivian Domínguez. A categoria "pobreza" nas formulações de política social do Banco Mundial. **Revista de sociologia e política**, n. 23, p. 55, 2004.

UNICEF- Brasil. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Conferência de Jomtien – 1990)**. https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10230.htm. Acesso em: 26/03/2018.

VENTURA, Magda Maria. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. **Revista SoCERJ**, v. 20, n. 5, p. 383-386, 2007.

VOSS, Dulce Maria da Silva. Tese: Os movimentos de recontextualização da política Compromisso Todos pela Educação na gestão do Plano de Ações Articuladas (PAR) e seus efeitos: Um estudo de caso no município de Pinheiro Machado. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação. Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas: UFPEL, 2012.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. **Políticas de avaliação em larga escala na educação básica: do controle de resultados à intervenção nos processos de operacionalização do ensino**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, p. 769-792, out./dez. 2011

YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa: do início ao fim [recurso eletrônico]** – Porto Alegre : Penso, 2016.

APÊNDICE A – Roteiro: Coordenador Geral do Pronatec no IFSul

- 1) Seu nome Completo
- 2) Na tua opinião, qual a importância do Pronatec?
- 3) Como surgiu esse convite para coordenar o Pronatec?
- 4) A partir da tua experiência como gestor a frente do Pronatec no instituto, quais foram as experiências mais significativas do programa aqui no IFSul?
- 5) Quais foram as mudanças mais significativas em relação ao Pronatec, decorrente dessa crise que o país está enfrentando?

- 6) Existem críticas em relação ao programa. Na tua opinião, o que poderia ser feito para melhorá-lo?
- 7) Muito se fala da questão dos itinerários formativos, de dar sequência nos cursos, pela questão das críticas ao programa, de tratar-se de cursos fragmentados e muito rápidos. Qual a sua posição em relação a isso?
- 8) A segunda etapa do programa Pronatec era de atingir 12 milhões de vagas, então, com a crise, foi reduzida, diante da situação econômica do país. Qual a situação do programa neste ano de 2015? Qual a perspectiva para o ano de 2016?
- 9) Na tua opinião, um curso FIC pode gerar competência necessária para o emprego e capacitar um profissional para o trabalho?
- 10) Existe algum acompanhamento em relação aos concluintes dos cursos Pronatec e o ingresso no mercado de trabalho feito pelos *campus*?
- 11) Na tua opinião, o Pronatec deve ser ofertado pela iniciativa privada? O que o senhor pensa em relação a isso? O controle é feito por quem?
- 12) O que tu pensas sobre o ingresso do Programa Mulheres Mil no Pronatec? Quais são os ganhos do ingresso do Programa Mulheres Mil?
- 13) Fale sobre o ponto negativo do ingresso/inserção do Programa Mulheres Mil ao Pronatec e a possibilidade de perder suas bases epistemológicas e ideológicas.
- 14) Houve resistência dentro do IFSul sobre a incorporação do PMM ao Pronatec?

APÊNDICE B – Roteiro: Entrevista com a gestora do Programa Mulheres Mil

- 1) Nome Completo:
- 2) Cargo que ocupas no IFSul:
- 3) Há quantos anos é servidora federal?
- 4) Quanto tempo atua como gestora no programa Mulheres Mil?
- 5) Que cargos tu já ocupastes no programa?
- 6) Como professora, o que tu trabalhaste? E como gestora, quais?

- 7) Eu queria que tu falasses um pouco sobre o surgimento do programa mulheres mil.
- 8) Após a incorporação do programa no Pronatec houve alguma mudança?
- 9) E o fato de tu teres antes professores que trabalhavam de forma voluntária e passarem a receber, houve qualquer alteração também na escolha. Como é que seria esse processo dos professores? Eram os mesmos?
- 10) Qual é a contribuição que tu vês do programa mulheres mil com o Instituto Federal?
- 11) Como os cursos do Programa Mulheres Mil são escolhidos?
- 12) O que pode ser determinante para o curso ter sucesso ou insucesso?
- 13) Eu queria que tu relatasses alguma experiência que foi muito marcante pra ti no programa mulheres mil.
- 14) Umas das críticas que fazem do programa recaem sobre a curta duração dos cursos e de que alguns cursos não emancipam as mulheres, mas reproduzem a condição de trabalhos precários. O que pensas sobre essas críticas?
- 15) Todos os 14 *campus* do IFSUL ofereciam o programa?
- 16) E, quais foram os cursos mais recorrentes?
- 17) Pontos fortes e as fragilidades do programa. O que poderia melhorar?
- 18) Pontos positivos:
- 19) Como foi o ano de 2016 para o Programa Mulheres Mil e, como está atualmente?
- 20) Qual a importância que tu vês nessa identidade do programa?
- 21) Tens mais alguma colocação a respeito do programa? Algo que gostarias de ter falado?

APÊNDICE C - Roteiro: Entrevista realizada com as alunas do Curso
Cartonageiro à Mão

- 1) Nome completo:
- 2) Quais foram os cursos e o ano que fizeste formação aqui?

- 3) Tu podes falar um pouco do curso de Empregada Doméstica e Cartonageiro? Estrutura do curso, organização das aulas na semana e inserção no mercado de trabalho.
- 4) Como era a relação com os professores que davam aula para vocês? Eram professores aqui do instituto?
- 5) Chegaram a fazer algum passeio?
- 6) Fale sobre o curso de Cartonageiro: quais eram as disciplinas? Que técnicas aprenderam no Cartonageiro?
- 7) Fale sobre o trabalho que vocês fazem na Associação Entrelaçadas: A Associação tem um nome? Quem deu este nome?
- 8) Como a Associação está organizada? Quais são as feiras que vocês participam?
- 9) O que poderia ser melhorado no Programa Mulheres Mil?
- 10) Depois que terminaram o curso, tiveram algum acompanhamento do instituto?
- 11) No curso de Cartonageiro, mesmo aquela mulher que não tinha habilidade, ao final do curso, conseguiu desenvolver os produtos?
- 12) Sobre os pontos positivos. O que tu achaste de mais importante nesta experiência com os cursos?
- 13) Vocês gostariam de fazer outros cursos caso saísse novas formações?
- 14) Que cursos gostarias que ofertassem?
- 15) Havia alguma disciplina mais difícil?
- 16) O que representou a formatura para vocês? Convidaram os familiares?
- 17) Querem fazer mais alguma colocação?

APÊNDICE D - Roteiro de Entrevista das alunas do Curso de Reciclador de Resíduos Sólidos de Piratini

Nome da Entrevistada:

Idade: Município:

Escolaridade concluída:

Ocupação:

Telefone e email de contato:

Ano de Participação no Programa Mulheres Mil

Data da pesquisa: ___/___/___

Horário de Início da entrevista:

Horário de Término da Entrevista:

Relação Pessoal:

Qual a sua opinião sobre o Programa Mulheres Mil?

Como ficaste sabendo do PMM?

O que te levou a participar do PMM?

Durante a realização do curso houve alguma dificuldade? Qual?

Houve algum incentivo financeiro(bolsa) durante o Programa?

Qual a importância da bolsa? Faria o PMM caso não tivesse bolsa?

O que o programa significou para a senhora?

O programa teve impacto na sua família? Qual?

A conclusão do PMM provocou algum efeito referente à sua profissão?

Que impacto o PMM gerou em relação ao mercado de trabalho?

O PMM alterou sua forma de ver o trabalho?

O PMM promoveu alguma diferença ou influência em relação aos seus estudos?

Iniciou algum estudo em virtude do PMM?

Como avalia o PMM? Se fosse atribuir uma nota, qual seria? Por quê?

Que sugestões tu darias ao PMM?

Âmbito familiar:

Para participar do curso foi preciso organizar a rotina em casa? Dependeu de alguém para ficar com os filhos?

Contou com o apoio da família para participar do programa?

Como foi a reação do companheiro e filhos ao saber que participarias do PMM?

Houve algum conflito familiar devido a sua participação no PMM?

Houve alguma mudança na esfera familiar em virtude dos aprendizados do PMM? Explique:

Como eram as relações familiares antes e depois da participação no PMM?

A tua concepção sobre trabalho mudou?

Participação Social e Econômica:

A senhora ingressou no mundo do trabalho após o término do curso do PMM? Fale sobre as atividades:

A senhora mudou de ramo ou continuou na mesma atividade? Qual?

A qualificação do PMM é suficiente para ingressar no mercado de trabalho?

O que a experiência no curso trouxe de retorno?

Qual era sua profissão antes de ingressar no PMM?

Em termos econômicos, houve acréscimo financeiro após a realização do PMM?

Se você pudesse atribuir uma nota (1 a 10) para o impacto do curso nos seguintes temas:

- a) Renda:
- b) Autoestima
- c) Autonomia:
- d) Empoderamento:
- e) Independência Financeira:

A partir da experiência do PMM foi possível construir vínculos?

Da tua aprendizagem no curso o que ficou de mais significativo?

O que melhorou ou piorou após a realização do curso pelo PMM?